



**Universidade Técnica de Lisboa  
Faculdade de Motricidade Humana**



**Análise da Procura e Consumo Desportivo do Concelho de São Brás de  
Alportel e a Política Desportiva do Município**

**Dissertação elaborada com vista à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Desporto**

**Orientador:** Professor Doutor Carlos Jorge Pinheiro Colaço

**Júri:**

**Presidente**

Professor Doutor Carlos Jorge Pinheiro Colaço

**Vogais:**

Professor Doutor António José Serôdio Fernandes

Professor Doutor Vítor Manuel dos Santos Silva Ferreira

**Dulce Cláudia Paixão Bernardo**

**2011**



## AGRADECIMENTOS

Quero deixar aqui expresso o meu reconhecimento a todos aqueles que neste importante ciclo da minha vida, contribuíram para a minha construção como ser humano e que de diversas formas tornaram possível este trabalho nas suas diferentes fases de desenvolvimento.

Ao Professor Doutor Carlos Colaço, que me orientou, pela amizade, pela confiança, pelo apoio e pela sua disponibilidade e acima de tudo pelas suas sugestões sábias e pertinentes e pela forma como me orientou. O meu mais sincero agradecimento e reconhecimento.

Aos professores do XIII Mestrado, pelos conhecimentos transmitidos, pelo apoio e disponibilidade demonstrada, nas mais diversas solicitações, quer académicas, quer profissionais, pelas trocas de ideias e conteúdos que se revelaram numa contribuição extremamente valiosa no meu crescimento pessoal, académico e profissional.

À Câmara Municipal de São Brás de Alportel que me disponibilizou toda a informação requerida.

Ao Exmo. Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel, Eng.º. António Eusébio e ao Vereador do desporto, Dr. Vítor Guerreiro, pelo apoio incondicional demonstrado desde o primeiro instante, prontidão e interesse.

Ao Exmo. Presidente da Junta de Freguesia, Sr. David Gonçalves, pela ajuda na distribuição dos inquéritos, pela disponibilidade e atenção que sempre me dispensou.

Aos meus pais, pela educação que me deram e pelo esforço de uma vida inteira que soube despertar em mim vontade de crescer e aprender continuamente e especialmente à minha mãe por me ter ensinado a nunca desistir.

Ao Luís, pelo seu apoio, pela ajuda prestada em todos os momentos, pelo incentivo e paciência.

À minha irmã e sobrinho, pela cumplicidade, confiança e amor e pelo apoio incondicional de ambos.

À minha avó Salomé, agradeço pelo exemplo de pessoa que sempre foi, por tudo o que me ensinou, apoiou e me confortou em todos os momentos da minha vida.

À minha amiga Amélia Viana, por toda a ajuda na revisão de toda a dissertação, pela sua disponibilidade e atenção que sempre me dispensou.

Aos meus amigos, por todo o incentivo dado, pelo apoio e que nos momentos mais difíceis estiveram sempre ao meu lado.

A todos os meus colegas de trabalho, que se disponibilizaram em colaborar na realização deste estudo e a todos aqueles pela ajuda na aplicação dos questionários.

Aos colegas de mestrado através das mais diversas afinidades pessoais e profissionais, em especial às amizades realizadas, por todos os vínculos e laços que estabelecemos, aos bons e difíceis momentos passados.

Às minhas colegas e amigas Lilian Valente e Fernanda Castro, pela amizade construída através das mais diversas afinidades pessoais e profissionais, que certamente manter-se-ão ao longo do tempo.

Aos munícipes sambrasenses, destinatários deste estudo, cujo objetivo possa contribuir para a criação de mais e melhores condições de natureza desportiva.

A todas as Associações e Clubes do concelho de São Brás de Alportel, em particular aos seus presidentes, pela disponibilidade e interesse em colaborar na realização deste estudo.

## RESUMO

Vários estudos sobre os comportamentos da população face à atividade física e ao desporto têm sido realizados a partir da década de setenta, pela maioria dos Estados-Membros do Conselho da Europa, com o intuito de conhecer a adesão ao desporto e as apetências das diferentes populações, face às necessidades da oferta desportiva.

Segundo a Constituição da República Portuguesa, todos os cidadãos têm direito à prática de atividade física e desportiva. Assim, esta atribui às Autarquias, enquanto estruturas de poder político, incumbências legais, de forma a dar resposta às necessidades dos seus munícipes.

A autarquia, pela maior proximidade junto dos cidadãos, desempenha um papel preponderante, destacando-se pela sua intervenção como entidade promotora de atividades físicas, desportivas e lazer. Salientamos que as políticas desportivas municipais assumiram nas últimas décadas, uma relevante e crescente importância.

Este trabalho teve como objetivo, conhecer e analisar a procura e consumo desportivo do concelho de São Brás de Alportel e a política desportiva do município.

Recorremos à metodologia de natureza quantitativa, através da aplicação de questionários à população do concelho e, à metodologia de natureza qualitativa, através da aplicação de uma entrevista aos principais decisores e responsáveis políticos.

Os questionários foram tratados com recurso a procedimentos de estatística descritiva, e, a interpretação da entrevista, foi realizada através da análise de conteúdo.

Após análise dos resultados, verificámos que: (1) 65,9% da população inquirida pratica atividade física e desportiva regularmente, no âmbito da manutenção e recreação. 38,4%, praticam-na em instalações públicas, e 55,5% da população, considerou que, as condições existentes no concelho para a prática de atividade desportiva são boas; (2) Resultante da entrevista realizada, verificamos que a política desportiva municipal manifesta-se como uma das principais preocupações do município, intervindo como entidade promotora de atividade física e desportiva, conseguindo dar resposta às necessidades de todos os seus munícipes, de todas as idades, desde os mais novos aos seniores.

**Palavras-chave:** Atividade Física, Saúde, Autarquias, Municípios, Concelho, Hábitos Desportivos, Consumo, Política, Metodologia, Instalações.

## ABSTRACT

Several studies on the population behaviors towards physical activity and sports habits, have been made since the nineteen seventeen's, mainly in the European Union countries. Their goals were focused on the recognizance of the population's aims and needs.

According to the Portuguese constitution, all citizens have the legal right to physical and sportive activity. One of the Town Hall's missions is to grant it, by providing the expected conditions to its citizens.

Town Hall, which is close to its citizens, has the main role, providing and promoting physical, sportive and leisure activities. Our study points out the importance, achievements and progress of this policy, in the last decade.

This study aims to know and analyze the sports demand, consumption and policy in São Brás de Alportel municipality.

We used a quantitative nature methodology, through the use of questionnaires applied to the population, and the methodology of a qualitative nature, by applying an interview to the person responsible and policy makers.

The questionnaires were processed using descriptive statistics and procedures. The interpretation of the interview was conducted by content analysis. After analyzing the results, we found that: (1) 65,9% of the surveyed population practices regular physical activity and sports, mainly maintenance and recreation activities. 38,4% of the activities are in public facilities. 55,5% of the population considered that the conditions existing in the municipality for the practice of sports are good; (2) According to the interview, we also find that municipal sport policy is a major concern, intervening as the promoter of physical activity and sport, in order to meet the needs of all its citizens, of all ages, from young to seniors.

**Keywords:** Physical Activity, Health, Municipalities, Municipal, Citizens, Sports Habits, Consumption, Politics, Methodology, facilities.

## ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO .....	v
ABSTRACT .....	vi
ÍNDICE GERAL .....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xii
ÍNDICE DE QUADROS.....	xiv
ÍNDICE DE TABELAS .....	xv
ÍNDICE DE ANEXOS.....	xviii
ABREVIATURAS.....	xix
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I – Problemática.....	3
1 Definição do problema .....	3
2. Objeto do Estudo.....	5
3. Objetivo do Estudo.....	5
2. Revisão da literatura.....	7
2.1. Atividade Física e a Saúde.....	7
2.2. Hábitos e consumos desportivos .....	11
2.2.1. Hábitos e consumos desportivos em Portugal e na União Europeia .....	11
2.3. Os valores sociais do desporto .....	18
2.3.1. A origem e evolução do Desporto Moderno .....	18
2.3.2. A sociedade contemporânea e o desporto .....	20
2.4. Políticas Públicas Desportivas .....	23
2.4.1. Definição de Política.....	23
2.4.2. Políticas Públicas Desportivas.....	23
2.4.3. Políticas Públicas Desportivas em Portugal.....	25
2.5. As autarquias locais e o Desporto: Enquadramento político .....	27
2.5.1. O Desporto na Administração Local .....	27
2.5.2 O papel das Autarquias no Desenvolvimento Desportivo .....	28
2.5.3. A Política Desportiva Municipal .....	29
<b>2.5.3.1. Objetivos da Política Desportiva Municipal .....</b>	<b>30</b>
<b>2.5.3.2. Modelos de Política Desportiva .....</b>	<b>32</b>
<b>2.5.3.3. Linhas orientadoras para a definição de uma Política Desportiva .....</b>	<b>34</b>
2.6. Principais Áreas de Intervenção das Câmaras Municipais no Desporto .....	36
2.6.1. Apoio ao associativismo .....	37
2.6.2. Infraestruturas e Equipamentos Desportivos.....	38

2.6.3. Programas e Atividades Desportivas .....	40
2.6.4. Relacionamento com o Sistema Educativo .....	40
2.6.5. A Formação, os Estudos e o Apoio Documental.....	41
2.6.6. A Organização de Eventos e Espetáculos Desportivos.....	42
2.6.7. Desporto Profissional.....	43
<b>CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL.....</b>	<b>45</b>
3. Caracterização do Concelho de São Brás de Alportel.....	45
3.1. Identificação .....	45
3.2. Resenha Histórica.....	47
3.3 Clima .....	50
3.4. Caracterização Sociodemográfica .....	51
3.5. Caracterização Socioeconómica.....	53
3.5.1. Economia.....	53
3.6. O Sistema Urbano .....	54
3.7. Cultura .....	55
3.7.1. Política Cultural.....	55
3.7.2. Principais Linhas de Ação.....	56
3.7.3. Espaços Culturais .....	56
3.8. Ação Social .....	57
3.9. Equipamento Social.....	59
3.9.1. Religioso .....	59
3.9.2. Recreativo e Lazer .....	59
3.9.3 Equipamentos .....	60
3.9.4. Caracterização do Sistema de Saúde .....	60
3.9.5 Caracterização da Rede Escolar .....	61
<b>3.9.5.1. População escolar .....</b>	<b>62</b>
<b>3.9.5.2. Recursos Humanos.....</b>	<b>62</b>
<b>3.9.5.3. Pessoal não docente .....</b>	<b>63</b>
<b>3.9.5.4. Atividades de enriquecimento curricular (AEC'S) .....</b>	<b>64</b>
<b>3.9.5.5. Refeições .....</b>	<b>65</b>
<b>3.9.5.6. Gabinete Municipal de Psicologia da Criança e do Adolescente ..</b>	<b>66</b>
<b>3.9.5.7. Desporto Escolar .....</b>	<b>66</b>
3.9.6. Caracterização Desportiva .....	67
<b>3.9.6.1. Equipamentos desportivos .....</b>	<b>68</b>
<b>3.9.6.2. Apoio da autarquia na promoção de atividades desportivas para</b>	
<b>crianças e jovens .....</b>	<b>69</b>



<b>3.9.6.3. Apoio da autarquia na promoção de atividades desportivas para adultos e seniores</b> .....	69
<b>3.9.6.4. Atividades Desportivas próprias dos serviços municipais do desporto</b> .....	70
<b>3.9.6.5. Associativismo Desportivo</b> .....	70
CAPÍTULO IV - METODOLOGIA .....	74
4. Metodologia .....	74
4.1. Amostra .....	74
4.1.1. Definição da Amostra .....	76
4.2. Processo de recolha de informação .....	77
4.2.1. Questionário .....	78
<b>4.2.1.1. Validação do Questionário</b> .....	79
<b>4.2.2.2. Aplicação do Questionário</b> .....	79
4.3. Tratamento de dados .....	79
4.4. Entrevista .....	79
4.4.1. Validação de uma Entrevista Semiestruturada .....	80
4.4.2. Aplicação da Entrevista .....	82
4.5. Processo Analítico .....	83
4.5.1. Corpus do Trabalho .....	84
4.5.2. Sistema Categorical .....	85
4.6. Análise Categorical .....	86
CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	90
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO INQUÉRITO .....	90
5.1 METODOLOGIA .....	90
5.1.1. Participantes .....	90
5.1.2 Material .....	92
5.1.3 Procedimentos .....	93
5.2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS .....	94
5.2.1 Relação Sociocultural com o Desporto .....	94
<b>5.2.1.1. Interesse pelo Desporto</b> .....	94
<b>5.2.1.2. Programas Desportivos na Televisão.</b> .....	96
<b>5.2.1.3. Assistência a Espetáculos ou Eventos Desportivos</b> .....	97
<b>5.2.1.4. Compra de Jornais ou Revistas Desportivas</b> .....	99
<b>5.2.1.5. Interesse pelos Acontecimentos Desportivos em São Brás de Alportel.</b> .....	100
5.3 Participação Desportiva .....	102
5.3.1. Pertença a algum Clube/Ginásio/Academia do Concelho .....	102
5.3.2. Tipo de Filiação .....	103

5.3.3. Prática de Atividade Física Regular .....	105
5.3.4. Modalidades Mais Praticadas .....	106
5.3.5. Frequência da Prática Desportiva .....	108
5.3.6. Período do Dia no Qual a Prática Desportiva é Realizada .....	109
5.3.7. Nível de Atividade Física e/ou Desportiva .....	110
5.3.8. Prática Desportiva Realizada no Concelho .....	112
5.3.9. Motivos para a Prática Desportiva Realizada fora do Concelho .....	113
5.4 Relação Institucional com a Prática Desportiva.....	114
5.4.1. Local da Prática Desportiva .....	114
5.4.2. Condições Existentes no Local da Prática Desportiva.....	116
5.4.3. Forma de Deslocação para o Local da Prática Desportiva.....	117
5.4.4. Tempo de Deslocação até ao Local da Prática Desportiva .....	119
5.4.5. Gastos Mensais com a Prática Desportiva .....	120
5.5 Motivação para a Prática Desportiva.....	122
5.5.1. Prática Desportiva no Passado .....	122
5.5.2. Modalidade Anteriormente Praticada .....	123
5.5.3. Tempo de Abandono das Modalidades Anteriormente Praticadas.....	125
5.5.4. Razões do Abandono das Modalidades Anteriormente Praticadas .....	126
5.5.5. Vontade de Reiniciar/Iniciar a Prática de uma Atividade Desportiva ....	128
5.5.6. Modalidade Desportiva que Gostaria de Iniciar/Reiniciar .....	129
5.5.7. Motivos pelos quais se Mantém sem Iniciar/Reiniciar uma Prática Desportiva .....	131
5.6. Condições para a Prática Desportiva no Concelho de São Brás de Alportel. ....	134
5.6.1. Avaliação das Condições Gerais do Concelho para a Prática Desportiva .....	134
5.6.2. Instalações Desportivas Necessárias no Concelho. ....	138
5.6.3. Investimentos Prioritários na Área do Desporto .....	140
CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	143
6. Conclusões e Considerações Finais .....	143
6.1 Conclusões dos Inquéritos .....	143
6.2. Análise e Conclusões dos Resultados da Entrevista Realizada ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador do Desporto .....	148
6.3. Considerações Finais .....	169
7. Bibliografia .....	173
Houlihan, B. (1997). Sport, policy, and politics: A comparative analysis. Routledge London and New York.....	180
8. ANEXOS.....	187
ANEXO 1 .....	188

QUESTIONÁRIO .....	188
ANEXO 2 .....	193
MANUAL DO INQUIRIDOR .....	193
ANEXO 3 .....	196
Guião da Entrevista realizada ao Presidente da Câmara e Vereador do Desporto	196

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapa da Região do Algarve .....	45
<b>Figura 2</b> – Mapa da rede viária do concelho de São Brás de Alportel .....	46
<b>Figura 3</b> – Percentagem de população ativa empregada por sector da atividade económica, 2008. ....	53
<b>Figura 4</b> - Diagrama de barras do género por escalão etário.....	90
<b>Figura 5</b> - Diagrama de barras da atividade profissional. ....	91
<b>Figura 6</b> - Diagrama de barras do grau de escolarização. ....	92
<b>Figura 7</b> - <i>Diagrama</i> de barras do interesse pelo desporto. ....	94
<b>Figura 8</b> - <i>Diagrama</i> de barras da visualização de programas desportivos na televisão. ....	96
<b>Figura 9</b> - <i>Diagrama</i> de barras da assistência a espetáculos ou eventos desportivos....	97
<b>Figura 10</b> - <i>Diagrama</i> de barras da compra de jornais ou revistas desportivas. ....	99
<b>Figura 11</b> - <i>Diagrama</i> de barras do interesse pelos acontecimentos desportivos em São Brás de Alportel. ....	100
<b>Figura 12</b> - Diagrama de barras da pertença a algum clube/ginásio/academia do Concelho.....	102
<b>Figura 13</b> - <i>Diagrama</i> de barras do tipo de filiação.....	103
<b>Figura 14</b> - <i>Diagrama</i> de barras da prática de atividade física com regularidade.....	105
<b>Figura 15</b> - <i>Diagrama</i> de barras das modalidades mais praticadas. ....	106
<b>Figura 16</b> - Diagrama de barras da frequência da prática desportiva. ....	108
<b>Figura 17</b> - Diagrama de barras do período do dia no qual a prática desportiva é realizada. ....	109
<b>Figura 18</b> - Diagrama de barras do nível de atividade física e/ou desportiva .....	111
<b>Figura 19</b> - Diagrama de barras da prática desportiva realizada no Concelho.....	112
<b>Figura 20</b> - Diagrama de barras dos motivos para a prática desportiva realizada fora do Concelho.....	113
<b>Figura 21</b> - <i>Diagrama</i> de barras dos locais da prática desportiva. ....	114
<b>Figura 22</b> - Diagrama de barras das condições existentes no local de prática desportiva. ....	116
<b>Figura 23</b> - Diagrama de barras da forma de deslocação para o local da prática desportiva. ....	117

<b>Figura 24</b> - Diagrama de barras do tempo de deslocação até ao local da prática desportiva. ....	119
<b>Figura 25</b> - <i>Diagrama</i> de barras dos gastos mensais com a prática desportiva.....	120
<b>Figura 26</b> - Diagrama de barras de prática desportiva no passado. ....	122
<b>Figura 27</b> - <i>Diagrama</i> de barras das modalidades anteriormente praticadas. ....	123
<b>Figura 28</b> - Diagrama de barras do tempo de abandono das modalidades anteriormente praticadas.....	125
<b>Figura 29</b> - Diagrama de barras das razões do abandono das modalidades anteriormente praticadas.....	126
<b>Figura 30</b> - Diagrama de barras da vontade de reiniciar/iniciar a prática de uma atividade desportiva. ....	128
<b>Figura 31</b> - Diagrama de barras da modalidade desportiva que gostaria de iniciar/reiniciar.....	130
<b>Figura 32</b> - Diagrama de barras dos motivos pelos quais se mantém sem iniciar/reiniciar uma prática desportiva.....	132
<b>Figura 33</b> - Diagrama de barras das instalações desportivas necessárias no Concelho. ....	138

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Desporto de Elite e Desporto para Todos (adaptado de Caballero, 2001) .	32
<b>Quadro 2</b> – Número de turmas e de alunos na educação pré-escolar em estabelecimentos privados, no ano letivo de 2011/2012.....	61
<b>Quadro 3</b> – População Escolar do Agrupamento .....	62
<b>Quadro 4</b> – Corpo docente .....	63
<b>Quadro 5</b> – Docentes de CAF e AECs.....	63
<b>Quadro 6</b> – Desporto escolar.....	67
<b>Quadro 7</b> - Equipamentos Desportivos segundo a localização e tipo de equipamento (2011).....	68
<b>Quadro 8</b> - Equipamentos Desportivos segundo a localização e a entidade proprietária (2011).....	69
<b>Quadro 9</b> - Planos de Apoio ao Associativismo e Contratos Programa .....	71
<b>Quadro 10</b> – Modalidades e respetivo número de clubes que a (s) desenvolvem.....	71
<b>Quadro 11</b> – Total de atletas apoiados pelo Associativismo e Contratos Programa da Câmara Municipal.....	72
<b>Quadro 12</b> - População residente, segundo os grupos etários e o sexo, em São Brás de Alportel, a 31 de Dezembro de 2009 .....	76
<b>Quadro 13</b> – Base da amostra do concelho de São Brás de Alportel .....	76
<b>Quadro 14</b> – Estratificação dos indivíduos por idades .....	77
<b>Quadro 15</b> – Estratificação dos indivíduos segundo o género .....	77

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Interesse pelo Desporto por Género .....	95
<b>Tabela 2</b> - Interesse pelo Desporto por Escalão Etário .....	95
<b>Tabela 3</b> - Visualização de Programas Desportivos na Televisão por Género.....	96
<b>Tabela 4</b> - Visualização de Programas Desportivos na Televisão por Escalão Etário...	97
<b>Tabela 5</b> - Assistência a Espetáculos ou Eventos Desportivos por Género .....	98
<b>Tabela 6</b> - Assistência a Espetáculos ou Eventos Desportivos por Escalão Etário .....	98
<b>Tabela 7</b> - Compra de Jornais ou Revistas Desportivas por Género.....	99
<b>Tabela 8</b> - Compra de Jornais ou Revistas Desportivas por Escalão Etário.....	100
<b>Tabela 9</b> - Interesse Pelos Acontecimentos Desportivos em São Brás de Alportel por Género .....	101
<b>Tabela 10</b> - Interesse Pelos Acontecimentos Desportivos em São Brás de Alportel por Escalão Etário .....	101
<b>Tabela 11</b> - Pertença a Algum Clube/Ginásio/Academia do Concelho por Género....	102
<b>Tabela 12</b> - Pertença a Algum Clube/Ginásio/Academia do Concelho por Escalão Etário .....	103
<b>Tabela 13</b> - Tipo de Filiação por Género .....	104
<b>Tabela 14</b> - Tipo de Filiação por Escalão Etário .....	104
<b>Tabela 15</b> - Prática de Atividade Física Regular por Género .....	105
<b>Tabela 16</b> - Prática de Atividade Física Regular por Escalão Etário .....	106
<b>Tabela 17</b> - Modalidades Mais Praticadas por Género .....	107
<b>Tabela 18</b> - Modalidades Mais Praticadas por Escalão Etário .....	107
<b>Tabela 19</b> - Frequência da Prática Desportiva por Género .....	108
<b>Tabela 20</b> - Frequência da Prática Desportiva por Escalão Etário .....	109
<b>Tabela 21</b> - Período do Dia no Qual a Prática Desportiva é Realizada por Género ...	110
<b>Tabela 22</b> - Período do Dia no Qual a Prática Desportiva é Realizada por Escalão Etário .....	110
<b>Tabela 23</b> - Nível de Atividade Física e/ou Desportiva por Género.....	111
<b>Tabela 24</b> - Nível de Atividade Física e/ou Desportiva por Escalão Etário.....	112
<b>Tabela 25</b> - Prática Desportiva Realizada no Concelho por Género .....	113
<b>Tabela 26</b> - Prática Desportiva Realizada no Concelho por Escalão Etário .....	113
<b>Tabela 27</b> - Local da Prática Desportiva por Género.....	115

<b>Tabela 28</b> - Local da Prática Desportiva por Escalão Etário .....	115
<b>Tabela 29</b> - Condições Existentes no Local da Prática Desportiva por Género .....	116
<b>Tabela 30</b> - Condições Existentes no Local da Prática Desportiva por Escalão Etário .....	117
<b>Tabela 31</b> - Forma de Deslocação para o Local da Prática Desportiva por Género .....	118
<b>Tabela 32</b> - Forma de Deslocação até ao Local da Prática Desportiva por Escalão Etário .....	118
<b>Tabela 33</b> - Tempo de Deslocação até ao Local da Prática Desportiva por Género.....	119
<b>Tabela 34</b> - Tempo de Deslocação até ao Local da Prática Desportiva por Escalão Etário .....	120
<b>Tabela 35</b> - Gastos Mensais com a Prática Desportiva por Género.....	121
<b>Tabela 36</b> - Gastos Mensais com a Prática Desportiva por Escalão Etário.....	121
<b>Tabela 37</b> - Prática Desportiva no Passado por Género .....	122
<b>Tabela 38</b> - Prática Desportiva no Passado por Escalão Etário .....	123
<b>Tabela 39</b> - Modalidade Anteriormente Praticada por Género.....	124
<b>Tabela 40</b> - Modalidade Anteriormente Praticada por Escalão Etário.....	124
<b>Tabela 41</b> - Tempo de Abandono das Modalidades Anteriormente Praticadas por Género .....	125
<b>Tabela 42</b> - Tempo de Abandono das Modalidade Anteriormente Praticadas por Escalão Etário .....	126
<b>Tabela 43</b> - Razões do Abandono das Modalidades Anteriormente Praticadas por Género .....	127
<b>Tabela 44</b> - Razões do Abandono das Modalidade Anteriormente Praticada por Escalão Etário .....	128
<b>Tabela 45</b> - Vontade de Reiniciar/Iniciar a Prática de uma Atividade Desportiva por Género .....	129
<b>Tabela 46</b> - Vontade de Reiniciar/Iniciar a Prática de uma Atividade Desportiva por Escalão Etário .....	129
<b>Tabela 47</b> - Modalidade Desportiva que Gostaria de Iniciar/Reiniciar por Género ....	130
<b>Tabela 48</b> - Modalidade Desportiva que Gostaria de Iniciar/Reiniciar por Escalão Etário .....	131
<b>Tabela 49</b> - Motivos pelos quais se Mantém sem Iniciar/Reiniciar uma Prática Desportiva por Género .....	132
<b>Tabela 50</b> - Motivos pelos quais se Mantém sem Iniciar/Reiniciar uma Prática Desportiva por Escalão Etário .....	133



<b>Tabela 51</b> - Avaliação da Condições Gerais do Concelho para a Prática Desportiva .	134
<b>Tabela 52</b> - Avaliação da Condições Gerais do Concelho para a Prática Desportiva por Género .....	135
<b>Tabela 53</b> - Avaliação da Condições Gerais do Concelho para a Prática Desportiva por Escalão Etário .....	137
<b>Tabela 54</b> - Testes Kruskal-Wallis: Avaliação da Condições Gerais do Concelho para a Prática Desportiva por Escalão Etário .....	138
<b>Tabela 55</b> - Intervenção no Município de São Brás de Alportel .....	139
<b>Tabela 56</b> - Intervenção no Município de São Brás de Alportel por Género .....	140
<b>Tabela 57</b> - Intervenção no Município de São Brás de Alportel por Escalão Etário ...	141

## ÍNDICE DE ANEXOS

<b>Anexo 1-</b> Questionário .....	189
<b>Anexo 2</b> - Manual do Inquiridor.....	194
<b>Anexo 3</b> - Guião da Entrevista .....	197

## **ABREVIATURAS**

**DGS** – Direção geral de saúde

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**UE** – União Europeia

**DG EAC** – Comissão Europeia Direcção-Geral da Educação e Cultura

**LBAFD** – Lei de Bases da Atividade Física e Desporto

**CRP** – Constituição da República Portuguesa

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**PROT Algarve** – Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

**PDM** – Plano Diretor Municipal

**ACTA** – Companhia de Teatro do Algarve

**PIC EQUAL** – Programa Operacional da Iniciativa Comunitária EQUAL

**SIM-PD** – Serviços de Informação e Mediação às Pessoas com Deficiência

**GIP** – Gabinete de Inserção Profissional (GIP)

**IEFP** – Instituto de Emprego e Formação Profissional

**CCD** – Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal

**POPH/QREN** – Programa operacional de potencial humano / quadro de referência estratégica nacional.

**CEB** – Ciclo do Ensino Básico

**CAF** – Centro de Apoio à Família

**AECs** – Atividades de Enriquecimento Curricular

## INTRODUÇÃO

O desporto é, atualmente, um fenómeno social que entusiasma milhares de adeptos para a sua prática nas áreas da educação, lazer, manutenção, recuperação e reabilitação, melhoria da qualidade de vida e saúde, profissionalismo e espetáculo.

Hoje, o desporto não tem apenas como finalidade a competição, evoluindo cada vez mais para um patamar de diversidade e pluralidade de objetivos, de motivações e prazeres. Verifica-se uma crescente frequência das práticas lúdicas e recreativas.

O desporto evoluiu e os cidadãos procuram o direito a uma prática desportiva que não se resuma aos conceitos antigos nem se balize só no rendimento e no espetáculo.

É importante compreender a complexidade de que se revestem as práticas desportivas atuais não esquecendo a vontade das populações. O acesso à atividade física e desportiva é um direito que lhes assiste e que o Estado deve procurar garantir.

A política desportiva municipal deve estruturar-se com base na preocupação de aproximar o desporto do cidadão. É fundamental que a autarquia conheça o ambiente em que hoje o desporto se desenvolve e quais os reais interesses da população.

As políticas desportivas deverão considerar os aspetos quantitativos e qualitativos da oferta desportiva.

Torna-se necessário o exame rigoroso das condições sobre as quais se atua e a determinação de objetivos e ações que apontem à promoção de protagonistas e não somente meros espectadores no cenário da cultura desportiva.

Pretendeu-se estudar e analisar o percurso, motivações e insatisfações da população de São Brás de Alportel em relação à atividade física e ao desporto.

O objetivo fundamental do estudo foi conhecer os hábitos desportivos da população e a sua opinião em relação às instalações e serviços desportivos do concelho, com a finalidade de se avaliarem políticas desportivas e definirem linhas de orientação capazes de promover o desenvolvimento desportivo e satisfazer os níveis de procura detetados.

O estudo do comportamento do consumidor assume-se como um aspeto fundamental no desenvolvimento das políticas públicas (Blackwell, Miniard & Engel, 2005). Compreender os consumidores e o processo de consumo proporciona uma série de benefícios, entre eles, estão o auxílio na tomada de decisão dos gestores políticos, na

tentativa de encontrar indícios para direcionar a produção de serviços desportivos, numa perspetiva de satisfação dos consumidores (Teixeira, 2000).

Utilizámos uma metodologia de natureza quantitativa, através da aplicação de questionários à população do concelho e metodologia de natureza qualitativa, através da aplicação de uma entrevista aos principais decisores e responsáveis políticos.

A estrutura do trabalho consiste na definição do problema, seguindo-se o objeto de estudo e o objetivo de estudo. Seguidamente foi realizada a revisão da literatura, que se consubstancia num enquadramento teórico, passando à caracterização do concelho e posteriormente a metodologia utilizada no estudo. De seguida, apresentamos os resultados e, por último, as conclusões finais do trabalho, respondendo à definição do problema. Finalizámos a bibliografia consultada para este efeito.

## CAPÍTULO I – Problemática

### 1. Definição do problema

Os organismos do poder político, como principais responsáveis pelo desporto, têm encetado e promovido estudos relativos ao comportamento da População portuguesa face à atividade física e desportiva.

MARIVOET, S., realizou o seu primeiro estudo em 1988, e o segundo 10 anos depois, em 1998. A realização de um estudo nesta área pretende avaliar políticas e definir linhas orientadoras capazes de promover o desenvolvimento desportivo de forma integrada e estabelecer linhas de comparação quanto à evolução dos hábitos desportivos na sociedade portuguesa durante essa década. Este estudo, no entanto, não nos dá um conhecimento pormenorizado da situação desportiva de um determinado concelho e tendo mais dez anos, já se encontra desatualizado.

Em termos de desenvolvimento desportivo não há caminhos únicos, cada Município é um caso. Por isso, mais importante do que discriminar soluções é dispor de uma atitude cultural que faça do estudo da realidade local a base onde se fundamentem as escolhas e as decisões políticas, na perspetiva de que o objetivo final será sempre o de dar a todos os cidadãos condições de acesso à prática do desporto.

Nestas circunstâncias, sendo crescente por todo o país a atenção dada aos problemas da prática do desporto das populações, este trabalho poderá servir como diagnóstico de uma dada realidade desportiva e contribuir para o planeamento de políticas de desenvolvimento desportivo local. A propósito disso Constantino, J. (2001) defende que: “ *O verdadeiro problema do sistema desportivo português é o da adequação entre o seu modelo da organização e as necessidades de uma sociedade moderna*”.

Tem-se verificado, ao longo dos anos, alterações no Sistema Desportivo Nacional.

Os cidadãos procuram o direito a uma prática desportiva que não se balize apenas no rendimento e no espetáculo. É importante entender a complexidade de que se revestem as práticas desportivas atuais, não esquecendo a vontade das populações.

Julgamos fundamental conhecer o comportamento dos Sambrasenses face ao desporto e à atividade física, através da sua opinião, atendendo aos hábitos, tendências, motivações e insatisfações de forma a implementar estratégias do desenvolvimento desportivo local.

O crescimento da prática da atividade física no concelho de São Brás de Alportel tem revelado aumentos significativos, no âmbito do considerado desporto para todos, através de projetos que envolvem praticantes de todas as idades, interligados com a área da saúde e da educação, integrados num programa global de promoção da atividade física, bem como no apoio ao associativismo desportivo promovidos pela autarquia.

No Município de São Brás de Alportel, tem-se assistido nos últimos anos à construção de infraestruturas e remodelação de outras, situação que poderemos confirmar através dos resultados dos questionários realizados aos munícipes.

A realização deste trabalho fundamenta-se na necessidade de avaliar e investigar cientificamente os hábitos e consumos desportivos da população no concelho de São Brás de Alportel. Procuramos conhecer a política desportiva municipal, saber se a mesma vai de encontro às necessidades e expetativas dos munícipes e qual o grau de satisfação destes. Assim sendo questiona-se: **“Tem o Município de São Brás de Alportel sido a entidade responsável do desenvolvimento desportivo no concelho?”**

Paralelamente a esta questão consideramos que é necessário investigar acerca de outra questão também importante: **“As infraestruturas do concelho vão de encontro às necessidades dos seus munícipes?”**

Na sequência das respostas às questões formuladas, Fortín, M. (2000), refere que *“a formulação de um problema de investigação consiste em desenvolver uma ideia através de uma progressão lógica de opiniões, argumentos e de factos relativos ao estudo que se deseja empreender.”*

As respostas a estas questões serão auxiliadas, com uma revisão da literatura apresentando factos literários que justificam a razão da investigação, não esquecendo a influência e responsabilidade do gestor desportivo, no processo de desenvolvimento desportivo na Administração Central e Local.

## **2. Objeto do Estudo**

É objeto deste estudo a caracterização da população do concelho de São Brás de Alportel, relativamente aos hábitos e consumos desportivos.

Pretendemos que este seja uma ferramenta, de forma a compreender as tendências dos munícipes para a prática desportiva, bem como uma plataforma para futuras orientações desportivas.

O presente trabalho pretende também analisar a oferta de atividade física e desportiva e as políticas desportivas do município.

Pretende-se que este estudo contribua para o desenvolvimento da atividade física e do desporto no concelho, bem como influenciar ou orientar os decisores de forma a aumentar a prática da atividade física.

Salientamos ainda, que apesar da existência de novas infraestruturas e da forte adesão da população à prática de atividade física, consideramos imprescindível a existência de um plano estratégico de desenvolvimento desportivo de forma a facilitar a planificação desportiva do município.

## **3. Objetivo do Estudo**

Os objetivos do estudo pretendem: i) identificar e classificar as ofertas desportivas do município; ii) analisar os hábitos e consumos desportivos da população; iii) analisar a relação sócio cultural com o desporto; iv) identificar a motivação dos munícipes para a prática de atividade física; v) analisar a perceção dos inquiridos relativamente às condições para a prática desportiva, bem como a opinião destes ao nível da intervenção que o município poderá desenvolver na área do desporto, relativamente a diversas matérias; vi) conhecer as linhas orientadoras subjacentes ao pensamento político-estratégico das propostas de fomento e apoio à atividade física e desportiva municipal;

Para a realização da presente dissertação, utilizamos a metodologia de natureza quantitativa, recorrendo à aplicação de questionários à população sambrasense, sendo posteriormente tratados os respetivo resultados com procedimentos de estatística descritiva. Recorremos também à metodologia qualitativa, procedendo à aplicação de



entrevistas realizadas aos decisores e responsáveis políticos do município e interpretação da informação das mesmas através da análise de conteúdo.

## **CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA**

### **2. Revisão da literatura**

#### **2.1. Atividade Física e a Saúde**

A sociedade atual na qual nos inserimos está marcada por uma constante mudança alicerçada na tecnologia e na ciência, cujo desenvolvimento catapultas estas mesmo, rápida e objetivamente.

Os comportamentos, atitudes e valores alteram-se assim, sendo orientados para o permeável contexto social e atual e para constante busca do aperfeiçoamento e entendimento da vida.

Estes factos repercutem-se na atividade física e suas várias vertentes.

Nos países mais desenvolvidos, tem-se vindo a observar um aumento de esperança de vida das suas populações. Também em Portugal, nos últimos vinte anos, constata-se grandes alterações nas condições de vida e nas causas que influenciam a saúde, apresentando significativas melhorias nos indicadores da saúde.

De acordo com Bouchard et al. (1990), o estilo de vida, isto é, o conjunto de comportamentos e hábitos do indivíduo que podem afetar a saúde, tem vindo a ocupar um lugar de destaque em relação à saúde e à qualidade de vida dos indivíduos e das populações.

Contudo, confrontamo-nos cada vez mais com uma sociedade sedentária, com problemas de saúde, associados ao progresso tecnológico e socioeconómico, conduzindo às principais causas de morbilidade e mortalidade associados em parte às doenças crónico-degenerativas, nomeadamente as de foro cardiovascular e as de obesidade, estando ligadas às alterações comportamentais resultantes do estilo de vida.

O Sedentarismo, em conjunto com os excessos alimentares, são uma das principais causas de morte nos países ocidentais, as doenças cardiovasculares, bem como as epidemias que aumentam nestes países, hipertensão arterial, a diabetes, alguns tipos de cancro e outras doenças ditas de civilização. Dai a importância de fomentar a prática regular de atividade física, cujos benefícios não sejam apenas físicos, mas também psíquicos e sociais, contribuindo, como nenhuma outra medida geral, para a definição de saúde da OMS (Organização Mundial de Saúde), sendo “ o bem-estar físico, mental e social do indivíduo”.

O conceito de atividade física compreende qualquer movimento produzido pelos músculos esqueléticos que resulte num substancial incremento do dispêndio energético, relativamente ao consumo metabólico e basal (Bouchard & Shephard, 1994; USDHHS, 1996). Assim sendo, e na perspetiva dos benefícios para a saúde deverá ser considerada a atividade física de lazer, o desporto, outros exercícios físicos, tarefas profissionais ou mesmo atividades domésticas.

Segundo Sankiahor et al. (1990), a atividade física, como um dos comportamentos sobre o qual o indivíduo detém uma larga margem de controlo voluntário, é encarada como um produto de um padrão de comportamento. Subentende-se que o conceito de saúde, bem como a sua vivência sejam transformados em questões de estilos de vida e bem-estar, podendo aquela ser controlada predominantemente por alterações de comportamento. É natural deste modo que a atividade física e o desporto sejam encarados como parte integrante de um conjunto de comportamentos e, portanto, de um estilo de vida.

Estudos decorrentes continuam a demonstrar o papel importante da atividade física regular na manutenção da saúde e bem-estar. A atividade física regular protege contra o desenvolvimento e manutenção de muitas doenças crónicas, assumindo-se como uma componente fundamental de um estilo de vida saudável, associado à qualidade de vida e consequentemente à saúde dos indivíduos. Recentes investigações comprovam que alterações na atividade física em indivíduos sedentários tem como consequência uma redução na mortalidade pelo que suportam a hipótese de que o exercício regular aumenta a longevidade.

Assim sendo, dentro de uma hierarquia de valores, é a atividade física uma componente fundamental, que abona e se integra no dia-a-dia.

A compreensão deste facto, associado à dimensão das suas eventuais implicações levou mesmo a que as entidades do país, responsáveis pela implementação de políticas de apoio e de prevenção no âmbito da saúde pública, tenham contemplado nas suas linhas estratégicas e objetivos em 2002, o aumento da prevalência da atividade física na população adulta. Neste sentido, pela primeira vez um documento estratégico oficial realça o papel potencialmente determinante da atividade física no conjunto das variáveis significativas conducentes à melhoria do bem-estar e qualidade de vida das populações (Ministério da Saúde, 1999).

De acordo com Raitakari et al., (1997), se o impacto positivo da atividade física sobre a saúde na idade adulta parece ser consistente, o reconhecimento das doenças

crónico-degenerativas em geral, e das doenças cardiovasculares, em particular, como uma doença pediátrica, aumenta a sua importância no quadro preventivo da saúde pública.

Tendo em conta que a maior parte das patologias crónico-degenerativas se manifestem a partir do estado adulto, a realidade parece estar relacionada com padrões de determinados comportamentos na infância. Há a salientar que a deposição intra-arterial dos lípidos arteroscleróticos se desencadeia na infância e na adolescência.

Estes dados, entre outros, levam à sugestão de que a atividade física regular possa reduzir os fatores de risco nas crianças e adolescentes da mesma forma que nos adultos. Assume-se, assim, o desejo de transmissão de estilos de vida ativos na juventude como meio de prevenção de um conjunto de fatores de risco de diferentes patologias, bem como, ao aumento da qualidade de vida dos indivíduos (Sallis & Owen, 1999). Numa idade já mais avançada, os benefícios da atividade física regular garantem um envelhecimento saudável, possibilitando melhorar e manter uma qualidade de vida com mais autonomia, e prevenir doenças crónicas. A atividade física nesta faixa etária retarda os sinais de envelhecimento, melhorando o equilíbrio, a força muscular, a coordenação a flexibilidade, a resistência, o controlo motor, as funções cognitivas e além de tudo a saúde mental (DGS, 2008)<sup>1</sup>.

Atualmente a formação de agentes desportivos procura fazer face aos problemas da saúde que cada vez mais sobressaem na sociedade contemporânea. A formação tem encarado os problemas de saúde como fazendo parte da cultura, visando o ramo educacional. Procuram um modo a alcançar um conhecimento capaz de compreender e ultrapassar, os referidos problemas, tendo em vista a formação de um indivíduo saudável.

Em Portugal, no domínio da despesa pública, a área da saúde atinge custos muito elevados, impondo medidas urgentes de redução e racionalização. Essas medidas apenas alcançam os objetivos, através do aumento da promoção de ações de sensibilização e de prevenção acerca dos benefícios da atividade física, de uma nutrição correta, dos estilos de vida, entre outras causas que influem na melhoria da qualidade vida e bem-estar das populações.

As doenças do aparelho circulatório – cardiovasculares e hipertensão – continuam a ser a principal causa de morte em Portugal, se não levarmos em conta

---

<sup>1</sup> Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas – Envelhecer com Sabedoria – Atividade Física para manter a independência – <http://www.dgs.pt>

outras causas de morte ainda desconhecidas. As referidas doenças matam cerca de 32,2% de portugueses, de acordo com os últimos dados recolhidos. Entre as doenças do aparelho circulatório, as cerebrovasculares continuam a ser a primeira causa de morte. Os problemas de hipertensão, os níveis elevados de colesterol, os hábitos alimentares e os estilos de vida incluindo a sedentarização explicam a importância que estas causas de morte assumem.

Depois do tabagismo, a obesidade é considerada como a segunda causa de morte passível de prevenção. Existem muitas pessoas obesas a nível mundial que a organização mundial de saúde (OMS) considera como a epidemia global do séc. XXI.

Face à constatação de que a atividade física é essencial para a promoção da saúde, é cada vez mais necessário aconselhar as pessoas a alterarem certos estilos de vida, e especialmente estimular a criação do hábito da prática regular do exercício físico, minimizando a despesa na saúde, diminuindo a assiduidade e procura dos serviços médicos, maior produção e decréscimo de absentismo laboral, bem como a redução de doenças no trabalho.

De acordo com Constantino (1999), a existência de programas de atividades físicas junto das populações como meio de promoção da saúde, deverá obedecer a uma construção racional, assente em normas, regras e fatores que suscitem, de facto, o aperfeiçoamento corporal. É perante o pressuposto de que a saúde pode ser treinável, e, por isso, melhorada e aumentada, que se configura um quadro de responsabilidades que deve envolver a participação dos poderes públicos, entidades e organismos privados, profissionais de saúde pública e profissionais de educação física e desporto. A elaboração das políticas educativas, desportivas e de saúde deverão ser os instrumentos estratégicos fundamentais para uma política de promoção da saúde.

Com este objetivo e no sentido de minimizar a ausência da atividade física, para evitar ou compensar as doenças provocadas pela falta de movimento, os governos de vários países vêm desenvolvendo no últimos anos campanhas com o objetivo de motivar os cidadãos para a prática de atividade física e promoção da saúde.

Na Europa criou-se um grupo de trabalho com especialistas de vários países, nesta área, tendo-se desenvolvido um projeto dinamizador que evoluiu sob a designação genérica de “Desporto para Todos”. O ano de 2004 foi designado como Ano Europeu da Educação pelo Desporto, com o objetivo do mesmo ser praticado e em todas as idades e para que todos possam ter acesso à prática de atividade física.

Tendo em consideração o exposto, cabe aos profissionais que têm a responsabilidade de aconselhar o exercício físico, dar sugestões a cada indivíduo para que possa escolher a atividade que mais lhes convém de acordo com o seu interesse pessoal. Compete também, aos profissionais executar uma correta planificação e implementação através de planos de controlo bem como a sua condução, com o objetivo de obter ganhos no plano de saúde da população.

## **2.2. Hábitos e consumos desportivos**

### **2.2.1. Hábitos e consumos desportivos em Portugal e na União Europeia**

Os hábitos de prática desportiva dos portugueses é, sem dúvida, uma questão preocupante da vida desportiva nacional, tendo em atenção o impacto na saúde pública que resulta da vida sedentária de uma parte muito significativa da população.

De acordo com dados da investigação na área dos hábitos desportivos da população portuguesa, no ano de 1998 (Marivoet 2001), apenas 23% da população portuguesa entre os 15 e os 74 anos afirma ter uma atividade física regular, sendo a taxa de praticantes federados de apenas 4%.

Salientamos o facto de que, os dados acima referidos foram confirmados por estudo promovido pela Comissão Europeia, publicado em Novembro de 2004 (Eurobarometer 213), no qual se afirma que, em termos de prática desportiva, Portugal é o pior país no conjunto dos 25 da UE. Isto, considerando entre outros resultados, que os cidadãos maioritariamente (73%) afirmam que praticam desporto poucas vezes ou nunca e que (66%) dos cidadãos afirmam mesmo que nunca praticam desporto.

Podemos afirmar que comparativamente aos dados de idêntico estudo levado a efeito no ano de 2003 (Eurobarometer 197), a situação do nosso país registou um progresso muito escasso em alguns indicadores mas, por exemplo, no caso dos indivíduos que responderam que praticam desporto com pouca frequência, ou nunca praticam, houve um agravamento na ordem dos 3% em 2004 – justamente o Ano Europeu da Educação pelo Desporto.

O impacto científico e tecnológico está a provocar grandes mudanças civilizacionais e perturbações na vida quotidiana e, consequentemente, na própria organização e gestão do trabalho e do lazer. De acordo com os dados de Marivoet

(2001), o desporto era em 1998, a quinta escolha em termos de ocupação do tempo livre dos portugueses dos 15 aos 74 anos (17%), em comparação com o ver TV (66%), passear com a família/amigos (37%), ler (22%), hobbies (14%), ver desporto (12%), ir ao cinema (9%) e ver espetáculos/eventos culturais (5%).

Todavia esta situação pode estar a alterar-se de forma significativa e preocupante de acordo com os dados do Eurobarometer 197, sobre o desporto (2003), em que as respostas dos cidadãos inquiridos dos 15 países que então constituíam a UE, eram: ver TV (88%), Internet (19%), desporto (15%), jogos de vídeo (6%) e atividades culturais (4%).

Esta realidade, de crescente sedentarismo entre a população, independentemente da idade ou do género é extremamente preocupante em termos de saúde pública, considerando que todos os dados científicos apontam que, sendo o cancro e as doenças cardiovasculares as principais causas de mortalidade entre a população adulta ocidental, a atividade física regular reduz de forma evidente a taxa de mortalidade (U.S. Department of Health and Human Services, 1996).

Vivemos portanto, uma situação de verdadeira epidemia, em particular entre as crianças e os jovens, na medida em que estão a ficar progressivamente obesos e com menor capacidade física, como uma consequência de um estilo de vida sedentário e da falta de exercício físico.

Porém, as respostas a estes problemas, especialmente para uma mudança comportamental dos portugueses no que respeita à aquisição de um estilo de vida ativa e saudável, não têm sido encontradas exclusivamente nos sistemas Desportivo e Educativo.

Em muitas autarquias locais regista-se que há um número crescente de projetos e atividade que visam a ligação entre o desporto e a saúde. Todavia, há uma clara descoordenação de esforços e recursos neste campo, pelo que os resultados, em termos do impacto a nível social destas iniciativas, ficam muito aquém do que seria possível e desejável.

Consideramos que têm perdurado, ao longo de muitos anos, a duplicação de intervenções e ambiguidades relativas à missão e vocação de cada componente dos sistemas desportivo e educativo.

Assim, desde a intervenção da Administração Pública Desportiva ao Comité Olímpico de Portugal, passando pela Confederação de Desporto de Portugal, Federações Desportivas, Autarquias Locais e escolas, é fundamental uma clarificação

das funções que competem a cada estrutura, a fim de se estabelecerem as grandes finalidades das políticas desportivas (nacionais e locais), os objetivos, as metas e as estratégias para os alcançar.

É fundamental existir um planeamento estratégico, tanto a nível da Administração Pública, como no sistema desportivo federado (Federações, Associações e Clubes), ou no sistema educativo (escolas) tendo em conta a importância e as competências das Autarquias Locais. Consideramos que os referidos sistemas não se substituem, mas devem procurar uma articulação e uma complementaridade com os órgãos do poder local.

É importante prevenir ou remediar todo o conjunto de problemas sociais, quer no domínio da saúde quer no acompanhamento dos jovens em risco (ou já com comportamentos desviantes), a harmonização das políticas a nível nacional e local, nomeadamente nas áreas de desporto, da educação, da saúde, do ambiente e do urbanismo.

O desporto afigurou-se como um das competências da União Europeia complementares da ratificação do Tratado de Lisboa no final de 2009, pondo em curso um processo pelo qual os Estados-Membros serão incentivados a implementar políticas baseadas em evidências, a fim de melhorar a sua prestação a nível de instalações desportivas e oportunidades.

Isso significa que pela primeira vez, a UE tem como primordial objetivo a promoção do desporto e da atividade física ao nível da política, não apenas com vista a melhorar a saúde e bem-estar físico em toda a UE, mas também para reforçar o papel que o desporto pode desempenhar na dinamização da coesão social e pelo seu valor educacional.

Para este efeito, a Comissão Europeia está a preparar a emissão de uma comunicação sobre desporto da segunda metade de 2010, que terá como base o quadro definido em 2007 pelo - Livro Branco sobre o Desporto - um documento que abriu novos caminhos para a UE a fim de *“dar uma orientação estratégica sobre o papel do desporto na Europa”*.

A preparação deste documento iniciou-se com a presidência portuguesa da UE, no primeiro semestre de 2007, e foi aprovado pelos 27 Estados Membros na reunião de Ministros do Desporto que ocorreu, em Novembro de 2008, durante a presidência francesa.



O plano de ação de Pierre Coubertin teve como principal objetivo contribuir para o debate acerca da importância do desporto e desenvolver condições para a integração do desporto na política global da UE. Inclui também a conceção e desenvolvimento de orientações para uma melhor governação. Foram identificadas ações prioritárias nos âmbitos da função social, da dimensão económica e da organização do desporto. As orientações da União Europeia para a atividade física resultam dos objetivos identificados como relevantes para a função social do desporto, envolvendo o reconhecimento da Comissão para elaborar com os Estados Membros novas orientações para a atividade física.

O documento compreende ainda sugestões para uma eficaz monitorização das diferentes políticas. Para cada uma das áreas é apresentada uma raiz conceptual, exemplos de boas práticas e as respetivas recomendações de ação.

Trata-se de uma abordagem transectorial envolvendo o Desporto, a Saúde, a Educação, o sector dos Transportes, Ambiente e Planeamento Urbanos, Ambiente nos Locais de Trabalho e Serviços para Cidadãos Seniores.

Foi realizado um inquérito em 2009 e publicado em 2010, (Eurobarometer 334), encomendado pela Comissão Europeia Direcção-Geral da Educação e Cultura (DG EAC).

Foram entrevistados 26.788 cidadãos europeus pela TNS (Opinion & Social) via internet (2009) em 27 Estados da União Europeia, através de um inquérito Eurobarometer especial sobre as atividades desenvolvidas pela Direcção-Geral da Comunicação ("Investigação e Análise Política").

Em termos conclusivos, este estudo revelou que a maioria dos cidadãos da UE (65%) realizam algum tipo de exercício físico pelo menos uma vez por semana, no entanto, um quarto de todos os entrevistados declara que eles são completamente ou quase fisicamente inativos. Isso revela que a mensagem sobre o elo entre a saúde e a condição física ainda não conseguiu passar para segmentos da população importantes da UE.

A pesquisa demonstra também que existem alguns sectores da sociedade que estão descontentes no que respeita à oferta desportiva. Mulheres jovens, em particular, são muito menos ativas do que os homens. Isto poderia sugerir que elas precisam de mais incentivo e oportunidade de praticar atividade física mais regularmente.

A pesquisa revela, ainda, grandes disparidades entre os Estados Membros. Alguns deles mostram um alto nível de participação no desporto e na atividade física. Os países mais fisicamente ativos são em geral agrupados na parte norte da UE, enquanto os menos ativos são principalmente os países do Sul e os Estados-novos.

Este é provavelmente um sinal de que a organização da sociedade desempenha um papel fundamental na área da participação dos cidadãos em atividades físicas e desportivas, particularmente no planeamento de trabalho e tempo de lazer. Pode também refletir diferenças na organização da atividade física e do desporto nos Estados Membros, incluindo questões de financiamento e prioridades de gastos na área de desporto.

Portanto, os resultados sugerem que os decisores políticos devem ter em conta o impacto das diferentes políticas nas oportunidades que os cidadãos têm de praticar desporto ou ser fisicamente ativos, e orientar as referidas políticas de forma a levar à realização de uma atividade física mais regular.

Um inquérito recentemente publicado pela Comissão Europeia sobre desporto na União Europeia, revela grandes disparidades na atividade desportiva praticada pelos cidadãos dos diferentes Estados Membros. Quatro eurodeputados responderam às questões sobre o que falta fazer para aumentar a prática desportiva na Europa:

**1- “O inquérito publicado pela Comissão Europeia revela que apenas 40% dos europeus praticam desporto pelo menos uma vez por semana, e que 25% não praticam qualquer atividade desportiva. Quais são as consequências socioeconómicas de uma população *menos desportista*?”**

**Seán Kelly (PPE, Irlanda):** *"A principal consequência socioeconómica de uma população menos desportista é o aumento da obesidade e das doenças com ela relacionadas. Esta realidade exerce uma pressão suplementar sobre os nossos serviços de saúde, que tentam remediar os danos causados por um estilo de vida sedentário. A um nível mais profundo, a atividade física e o desporto, sobretudo os desportos de equipa, estimulam uma maior coesão social. Praticar uma atividade desportiva é estar ativamente envolvido na comunidade a que se pertence. O Ano Europeu do Voluntariado 2011 será uma excelente oportunidade para promover e divulgar os importantes benefícios do desporto para a sociedade".*

**Repo (S&D, Finlândia):** *"Praticar exercício físico com regularidade é uma parte integrante do bem-estar e da qualidade de vida. Uma boa condição física dá harmonia à mente e o bem-estar mental revigora o corpo. Infelizmente, a experiência demonstra que o bem-estar económico conduz à preguiça, os homens tornam-se preguiçosos, tanto mental como fisicamente. Os peritos concordam que o melhor tratamento preventivo para as doenças é a prática regular de exercício físico".*

**Paliadeli (S&D, Grécia):** *"Diretamente relacionado com a saúde, o desporto deve ser entendido como uma prioridade fundamental... a crise económica não é uma justificação para que os Estados Membros ou a UE decidam diminuir o financiamento do desporto e das suas infraestruturas, pois a longo prazo serão confrontados com consequências económicas mais elevadas e com uma sociedade pouco ou nada desportista".*

**Zanicchi (PPE, Itália):** *"O desporto é importante para a sociedade civil. O desporto promove valores que também colaboram para uma sociedade melhor educada. No entanto, as famílias atingidas pela crise tiveram de cortar alguns custos "desnecessários" e talvez tenham decidido, em muitos casos, suspender a inscrição no ginásio ou na piscina".*

## **2- “O inquérito revela que os europeus do norte praticam mais desporto que os europeus do sul. A que é que se deve esse facto?”**

**Kelly:** *"Só posso falar do país que conheço melhor, a Irlanda, que apresenta a mais elevada taxa de participação em atividades físicas da União Europeia. As comunidades locais irlandesas não ficaram à espera do financiamento público, organizaram-se e financiaram as suas próprias instalações desportivas. Um exemplo típico dessa organização comunitária é a Gaelic Athletic Association, a maior organização desportiva irlandesa, da qual já fui Presidente!".*

**Repo:** *"A explicação para o desportivismo escandinavo tem bases históricas e sociogeográficas. O Norte da Europa é pouco populado e as distâncias são longas, o que significa que ao longo da história as pessoas se viram forçadas a movimentar-se*

*por motivos de sobrevivência. No entanto, os resultados do inquérito da Comissão devem ser analisados de forma crítica, porque referem igualmente que os finlandeses também estão na competição para o povo mais gordo da União Europeia, por exemplo".*

**Paliadeli:** *"Parece-me que, sendo considerado um luxo, espera-se que o desporto seja praticado pelas pessoas com mais poder financeiro. As pessoas educadas estão melhor informadas sobre a importância do exercício para a saúde física e mental. Deste ponto de vista, os resultados deste inquérito parecem bastante lógicos. No entanto, as modalidades desportivas praticadas no Norte e no Sul da Europa também deveriam ser consideradas em inquéritos desta natureza, juntamente com as diferenças climáticas, que também afetam os resultados".*

**Zanicchi:** *"Talvez porque os europeus do Sul sejam um bocadinho mais preguiçosos. Fora de brincadeiras, é evidente que os países do Norte da Europa promovem mais a atividade desportiva. Nesses países as crianças começam a praticar desporto na escola primária e continuam, de forma mais séria, na universidade. Nesses países a cultura do desporto está mais enraizada do que no Sul".*

### **3- “O que podem o Parlamento Europeu e a União Europeia fazer para encorajar os europeus a praticarem mais desporto?”**

**Kelly:** *"O Parlamento Europeu, com os novos poderes que lhe são conferidos pelo Tratado de Lisboa, deveria incluir o desporto nas suas prioridades de forma a envolver os cidadãos e fazer com que o seu trabalho seja relevante para os desportistas em geral. O parlamento Europeu deve entrar em contacto com organizações locais e não centrar atenções nos desportos de elite. Uma proposta concreta passaria pela inclusão da palavra "Desporto" na designação da Comissão parlamentar da Cultura e Educação, o que demonstraria que o Parlamento Europeu encara o desporto seriamente".*

**Repo:** *"Espero sinceramente que a Comissão da Cultura e Educação apresente novas propostas nesta área, especialmente no que se refere a encorajar as pessoas a*

*praticarem desporto regularmente. Todos os eurodeputados deveriam dar o exemplo. Mais desporto e menos palavras e declarações vazias!"*

**Paliadeli:** *"A União Europeia deve encorajar, apoiar e complementar as políticas desportivas dos Estados-Membros e o Parlamento Europeu deve encorajar os cidadãos europeus a praticarem atividades físicas regularmente, exigindo melhores infraestruturas desportivas".*

**Zanicchi:** *"Acredito que o Parlamento Europeu e a União Europeia devem continuar a promover o desporto, que tem um papel fundamental na resolução de problemas sociais como o racismo. O desporto também nos ensina o respeito pelas regras, pelos companheiros de equipa e, sobretudo, pelos adversários. O desporto é muitas vezes um caminho para a paz!"*

## **2.3. Os valores sociais do desporto**

### **2.3.1. A origem e evolução do Desporto Moderno**

*"É possível analisar qualquer sociedade através dos desportos que pratica porque o desporto é um fenómeno humano ligado à origem, às estruturas e ao funcionamento da sociedade"* (Costa, 1992).

O desporto contemporâneo nasceu na Europa na segunda metade do séc. XIX, a partir dos jogos físicos tradicionais, às atividades desportivas associadas ao conceito de recorde, o que levou à criação de regras e instituições, segundo informação de Thomas e Haumont (1987).

O recorde torna-se o símbolo fundamental do desporto. Os desportos modernos distinguem-se dos medievais ou greco romanos pela obsessão na busca contínua de novos recordes. É uma consequência da evolução do desporto e da sua integração numa sociedade onde o rendimento e a eficácia são primordiais. Se, no passado, o desporto era praticado como uma atividade lúdica associada a um ritual, o desporto moderno rapidamente se tornou num culto de progresso.

Costa (1992) refere que o desporto moderno nasceu com a sociedade capitalista industrial que exalta o progresso, a eficácia e o rendimento. O corpo começou a ser

encarado como máquina de rendimento desportivo ou ciência experimental do rendimento corporal.

Segundo Constantino (1990b), o desporto deixa de ser privilégio da ociosidade das classes dominantes, para se transformar num apelo a toda a sociedade, para a aprendizagem da disciplina, da higiene e da competição desportiva. “Havia sido ultrapassada a fase do puro divertimento ou de preparação para a guerra.” (Constantino 1990b).

*“O desporto surge então como novo conceito para as atividades físicas e diferente dos conceitos e funções de competição que essas atividades tinham até então”* (Netto, Cynthia & Hunger, 2009).

Desde o séc. XIX aos princípios do séc. XX verificaram-se grandes transformações na sociedade e o desporto acompanhou essa evolução. A estrutura desportiva foi profundamente alterada caracterizando-se pela especificidade e rigidez de procedimentos: ou está o clube na base e a federação desportiva no topo ou está o atleta na base e no topo o dirigente.

*“A sociedade moderna encara o atleta sob o ponto de vista de um “objeto” concebido como uma força geradora de recordes, como um corpo de trabalhador considerado uma força económica produtora”* (Marillier, 2000).

O envolvimento da medicina no desporto com o objetivo de otimizar o rendimento dos atletas, conduziu a elevados investimentos financeiros modificando as características do próprio sistema capitalista. A nova sociedade desenvolveu *“uma ideologia assente no princípio de que a responsabilidade do capital não é apenas económica, é também cívica”*, (Constantino, 1990b).

O patrocínio aplicou volumosos capitais financeiros assistindo-se a um enorme aumento de investimentos no desporto em variadas áreas desde a organização e dinâmica das instituições (federações internacionais e nacionais, associações, clubes) até aos recursos humanos (médicos, fisioterapeutas, treinadores, entre outros). Assim, o desporto e o capital assumem uma relação de simbiose.

O desporto surge como um dos principais fenómenos sociais que se alastrou pelo mundo fora, a partir da Europa acompanhando o desenvolvimento e internacionalização do capitalismo. Os jogos Olímpicos da era moderna foram outro acontecimento que contribuiu para a expansão do desporto moderno.

*“O desporto moderno é, agora, uma reprodução do mundo industrial, onde o indivíduo supera dificuldades”*( Netto, Cynthia & Hunger , 2009).

A história do desporto começa a ser denunciadamente concebida como uma mitologia da ascensão em direção ao melhor: *Citius, Altius e Fortius* de acordo com Brohm (1974). Este autor refere ainda que “*é este espírito novo de tipo industrial que reflete todas as categorias centrais do novo capitalista de produção e as integra sob o princípio de rendimento e que lança o corpo humano numa corrida fantástica para a proeza ainda não realizada*”

Carvalho (2004) refere que “*o paradigma da revolução industrial assente nos seus três primados – organização, rendimento e triunfo - determinou uma nova conformação social das práticas físicas e desportivas*”. Assim “*o desporto começa a generalizar-se por todo o mundo, padronizando regras, modalidades, técnicas e organização, substituindo as atividades lúdicas e tradicionais de determinadas regiões*” (Stigger, 2002). Segundo (Libânio, 2008) “*as competições desportivas evoluíram, desde as mais simples entre grupos informais até às competições regionais, nacionais e internacionais cada vez mais competitivas e organizadas*”.

Em 1863 surge a primeira federação inglesa, a Football Association, e em Portugal nasce a primeira federação nacional, a União Velocipédica Portuguesa, em 1899.

O desporto e o espetáculo desportivo adquirem uma nova dinâmica com novas aspirações e diferentes mobilidades sociais.

Uma nova era de comercialização e consumismo, mas também da criação, de novos códigos, novos conhecimentos, nova ética. O motor deste desporto moderno é o rendimento. Costa (1992) refere que “*o desporto pode ser considerado uma representação simbólica da sociedade industrial que funciona na lógica da concorrência, maior eficácia, produção e de um progresso que se quer ininterrupto*”.

Continuando a citar Costa (1992), “*sendo um produto da sociedade industrial, o desporto moderno retrata, por seu lado, essa mesma sociedade, com o seu tipo de funcionamento, com as suas crises e contradições e também os seus sonhos e as suas esperanças*”.

### **2.3.2. A sociedade contemporânea e o desporto**

Depois da 2ª guerra mundial, a sociedade transformou-se. O mundo mudou rapidamente nos hábitos, costumes e estilos de vida das populações. Surgiu uma sociedade totalmente nova, pós industrial – a sociedade contemporânea. A revolução

científica e tecnológica introduziu alterações significativas no modo de vida da sociedade. Valoriza-se cada vez mais, a produção de bens, símbolos, serviços, informação e estética. Valores mais humanos, mais ligados ao presente do que orientados para o futuro e que expressam *“a diminuição da importância de valores como a disciplina, a subordinação, o rendimento, e, por outro lado, um aumento da importância da autonomia, comunicação, autodeterminação, fruição da vida e criatividade”*, (Queirós (2004).

*“Um dos aspetos mais notáveis na transição do séc. XX ao XXI é a diminuição do tempo de trabalho, e portanto o aumento de tempo disponível para o lazer”* Constantino (1993a). Como consequência, passámos para uma sociedade onde o lazer faz parte do nosso quotidiano. Constantino (1994) refere que *“a partir do momento em que a parcela do tempo livre foi superior à do tempo de trabalho, o tempo disponível criou novos valores, novos modos de vida e que a passagem da sociedade do trabalho para a sociedade do trabalho, do lazer, da cultura - colocou a utilização do “corpo” na primeira linha das práticas sociais”*

Estamos numa “cultura de tempo livre” onde aumentam as aspirações, as necessidades e os novos valores, qualquer que seja o contexto de vida e as circunstâncias de cada um. Assim, na sociedade contemporânea, as atividades físicas e desportivas ganharam uma enorme importância. O desporto tornou-se um grande meio da “cultura do tempo livre” fazendo com que o modelo tradicional, caracterizado pelo treino e competição, desse lugar a outros valores. O desporto de competição foi importante num momento histórico em que se afirmavam os valores da sociedade industrial. Com o tempo surgiram novos valores da cultura física e, hoje, existe um novo espaço de abertura nas práticas desportivas. Assim, *“à medida que a sociedade evolui da indústria para os serviços, outros valores entraram a determinar a sua configuração dita pós moderna ou pós industrial, também o desporto se transformou, cindindo-se numa pluralidade de motivos e finalidades, de sujeitos e praticantes, de modelos e cenários”*, (Bento, 2007).

Deste modo, *“os valores do bem-estar, do prazer, da aventura, da melhoria da qualidade de vida e da espetacularidade sobrepõem-se à visão mecanicista característica da sociedade industrial”*, (Carvalho, 1998). *“O desporto passou progressivamente, a ser uma prática aberta a todas as pessoas de todas as idades e a todos os estados de condição física e sócio cultural”*, (Bento, 2007).



O desporto de alto rendimento expandiu-se com novos significados e objetivos: saúde recreação e lazer, aptidão e estética corporal, reabilitação e inclusão.

O desporto alicerça-se hoje, segundo o mesmo autor, num entendimento plural constituindo um fenómeno polissémico e manifestando-se numa realidade polimorfa.

Nesta nova sociedade surge um novo modo de olhar e de viver o desporto diferente da apresentada na civilização industrial que consubstanciava a prática de modalidades tradicionais. O importante é o bem-estar pessoal e a qualidade de vida. É também uma pedagogia voltada para o prazer, para atividades de carácter informal sem preocupações dos resultados desportivos.

A nova forma de entender o desporto reflete-se na existência de novas modalidades e de novas formas de prática das modalidades antigas.

Constantino (1993a) afirma que a razão para a prática desportiva deixou de residir unicamente no fator agonístico. *“Começou-se a correr, a saltar, a jogar, a velejar, a patinar, a andar de bicicleta, a ir à piscina, ao pavilhão, ao ginásio, à academia, ao rio ou a montanha pelos mais diversos motivos”*.

A visão de um corpo unicamente instrumental induzido pelo período da revolução industrial é, agora, plenamente alterada. *“O corpo é, nos dias de hoje, um significante com estatuto social próprio, que fez aparecer uma nova ética, válida tanto para homens como para mulheres”*, (Constantino, 1993a).

*“Há agora uma procura por novos estilos de vida, pelo prazer da prática desportiva, em que a busca pelo novo, o excitante e o risco são uma constante”*, (Florentino, 2007)

*“A nova cultura determinou significativas mudanças no sistema de práticas desportivas. Surgiram novas organizações do desporto para permitir que o mesmo se torne um direito ao alcance de todos, independentemente da idade, do género ou da capacidade de rendimento”* (Constantino, 1999).

## 2.4. Políticas Públicas Desportivas

### 2.4.1. Definição de Política

Política está relacionada com a “arte de governar” (Carvalho, 1998), *“Estamos no domínio da política, quando no âmbito da sociedade, se arbitra, se concilia ou se procura a melhor solução para os desafios do momento e, depois, se decide”*.

A política deverá ser entendida como *“atividade humana de tipo competitivo que tem por objeto a conquista, a manutenção e o exercício do poder, no âmbito da sociedade”* (Amaral, 1998).

Deste modo, o poder é algo intrínseco à atividade política pois refere-se à *“possibilidade de eficazmente impor aos outros o respeito da própria conduta ou de traçar a conduta alheia. Existe poder sempre que alguém tem a possibilidade de fazer acatar pelos outros, a sua própria vontade afastando qualquer resistência exterior àquilo que quer fazer ou obrigando os outros a fazer o que ele queira”* (Caetano, 1983).

*“O poder define a situação daquele que tem o direito de exigir que os outros se verguem às suas diretivas numa relação social, porque o sistema de normas e valores atribui-o àquele que dele se aproveita”* (Carvalho, 2003).

A atividade política deverá visar o interesse geral e não os interesses particulares.

### 2.4.2. Políticas Públicas Desportivas

Jenkis (1978), citado por Houlihan (1997), definiu políticas públicas como *“um conjunto de decisões inter-relacionadas tomadas por um ator ou grupos de atores políticos relativos à seleção de objetivos e aos meios de os alcançar no contexto de uma determinada situação, na qual estas decisões deveriam, em princípio, estar sob o poder de alcance desses atores”*.

Citando Correia (2009) *“a política pública em geral, mas também a política pública no âmbito desportivo pressupõe, em primeiro lugar, uma inter-relação de decisões, obedecendo a critérios explícitos, o que sugere que as decisões não são isoladas mas, sim, baseadas em conjuntos ou sequências de decisões. Em segundo*

*lugar, as decisões serão tomadas por atores políticos possuidores do poder e influência nas políticas desportivas”.*

As políticas públicas estão relacionadas com aquilo que constitui os temas e os problemas do domínio público e o modo como eles se inscrevem e apresentam na esfera política e na agenda pública.

As políticas públicas pressupõem a intervenção numa esfera pública que corresponde a um domínio tido por comum onde há necessidade de intervenção ou regulação governamental ou social.

Pires (1989), definiu política desportiva como *“um dispositivo super estrutural que tem por finalidade organizar a dinâmica dos múltiplos aspetos da sociedade desportiva, em função da teia de relações que devem ser estabelecidas para a obtenção dos objetivos, inicialmente determinados em função de um quadro de princípios”*

O objetivo central da política desportiva é o desenvolvimento do desporto.

Para haver desenvolvimento desportivo é necessário *“para além de um crescimento territorial harmonioso no desporto, a equidade e a coesão no acesso ao desporto para quaisquer cidadãos, bem como um conjunto de condições básicas de bem-estar e rendimento que permitam, a esses cidadãos, a prática regular do desporto”*, (Correia, 2009).

Os responsáveis pela criação das políticas públicas devem atuar em concordância com este princípio matriz, *“pensando e atuando no domínio desportivo com a intenção essencial de melhorar os níveis de acesso continuado dos cidadãos à prática do desporto”*

As políticas públicas desportivas deverão ter em conta as necessidades da sociedade e os pressupostos constantes das normas constitucionais, nomeadamente quanto á promoção da prática desportiva pela população, desde as bases não competitivas até ao desporto de competição Olímpica. As políticas públicas deverão proporcionar o aumento de praticantes em todas as modalidades, e em todos os níveis (nas bases e na elite desportiva) nos estratos populacionais mais desfavorecidos, bem como em todas as regiões do território.

O desporto é um bem de características públicas que possui particularidades intrínsecas capazes de promover o bem-estar da sociedade no seu todo. Os valores sociais do desporto, as vantagens ao nível da saúde pública, as vantagens económicas da melhor saúde da população são aspetos indiscutíveis para considerar o desporto um bem

iminentemente público. Assim, a grande maioria dos Estados na Europa assumiu uma intervenção importantíssima no desporto dos seus territórios.

O Estado/Governo português consagra ao desporto, na sua Constituição, garantia de acesso dos cidadãos ao desporto e respetiva prática.

Feio (1978), referiu que *“a primeira preocupação da política, em desporto, é realizar o direito do nosso povo à sua prática”*. Porém, salientou também que *“não basta a publicação de uma lei ou de uma doutrina para que se cumpra o direito ao desporto; é necessário providenciar os meios e instrumentos para se efetivar esse preceito constitucional”*

O Estado deverá assumir o papel determinante de conceção de políticas públicas e na provisão de meios e instrumentos da sua efetiva concretização. Cabe ao Estado proceder à elaboração de um planeamento do desenvolvimento desportivo. Segundo opinião de Ansoff (1985), o planeamento para o desporto deveria contemplar 3 fases:

- Decisões estratégicas (objetivos, planos a longo prazo);
- Decisões táticas ou administrativas (organização, controlo e motivação);
- Decisões operacionais (regras, métodos e procedimentos);

O poder público, reconhecendo o papel importante do desporto na sociedade, deverá conduzir o sistema desportivo no seu todo, através de políticas públicas desportivas racionais e eficazes.

O desporto tem tido reconhecimento crescente de vários Estados europeus, instituições governamentais e autoridades locais. Na opinião de Ferrando (1991) o desporto assumiu uma distinta importância na sociedade, sendo objeto de preocupação do Poder Político, sujeito a uma orientação e planificação social.

O desporto é considerado, agora, nas constituições mais vanguardistas como um Bem Social.

#### **2.4.3. Políticas Públicas Desportivas em Portugal**

*“Em Portugal, só após o 25 de Abril de 1974, se criaram condições favoráveis ao desenvolvimento do estudo dos fenómenos políticos e à autonomia da Ciência Política”* (Januário, 2010). *“Até então, o desporto português vivia à margem da política, de uma ciência política que o substancie na sua vocação social e pedagógica”* (Feio, 1978).

Na opinião de Constantino (2006), é um facto que o desporto se desenvolveu mais rapidamente do que os sistemas de organização política que o enquadram. Parecem haver nos “*sistemas desportivos fenómenos novos para os quais as soluções políticas já não são suficientes*”.

Caracterizando a sociedade atual, destaca a necessidade de se repensarem políticas públicas para o desporto, no sentido de estas responderem aos novos valores da sociedade. Se, no passado, no desporto, a competição era o elemento dominante e o rendimento o fator decisivo, presentemente este modelo evoluiu para um contexto mais plural e diversificado, devido à mudança da sociedade.

Bento (2007), numa análise sobre as “Novas Motivações, Modelos e Conceções para a Prática Desportiva” para o séc. XXI, identifica uma sociedade em mudanças onde “*o desporto existe no plural*”, face à pluralidade dos clientes, de modelos, de cenários, de modalidades e disciplinas e de sentidos e significados. O desporto alicerça-se, hoje, num entendimento plural.

“*Os valores do bem-estar, do prazer, aventura, melhoria e qualidade de vida e da espetacularidade sobrepõem-se à doutrina do rendimento, defendendo-se, agora, uma perspetiva mais abrangente do desporto e das suas práticas*” (Carvalho, 1998).

“*O conceito de desporto plural permitiu a quebra da hegemonia do significado único do desporto como prática restrita à sua expressão de alto rendimento*” (Gaya, 2001).

Correia (2009) refere que o modelo intervencionista do Estado Português no desporto está desfocado das correspondentes responsabilidades constitucionais, nomeadamente às que se referem à promoção do desporto e da atividade física por toda a população.

A Constituição da República consagra o direito ao desporto a todo o cidadão mas, as suas condições de acesso não podem ser medidas pelas formas tradicionais de representação associativa.

A base do sistema desportivo tem de ser o cidadão, sendo a estrutura associativa uma forma, entre outras de representação desportiva. É, pois, elementar reconhecer a incorporação no sistema desportivo, de novas formas e modelos, de novas populações, de outros interlocutores, de diferentes formas de representação desportiva, mas também, manter os modelos tradicionais.

O grande desafio para os poderes políticos e desportivos remete-se à adaptação a esta dinâmica plural e de conseguirem criar um corpo de políticas que pense no cidadão e nas suas necessidades individuais.

Na perspetiva de Constantino (1999), *“o foco dos erros e insucessos do sistema desportivo português está na inadequação entre o seu modelo de organização e as necessidades da sociedade moderna”*. Caracterizando esta sociedade atual há necessidade de se repensarem as políticas públicas para o desporto, no sentido de elas responderem aos novos valores da mesma sociedade.

A Carta Europeia do Desporto para Todos é o documento que aponta a necessidade de entender o desporto nas suas mais variadas perspetivas e segmentos (desporto federado, desporto para pessoas com deficiência, desporto de lazer...) Mas, apesar do consenso nestes princípios, a realidade portuguesa tem demonstrado uma tendência um pouco diferente, pautada pelo apoio ao movimento associativo, que apesar do seu papel fundamental no desenvolvimento do desporto, tem-se centrado no desporto federado e competitivo, esquecendo as novas formas e novos sentidos da prática desportiva.

Os preceitos legais da Lei de Bases da Atividade Física e Desporto (LBAFD) determinam que o Estado, as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais articulem e compatibilizem intervenções para o desenvolvimento da atividade física e do desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências. Considerando o poder legislativo das regiões autónomas e o poder regulamentar das autarquias, é possível desenvolver políticas próprias e específicas nos diversos municípios do país e naquelas duas regiões.

## **2.5. As autarquias locais e o Desporto: Enquadramento político**

### **2.5.1. O Desporto na Administração Local**

*“O desporto, enquanto fenómeno social, pelos seus valores intrínsecos, pelos benefícios que proporciona às pessoas e pela sua força mediática à escala global, ocupa atualmente um lugar de crescente importância nas políticas nacionais, regionais e locais”*, (Pereira, 2009).

As novas competências e atribuições das autarquias, como parte do processo de descentralização permitem uma maior independência de atuação nas áreas de interesse público. Assim, os municípios assumem um papel de representação das populações tendo como preocupação central a defesa dos interesses e aspirações dos munícipes para a melhoria da qualidade de vida.

Conforme o art.º 235º da CRP as autarquias são *“pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”* tendo-lhes sido conferidas atribuições nos domínios da educação, saúde, ação social, habitação, património, cultura e ciência, entre outros.

*“O Estado tem no poder local, em particular nas Câmaras Municipais, órgãos com atribuições e competências fundamentais para servir os cidadãos e as organizações, dar boas respostas às suas aspirações, necessidades e motivações e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas”*, (Pereira, 2009).

### **2.5.2 O papel das Autarquias no Desenvolvimento Desportivo**

O desenvolvimento social e económico da sociedade operou no domínio do tempo livre modificações radicais e significativas alterações de comportamento de valores e de aspiração das populações. A reorganização do quotidiano, com uma parcela de tempo livre maior, trouxe, consequentemente maior interesse pelas práticas de atividades desportivas. Esta realidade não pode ser alheia aos organismos públicos responsáveis por dar resposta às necessidades dos cidadãos.

O facto de o desporto se assumir inequivocamente como o meio primordial para a melhoria de qualidade de vida, tem disputado a atenção da intervenção municipal a par das restantes áreas da vida social.

Sendo assim, compete às autarquias locais criar mais e melhores condições de acesso às atividades desportivas do maior número de cidadãos dos diversos grupos etários da população.

Carvalho (1994) refere que *“o envolvimento das autarquias no desenvolvimento do desporto deverá centrar-se nas expectativas das populações em relação à melhoria da qualidade de vida e à ocupação correta do seu tempo livre em atividade física e desportiva”*. Surge, assim, a necessidade de se definirem objetivos fundamentados cientificamente, determinando as escolhas e delimitando os meios, como forma de

diminuir os riscos de uma política de ação que não se direcione às aspirações das populações e dos indivíduos, e as formas de prática que lhe são propostas.

Atualmente, as necessidades desportivas dos cidadãos assumem um entendimento mais alargado, inspirando novas formas e razões de prática desportiva para além da atividade de competição exclusivamente orientada e estruturada para o alto rendimento.

Constantino (1992) defende a *“multiplicação de oferta desportiva ao nível dos municípios, nomeadamente, dirigida a crianças e aos jovens e a outros grupos específicos das populações que não encontram adequada oferta desportiva no tecido associativo tradicional”*.

Segundo Rodrigues (2009), *“não basta o desporto estar consagrado na CRP para que toda a população o deseje praticar. É fundamental que os organismos competentes desenvolvam uma oferta desportiva que a seduza e que corresponda aos seus desejos e necessidades”*. Daí que Rodrigues (2009) afirme que *“as autarquias deverão desenvolver o desporto não só nas vertentes de competição e espetáculo, mas também, nas vertentes do lazer, da prática desportiva e no contributo destas atividades para o bem-estar dos indivíduos e das populações. A importância das autarquias locais no processo de desenvolvimento desportivo tornou-se uma realidade. Democratizar o acesso e culturalizar a prática desportiva serão os grandes desafios a enfrentar pelas autarquias portuguesas”*.

### **2.5.3. A Política Desportiva Municipal**

*“Para definir uma política de desenvolvimento desportivo local, é imprescindível identificar e tipificar as necessidades expressas pelos vários grupos da população”*

(Constantino, 1999)

É, portanto, necessário que a autarquia conheça as aspirações e expectativas da sua população, que faça o levantamento das potencialidades existentes, que perceba o papel exercido pelo tecido associativo, em suma, que conheça a realidade desportiva e trace um quadro prospetivo do seu desenvolvimento.

*“É fundamental fazer um levantamento da situação desportiva nas várias áreas e sectores para que, através do conhecimento do passado, possamos analisar o*



*presente e perspetivar o futuro. É a base para se alicerçar uma verdadeira política de desenvolvimento desportivo pois representa uma análise estática e momentânea com o objetivo de sistematizar as ideias ou esquemas de ação” (Rodrigues, 2009).*

Na ótica de Pires (2003), *“o conhecimento da situação desportiva é a base de sustentação das políticas e projetos desportivos, pois é a partir deste diagnóstico que se pode iniciar o processo de tomada de decisão quanto à organização do futuro do desporto”*. Afirma ainda, o mesmo autor, *“que após as informações obtidas acerca da realidade desportiva de determinado local, a autarquia deverá ser capaz de responder a três questões fundamentais”*:

- *Onde nos encontramos?*
- *- Para onde queremos ir?*
- *- Como se pode ou deseja lá chegar?”*

Carvalho (1994) salienta que *“as Câmaras Municipais, seja qual for a sua dimensão, devem preocupar-se com a elaboração de uma política desportiva local que parta do recenseamento das necessidades, da previsão da procura e na definição das tendências. Só a partir de um conhecimento sólido das necessidades efetivas do município, podemos estruturar uma política desportiva eficaz”*.

*“A política desportiva de uma autarquia é o conjunto de ações a aplicar para o desenvolvimento do desporto numa localidade, sendo que estas ações são baseadas nas necessidades sociais e desportivas das populações”, (Constantino 1990a).*

*“A política desportiva surge como forma de dar resposta às necessidades da população, sendo constituída pelo conjunto de medidas para passar da situação presente para outra mais evoluída e que é considerada como objetivo a atingir”, (Paz, 1977).*

### **2.5.3.1. Objetivos da Política Desportiva Municipal**

*“O objetivo central da política de desenvolvimento desportivo de uma autarquia deve ser o de permitir o aceso à participação desportiva das populações e elevar a qualidade dessa participação”, Constantino (1990a).*

Carvalho (1994) salienta que *“a política desportiva municipal nunca poderá perder de vista a necessidade de respeitar e dirigir as ações para os cidadãos”*.

Paz (1977) escreve que *“os objetivos de uma política desportiva municipal podem definir-se a vários níveis, nomeadamente nas medalhas olímpicas, nas marcas,*

*nos resultados, nos recordes, na promoção do desporto para todos numa perspetiva da generalização da prática desportiva, no nível de construção de instalações desportivas, na formação de recursos humanos e, até, na organização de competições”.*

Na ótica de Pereira (2009), *“a missão das câmaras municipais, em matéria de desporto, é criar, melhorar e aumentar as condições de acesso da população à prática do desporto”*

Face a esta nova sociedade, a oferta desportiva diversificou e o conceito de desporto transformou-se, sendo agora entendido *“numa pluralidade de motivos e finalidades, de sujeitos e praticantes, de modelos e cenários”* (Bento, 2007).

É neste contexto e na cultura de tempo livre que *“as estratégias e as políticas desportivas autárquicas se deverão centrar, considerando os diversos fatores de desenvolvimento desportivo e atendendo às diferentes áreas de prática desportiva, seja na via formal, informal ou não formal”* (Vasconcelos, 2006).

A intervenção da autarquia deverá ser abrangente, considerando as alterações ocorridas na sociedade. *“Para além do modelo formal de rendimento desportivo, deverá contemplar os novos modelos de desporto, onde o direito à prática desportiva se deve afirmar como um novo direito ao alcance de todos, independentemente da idade, do género ou da capacidade de rendimento desportivo”* (Constantino 1999).

A fim de responder a estes desafios surge o plano de desenvolvimento desportivo municipal, onde são declarados os objetivos e os princípios de política desportiva municipal. *“O plano de desenvolvimento desportivo assume um carácter instrumental e deve definir uma estratégia, determinar fases de ação, especificar meios e delimitar áreas de intervenção”* (Nunes, 1999).

Segundo Branco (1994), o plano deve servir como *“instrumento de trabalho a médio prazo que, partindo da análise socio-desportiva do município, integre harmoniosamente os diversos conjuntos de ações elaborados para o cumprimento dos objetivos municipais”*. Resumindo: É necessário que a autarquia conheça as aspirações e as expectativas da sua população, que faça o levantamento das potencialidades existentes, que perceba o papel exercido pelo tecido associativo, em suma, que conheça a realidade desportiva e trace um quadro prospetivo do seu desenvolvimento.

### 2.5.3.2. Modelos de Política Desportiva

Na opinião de vários autores: Caballero, Carvalho, Constantino & Januário, as políticas municipais e respetivas estratégias de desenvolvimento desportivo têm predominado segundo dois modelos. Um modelo é baseado na competição e no espetáculo desportivo (elite), em que o desporto é tratado como objeto de consumo e o munícipe como mero consumidor (espetador). O outro modelo baseia-se numa prática dirigida a todos (ou de base), supostamente capaz de responder às necessidades de qualquer munícipe. Apresentamos a diferenciação entre desporto de elite e desporto para todos, de uma forma esquemática, segundo a abordagem feita por Caballero (2001), no quadro seguinte:

**Quadro 1** – Desporto de Elite e Desporto para Todos (adaptado de Caballero, 2001)

<b>Desporto de Elite</b>	<b>Desporto para Todos</b>
Desporto de competição	Desporto Educador
Desporto de alto rendimento	Desporto Integrador
Desporto espetáculo	Desporto Recreativo

Não devemos entender esta representação de uma forma simples e linear como dois modelos fechados entre si, mas considerar e compreender as inter-relações existentes entre ambos.

Constantino (1994) refere que as políticas desportivas de elite destinam-se fundamentalmente à competição formal no sentido de encontrar um conjunto de atletas de alto nível de um país, região ou concelho, sendo a grande maioria dos recursos destinados ao desporto, canalizados para o cumprimento desse objetivo. As políticas de base dirigem-se essencialmente à criação de oportunidades de prática desportiva ao maior número possível de cidadãos, preocupando-se, assim, com a generalização da prática desportiva.

Apresentamos, a seguir, os modelos idealizados por Constantino (1990a) e por Carvalho (1994), que globalmente integram os dois modelos base atrás referidos.

Constantino (1990a) prevê a intervenção das autarquias baseadas em três modelos:

- a) O primeiro focaliza-se na participação desportiva, onde o desporto deverá ser entendido como fator de promoção de bem-estar das populações é um modelo que se apresenta como um corte aos modelos organizativos da prática desportiva, que assentam em processos marcadamente seletivos, onde apenas uma minoria que possui determinados índices de rendimento pode participar;
- b) O segundo modelo centra-se no espetáculo desportivo. É um modelo traduzido por uma grande afetação de recursos financeiros, que, desviados do investimento na melhoria das condições de prática desportiva das populações, são transferidos para o espetáculo desportivo.
- c) O terceiro modelo está relacionado com a organização de eventos que acolhem um grande número de pessoas, quer pelos equipamentos que possuem, quer pela realização de competições desportivas, algumas de carácter internacional. Neste modelo, o desporto é encarado como um instrumento de promoção da cidade ou da vila. Por outro lado, as opções na construção de equipamentos desportivos são assentes em modelos de grande porte e grandiosidade, quase sempre inacessíveis às necessidades desportivas das populações e à sua prática informal.

Para Carvalho (1994) existem apenas dois modelos de intervenção:

- d) O primeiro baseia-se no modelo economicista do desporto que dá primazia ao sistema seletivo de competição. As estruturas onde se desenvolve este modelo assentam nos clubes privados comerciais, em que o espetáculo desportivo é viabilizado pelos patrocinadores, onde as instalações desportivas e os equipamentos são rentáveis, funcionando de acordo com os critérios do mercado. Caracteriza-se pelo desenvolvimento da profissionalização do serviço de consumo e por uma rutura entre o desporto que parte das lógicas das necessidades e o desporto espetáculo, liquidando a noção de serviço público, procurando transformar todo o sector desportivo num novo segmento do mercado de consumo.
- e) O segundo modelo é subordinado à conceção de serviço público e de luta contra a segregação social no acesso às práticas desportivas, com a preocupação em considerar como essenciais as necessidades de cada indivíduo em termos formativos, de trabalho, de tempo livre e cultura. Este modelo faz um apelo dirigido à intervenção municipal no desenvolvimento do desporto, harmonizando a intervenção do poder central e do poder local, acentuando a

necessidade da regionalização através de uma definição clara de competências e de atribuição de meios, onde a escola e movimento associativo têm um papel decisivo. Sublinha ainda a necessidade da participação de todos, a urgência da concertação a nível local, regional e nacional, e a cooperação e coordenação de meios com o objetivo de os rentabilizar socialmente.

Carvalho (1994) conclui que *“a esquematização dos dois modelos não traduz a dinâmica de interpenetrações que se verifica entre ambos, pelo que não poderá ser entendida como modelos estanques e fechados mas antes modelos numa constante interpenetração”*.

### **2.5.3.3. Linhas orientadoras para a definição de uma Política Desportiva**

Segundo Carvalho (1994), *“A política desportiva municipal tem de partir da realidade local, erguendo as suas formas de ação sobre a base de conceção moderna e humanizadora da prática desportiva: perspetiva de ação de um desporto que se estrutura com, e para o cidadão”*.

Para uma política desportiva municipal coerente é necessário adotar medidas estratégicas que permitam a concretização dos objetivos propostos.

Constantino (1994) referiu que as medidas estratégicas a adotar deverão centrar-se nas seguintes questões:

- a) Generalização do acesso à prática do desporto, procurando aumentar os níveis de participação e frequência dos diferentes segmentos etários e sociais da população;
- b) Criação de infraestruturas, com impacto direto sobre o investimento desportivo;
- c) Melhoria da qualidade das atividades e práticas desportivas no plano material, humano e logístico;
- d) Cooperação com a sociedade civil, designadamente o associativismo desportivo e a iniciativa privada;
- e) Modernização da gestão e administração das estruturas municipais.

Carvalho (1994) refere que a política desportiva municipal deverá basear-se nos dez parâmetros seguintes:

- 1)Relacionamento com os agentes desportivos locais, definido em função de linhas orientadoras, e que visa o estabelecimento proporcional das relações com os indivíduos e as instituições, de forma a racionalizar os meios e a diversificar as ofertas;
- 2) Elaboração de hipóteses de racionalização de informação, no sentido de diminuir o carácter “voluntarista” da ação e consolidar o ajustamento entre decisões políticas e a realidade local (estudos sobre a realidade de um dado município);
- 3) Áreas de intervenção da política desportiva municipal, estabelecendo os interfaces dos subsistemas desportivos no intuito de generalizar a oferta da prática desportiva, ainda que respeitando as vocações de cada um. Áreas como a educação física, o desporto recreativo, o desporto profissional, o desporto de alta competição, desporto no local de trabalho, etc.
- 4) Definição da população visada pela política desportiva municipal, determinando corretamente a constituição dos diferentes grupos populacionais, definindo os seus contornos, estudando as suas necessidades (a sua evolução) e, a partir daí caminhar para a elaboração de propostas adaptadas a cada situação (conhecer a percentagem de jovens, idosos, mulheres e crianças existentes em determinado local);
- 5) Estrutura de gestão política desportiva municipal, considerando que o princípio do serviço público, não é indissociável do aligeiramento de estruturas e da desburocratização dos processos, pelo que, estruturas inovadoras são indispensáveis à concretização de uma política desportiva municipal que persiga os interesses próprios da população;
- 6) Promoção dos equipamentos desportivos, tendo em conta que os mesmos constituem a base material da prática e por isso, exigem um tratamento correto, de acordo com critérios de bases científicas, capazes de garantirem a rentabilidade do investimento realizado e, quando corretamente distribuídos quer geográfica quer demograficamente, proporcionar a prática desportiva ao maior número possível de cidadãos;
- 7) Intervenção dos cidadãos na definição da política desportiva municipal, como forma descentralizada e participativa de realizar a política e aproximar as ações das expectativas;

- 8) Política de preços dos serviços desportivos, que consiga radicar a efetiva igualdade de oportunidade de acesso;
- 9) A função social do associativismo, capitalizando recursos e saber para a modernização e adaptação dos clubes a uma visão pós capitalista da sociedade;
- 10) A programação no tempo, considerando que o planeamento deve estabelecer-se, de forma progressiva e consolidada, desvalorizando os ciclos políticos ou desportivos internacionais, mas valorizando a evolução sustentada do tecido social do território.

Segundo este autor, para que haja desenvolvimento desportivo é “*indispensável pôr de parte uma visão puramente empírica da realidade, ou determinar as decisões pela simples intuição pessoal. É necessário substituir estas atitudes pela tentativa de fundamentar cientificamente a definição de objetivos, a determinação das escolhas e a delimitação de meios. Só assim será possível liquidar progressivamente, os riscos de uma política de ação que cada vez se afasta mais das aspirações das populações e dos indivíduos*”, (Carvalho 1994).

Concluimos que é importante que as políticas desportivas assumam uma visão integradora, não se direcionando apenas para o desporto de competição e de espetáculo desportivo, mas contribuindo para a inclusão social de todos os seus habitantes.

## **2.6. Principais Áreas de Intervenção das Câmaras Municipais no Desporto**

É, hoje, reconhecido o importante papel que as autarquias podem assumir face ao desenvolvimento desportivo. Cada vez mais são-lhes atribuídas maiores responsabilidades e meios financeiros para a sua missão que se deve focar na criação, melhoramento e progresso das condições de acesso e permanência da população à prática do desporto.

Pereira (2000) considera, como áreas de intervenção da autarquia, a formação desportiva, os estudos relacionados com a situação desportiva nos seus concelhos, a organização de eventos e espetáculos de desporto, o desporto profissional e, também, a intervenção no sistema educativo. Refere, ainda, a atuação dos municípios no apoio ao associativismo, às infraestruturas e equipamentos desportivos e à oferta de atividades físicas e desportivas.

De acordo com Sancho & Sanches (1999), *“uma política desportiva inclui, como áreas de intervenção, as instalações desportivas, as subvenções e patrocínios, a publicidade e a gestão”*.

### **2.6.1. Apoio ao associativismo**

O associativismo desportivo é reconhecido como uma das vias de acesso e meio de resposta às necessidades das populações, no domínio da prática desportiva. Assim, *“o apoio ao associativismo é uma das principais áreas de atuação das câmaras municipais, independentemente do nível de desenvolvimento do seu serviço de desporto”* (Araújo, 2002 & Pereira 2009).

(Pereira, 2009), refere que os municípios atribuem importância ao *“papel e funções sociais que as associações desempenham nas comunidades onde estão inseridas, pelo que estas e as autarquias locais devem ser consideradas parceiras dos projetos de desenvolvimento local”*.,

*“A autarquia vê o clube como um meio propício de aproximação à população, enquanto o clube vê a autarquia como um parceiro privilegiado, não por lhe reconhecer uma acrescida vocação no desenvolvimento desportivo, mas por depender desta financeiramente”* (Homem, 2006).

*“O associativismo desportivo tem um papel importante na atividade desportiva, constituindo assim, uma das principais áreas de intervenção das autarquias locais. Os apoios, além do financiamento para atividades, obras e/ ou formação, poderão ser variadíssimos”* (Pereira 2009), como por exemplo:

- Cedência de transportes e comparticipações para aquisição de viaturas coletivas de transporte;
- Cedência e/ou oferta de material e equipamento desportivo - apetrechamento;
- Prioridade e condições preferenciais no acesso aos equipamentos desportivos municipais;
- Apoio logístico;
- Apoio técnico (por exemplo para a organização de eventos desportivos e a realização de projetos e/ou de obras para equipamentos ou sedes sociais);
- Apoio no acesso à informação (divulgação de provas desportivas, por exemplo, cumprimento ou interpretação da legislação (estatuto de utilidade



pública ou mecenato desportivo), fornecimento de documentação (designadamente de carácter técnico), e ações de formação.

Contudo, todo o sistema parece ainda estar integrado no modelo clássico que deu origem ao desporto, onde a lógica competitiva do rendimento máximo e da expressão dos mais dotados, parece ser a mais evidente.

O associativismo continua incapaz de responder à generalização da prática desportiva pois continua aliado a um modelo de rendimento baseado na competição e com critérios específicos de seleção de praticantes.

*“O clube, bem como os restantes elementos do modelo tradicional do sistema desportivo (associações regionais e federações) estruturam-se de acordo com princípios e critérios que limitam a acessibilidade ao desporto e que se traduzem na exclusão dos menos aptos”* (Constantino, 1999).

Assim, os clubes desportivos necessitam de conciliar a sua identidade originária com uma prática de serviços à comunidade.

É necessário *“introduzir, ao nível das políticas desportivas, equilíbrio entre as diferentes tendências ou expressões desportivas, entre as políticas e os investimentos dirigidos às práticas desportivas de rendimento absoluto e as práticas desportivas de rendimento relativo, entre um desporto para todos e um desporto para alguns, ainda que esses alguns sejam os mais capazes ou talentosos”* (Constantino, 1999).

### **2.6.2. Infraestruturas e Equipamentos Desportivos**

As autarquias, como filamento terminal do aparelho de Estado, são a estância que melhor se encontra colocada para garantir aos seus cidadãos o direito à prática do desporto porque mantêm um grau de maior intimidade e proximidade ao sentir e ao viver das populações.

Na perspetiva de Constantino (1999), *“a rede de infraestruturas e equipamentos desportivos é indispensável ao desenvolvimento desportivo local, mas deverá estar articulada com as necessidades resultantes desse desenvolvimento. A programação dos equipamentos deverá ter em consideração a crescente segmentação da prática desportiva, representada em diferentes expressões e práticas do desporto”*.

No seminário realizado sobre equipamentos desportivos Rabaçal (2002), referiu que *“as diferentes práticas desportivas da atualidade encontram sérias dificuldades de evolução devido á inadaptação do modelo tradicional das instalações desportivas às*

*novas necessidades. Por outro lado, as instalações já existentes não respondem, ou respondem mal, à procura dos que pretendem apenas dedicar-se a uma prática desportiva sem carácter competitivo, afastando-os, assim, da mesma”.*

A autarquia deve, então, preocupar-se em equilibrar a oferta de espaços para a prática do desporto, entre a maioria dos praticantes e os praticantes de alto nível.

Segundo referiu Rabaçal (2002), é urgente alterar este paradigma que reduz a atividade desportiva a um modelo único subordinado a códigos e objetivos sempre idênticos e sempre servindo os interesses de um único tipo de organização. Esta realidade corresponde apenas às necessidades da prática competitiva detentora de um verdadeiro império que apenas responde aos seus interesses.

Cunha (2007), adverte para *“a diversidade da prática desportiva que existe atualmente, devendo os espaços desportivos responder a estas novas necessidades centradas no lazer e na prática desportiva informal”.*

Cada município é um caso específico, único na sua configuração demográfica onde a população exprime interesses, motivações e necessidades que lhe são próprios e se estruturam a partir do seu passado histórico e da sua dinâmica cultural, aspetos que estruturam a sua identidade própria. Assim, duas localidades com o mesmo número de habitantes não têm decerto as mesmas necessidades, em matéria de prática desportiva. Basta que a composição social ou etária seja diferente.

*“Para um correto planeamento dos espaços desportivos é necessário dotar a decisão política de estudos adequados sobre a realidade desportiva local, de modo a conhecer a situação e a sua previsível evolução”* (Constantino, 1999). Assim, para avaliar as necessidades de equipamentos desportivos deverão ser tomados em consideração vários fatores:

- O contexto sócio – económico e os estilos de vida;
- A dimensão e carência da população jovem em idade escolar;
- O perfil demográfico das populações;
- A composição social e etária;
- O contexto desportivo e cultural;
- A capacidade de atracção turística;
- Os recursos urbanos e ambientais;
- A natureza e características do tecido associativo.

Na opinião de Rabaçal (2002), *“é indispensável lançar um processo de planificação, assente num conjunto de medidas racionalizadas e cientificamente fundamentadas, com a finalidade de responder a objetivos de desenvolvimento bem definidos”*.

### **2.6.3. Programas e Atividades Desportivas**

“Todos têm direito à cultura física e ao desporto” (artgº.79 da CRP). Assim, a intervenção autárquica na promoção de atividades física e desportiva deverá realizar-se para fazer cumprir este preceito constitucional. O papel dos poderes políticos é o de completar as ofertas desportivas existentes em cada localidade.

Pereira (2009) defende que *“o grande desafio das câmaras municipais é a promoção do Desporto para Todos”*. *“A administração pública deve ter em atenção outras realidades desportivas e sociais e não apenas o desporto formal de alta competição e do espetáculo desportivo”* (Pires, 1993).

As atividades centradas na visão tradicional do desporto tendem a excluir a população que não se identifica com o desporto de carácter competitivo e padronizado.

Atualmente, a população deseja um desporto para todos, exigindo à administração pública uma oferta mais adequada ao lazer e ocupação de tempos livres.

A Autarquia deverá, então, desenvolver programas dirigidos a todas as faixas etárias, desde os bebés aos idosos, e criar políticas baseadas numa distribuição equitativa de recursos, fundamentados em ações e programas para rapazes, raparigas, mulheres e homens.

*“As atividades promovidas pelas autarquias não devem originar uma sobreposição de oferta, tendo em conta aquela que é proporcionada pelo tecido associativo, devem antes, incidir sobre a diversificação da oferta local já existente”* (Pires, 1996).

### **2.6.4. Relacionamento com o Sistema Educativo**

Um bom relacionamento e cooperação entre as câmaras municipais e o sistema educativo são fundamentais para o desenvolvimento desportivo local.

A relação entre ambos já existe há muitos anos e *“tem vindo a estreitar-se cada vez mais por força das novas obrigações legais cometidas às autarquias relativamente aos ensinos pré-escolar e básico”*, (Pereira, 2009).

*“Às autarquias compete o empreendimento de atividades de enriquecimento curricular na prática desportiva e atividade física no 1º ciclo do ensino básico, de frequência gratuita, não obrigatória, acordada mediante celebração de contratos programa entre o Ministério de Educação e a entidade promotora. Estes contratos consistem na disponibilização de professores de Educação Física, transportes e equipamentos de forma a que todos os alunos deste nível de ensino tenham oportunidade de praticar atividade física regularmente, em conformidade com as orientações emanadas do Ministério”* (Januário, 2010).

Pereira (2009) refere que *“uma boa articulação e colaboração entre os estabelecimentos de ensino e a Câmara Municipal contribuem para o aumento da participação desportiva, enquanto se rentabiliza melhor a utilização de equipamentos desportivos existentes nos concelhos”*.

*“A escola assume-se como um meio fundamental para a valorização do indivíduo sendo que, uma política para o desporto não deverá alienar este facto. Assim, compete à autarquia promover, facilitar e apoiar um quadro de alianças de cooperação entre o desporto escolar e o clube desportivo que garantam a sua prática, sobretudo no ensino básico, mas também no secundário e universitário”* (Januário, 2010).

Citando Sarmiento (2002) o objetivo da autarquia passa por *“garantir a juvenialização desportiva e, simultaneamente, uma prática regular e generalizada, enquadrada por uma política integrada que acompanhe a vida do cidadão”*

#### **2.6.5. A Formação, os Estudos e o Apoio Documental**

*“A formação é um importante fator do desenvolvimento do desporto que não deve ser descurado pelas câmaras municipais”*

(Pereira, 2009).

*“O desenvolvimento de uma política de formação desportiva deverá considerar a realização de parcerias com entidades vocacionadas para a respetiva área, especificamente as associações distritais e as federações nacionais das modalidades*

*desportivas, as associações profissionais e os estabelecimentos de ensino superior*” (Pereira, 2009).

Deverá a administração local estimular e colaborar com iniciativas de formação direcionadas para os diversos agentes desportivos através de seminários, colóquios, ações de formação, cursos técnicos, reciclagens e congressos sobre os mais variados temas.

Ainda Pereira, (2009), refere que *“compete às câmaras municipais realizar e divulgar estudos relacionados com a situação desportiva nos seus concelhos, como por exemplo:*

- *Carta do Associativismo Desportivo;*
- *Carta dos Equipamentos Desportivos;*
- *Carta dos Espaços Naturais para a Prática Desportiva;*
- *Carta do Enquadramento Humano do Desporto;*
- *Carta da Condição Física da população;*
- *Carta da Procura da Prática Desportiva.”*

Estes estudos serão importantes documentos de apoio às políticas que devem vir a ser adotadas. As autarquias poderão realizar um excelente trabalho neste âmbito. As inúmeras publicações relacionadas com o desporto, realizadas pelas autarquias, deram já um grande contributo, segundo opinião de Pereira (2009), para a *“formação de inúmeros agentes desportivos e para uma renovada visão e entendimento do papel das câmaras municipais no desenvolvimento do desporto.”*

#### **2.6.6. A Organização de Eventos e Espetáculos Desportivos**

*“O espetáculo desportivo é uma linguagem universal, falada e compreendida por todos os Povos de todas as Nações, independentemente dos seus fundamentos políticos, raciais ou religiosos”.*

(Constantino, 1999).

Atualmente, as câmaras municipais têm patrocinado diversos espetáculos desportivos, nas mais variadas modalidades, apoiando financeiramente, logisticamente e nos equipamentos desportivos. *“O apoio das autarquias, a estas iniciativas, devem ser*

*entendidas numa ótica de formação cultural das populações”* (Pereira, 2009). Os espetáculos desportivos permitem à população ter acesso a níveis de prática desportiva e variadas formas de expressão que, de outra forma, não poderiam usufruir.

Estes eventos tornam-se um estímulo para se desencadearem vontades e motivações para a prática desportiva, junto da população.

Na opinião de Correia (2001), *“os eventos desportivos trazem consigo benefícios ao nível da rentabilização das estruturas locais, promoção turística, valorização política, dinamização da economia e desenvolvimento do desporto”*.

Por estes motivos é aceitável que as câmaras municipais patrocinem eventos desportivos, apesar dos investimentos locais despendidos.

Pereira (2009) alerta para um problema associado à organização de eventos/espetáculos desportivos nomeadamente a *“construção de novos e grandes equipamentos para darem resposta aos mesmos, sem que haja um modelo de gestão e uma estratégia que garantam um mínimo de utilização e a sua rentabilidade social e económica”*.

Para concluir e citando novamente Constantino (1999): *“Um espetáculo desportivo é sempre um produto diferenciado e é esse um dos factos que explica a sua evidente atractabilidade, razão pela qual, se hoje um bom espetáculo desportivo não tem preço, um bom preço não garante um bom espetáculo desportivo”*.

### **2.6.7. Desporto Profissional**

É inquestionável que tem havido de parte do estado uma linha de apoio ao desporto profissional. Pode-se discordar ou entender que peca por excesso ou por defeito, mas é certo que ela existe e está traduzida em benefícios fiscais diversos. Sobretudo goza de uma atenção do poder político que todo o restante desporto nacional jamais alcançou.

Sendo um dos sectores mais mediáticos do sistema desportivo, muitas autarquias têm desempenhado um papel importante no seu fomento. Carvalho (2009a) refere que *“o apoio financeiro e material concedido pelos municípios portugueses a vários clubes nacionais com atividade no âmbito do desporto profissional não é recente nem novidade de relevo”*. O autor interroga-se se *“estes apoios financeiros, e de outro tipo prestado pelos municípios ao desporto profissional são uma mera obrigação política ou de oportunidade ou se radica em algo juridicamente determinado”*.

As participações financeiras nas sociedades anónimas desportivas são um claro exemplo dos investimentos que se têm efetuado neste sector.

Na opinião de Pereira (2009), *“o sector do desporto profissional está fortemente relacionado com as políticas locais de desenvolvimento económico e de promoção do turismo”*.

Constantino (1999) refere que *“a presença de equipas profissionais de desporto pode ser um fator dinamizador da imagem local e propiciador de algum desenvolvimento”*. Nestes casos, considera que as autarquias locais não se devem demitir de estudar as formas de apoio que potenciem os projetos desportivos, avaliando a sua solidez, capacidade de sustentação e os apoios obtidos no âmbito da sociedade civil, isto é, avaliando a seriedade do projeto desportivo e o efeito positivo que pode suscitar no desenvolvimento local.

No sentido de clarificar sob o ponto de vista legal as formas como as câmaras municipais podem intervir no desporto profissional, analisamos a legislação específica que regulamenta esta intervenção.

De acordo com a Lei de Bases em vigor, constatamos que o financiamento público aos clubes profissionais, apenas é permitido para a construção ou melhoramento de infraestruturas ou equipamentos desportivos, para a realização de competições desportivas de interesse público, que tenham sido reconhecidas como tal pela tutela do desporto. Sendo assim, está interdita qualquer comparticipação financeira pelas autarquias locais aos clubes desportivos participantes em competições de natureza profissional, com exceção ao referenciado anteriormente.

Pereira (2009) defende que *“se os avultados recursos financeiros investidos nas sociedades anónimas desportivas fossem aplicados no desenvolvimento do desporto local, as populações sairiam mais beneficiadas”*.

## CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL

### 3. Caracterização do Concelho de São Brás de Alportel

#### 3.1. Identificação

São Brás de Alportel é uma vila portuguesa pertencente ao Distrito de Faro, região e sub-região do Algarve.

É constituído por uma única freguesia, com cerca de 40 sítios dispersos pelo seu território como Tesoureiro, Javali, Desbarato, Soalheira, Fonte da Murta, Poço Largo, Cova da Muda, Cerro da Mesquita, Mesquita Alta, Mesquita Baixa, Mealhas, Alportel, Cabeça do Velho, Gralheira, São Romão, Peral, Bengado, Machados, Farrobo, Vilarinhos, Corotelo, Chibeira, Cerro do Açor, Bico Alto, Amaixeira, Juncais, Vale do Carvalho, Pêro de Amigos, Almargens, Parizes, entre outros e tem cerca de 12 902 habitantes, segundo amostra realizada pelo INE em 31 de Dezembro de 2009.



Figura 1– Mapa da Região do Algarve

São Brás de Alportel tem uma área com 150,05 km<sup>2</sup>, apresenta uma forma aproximada de um retângulo, cujo maior lado tem a orientação Norte-Sul. A Norte, Nascente e Poente confina com os contrafortes da Serra do Caldeirão ou de Mú e a Sul contacta com a linha de cerros do Barrocal, já situados no Município de Faro. Faz fronteira com os concelhos de Faro, a sul, de Loulé a oeste, de Tavira, a este e norte e



ainda com o concelho de Olhão, numa pequena faixa localizada a sudeste da Vila de São Brás de Alportel. A sede do concelho localiza-se num extenso vale, com horizonte até à capital da região e Oceano Atlântico

A estrutura viária do concelho de São Brás de Alportel é marcada por dois eixos principais que se cruzam delimitando no território quatro sectores, cujo sistema interno, estruturado com base nas características morfológicas e de povoamento do território, é constituído por estradas e caminhos municipais de reduzido tráfego, mas de grande importância para o acesso a vários aglomerados populacionais e parcelas agro florestais.

Assim, temos o eixo norte-sul, Estrada Nacional 2 que assume atualmente a principal ligação a Faro, tendo sido, no passado, a principal ligação do Algarve a Lisboa e ao Norte do país. Por outro lado, o eixo de oeste-este, a Estrada Nacional 270, recentemente modernizada pela variante que se localiza a sul, garante a ligação aos Concelhos de Loulé e Tavira. No cruzamento destes dois eixos desenvolveu-se ao longo do tempo a Vila de São Brás de Alportel, que brevemente verá a sua rede rodoviária bastante beneficiada, com a conclusão da circular que se encontra em execução<sup>2</sup>.



**Figura 2** – Mapa da rede viária do concelho de São Brás de Alportel

A Vila de São Brás de Alportel é caracterizada pela transição entre as zonas do barrocal e da serra, divididas pela gola mediterrânica, de solos vermelhos.

<sup>2</sup> Fonte: PDM, Geógrafa da CM SBA

A norte, a serra ocupa cerca de 65% da área da freguesia, apresentando solos magros, pobres para a agricultura, com xistos e relevo, muitas vezes, irregular.

A flora é constituída em, grande parte, por mato com vegetação densa, mas em algumas áreas podemos encontrar espécies arbóreas de tradição mediterrânica, como sobreiros medronheiros e azinheiros. No montado de sobro da antiga Serra de Mú, extrai-se uma das melhores cortiças do mundo, cuja exploração industrial, em inícios do século XX, foi responsável pelo grande crescimento da freguesia e pela sua autonomia do concelho de Faro. A História da comercialização e indústria da cortiça em Portugal está indiscutivelmente ligada à história de São Brás de Alportel.

A sul, o barrocal, os solos são calcários, do jurássico, e de melhor proveito agrícola. Aqui as terras são mais férteis, acolhendo pequenas áreas hortícolas, como o pomar misto de sequeiro. As amendoeiras, figueiras, alfarrobeiras e as oliveiras – base da saborosa doçaria típica – coexistem com algumas superfícies de mato, onde predomina o carrasco. O barrocal possui relevos mais suaves, com áreas mais abertas e cotas pouco elevadas, onde é maior a abundância de água, a justificar a existência de um valioso património etnográfico: fontes, poços e noras, que testemunham a História destes Lugares.

Esta vila algarvia de cultura rural muito viva, com uma localização geográfica privilegiada, na transição entre o litoral e a serra, beneficia de excelentes recursos ambientais, tornando-se assim uma forte atracção turística de complementaridade à oferta do litoral.

São Brás de Alportel é vila desde 1 de Junho de 1914, sendo nesse início de século a freguesia mais povoada do distrito de Faro, com cerca de 14 mil habitantes.

### **3.2. Resenha Histórica**

São Brás de Alportel – Xanabus – é uma presença cristã e árabe no coração do Algarve. Região acolhedora e fértil pelo clima e pela simpatia dos habitantes. A sua fundação é atribuída aos árabes. O poeta da corte árabe, Ibne Ammar nasceu em Xanabus, hoje São Brás de Alportel.

A presença Romana, neste território, é testemunhada por diversos vestígios que nos apontam para a existência de possíveis necrópoles, casais agrícolas, uma vila, uma mutatio (estação de muda de animais e carros para viajantes) e as calçadas que

constituíam a antiga rede viária romana. Esses sítios foram identificados pela presença de fragmentos de cerâmica fina (campaniense e terra sigilata), comum, de armazenamento (ânforas e dolia) e de construção (tegulae, ímbrices, tijolos) e de iluminação (lucernas), pela descoberta de um mascarão de asa de sítula (pega de panela) e de sepulturas com espólio associado, cuja cronologia mais antiga remete para o século II/I a.C. prolongando-se até ao IV – V d.C.

A ocupação Islâmica é provada, também, através de fontes documentais (séculos XI-XIII) (KHAWLI, 2007: 22) e de sítios arqueológicos com uma ocupação cronológica compreendida entre os períodos Califal (séculos X-XI) e Almóada (séculos XII-XIII), designadamente alcarias e pequenos povoados agrícolas, alguns localizados junto de vias calcetadas (PEREIRA, 2004a).

Esses sítios foram identificados pela presença de artefactos cerâmicos: louça de mesa (decoradas a “corda seca” e vidrados melados com decoração a manganês), de cozinha (panelas e alguidares), de armazenamento (cântaros, talhas) e de construção (telhas digitadas); e ainda por artefactos metálicos: como dois amuletos (objetos profiláticos) que contêm inscrições religiosas (séculos XI-XII e XII-XIII), e um conjunto de moedas que integra um dinar (moeda em ouro).

Desde a época romana (século II/I a.C.) até à fundação do concelho, em 1914 São Brás de Alportel foi conhecida por *Ossonoba*, termo que designava a cidade de Faro, pelo qual a sua história mantém, ao longo de todos estes séculos, uma estreita relação com a dessa cidade. Contudo, pouco se sabe da história do atual concelho de São Brás de Alportel no período entre 1249/50 (2ª metade do século XIII - última conquista do Algarve) e 1517 (inícios do século XVI - Visitação da Ordem de Santiago).

No século XV, São Brás de Alportel seria um lugar com uma simples ermida. Este pequeno templo situava-se junto à antiga via de origem romana – a atual “Calçadinha” – que fazia a ligação, entre Faro e as terras do Norte. As poucas notícias conhecidas são, em regra, muito tardias.

Em meados do século XVI, à semelhança do que aconteceu em diversas localidades algarvias, São Brás de Alportel foi elevada a sede de freguesia e, por essa altura construído um novo templo e mais amplo.

Entre os séculos XVII e XVIII, na sequência da transferência da sede de bispado de Silves para Faro (1581), o então Bispo do Algarve mandou construir o Palácio Episcopal.

Durante o século XIX, a freguesia tornou-se um importante centro económico. As plantações de sobreiros incentivaram o desenvolvimento comercial e fizeram de São Brás de Alportel o maior centro produtor de cortiça de Portugal.

No início do século XX (1912), São Brás de Alportel era a maior freguesia do concelho de Faro, contando cerca de 12.500 habitantes. A expansão económica e populacional da freguesia constituiu um fator decisivo para a sua elevação a concelho.

O movimento em defesa da autonomia de São Brás de Alportel surgiu no início do século XX, motivado pelo crescimento económico da aldeia. É a Comissão que assume a organização do movimento e ganha força a partir de 1910, com condições políticas mais favoráveis. No governo estão os velhos correligionários da propaganda republicana, conhecidos de João Rosa Beatriz.

São muitas as barreiras que se levantam às pretensões dos republicanos são-brasenses. João Rosa Beatriz deslocou-se a Lisboa por diversas vezes, solicitando o apoio de várias personalidades que se revelaram decisivas para a concretização daquele desejo.

Em Dezembro de 1912, o revolucionário Machado Santos apresenta, na Câmara de Deputados, o projeto de lei que outorga a autonomia administrativa da então freguesia mais populosa do concelho de Faro.

Pelo esforço e diligência de João Rosa Beatriz, o projeto de lei foi aprovado e publicado em Diário do Governo, a 1 de Junho de 1914, elevando a Concelho a freguesia de São Brás, com a denominação de Alportel e com sede na aldeia de São Brás. Tornava-se realidade o sonho de quantos esperavam há muito o alvorecer do dia em que a aldeia de São Brás de Alportel seria elevada a concelho.

No percurso dos acontecimentos, foi criada então uma Comissão Administrativa provisória, presidida por Virgílio de Passos. Para instalar o novo Município, e após acesas lutas, foi autorizada, no dia 5 de Setembro, a cedência à Câmara de Alportel do Paço Episcopal e respetiva Residência Paroquial, para ali funcionarem as escolas oficiais do ensino primário e as repartições públicas, municipais e do Estado.

No dia 14 de Outubro daquele ano, João Rosa Beatriz foi nomeado, pelo Governador Civil de Faro, para o cargo de administrador interino do concelho (cargo equivalente ao que hoje conhecemos como Presidente da Câmara), estabelecendo como prioridades a educação pública, a segurança e a manutenção da ordem pública e as acessibilidades à vila de São Brás de Alportel.

A 8 de Novembro, foi eleita a primeira Comissão Municipal de São Brás de Alportel, sendo José Pereira da Machada, o presidente do Senado. Pouco tempo depois, uma súbita mudança política alterou o rumo dos acontecimentos. O governo democrático nomeara um novo Governador Civil para o distrito de Faro, o qual, por sua vez, exonerou João Rosa Beatriz do seu cargo, substituindo-o pelo Dr. José Baptista Dias Gomes.

Destituído do seu cargo, João Rosa Beatriz não deixa de professar os seus ideais e o seu amor à terra onde nasceu, lutando ainda por vários benefícios para o seu concelho: a instalação de uma biblioteca móvel na vila, a criação de um cartório municipal, a colocação de um carteiro rural no município e a instalação da linha férrea de ligação entre Loulé e São Brás. Em Abril de 1916, durante um violento motim, o batalhão de voluntários que então chefiava teve ainda um papel fundamental no restabelecimento da ordem pública. Porém, o mundo assistia à destruição provocada pela Primeira Guerra Mundial. De São Brás de Alportel partiram muitos jovens recrutados pelo Exército, enquanto outros procuravam novos rumos para os seus negócios e para as suas vidas.

E os ventos da História obrigaram a que muitos dos sonhos que guiaram os intrépidos fundadores do concelho de São Brás de Alportel tivessem de aguardar décadas para se concretizarem.

### **3.3 Clima**

Em função de uma localização geográfica que confina a Norte com os contrafortes da serra do caldeirão e a sul com a linha de serros do Barrocal, São Brás de Alportel é caracterizada como uma região de microclima.

O clima não é homogéneo, sendo possível dividir o concelho em dois tipos de clima: na zona norte, é do tipo mediterrânico, chuvoso no período compreendido entre meados de outono e meados de primavera. Pouco chuvoso nos restantes meses, é temperado e com pequena oscilação térmica anual, com Invernos suaves e verões muito quentes.

A sul o clima é mediterrânico, pouco chuvoso, com chuvas mal repartidas ao longo do ano, com verão seco e quente e inverno relativamente frio, com oscilação térmica bastante acentuada. É moderadamente húmido e seco, com tendência para semiárido.

### 3.4. Caracterização Sociodemográfica

A evolução demográfica no concelho de São Brás de Alportel tem sido bastante significativa sendo entendida, por isso, no diagnóstico social do concelho, como elemento estruturante das dinâmicas locais em curso.

Em 1912, São Brás de Alportel era a maior freguesia do Concelho de Faro, com cerca de 12 500 habitantes. Fruto da recessão da economia dependente da exploração da cortiça acontecem fluxos migratórios com grande relevância, associados a um contínuo envelhecimento da população. Após essa perda acentuada da população, São Brás de Alportel passa a representar um dos concelhos com maior crescimento ao nível nacional.

O concelho contraria as tendências de recessão que têm vindo a ser registadas em zonas do interior do País, demonstrando uma tendência de intenso crescimento demográfico nos últimos anos. Se este crescimento pode constituir um risco, ao nível das dinâmicas sociais, coloca também grandes desafios ao desenvolvimento local e ao planeamento territorial.

Entre 1991 e 2001, São Brás de Alportel registou um dos maiores crescimentos a nível nacional, com um aumento populacional de 33,3%, muito acima do valor médio registado na região (15,8%) e no continente, que rondou 5%. O concelho acolheu uma média anual de 390 habitantes, alcançando o segundo maior crescimento demográfico da região algarvia em 2001 com 10 032 habitantes. Os últimos dados apontam que em 2009 o município contava com 12 902 habitantes (Instituto Nacional de Estatística - INE) e um crescimento efetivo de 2,61% muito acima dos 0,91% registados na região do Algarve.

No entanto, o concelho continua a revelar uma densidade populacional mais baixa do que a verificada para a região e país. De acordo com as estimativas demográficas apresentadas pelo Instituto Nacional de Estatística para 2004, o concelho registaria uma densidade populacional de 75hab/km<sup>2</sup>, quando na região algarvia o valor alcançaria os 82hab/km<sup>2</sup> e no país cerca de 114hab/km<sup>2</sup>. Estes valores ficam, certamente, a dever-se à grande concentração de população nas zonas urbanas e à maior dispersão na ocupação do espaço, em territórios da serra.

O relatório do diagnóstico social refere que as variáveis – chave, que poderão estar na base do aumento populacional verificado no concelho nos últimos anos são: a oferta de habitação; os preços mais competitivos da habitação face às principais cidades vizinhas, como Faro e Loulé, as qualidades ambientais, a melhoria das acessibilidades que ligam o concelho aos concelhos vizinhos, assim como as respostas ao nível da educação pré-escolar e primeiro ciclo que têm atingido níveis de excelência. A função residencial é a que mais tem sido estimulada, mas sem repercussões na centralidade deste concelho que não têm adquirido atividades/ funções que exerçam atracção sobre populações externas. Deste modo, o município corre o risco de manter a função habitacional como primordial não fomentando a elevação na hierarquia urbana e no desenvolvimento económico.

Nos cenários de crescimento populacional mencionados no relatório do diagnóstico social, bem como no PROT Algarve (Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve) prevê-se um crescimento elevado de 3,5% anuais ou um crescimento moderado de inferior a 3% anuais, o que significa que estará sempre previsto um crescimento populacional considerável, ao qual está geralmente associado um dinamismo urbano direto.

Através de outras variáveis, aquele estudo refere ainda que se deve colocar no centro das ponderações a hipótese de que os novos habitantes de São Brás poderão ser compostos maioritariamente por jovens casais ainda sem filhos, o que aliás poderá coincidir com as estratégias familiares de tipo padrão, segundo as quais em primeiro lugar investe-se na habitação e só depois no alargamento familiar.

A análise da mobilidade diária em São Brás de Alportel demonstra um aumento dos fluxos pendulares do concelho para outros centros urbanos mais próximos. Isto traduz a dinâmica empresarial do concelho, claramente inferior à dinâmica demográfica, pelo que a tendência dos residentes locais é trabalhar fora do concelho de São Brás de Alportel.

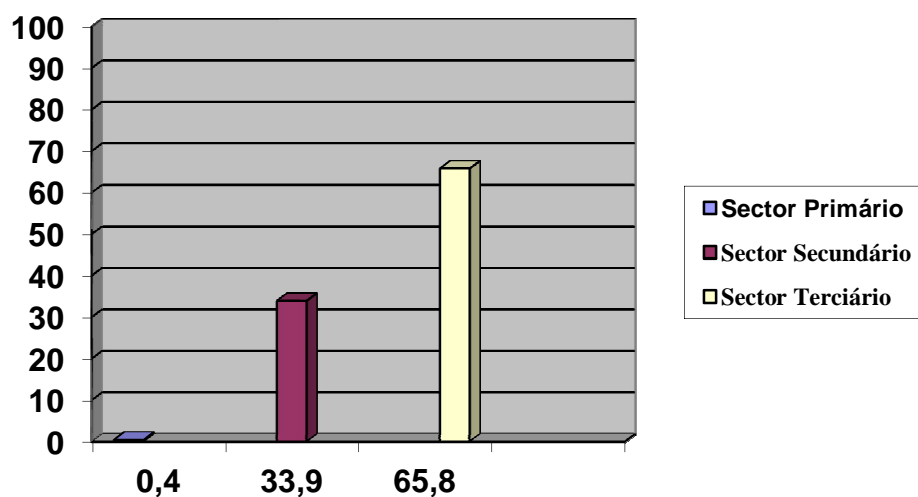
Os dados relativos às migrações pendulares revelam que em 1991 a população que trabalhava ou estudava fora do concelho representava 22% do total da população e esse valor ascendeu para os 32,9% em 2001,

### 3.5. Caracterização Socioeconómica

#### 3.5.1. Economia

Na caracterização socioeconómica do concelho de São Brás de Alportel é relevante o papel do sector agrícola na economia de subsistência de muitas famílias, mas também importante a indústria corticeira, a qual determinou desde há muito a riqueza e a economia da terra. Todo o território concelhio é um retrato vivo de uma cultura com heranças rurais bem vincadas.

A caracterização económica do município constitui um tema complexo. Tomamos como indicador base, a percentagem de população ativa empregada por sector da atividade económica em 2008<sup>3</sup> para aferirmos que em São Brás de Alportel predomina o sector terciário da economia tal como acontece no resto do País.



**Figura 3** – Percentagem de população ativa empregada por sector da atividade económica, 2008.

<sup>3</sup> Fonte: Câmara Municipal de São Brás de Alportel — Centro de Apoio à Comunidade de São Brás de Alportel



Apesar do sector agrícola ser pouco expressivo em São Brás de Alportel deve ser dada o devido realce à produção da cortiça. Se, por um lado, os sobreiros constituem uma condicionante ao planeamento territorial, por outro lado, devem ser encarados como uma oportunidade relacionada com o aproveitamento da matéria-prima de excelência, a cortiça, sobre a qual empresas do município têm vindo a desenvolver projeto de inovação que devem ser conhecidos e apoiados. A cortiça é de excelente qualidade e a sua indústria continua a ser um dos mais importantes símbolos da região.

### **3.6. O Sistema Urbano**

O processo de revisão do PDM (Plano Diretor Municipal) de São Brás de Alportel permite aferir da centralidade do município dentro da região tendo em conta o desenvolvimento da acessibilidade rodoviária e aérea (porque beneficiarão com a construção do aeródromo de Loulé) realizando-se estudos de tráfego e das centralidades e hierarquias funcionais.

A grande proximidade a Faro, e aos fluxos estruturantes da região, a equipamentos de ensino e formação profissional, e acessibilidades deste concelho ao aeroporto internacional de Faro, legitimam o anseio de modernização económica e empresarial, alicerçada na valorização do sector económico, como motor de desenvolvimento.

O sistema urbano algarvio apresenta alguns desequilíbrios revelando uma dependência funcional nas funções mais especializadas, da sede de distrito – Faro.

O concelho detém uma posição ainda frágil no contexto deste sistema, sendo o terceiro concelho com menor centralidade funcional<sup>4</sup>. Porém, goza de uma posição geográfica favorável, em relação a outros centros urbanos com centralidade superior e relevante no quadro regional: Faro, Loulé, Olhão e Tavira.

Refira-se ainda que a marginalidade funcional é muito reduzida, equivalente à maioria desses concelhos centrais no contexto da região. A dependência funcional para a aquisição de bens e serviços mais raros, em relação a Faro é muito elevada, como seria de esperar, já que está muito próximo em termos geográficos.

---

<sup>4</sup> Estudo Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional, INE, 2004.

Relativamente às funções não especializadas (bens e serviços vulgares) São Brás de Alportel apresenta-se como concelho completamente autónomo, sendo a sua área de influência o próprio concelho.

O município de São Brás de Alportel enquadra-se geralmente no âmbito regional do Algarve, porém é necessário potenciar as conexões com Espanha e com o Baixo Alentejo, e procurar internacionalizar o seu território, através de exportações de produtos e serviços, com destaque para o sector do turismo que se encontra em desenvolvimento crescente.

É também no âmbito do sistema urbano que surgiram alguns planos e programas de ações como o Plano de Intervenção do Vale do Alportel (área de intervenção de 53,5km<sup>2</sup>), plano de valorização de espaços públicos e o plano de revitalização do centro histórico. Estes planos têm em comum a aposta na melhoria das condições físicas dos locais de intervenção, procurando dotá-los de atividades e de funções.

### **3.7. Cultura**

#### **3.7.1. Política Cultural**

O Município de São Brás de Alportel definiu uma estratégia para a política cultural que se desenvolve em volta de cinco importantes objetivos:

**1. Potenciar as parcerias e dinamizar a participação**, para a dinamização cultural da comunidade, através de um trabalho de parceria e proximidade com as associações e as escolas, realização conjunta de eventos e iniciativas, dinamização do Observatório Municipal da Cultura, criação da Rede de Bibliotecas do concelho e de uma expressiva e muito importante participação da comunidade estrangeira;

**2. Levar a cultura à comunidade**, mediante a realização de um conjunto de programas culturais, tais como o VATE – “Vamos Apanhar o Teatro”, os ciclos de Cinema ao Ar livre, o projeto “Livros Sobre Rodas”, o programa de animação musical no Mercado Municipal, a realização do programa “A festa sai à rua”, a digressão da Banda Filarmónica pelo concelho e o ciclo de concertos nas igrejas e espaços públicos do concelho;

**3. Formar públicos, educar para a cultura**, dando prioridade às crianças e aos jovens, com projetos de formação cultural e artística. Exs. Escola de Dança Municipal,

Atividades de Enriquecimento Curricular, Workshops “Tardes com Arte”. Protocolos com ACTA – A Companhia de Teatro do Algarve e a Orquestra do Algarve;

**4. Preservar as tradições / valorizar o património, com programas culturais, tais** como “A Festa sai à Rua” - Programa de valorização das tradições dos santos populares, Projeto de Valorização da Calçadinha de São Brás de Alportel, Centro de Artes e Ofícios – Plano de Valorização das artes e ofícios tradicionais, Plano de Valorização dos espaços públicos do concelho, Rota dos Presépios Públicos, Plano de Valorização dos Jogos Tradicionais e Maios;

**5. Dinamizar a cultura / apostar na qualidade e na diferenciação**, para desenvolver os principais eventos, criar algumas referências na região e apostar em alguns tipos de manifestação artística.

### **3.7.2. Principais Linhas de Ação**

As principais áreas de ação, que constituem o quadro da política cultural do município são: a manutenção e beneficiação das infraestruturas culturais existentes; a criação de novos equipamentos; a promoção de uma oferta cultural de qualidade; o conhecimento e valorização do património; a reabilitação e requalificação de lugares de interesse histórico; promoção do acesso à cultura para todos; a valorização e preservação das tradições culturais do concelho; o incentivo ao desenvolvimento de novas manifestações artísticas no concelho e de novas áreas culturais; o apoio à constituição de grupos culturais; o incremento da dinâmica cultural no concelho; o desenvolvimento de projetos e iniciativas culturais, a organização e o apoio à realização de eventos culturais e o apoio às associações culturais e recreativas.

### **3.7.3. Espaços Culturais**

Os equipamentos culturais existentes neste concelho são: o Cine – Teatro São Brás, a Galeria e a Biblioteca Municipal, o Centro Museológico do Alportel, a Quinta do Peral, o Moinho do Bengado, o Jardim da Verbena, o Centro Explicativo e de Acolhimento da Calçadinha, o Centro de Artes e Ofícios e a Casa das Artes (ainda em construção).

O **Cineteatro São Brás** constitui-se como a principal sala de espetáculos do município. Este equipamento nasceu da iniciativa de um grupo de amigos, unidos pelo amor à cultura, no ano de 1952. Esta sala de espetáculos está aberta a toda a comunidade. A **Galeria Municipal** conta com um Plano Anual de Exposições, que a mantém em funcionamento durante todo o ano. A **Biblioteca Municipal** tem um conjunto de atividades: Livros Sobre Rodas, Clube de Leitura “Ler para Viver”, Cafés com Livros, Concurso Literário e dispõe de uma secção alemã, inglesa e multilingue. O **Centro Museológico do Alportel** foi criado no âmbito do Plano de Intervenção do Vale do Alportel. A Gestão deste espaço é feita em parceria com a Sociedade Recreativa Alportelense e a comunidade local. A **Quinta do Peral** desenvolve atividades que visam o envolvimento da comunidade nas atividades e na preservação das tradições do mundo rural. Com o **Moinho do Bengado** a autarquia pretende valorizar não apenas o património edificado, mas também o património humano. O **Jardim da Verbena** é um espaço cultural que marcou a memória da comunidade e que atualmente continua a ser escolhido para a realização de muitas atividades. O **Centro Explicativo e de Acolhimento da Calçadinha** tem iniciativas abertas à comunidade (por exemplo: “A Peça do Mês” e Ateliê de Arqueologia). O **Centro de Artes e Ofícios** é um espaço que centraliza o trabalho da autarquia em prol da preservação das artes e ofícios tradicionais e que atualmente conta uma sala de exposições que acolhe diversas exposições durante o ano.

A (futura) **Casa das Artes** é um centro de criação artística.

A (futura) **Oficina da Música** é um espaço para dinamizar o ensino da música, que serve de apoio aos agentes locais para desenvolverem a atividade musical.

As ideias-chaves utilizadas na política cultural implementada nestes espaços são: apostar em espaços culturais não convencionais; apostar na criação de novos espaços – reforçada atenção para a adaptação às reais necessidades, para uma maior funcionalidade; apostar na dinamização dos espaços existentes; apostar no planeamento, estratégico; apostar na avaliação e participação e por último apostar na comunicação.

### 3.8. Ação Social

O envelhecimento da população, a desertificação das zonas rurais e o contínuo crescimento demográfico da população, em grande parte devido aos movimentos migratórios, são as principais mudanças a nível social registadas no município. Na

última década, São Brás de Alportel viu aumentar o peso relativo da população imigrante e mais recentemente assiste a um aumento de agregados familiares em situação de carência social, devido ao aumento do desemprego e ao agravamento da situação económica e social das famílias.

Dando resposta às mudanças sociais registadas nos últimos anos, foram muitos os progressos e avanços registados na área social no município de São Brás Alportel, os quais se consubstanciaram na realização de várias atividades e ações e na criação de novos serviços e equipamentos sociais.

Do elevado número de projetos e ações que se concretizaram, importa destacar aqueles que são mais importantes e estruturantes para a vida da população residente no município. Em 2004 foi implementada a “Rede Social”, um programa de âmbito nacional que a nível local deu origem à criação do Conselho Local de Ação Social de São Brás de Alportel e através deste, à elaboração do Diagnostico Social e do Plano de Desenvolvimento Social (2006). No ano de 2005 foi aprovada a candidatura concelhia ao *PIC Equal* (Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL – Portugal), no âmbito da qual foi desenvolvido, até 2008, o projeto “São Brás Solidário”, que foi o responsável pela implementação de iniciativas tão relevantes para o município como: a Rede de Voluntariado “São Brás Solidário”, o Orçamento Participativo e a Feira da Solidariedade. Ainda no ano de 2005 foi inaugurado o Centro de Apoio à Comunidade, um espaço multifunções inovador, onde a Câmara Municipal, em parceria com organismos e associações, disponibiliza à comunidade são-brasense um conjunto de serviços e apoios sociais.

Em 2006 foi criado o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes, um serviço de apoio à população imigrante que funciona no Centro de Apoio à Comunidade e posteriormente este espaço veio a acolher também o primeiro núcleo do Algarve da rede de SIM-PD, Serviços de Informação e Mediação às Pessoas com Deficiência.

O ano de 2009 viu surgir mais um importante serviço: o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), inserido numa parceria estabelecida entre o IEFP, Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Câmara Municipal e o (CCD) Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal e Junta de Freguesia, de grande importância para potenciar a empregabilidade do município e apoiar a população desempregada.

O ano de 2010 foi um ano repleto de realizações na área social: foi iniciada a construção do 1.º núcleo de habitação a custos controlados – Empreendimento Medeiros

Galvão, composto por 17 Fogos, e simultaneamente foram aprovadas as candidaturas da Santa Casa da Misericórdia ao *POPH/QREN* (programa operacional de potencial humano / quadro de referência estratégica nacional) para a construção de um novo Lar de idosos e de um Centro de Dia. No mesmo ano, foi inaugurada a nova creche “Sítio do Bebê” e iniciou o seu funcionamento, acolhendo 66 crianças.

No início do presente ano de 2011 iniciaram-se os procedimentos para a execução de dois novos projetos na área social, nomeadamente o Centro de Convívio de Parises e a Loja Social de São Brás de Alportel. A autarquia encontra-se igualmente a desenvolver alguns projetos de reconversão de edifícios para criação de fogos de habitação social, de modo a ampliar o parque de habitação social municipal.

No que diz respeito ao futuro, de acordo com as principais necessidades e procurando responder às tendências identificadas no presente, as prioridades de intervenção deverão passar pelo alargamento do serviço de apoio domiciliário, quer ao nível do número de utentes quer ao nível da área abrangida; pela construção de mais fogos de habitação a custos controlados; pela criação de mais fogos de habitação social e pela construção de novos equipamentos de apoio aos idosos e às crianças e jovens.

### **3.9. Equipamento Social**

#### **3.9.1. Religioso**

O concelho de São Brás de Alportel possui verdadeiros templos religiosos datados desde o séc. XVI. Neste concelho podemos visitar a Igreja Matriz, a Ermida de São Sebastião, a Ermida de São José, a Ermida de São Romão e as capelas de Mesquitas e Parizes.

Regista-se também, a existência de outras religiões, como a Religião Católica Evangélica, Jeová, entre outras e que possuem as suas igrejas onde se realizam as reuniões.

#### **3.9.2. Recreativo e Lazer**

No concelho, os clubes desportivos procuram proporcionar recreação e lazer para a população ocupar o seu tempo livre. Nas várias sedes dos respetivos clubes os

jogos tradicionais, nomeadamente a petanca, jogos de cartas, xadrez, damas, são os mais procurados pela população de média idade e idosos.

### **3.9.3 Equipamentos**

Os equipamentos coletivos têm como objetivo satisfazer as necessidades da população independentemente do seu grupo etário ou estrato social.

Os equipamentos e serviços são, na maior parte dos casos, complementares das estruturas educativas de saúde.

São infraestruturas desportivas podem ser constituídas por recintos cobertos ou ar livre, destinados à prática desportiva. São considerados também recintos desportivos as escolas, serviços de saúde e o conjunto de meios materiais, artificiais e naturais necessários ao desenvolvimento das atividades desportivas.

Podemos considerar que neste concelho há uma grande diversidade de equipamentos ao serviço da população: diversos equipamentos desportivos integrados no Parque de Desporto e Lazer do Município: piscinas cobertas, piscinas descobertas, complexo de campos de ténis, campo de futebol sintético, minicampo relvado, pavilhão gimnodesportivo coberto e circuito de manutenção (circular norte); estabelecimentos de ensino e de apoio à família: novas escolas e creche; equipamentos culturais: centro explicativo da calçadinha, centro de apoio à comunidade, centro de artes e ofícios, e um conjunto de outros equipamentos, como o Mercado Municipal, o Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul (antigo sanatório), recentemente modernizados e o edifício sede da Junta de Freguesia inaugurado no passado mês de Junho de 2011.

### **3.9.4. Caracterização do Sistema de Saúde**

A nível de infraestruturas, o concelho possui um Centro de Saúde na sede do município. No referido centro trabalham sete médicos, incluindo a médica de saúde pública. Estão inscritos 1.152 utentes, ou seja cerca de 1,5 médicos por 1.000 habitantes.

Existe também uma unidade móvel de saúde, que resulta de uma parceria da ARS do Algarve e da autarquia, em colaboração com 2 farmácias. O Concelho possui ainda, uma clínica médica privada, com várias especialidades.

### 3.9.5 Caracterização da Rede Escolar

A rede escolar do concelho estrutura-se num único agrupamento, Agrupamento de Escolas de São Brás José Belchior Viegas e que engloba alunos desde o Jardim-de-Infância ao Ensino Secundário.

Este agrupamento abrange três jardim-de-infância (JI), dois dos quais localizados em meio rural, seis escolas do 1º ciclo do ensino Básico (1º CEB), quatro das quais em meio rural, uma EB1/JI, a Escola Básica dos 2º e 3º CEB, Poeta Bernardo Passos (E.B. 2,3) e a Escola Secundária José Belchior Viegas.

As instalações escolares apresentam boas condições físicas, na sua globalidade, com espaços exteriores bem cuidados, possibilitando a prática de atividades desportivas e lúdicas. Os JI e as EB1 foram recentemente reabilitados e reequipados, possuindo equipamento informático com ligação à Internet e fotocopiadoras. Todavia, o aumento da população levou há necessidades de ampliação da EB1/JI e da EB 2,3, que hoje é já uma realidade.

Existem outras estruturas vocacionadas para a educação pré-escolar e para a ocupação de tempos livres de crianças e jovens. O Centro Infantil António Calçada, o Centro de Animação de Tempos Livres (apoio aos tempos livres) e o Centro Jovem são instituições privadas que pertencem à Santa Casa da Misericórdia (IPSS) .

Há ainda uma Creche gerida pelo CCD (Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal de São Brás de Alportel) “ Sítio do Bebê”, com um total de 63 crianças.

**Quadro 2** – Número de turmas e de alunos na educação pré-escolar em estabelecimentos privados, no ano letivo de 2011/2012

Tipo de estabelecimento	Estabelecimento de Ensino ou ciclo de ensino	Nº de turmas	Nº de alunos
Cresce/ Infantilário rede privada	Creche “ Sítio do Bebê”	3	63
	Jardim-de-infância – Santa Casa da Misericórdia	2	75
	Creche – Santa Casa da Misericórdia	3	58
<b>TOTAL</b>		<b>8</b>	<b>196</b>



### 3.9.5.1. População escolar

A frequência escolar, especialmente na educação pré-escolar e no ensino básico tem vindo anualmente a aumentar, consequência do crescimento populacional resultante da sua centralidade geográfica aliada a uma boa qualidade de vida, a que não é alheia a adequada resposta educativa de São Brás de Alportel e o fenómeno generalizado da fixação de imigrantes, que igualmente se verifica neste município.

Atualmente frequentam as escolas do Agrupamento um total de 1574 alunos, dos quais 1479 frequentam a escola em regime diurno e 95 em regime noturno, nos vários níveis e modalidades de educação, ensino e formação. Coexistem alunos provenientes dos mais variados contextos familiares, sociais e económicos. Neste Agrupamento convivem 78 alunos estrangeiros de 13 nacionalidades diferentes, o que exige uma atenção redobrada no planeamento da ação educativa e na criação de respostas diferenciadas. No seguinte quadro apresentamos a distribuição dos alunos por grupo/turmas.

**Quadro 3 – População Escolar do Agrupamento**

População Escolar do Agrupamento											
Ciclo ensino	Pré - escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Total Diurno	EFA	PPT	UFCD	Total Noturno	Total
Alunos	240	436	230	348	225	1479	15	31	49	95	1574
Turmas	10	23	11	16	15	75	1	2	2	5	80

Fonte: Documentos cedidos pela Câmara Municipal de São Brás de Alportel

### 3.9.5.2. Recursos Humanos

O Corpo docente dos vários níveis de ensino é maioritariamente fixo, uma vez que dos 145 docentes, 82,76%, são do quadro do agrupamento, 5,52% do quadro de zona pedagógica e 11,72% são contratados a maior estabilidade verifica-se ao nível do 1º CEB, em que 79,31% são do quadro de agrupamento. A percentagem de contratados é maior na educação pré-escolar, atingindo 20%, como se pode verificar através do quadro 4. Estes fatores permitem uma estabilidade que favorece o acompanhamento dos

alunos ao longo do seu percurso escolar, garantindo uma maior articulação e sequencialidade.

**Quadro 4 – Corpo docente**

	Pré-escolar		1º CEB		2º CEB		3º CEB e Secundário		Total	
Vínculo	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>QA</b>	10	66,67	23	79,31	21	77,78	66	89,19	120	82,76
<b>QZP</b>	2	13,33	3	10,34	2	7,41	1	1,35	8	5,52
<b>Contratados</b>	3	20	3	10,34	4	14,81	7	9,46	17	11,72
<b>TOTAL</b>	15	100	29	100	27	100	74	100	145	100

Para além dos docentes referidos anteriormente, desempenham funções de Animação e Apoio à Família e de Enriquecimento Curricular, do Pré-escolar e 1º CEB, outros professores distribuídos pelas atividades constantes do quadro anexo.

**Quadro 5 – Docentes de CAF e AECs**

Docentes de CAF e AECs					
Educação Física	Dança	Inglês	Música	TIC	Total
8	1	5	6	2	22

Para dar resposta às necessidades educativas especiais de carácter permanente, para além dos 3 docentes de educação especial do quadro, foram colocados mais 4 professores especializados em educação especial, e uma Técnica especializada na Unidade de Ensino Estruturado – terapeuta da fala a tempo parcial –.

### 3.9.5.3. Pessoal não docente

O papel do pessoal não docente (assistentes técnicos), nas escolas, tem sofrido uma evolução significativa na conjuntura legislativa atual, visto que o seu apoio à ação educativa se torna cada vez mais necessário e exigente.

Nas escolas do Agrupamento desempenham funções 91 assistentes operacionais, 16 técnicos e 2 técnicos superiores, distribuídos pelas várias escolas e serviços.

Nas cozinhas e refeitórios há 22 operacionais, 5 nos bufetes das escolas, 3 em bibliotecas, e os restantes exercem as diversas atividades inerentes à função, orientados por um encarregado de pessoal auxiliar na E.B2,3 Poeta Bernardo de Passos e outro na Escola Secundária. Estes profissionais são apoiados, nos diferentes serviços, por pessoal

que se encontra desempregado e que é colocado ao abrigo do Programa: “Contrato Emprego/Inserção”, num total de 25, o que representa um acréscimo de cerca de 27% relativamente ao pessoal com vínculo laboral. O Agrupamento conta também com uma animadora da biblioteca da EB1/JI e da atividade de música na educação pré-escolar, colocada pelo CCD da Câmara Municipal.

#### **3.9.5.4. Atividades de enriquecimento curricular (AEC'S)**

Neste município, o resultado de um trabalho constante de remodelação do parque escolar, todos os estabelecimentos de ensino básico: jardim-de-infância e escolas de 1.º ciclo funcionam em horário letivo normal (09h00-15h00) sem necessidade de desdobramentos para uma melhor qualidade de ensino e maior comodidade das famílias.

As Escolas de 1.º ciclo continuam em funcionamento depois de terminadas as aulas, até às 17h30, facultando atividades de enriquecimento curricular, de acordo com um protocolo de colaboração estabelecido entre a Câmara Municipal, a Direção Regional da Educação e o Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas. As atividades são:

- Inglês;
- Expressão Musical;
- Atividade Física e Desportiva;
- Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC

Nas escolas de **Educação Pré-Escolar** são desenvolvidas atividades no âmbito do Programa de Apoio à Família nas áreas de:

- Atividade física e desportiva;
- Música;
- Dança.

Salientamos ainda a existência de outros projetos, como:

#### **Projeto @ventura – Programa Escolhas IV Geração**

Projeto desenvolvido por uma parceria constituída pela associação IN LOCO, Câmara Municipal e Agrupamento de Escolas, cujas atividades, entre outras são:

- Oficina de Tempos Livres, Oficina Desportiva e Artes Performativas;
- Ateliê de competências pessoais e sociais;
- OPCJ (Orçamento Participativo Crianças e Jovens);
- Campanhas de Voluntariado e Intercâmbios Interculturais;

- Sessões de Informação para Jovens;
- Oficina de Pais e Encarregados de Educação;
- CID@Net - Centro de Inclusão Digital - o Espaço Jovem do Centro de Apoio à Comunidade: Oficinas de apoio ao estudo, média digital, uso livre, torneios de jogos em rede.

A Câmara Municipal disponibiliza um serviço de transporte escolar, diariamente, a cerca de 450 crianças e jovens do concelho, através de 15 circuitos, com recurso a 9 motoristas e 7 viaturas (4 autocarros e 3 veículos ligeiros de 9 passageiros).

Este serviço de apoio inclui os transportes diários, o desporto escolar, a educação física mensal, o ensino especial e as visitas de estudo.

A segurança é o princípio base deste serviço e por isso a autarquia tem vindo a proceder à modernização da frota de transportes escolares e à qualificação do serviço prestado através da adaptação a todas as exigências legais em matéria de segurança, com recursos a vigilantes e com a utilização de cadeiras adequadas às idades das crianças.

#### **3.9.5.5. Refeições**

As Escolas de 1.º ciclo e os Jardim-de-infância dispõem de espaços de refeitório, onde são servidas diariamente cerca de 600 refeições.

É fundamental garantir uma alimentação saudável para o pleno desenvolvimento das crianças. Assim a Câmara Municipal, com o apoio da Administração Regional de Saúde e do Centro de Saúde, tem vindo a desenvolver um projeto que visa garantir a qualidade nutricional das ementas escolares. As refeições saudáveis são confeccionadas com base na alimentação mediterrânica.

No mesmo sentido, são efetuadas regularmente análises microbiológicas aos produtos alimentares dos refeitórios escolares.

Neste ano letivo, o Município integra o projeto “Escola Ativa” e o projeto “Fruta na Escola”, no âmbito do Programa Regional de Combate à Obesidade Infantil.

### **3.9.5.6. Gabinete Municipal de Psicologia da Criança e do Adolescente**

Integrado no Serviço Municipal de Psicologia, este Gabinete é assegurado por um técnico da Câmara Municipal, em colaboração com o Agrupamento de Escolas de São Brás de Alportel, com os seguintes objetivos:

- Avaliar as situações mais relevantes e promover o necessário apoio psicológico e acompanhamento;
- Fazer o acompanhamento das situações que, de alguma forma, se traduzam em dificuldades no processo educativo dos alunos;
- Dinamizar projetos, que visem a prevenção de comportamentos de risco;
- Mobilizar os diversos agentes educativos envolvidos no meio escolar: educadores, professores e pais, de forma a contribuir para uma escola ativa e de sucesso.

Este apoio dirige-se especialmente a crianças e adolescentes a frequentar o ensino pré-escolar e ensino básico, provenientes de meios familiares mais desfavorecidos e funciona através do encaminhamento feito pelo professor da criança ou adolescente.

### **3.9.5.7. Desporto Escolar**

Segundo Meirim (1995), o desporto escolar (DE) é *“o conjunto das práticas lúdico-desportivas e de formação com objeto desportivo, desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integrados num plano de atividade da escola e coordenadas no âmbito do Sistema Educativo”*.

Desta forma, o desporto escolar é um conjunto de atividades desportivas desenvolvidas pelas escolas, não se resumindo aos grupos ou equipas que participam em quadris competitivos – Atividade Interna, passando posteriormente por grupos de formação, onde estão englobados os alunos com maiores capacidades e/ ou maior gosto por determinada modalidade – Atividade externa.

No agrupamento de Escolas de São Brás José Belchior Viegas, as atividades desenvolvidas no desporto escolar são a Nataação, Ténis, Futsal, Ginástica, Golfe e Multiactividades. É de salientar a existência de Desporto Escolar Adaptado para alunos

com Necessidades Educativas Especiais (NEE), cuja atividade desenvolvida é a natação adaptada.

A Natação no Desporto Escolar tem uma vertente competitiva. Durante o ano letivo os alunos desta modalidade tem várias competições quer no concelho, nas Piscinas Municipais Cobertas de São Brás de Alportel quer em outras cidades do Algarve. Têm também algumas competições a nível regional e nacional.

No Desporto Adaptado na Natação há 2 competições por ano; uma, no concelho de São Brás e a outra no concelho de Faro.

**Quadro 6 – Desporto escolar**

Modalidade	Número de alunos
Futsal Infantis Masculinos	22
Futsal Iniciados Masculinos	23
Ginástica	19
Golfe	18
Natação Adaptada (N.E.E.)	17
Natação	41
Ténis	20
Multiatividades – canoagem, rappel, entre outros	18
<b>TOTAL</b>	<b>178</b>

Numa população de 803 alunos distribuídos pelo 2º e 3º ciclos, verificamos que 22,16% dos alunos praticam desporto escolar, revelando um índice de participação satisfatória.

### **3.9.6. Caracterização Desportiva**

A análise da situação desportiva é um passo indispensável para a definição de uma correta política desportiva. Esta análise deverá ser realizada através da carta desportiva. A carta desportiva é uma compilação de um conjunto de documentos, entre outros, o levantamento rigoroso e exaustivo das infraestruturas desportivas existentes no município, aliado à caracterização de toda a oferta desportiva, e ao associativismo desportivo. Salientamos, no entanto, que no município de São Brás de Alportel não existe Carta Desportiva pelo que a inexistência de dados provocou algumas dificuldades ao nosso estudo. Solicitámos, ainda, a colaboração dos presidentes dos Clubes e

Associações, que não se mostraram disponíveis, tornando a nossa tarefa mais dificultada.

### 3.9.6.1. Equipamentos desportivos

Para analisar os equipamentos desportivos de um concelho, deverá fazer-se uma apreciação detalhada e cuidada dos vários fatores como a diversidade do tipo de instalação, taxas de utilização, localização geográfica e necessidades manifestadas pela população, podendo estes influenciar as características de utilização dos referidos equipamentos.

O concelho de São Brás de Alportel possui infraestruturas que permitem práticas desportivas e de atividade física bastante diversificadas.

São vários os equipamentos disponíveis no concelho. Identificam-se 30 equipamentos, dos quais: 14 pequenos campos; 5 pavilhões; 3 campos de grandes jogos; 6 campos de ténis e 1 piscina Coberta e 2 piscina Descoberta. A sua grande maioria é localizada na área urbana do concelho – em S. Brás existem 23 dos 31 equipamentos existentes.

**Quadro 7 - Equipamentos Desportivos segundo a localização e tipo de equipamento (2011)**

Localização	Pavilhão	Grandes Jogos	Pequeno Campo	Campos de Ténis	Piscina Descoberta	Piscina Coberta	Total
São Brás de Alportel	5	1	8	6	2	1	23
Machados		1					1
Cabeça do Velho		1					1
Corotelo			1				1
Vilarinhos			1				1
Mesquita			1				1
Alportel			1				1
Mealhas			1				1
Almargens			1				1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>14</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>31</b>

Fonte: Câmara Municipal de S. Brás de Alportel

A grande parte dos equipamentos é de propriedade da Câmara Municipal (23), seguindo-se os de propriedade do Ministério da Educação (5). Ao nível associativo apenas três entidades dispõem de equipamentos seus, nomeadamente, os Bombeiros Voluntários, o Grupo Desportivo e Cultural dos Machados e a União Desportiva e Recreativa Sambrasense.

**Quadro 8 - Equipamentos Desportivos segundo a localização e a entidade proprietária (2011)**

Localização	CM SBA	MIN Edu	Bomb. Voluntários	Grupo Desportivo Cultural Machados	União Desp. Rec. Sambrasense	Total
São Brás de Alportel	16	5	1		1	23
Machados				1		1
Cabeça do Velho	1					1
Corotelo	1					1
Vilarinhos	1					1
Mesquita	1					1
Alportel	1					1
Mealhas	1					1
Almargens	1					1
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>31</b>

Fonte: Câmara Municipal de São Brás de Alportel

### **3.9.6.2. Apoio da autarquia na promoção de atividades desportivas para crianças e jovens**

A autarquia concede apoios financeiros e logísticos de acordo com a prévia apresentação de Planos de Atividades e de Projetos de Intervenção com crianças e jovens e ainda apoios financeiros específicos e enquadramento técnico municipal (técnicos pagos pelo município), para atividades para crianças e jovens. A Câmara Municipal tem ainda protocolos com Escolas-Clubes-Associações e Junta de Freguesia, para organização de atividades para crianças e jovens.

### **3.9.6.3. Apoio da autarquia na promoção de atividades desportivas para adultos e seniores**

Existem protocolos de apoios financeiros e específicos para o desenvolvimento de projetos para adultos e seniores entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.

Os projetos existentes são o projeto de: Seniores em Movimento, Ginástica para Seniores – Coração Ativo – e Reabilitação Cardíaca, Fase 4 – fase do programa em que os cardíacos realizam atividade física com profissionais do desporto, depois de tratamento com cardiologistas.

A atividade praticada pelos Seniores em Movimento é a ginástica de Manutenção cujos utentes se deslocam ao pavilhão do Agrupamento de escolas de São Brás José Belchior Viegas duas vezes por semana e quinzenalmente à piscina para uma aula de Hidroginástica Sénior. Neste projeto participam 80 pessoas. No projeto do Coração Ativo, as atividades são a ginástica e a Hidroginástica Sénior, realizadas duas



vezes por semana, uma no pavilhão gimnodesportivo e outra na piscina. Neste projeto participam 43 pessoas.

#### **3.9.6.4. Atividades Desportivas próprias dos serviços municipais do desporto**

Importa salientar que a autarquia promove, desenvolve e organiza, uma série de atividades de animação promovendo torneios, jogos e olimpíadas populares. Praticam-se as modalidades de Jazz e Ballet no pavilhão gimnodesportivo.

É de referir também o Centro Municipal de Marcha e Corrida de São Brás de Alportel, atividade realizada no circuito de manutenção – circular norte – com apoio técnico e especializado dos técnicos da autarquia.

São ainda realizadas quinzenalmente Caminhadas Temáticas – Ciclos de Passeios na Natureza –.

#### **3.9.6.5. Associativismo Desportivo**

Carvalho (1994) refere que “o clube, em termos gerais e desportivos, em termos específicos, constitui uma célula social de grande importância comunitária. É nele que os aspetos fundamentais da nossa cultura podem tomar corpo e é também aqui que o cidadão pode estabelecer relações enriquecedoras com outros indivíduos”.

Por tradição, a prática desportiva desenvolve-se através dos clubes que são estruturas onde, na maioria dos casos, prevalece o trabalho de voluntário e que hoje, apesar do momento de crise, continuam a ser importantes na cooperação e convivência indispensáveis numa sociedade.

Na realidade sócio cultural de São Brás de Alportel é inquestionável a importância das coletividades no âmbito da animação e generalização das práticas desportivas.

Analisámos de uma forma geral, todas as coletividades desportivas que contribuem para o desenvolvimento desportivo do concelho. O município celebra contrato-programa com 7 coletividades, apresentadas no quadro 9:

**Quadro 9** - Planos de Apoio ao Associativismo e Contratos Programa

Planos de Apoio ao Associativismo e Contratos Programa
Associação Jovem Sambrasense
CCD - Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal e Junta de Freguesia
Clube de Artes Marciais
Clube de Caça e Pesca
Grupo Desportivo e Cultural dos Machados
Sociedade Recreativa 1º de Janeiro
União Desportiva e Recreativa Sambrasense

**Quadro 10** – Modalidades e respetivo número de clubes que a (s) desenvolvem

Modalidade	Número de clubes
Artes Marciais	1
Atletismo	1
Aquajogging <sup>5</sup>	1
Basquetebol	1
Box	1
BTT	2
Caça	1
Ciclismo	1
Dança	1
Defesa Pessoal	1
Full Contact	1
Futebol 11	3
Futebol 7	2
Futsal	2
Ginástica Acrobática	1
Ginástica de Manutenção	1
Hidroginástica <sup>6</sup>	1
Hip-Hop	1
Ioga	1
Kempo	1
Kickboxing	1
Marcha/ Corrida	1
Natação <sup>7</sup>	1
Patinagem	1
Pesca desportiva	1
Petanca	1
Pilates	1
Tai chi Chuan	1
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>

<sup>5</sup> Atividade realizada nas piscinas cobertas municipais e inserida na Escola de natação da Câmara Municipal de São Brás de Alportel

<sup>6</sup> Atividade realizada nas piscinas cobertas municipais e inserida na Escola de natação da Câmara Municipal de São Brás de Alportel

<sup>7</sup> Engloba as atividades de adaptação ao meio aquático, aprendizagem, competição, aperfeiçoamento e pré-competição, inseridas na Escola de natação da Câmara Municipal de São Brás de Alportel

O associativismo desportivo desenvolve um total de 33 modalidades desportivas. No quadro anterior, o número de modalidades não corresponde ao número de clubes, dado que alguns desenvolvem mais do que uma atividade.

O Futebol de 11 é a atividade de maior expressão e de custos associados mais elevados. O Futebol de 7, Futsal e Basquetebol, são também modalidades de forte implantação, com atividade regular.

Quanto ao número de praticantes, por cada uma das modalidades apresentamos o quadro seguinte:

**Quadro 11**– Total de atletas apoiados pelo Associativismo e Contratos Programa da Câmara Municipal

Coletividade	Modalidades	Escalão	Federados	Não Federados	Número de Praticantes
Associação Jovem Sambrasense	Futsal	Escolas	15	0	15
		Infantis	15	0	15
		Seniores	18	0	18
		Futsal Master's	0	16	16
TOTAL					64
CCD – Centro de Cultura e Desporto dos trabalhadores da Câmara Municipal e Junta de Freguesia	(Dança) Ballet	Escolas	0	80	80
	(Dança) Jazz	Escolas	0	17	17
	Ginástica Acrobática	Escolas	0	40	40
	Ginástica Manutenção	Todos	0	30	30
	Hip Hop	Todos	0	11	11
	Patinagem	Escolas	0	12	12
	Pilates	Todos	0	16	16
TOTAL					206
Clube de Artes Marciais	Defesa Pessoal (todos os atletas praticam as várias variantes :Box; Full Contact, Kempo e Kickboxing)	Infantis	3 M.	0	3
		Cadetes	1 M.	0	1
		Juvenis	3 M / 1 F	0	4
		Juniores	7 M / 1 F	0	8
		Seniores	6 M / 4 F	0	10
TOTAL					26
Clube de Caça e Pesca	Caça e Pesca	Todos	0	54	54
Grupo Desportivo dos Machados	Futebol 11	Seniores	25	0	25
	Futsal Feminino	Seniores	13	0	13
	Futsal Feminino	Juniores	12	0	12
	Futsal Feminino - Escolinhas 7- 12	Escolas	0	12	12
	Petanca	Seniores	0	26 M / 4 F	30
TOTAL					92
Sociedade Recreativa 1º de Janeiro	Futebol de 7	Petizes	0	17	17
		Benjamins B	0	20	20
		Benjamins A	0	22	22
	Futebol de 11	Infantis	0	26	26
		Iniciados	0	25	25
		Juvenis	0	24	24
		Juniores	0	25	25
TOTAL					159
União Desportiva e Recreativa Sambrasense	Futebol de 11	Seniores	24	0	24
		Juniores	7	0	7
	Basquetebol	Cadetes	7	0	7
		Iniciados	12	0	12
		Minis	0	10	10
		Futsal	Seniores	0	12
	Benjamins		12	0	12
Ténis de Mesa	Seniores	4	0	4	
TOTAL					88
TOTAL de atletas apoiados pelo Associativismo e Contratos Programa da Câmara Municipal					688

De acordo com este quadro, podemos concluir que existe um número significativo de atletas de ambos os sexos e de todas as idades, que praticam desporto federado e não federado, apoiados pelos seus clubes e que fazem parte do Plano de Atividades do município.

Existem outras coletividades que contribuem para o desenvolvimento desportivo do concelho, são elas:

- Sociedade Recreativa Alportelense, que realiza torneios da modalidade da Malha;
- Associação para o desenvolvimento dos Desportos de duas rodas – BLASIUS que conta com 22 atletas federados, 20 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, com as modalidades de Downhill, BTT e Cicloturismo – ciclismo de passeio. Esta associação promove uma prova do Campeonato Nacional em São Brás de Alportel da modalidade de Downhill;
- Bike Clube S. Brás que tem 15 atletas federados e 30 sócios não federados. As idades dos atletas variam dos 8 e os 80 anos e as modalidades realizadas são: BTT – Cross Country; BTT – Maratonas; BTT – orientação; BTT – Lazer (passeios); Ciclismo- Feminino de competição; Cicloturismo – ciclismo de passeio; Escolinhas.
- Associação Cultural Sambrasense que desde Março de 2011, possui uma equipa de atletismo - Núcleo de Atletismo da Associação Cultural Sambrasense – composta atualmente por 22 atletas, distribuídos por vários escalões estando filiados na Associação de Atletismo do Algarve (federados). As modalidades praticadas são as corridas de fundo e meio fundo.
- Ioga e Tai Chi Chuan são modalidades realizadas no Museu do Trajo e organizadas pelo Grupo de Amigos do Museu, contando com 42 participantes.

## **CAPÍTULO IV - METODOLOGIA**

### **4. Metodologia**

A elaboração de um projeto de pesquisa e o desenvolvimento da própria pesquisa necessitam, para que os seus resultados sejam satisfatórios, de estar baseados num planeamento cuidadoso, reflexões conceituais sólidas e alicerçadas em conhecimentos já existentes.

A Metodologia, estudo dos métodos e das etapas a seguir num determinado processo tem como finalidade captar e analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar as suas potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações da sua utilização.

Além de ser uma disciplina que estuda os métodos, a metodologia é também considerada uma forma de conduzir a pesquisa, pois é a explicação do tipo de pesquisa, dos instrumentos utilizados (questionários, entrevistas), do tratamento e análise dos dados, em suma, tudo o que se utilizou no trabalho de pesquisa para abordar o problema colocado e os objetivos formulados.

Neste capítulo, descreveremos o processo e a forma como os dados foram recolhidos, analisados, sintetizados e interpretados, e, também os procedimentos de validação.

A nossa investigação tem como objetivo fundamental compreender a procura e consumo desportivo no concelho de São Brás de Alportel, analisando em detalhe a utilização de serviços desportivos, a participação desportiva, os hábitos de prática da atividade física, e as tendências para outras práticas. Esta análise será complementada com um estudo das condições para a prática da atividade física, e das instalações desportivas disponíveis e pretendidas, assim como das políticas municipais no âmbito da promoção do desporto e do bem-estar físico da comunidade do concelho.

#### **4.1. Amostra**

Segundo Reis e Moreira (1993), citado por Colaço (2006), um estudo ou pesquisa de mercados é uma atividade desenvolvida com base na recolha sistemática de

informações, de modo a responderem a duas questões essenciais: obtenção de informação que ajude à tomada de decisão em qualquer sistema e alargamento do campo conceptual existente, no âmbito das ciências sociais e humanas (segmentação do mercado, entre outros).

Todo o trabalho balizado em estudos de mercado, para além da escolha criteriosa de um conjunto de indicadores (variáveis) usados para atingir os objetivos propostos, tem também a determinação correta da amostra sobre a qual recai o estudo.

Segundo Colaço (2006), quando da seleção da amostra, se esta for pouco precisa, coloca-se em causa a conclusão do estudo (baseada em conclusões falsas) e, consequentemente, qualquer tomada de decisão da organização.

Vergara (2007), afirma que existem dois tipos de amostra: probabilística e não probabilística. Neste sentido, a definição de amostra não probabilística é aquela que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende em parte do julgamento do investigador.

Para Samara e Barros (2002), as amostras não probabilísticas são selecionadas por critérios subjetivos, de acordo com a experiência e com os objetivos do estudo. Desta forma, não há obtenção de conceitos estatísticos e os elementos da amostra são selecionados conforme um critério de julgamento do investigador, tendo como base o que se acredita que o elemento selecionado possa fornecer ao estudo.

Para Marconi e Lakatos (1990), a amostragem não probabilística é uma técnica que confia no julgamento pessoal do investigador, não tendo possibilidade de selecionar os elementos da amostra.

Para Vicente et al. (2001), uma amostra só poderá ser probabilística quando se conhecem todos os elementos da população. É considerada aleatória ou probabilística se for recolhida por um processo que assegure que todo e qualquer elemento da população tem probabilidade calculável e diferente de zero, para ser escolhido para integrar a amostra, tornando-se deste modo representativa das características específicas dessa população.

A amostra do estudo tem como base os registos disponíveis, do Instituto Nacional de Estatística, relativa à população residente no Município de São Brás de Alportel, em 31 de Dezembro de 2009 e apresentada por grupos etários e por sexo.

Segundo esta base de dados, o concelho de São Brás de Alportel, que apenas tem uma freguesia apresentava uma população de 12 902 habitantes.

**Quadro 12-** População residente, segundo os grupos etários e o sexo, em São Brás de Alportel, a 31 de Dezembro de 2009

0 - 14 anos			15 – 24 anos			25 a 64 anos			Mais de 64 anos			TOTAL		
MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
1 492	850	642	1 310	706	604	6 696	3 487	3 209	3 404	1 510	1 894	12 902	6 553	6 349

Salientamos que para este estudo não foi considerada a população com idades compreendidas entre os 0 e 14 anos (1 492) indivíduos, por se encontrarem no ensino pré-escolar e escolar, sendo abrangidos pelas atividades curriculares e extra-curriculares de Educação Física.

Deste modo a nossa amostra baseia-se em  $n = 577$ .

#### 4.1.1. Definição da Amostra

Após exaustiva reflexão e pesquisa, definimos que o método mais adequado, tendo em vista a seleção da amostra em estudo deveria ser um método de amostragem estratificada e por quotas. Sendo que vai de encontro ao cerne deste estudo a procura e o consumo desportivo, assim como das suas especificações, por faixa etária e género.

De acordo com as considerações apresentadas, a seleção da amostra baseia-se nos seguintes critérios:

<b>Género</b>	<b>Escalão Etário</b>	<b>Freguesia</b>
Masculino <b>A</b>	15 – 24 anos	São Brás de Alportel
Feminino <b>B</b>	25 – 64 anos	
	Mais de 64 anos	

**Quadro 13–** Base da amostra do concelho de São Brás de Alportel

<b>Idade/Sexo</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
15 - 24 anos	A1	A2
25 - 64 anos	B1	B2
Mais de 64 anos	C1	C2

Pretende-se um grau de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, para uma amostra estratificada simples, tendo em consideração a população global do concelho  $N= 12\,902$ , para a qual foi retirada, para este inquérito, uma amostra de  $n= 577$

Relativamente à estratificação por idades, apresentamos:

**Quadro 14–** Estratificação dos indivíduos por idades

<b>IDADE</b>	<b>15 - 24</b>	<b>25 - 64</b>	<b>Mais de 64</b>	<b>TOTAIS</b>
População (N)	1 310	6 696	3 404	11 410
%	11%	59%	30%	100%
Amostra (n)	65	361	151	577

No que respeita à estratificação dos indivíduos segundo o género verificamos o seguinte:

**Quadro 15 –** Estratificação dos indivíduos segundo o género

<b>Género</b>			
<b>Escalão</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
15 - 24	35	30	65
25 – 64	188	173	361
Mais de 64	67	84	151

## **4.2. Processo de recolha de informação**

Miles e Huberman (1994) referem que, a utilização de diferentes técnicas de recolha de informação em diferentes fases do estudo, permite o complemento da informação e a sua validação.

Neste estudo procuramos relacionar as informações recolhidas a partir das entrevistas aplicadas ao Presidente da Câmara e ao Vereador do Desporto e as obtidas pelo questionário por amostragem realizado à população do concelho de São Brás de Alportel.



#### 4.2.1. Questionário

De acordo com as especificidades da amostra, o método utilizado para a Coleta da informação foi a aplicação de um inquérito por questionário.

Selecionamos o modelo de questionário tendo em conta as características do estudo em causa.

A construção do questionário utilizado neste estudo, teve por base o utilizado por Colaço (2001)<sup>8</sup>, que se baseia em estudos semelhantes, nomeadamente, Saldanha (2006)<sup>9</sup>, Marques (2006)<sup>10</sup> e Silva (2008)<sup>11</sup>.

O questionário está estruturado mediante a formulação de um quadro teórico com algumas variáveis, referentes à caracterização da procura e do consumo desportivo.

A base do questionário foi readaptado e reajustado face à realidade do Concelho de São Brás de Alportel. No total, o questionário é formado por 58 questões, agrupadas em 6 grupos distintos:

**Grupo 1** – Identificação do inquirido;

**Grupo 2** – Relação sociocultural com o desporto;

**Grupo 3** – Participação desportiva;

**Grupo 4** – Relação institucional com a prática desportiva;

**Grupo 5** – Motivação para a prática desportiva;

**Grupo 6** – Condições para a prática desportiva

Referimos que em função do elevado número de indivíduos inquiridos e da extensão do questionário, optamos por questões fechadas e de resposta rápida.

---

<sup>8</sup> Análise da Procura e Consumo Desportivo no Concelho de Cascais (2001).

<sup>9</sup> As Autarquias e o Desenvolvimento Desportivo – oferta de instalações desportivas artificiais de base no Concelho de Sintra, considerando um crescimento demográfico moderado para o ano de 2011. Dissertação de mestrado não publicada. Lisboa: UTL/FMH.

<sup>10</sup> Os hábitos e os Consumos de Desporto como contributo para uma Gestão Desportiva eficaz – estudo de caso no Concelho de Redondo. Dissertação de mestrado não publicada. Lisboa: UTL/FMH

<sup>11</sup> A relevância do Sector Autárquico no Sistema Desportivo Português – Análise dos Hábitos Desportivos do Concelho de Tomar. Dissertação de mestrado não publicada. Lisboa: UTL/FMH

#### **4.2.1.1. Validação do Questionário**

A estruturação do questionário teve por base questionários realizados e aplicados em outros estudos semelhantes, sendo ajustados ao Concelho de São Brás de Alportel, sob a orientação de um especialista em investigação por questionário. Após as suas críticas e sugestões, selecionaram-se e formularam-se questões de modo a torná-las mais claras e objetivas.

#### **4.2.2.2. Aplicação do Questionário**

A aplicação do questionário e a seleção dos inquiridos de forma a que cada indivíduo fosse inquirido apenas uma vez respeitou as seguintes metodologias:

1. A aplicação dos inquéritos e recolha de informação;
2. Definição de percursos e do número de inquiridos;
3. Entrega de um manual do inquiridor para auxílio na aplicação dos questionários;
4. Abordagem ao inquirido, (motivação e explicação);
5. Aplicação do questionário;

O questionário decorreu aproximadamente entre 2 de Maio e 7 de Julho de 2011;

#### **4.3. Tratamento de dados**

O tratamento de dados foi efetuado por via informática, tendo como base o “software” IBM SPSS Statistics 20.0, e apoiado na estatística descritiva, em de tabelas (frequências absolutas e percentagens relativas) e gráficos adequados a cada uma das situações.

#### **4.4. Entrevista**

Como meio de recolha de informações, a entrevista foi escolhida tendo em atenção os objetivos de estudo. Esta técnica destacou-se entre as demais pela vantagem da profundidade dos elementos que obtém (Quivy & Campenhoudt, 2005).

Procedemos à construção de um instrumento que permitisse a recolha dos dados fundamentais para este estudo<sup>12</sup>, pelo que optámos por um guião de entrevista semiestruturada.

O instrumento selecionado apela à observação indireta, e o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação desejada. Neste sentido, ao responder às perguntas, o sujeito intervém na produção da informação.

Este guião de entrevista visa a recolha de depoimentos junto dos responsáveis pela área do desporto na autarquia de São Brás de Alportel, permitindo-lhes expor as suas ideias, preferências, expectativas e medidas de política pública desportiva local.

Januário (2010) refere que a entrevista permite apurar o que não conseguimos observar diretamente, extraindo elementos de reflexão muito ricos que credibiliza grandemente a investigação. Segundo este autor as entrevistas *“são, no fundo, períodos de colheita de informação sobre factos e entrevistados, constituindo uma ferramenta poderosa na ampliação e interpretação dos dados em estudo”*

#### **4.4.1. Validação de uma Entrevista Semiestruturada**

1. Revisão da bibliografia, de modo a isolar as grandes categorias a partir das quais se formularam as perguntas a realizar na entrevista;
2. Elaboração de um primeiro modelo de entrevista;
3. Sujeição desse modelo a um grupo de peritos;
4. Introdução de alterações sugeridas pelos peritos;
5. Entrevistas a elementos do universo em estudo de modo a verificar o grau de compreensão destes relativamente às perguntas e do grau de adequação das respostas às expectativas do pesquisador;
6. Discussão dos resultados obtidos que entenderá ou não introduzir outras alterações ao modelo;
7. Revisões até ao modelo se revelar totalmente adequado;
8. Aplicação da entrevista<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Van Luc Campenhoudt e Raymond Quivy (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4ª ed. Lisboa, Gradiva

<sup>13</sup> Rui Garcia, (2000). Documento de Circulação Interna. Porto: FADE- UP

Foram efetuados alguns reajustamentos até à validação final do guião da entrevista de modo a garantir que a sua aplicação corresponda rigorosamente aos objetivos formulados. Cumpridos os procedimentos metodológicos, resultou a versão final da entrevista (anexo 3) cujas questões visam obter informações sobre:

### **Política Desportiva da Autarquia**

- Principais objetivos e linhas orientadoras da política desportiva do município;
- Grau de importância atribuído à política desportiva no concelho;
- Papel liderante da autarquia na promoção desportiva do município;
- Indicadores quantitativos de forma a analisar a importância da aplicação das políticas públicas no concelho;
- Principais dificuldades na implementação da política desportiva municipal;
- Percentagem de orçamento municipal para o desporto;
- Carta Desportiva;
- Metas para este mandato autárquico no que respeita a instalações desportivas;
- Evolução dos equipamentos desportivos no concelho nos últimos 10 anos no município.

### **Oferta Desportiva**

- Oferta desportiva aos seus munícipes;
- Papel da iniciativa privada no desenvolvimento do desporto no concelho.

### **Desenvolvimento Desportivo**

- Articulações com organismos desconcentrados do estado;
- Atribuição e formas de apoios às organizações desportivas;
- Técnicos registados, no mapa de pessoal, afetos à atividade desportiva no concelho, sua formação e/ou especialização e facilidades ou dificuldades de recrutamento;

- Áreas a desenvolver no concelho;
- Decisões tomadas e as mais inovadoras em termos de desenvolvimento desportivo;

### **Instalações Desportivas**

- Instalações Suficientes/Insuficientes. Que alternativas;
- Segundo a conjuntura económica do país de que maneira afeta ou poderá afetar a Política de desenvolvimento desportivo;
- Expectativas dos resultados dos questionários realizados à população.

#### **4.4.2. Aplicação da Entrevista**

A fase seguinte foi a aplicação da entrevista junto dos responsáveis pelo desporto na autarquia, nomeadamente ao presidente da câmara e ao vereador do desporto.

A entrevista foi realizada com autorização prévia dos entrevistados. Primeiramente, no sentido de os contextualizar, foram fornecidas algumas informações sobre a temática do estudo e da opção pelo método da entrevista, criando uma ambiente favorável à realização da mesma.

Os responsáveis foram entrevistados conjuntamente e, cada um respondia consoante as suas competências e conhecimentos práticos.

A entrevista foi registada com o consentimento dos entrevistados, em gravação áudio digital num Smartphone, sendo guardada em cartão de memória e transcrita na íntegra para o computador (suporte informático), para posterior, análise, interpretação e impressão.

Consideramos que uma entrevista de boa qualidade caracteriza-se, pelo facto dos entrevistados estarem à vontade e falarem livremente sobre os seus pontos de vista. As questões anteriormente citadas foram colocadas, procurando evitar qualquer tipo de constrangimento ou retração que pudesse interferir com a expressão das verdadeiras opiniões dos autarcas<sup>14</sup>. Salientamos ainda, a importância da interação natural entre o

---

<sup>14</sup> Sari Biklen e Robert Bogdan, (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora

investigador e o sujeito, que procurou ser mantida ao longo de toda a entrevista, minimizando desta forma aquilo que designamos por *efeitos do observador*.

Alguns autores referem que, os investigadores que se interessam pelo modo como as pessoas pensam sobre as suas vidas, experiências e situações particulares, conseguem obter entrevistas semelhantes a uma conversa entre confidentes e não uma sessão formal de perguntas e respostas.

Esta é a única maneira de captar aquilo que é verdadeiramente importante do ponto de vista do sujeito. Contudo, a entrevista nunca deve extrapolar as fronteiras da seriedade e confidencialidade.

#### **4.5. Processo Analítico**

Depois da realização de uma entrevista, esta deve ser analisada de acordo com o contexto do estudo, os seus conceitos e objetivos.

Após audição repetida das entrevistas torna-se necessário a anotação das ideias base, das possíveis contradições, divergências e pontos de vista e a reflexão sobre potenciais revelações.

Para o tratamento dos dados resultantes das entrevistas e dos documentos recorreremos à técnica de análise de conteúdo.

*“A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações, que descreve, segundo procedimentos objetivos e sistemáticos, o conteúdo manifesto das mensagens com vista à inferência de conhecimentos relativos às suas características”* (Bardin, 1977).

A análise de conteúdo possui duas funções: a função heurística e a função de confirmação. A primeira função enriquece a tentativa exploratória servindo-se dos procedimentos analíticos. A segunda faz apelo aos procedimentos de análise, partindo de um corpo de hipóteses que servem de diretrizes para verificar uma confirmação ou não.

Segue-se a fase do tratamento do material, o que corresponde à sua codificação. *“A codificação é “o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, que permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”* (Holsti, cit. Por Bardin, 1977).

A codificação é, portanto a transformação de dados contidos nos documentos de forma a permitir uma representação do tema em estudo, ou a conduzir à possibilidade de identificação de características específicas de determinados assuntos.

As unidades de registo são unidades ou partes de documentos que serão codificados. As unidades de registo aparecem associadas a variáveis linguísticas (palavra ou frase) e variáveis semânticas (tema ou assunto do conteúdo). Podem relacionar-se com a presença ou a ausência em que determinada variável acontece num documento e também com a sua frequência. A importância de uma unidade de registo aumenta com a frequência da sua aparição.

Na análise das informações recolhidas destacam-se três fases: descrição dos dados necessários para testar os objetivos; análise das relações entre as respostas e o campo teórico da análise e a construção dos resultados.

Pretendemos também utilizar a análise categorial. A categorização é uma operação de classificação dos elementos descritivos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e depois, por reagrupamento seguindo critérios previamente definidos.

#### **4.5.1. Corpus do Trabalho**

Numa primeira fase, de pré-análise, seleccionámos os documentos a analisar. Assim sendo, o *corpus* da nossa investigação, ou seja, o conjunto de documentos a ser objeto de análise, é constituído por:

1. Documentos sobre as políticas autárquicas para o desporto;
2. Boletim Municipal;
3. Legislação específica do desporto e regulação das competências e atribuições das autarquias;
4. Tratamento estatístico dos dados recolhidos nos inquéritos à população;
5. Transcrição da entrevista realizada aos responsáveis pela área do desporto na autarquia.

Tornou-se fundamental a análise destes documentos, pois suportam a estruturação da investigação e utilizámos inquéritos à população e entrevista aos principais interlocutores do desporto no município, como fonte de informação, para a consecução do nosso objeto de estudo.

#### 4.5.2. Sistema Categorical

Elaboramos um sistema categorial que substanciou a análise do tipo confirmatória para a consecução e interpretação do *corpus* do trabalho. Assim, as questões que integram o guião da entrevista decorreram de categorias anteriormente estabelecidas.

Segundo Bardin (2004), a categorização *“é uma operação que se refere à classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género, com os critérios previamente bem definidos”*

As categorias *“são rubricas ou classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um tema genérico, agrupamento, esse, efetuado em razão dos caracteres comuns desses elementos”*.

Para tratamento da entrevista aos responsáveis pelo desporto, foi utilizado este sistema de indexação por categorias, resultante dos objetivos definidos no nosso estudo, ou seja conhecer as linhas orientadoras subjacentes ao pensamento político-estratégico das propostas de fomento e apoio à atividade física e desportiva municipal.

Esta fase é determinante, pois estabelece-se as conexões entre a problemática do nosso estudo e o campo de análise a ser identificado.

Bardin (2004) salienta que *“a definição das diferentes categorias deve seguir um critério bem estabelecido, podendo este ser do tipo semântico, sintático, lexical ou expressivo”*.

Dos vários critérios existentes, utilizamos o semântico, organizando as categorias segundo temas.

O processo de estruturação das categorias obedeceu aos pressupostos definidos por Bardin (2004), designados por homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade, exclusão mútua (exaustivas e exclusivas) e produtividade.

As categorias definidas para a análise do conteúdo foram:

**Categoria 1** – Política Desportiva na Autarquia;

**Categoria 2** – Oferta Desportiva;

**Categoria 3** – Desenvolvimento Desportivo;

**Categoria 4** – Instalações Desportivas.



## 4.6. Análise Categorical

### Categoria 1 – Política Desportiva na Autarquia

Em Portugal, desde 1976, as autarquias locais têm dignidade constitucional. Segundo a lei fundamental, a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, sendo estas pessoas coletivas de população e território dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações<sup>15</sup>.

Segundo Carvalho (2003), a lei magna do país atribuiu ao desporto um valor social inquestionável. A menção específica fixada no artigo 79.º da CRP, é a que maior protagonismo lhe atribui ao consignar no seu nº 1 o direito a todos à cultura física e ao desporto e no nº 2 ao estabelecer especiais incumbências ao Estado na efetivação deste direito universal. É, então, por via e com força constitucional, que nos aparecem as autarquias locais com especiais responsabilidades em matéria de desporto.

Segundo Pires (1996), esta posição complementa-se com a adequação dos interesses da população, “a política desportiva municipal deverá passar pela criação de condições para que a generalidade da população, desde que o desejo tenha acesso ao desporto”.

Neste sentido, e com a definição desta categoria, procurámos saber qual a política desportiva na autarquia, quais os objetivos estratégicos e as principais dificuldades, para prossecução do preceito constitucional.

### Categoria 2 – Oferta Desportiva

Pires (1993) salienta que *“as Câmaras Municipais têm cada vez mais responsabilidades para com os seus munícipes no processo de ofertas desportivas”*.

O desporto parece ter evoluído para um novo conceito, mais abrangente e mais complexo e, nesta perspetiva, Homem (2003) afirma que *“do sistema desportivo formal e fechado nos anos 60 e centrado nos quadros competitivos, desenvolveu-se um outro sistema, aberto, informal e não formal, para todos os escalões etários, no que concerne ao considerado que o desporto é um direito do cidadão”*.

---

<sup>15</sup> Direção Geral das Autarquias Locais, Presidência do Conselho de Ministros – Secretário de Estado Adjunto e da administração Local. Consult. 12 de Dezembro de 2007, disponível em [www.dgaa.pt](http://www.dgaa.pt).

Convergindo com a opinião de Pereira (2000), *“o cumprimento do preceito constitucional com recurso à iniciativa privada ou associativa não se revela eficaz e, deste modo, a administração pública local, não pode deixar de intervir na promoção das atividades físicas e desportivas”*.

Nunes (1999) refere que “o papel das autarquias é fundamental, pois são elas que completam e diversificam as práticas disponíveis para os cidadãos”.

Por todos estes motivos foi nosso propósito identificar as ofertas desportivas promovidas pela autarquia que contribuem para o bem-estar e qualidade de vida da sua população.

### **Categoria 3 – Desenvolvimento Desportivo**

Pereira (2009) refere que “o desporto tem vindo a conquistar relevo no leque das prioridades de muitas Câmaras Municipais, porque trata-se de uma área cada vez mais valorizada socialmente”. Dias (2000) salienta que *“a missão das autarquias é tornar acessíveis as atividades físicas desportivas ao maior número de munícipes”*.

Constantino (1994) destaca que *“para haver desenvolvimento desportivo de um concelho ou de uma freguesia, é imperioso a intervenção do poder local”*. Na realidade são as autarquias que cada vez mais intervêm no desenvolvimento desportivo através do apoio ao associativismo desportivo, através da realização de contratos programa que implementam, estimulam ou desenvolvem determinada modalidade e respetivas infraestruturas e formação de técnicos e dirigentes, bem como o apoio a atletas com elevados desempenhos desportivos. Constata-se que cada vez mais a intervenção das autarquias pauta por uma articulação e aprofundamento das relações entre os diferentes agentes desportivos, de forma a alcançar um maior nível de prática desportiva.

Esta categoria fundamenta-se por ser nosso interesse, conhecer objetivamente que tipo de apoios concede a autarquia para que os munícipes tenham uma atividade física e desportiva com mais quantidade e melhor qualidade.

### **Categoria 4 - Instalações Desportivas**

As instalações e espaços para a prática de atividade física e recreativa são equipamentos sociais fundamentais para assegurar às populações níveis satisfatórios de qualidade de vida, indo ao encontro das suas necessidades, motivações e interesses.

Com base neste enquadramento normativo e político têm surgido no país, nos últimos anos, inúmeros equipamentos desportivos de diversa natureza. É de salientar que uma parte significativa das instalações desportivas que se têm construído em Portugal nos últimos anos resulta de motivos de ordem política e não das necessidades sociais e desportivas das populações.

Consequências desta política e da falta de planeamento estão as dimensões desmedidas de algumas instalações e o abandono ou a inutilidade de outras, devido à falta de visão estratégica e à gestão deficiente dos equipamentos desportivos.

Contudo, a existência destas infraestruturas desportivas tem, na sua generalidade, dependido da intervenção das Câmaras Municipais a vários níveis, nomeadamente através da cedência de terrenos, elaboração de infraestruturas básicas, apoios técnicos, avultadas participações financeiras na fase de construção e disponibilização de recursos humanos, logísticos e financeiros para a sua gestão e manutenção.

Pensamos que atualmente, tanto as organizações como os municípios não estão suficientemente preparados para gerir estas infraestruturas, com eficiência e eficácia, pois tal pressupõe atender aos princípios da qualidade total, da economia e da rentabilidade social dos equipamentos desportivos. Explica-se, em parte, pela burocracia excessiva que regula o funcionamento das câmaras municipais e as impossibilita de gerir, de um modo racional e eficaz e com rentabilização económica e equidade social, equipamentos dinâmicos e específicos como são os de natureza desportiva.

Este panorama implica, em muitas autarquias, prejuízos financeiros e, nalguns casos, extremamente elevados. No caso das piscinas, os problemas de rentabilização são mais prementes devido aos elevados custos de manutenção e funcionamento.

Outra perspetiva desta problemática e tendo presente o conceito de serviço público desportivo, as autarquias, na gestão do seu património desportivo, devem caracterizar a sua atuação por preocupações de natureza social, pois toda a população deve ter acesso aos equipamentos desportivos e à prática desportiva regular, através de uma distribuição equitativa dos recursos e da oferta desportiva e de uma gestão eficaz e rentabilizadora das infraestruturas e equipamentos desportivos.

Contudo, pensamos e defendemos que o serviço público desportivo não é sinónimo de despesismo e de incompetência. O serviço público desportivo pode e deve ser profissional, organizado e estruturado numa lógica empresarial e de mercado.

Pretendemos, com esta categoria, conhecer a diversidade das infraestruturas desportivas existentes e se respondem às necessidades e vontades desportivas da população.

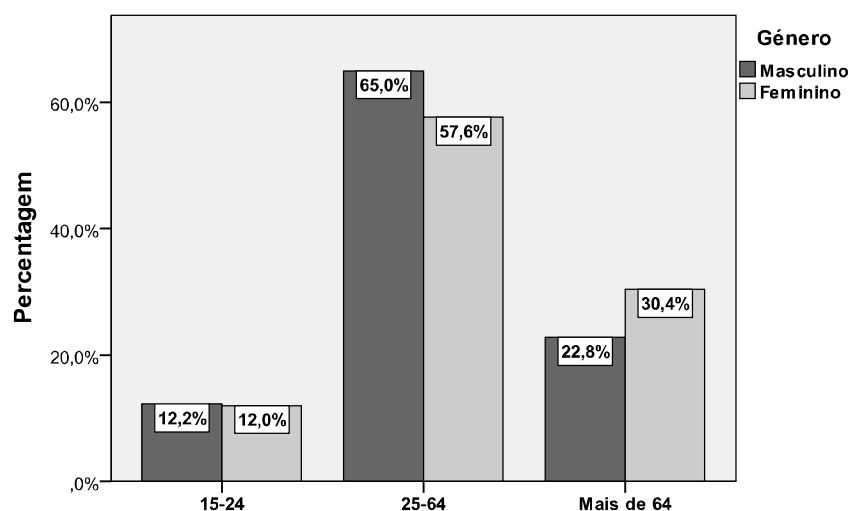
## CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO INQUÉRITO

#### 5.1 METODOLOGIA

##### 5.1.1. Participantes

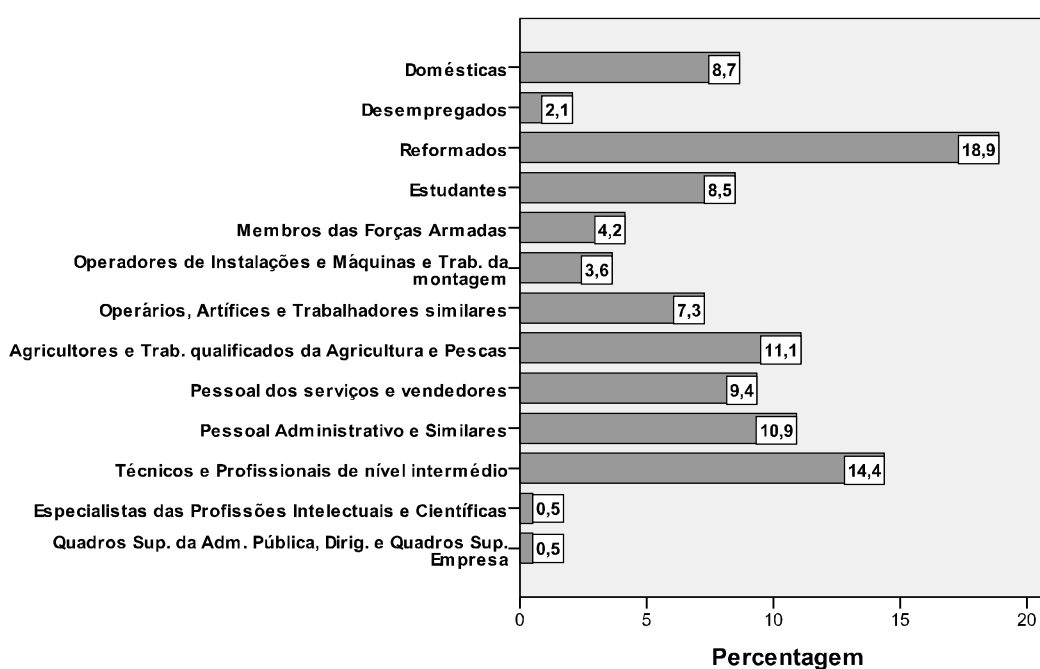
A amostra do presente estudo (não probabilística por conveniência) é constituída por 577 indivíduos, sendo 294 do género masculino e os restantes 283 do feminino. As idades estão compreendidas entre os 15 e os 82 anos, sendo a idade média de aproximadamente 47 anos ( $DP = 18,24$ ). Na Figura 1, pode observar-se que ao dividirem-se os inquiridos por três escalões etários as distribuições não parecem variar substancialmente, não obstante, note-se que no escalão constituído por pessoas com mais de 64 anos existem mais mulheres do que homens.



**Figura 4-** Diagrama de barras do género por escalão etário.

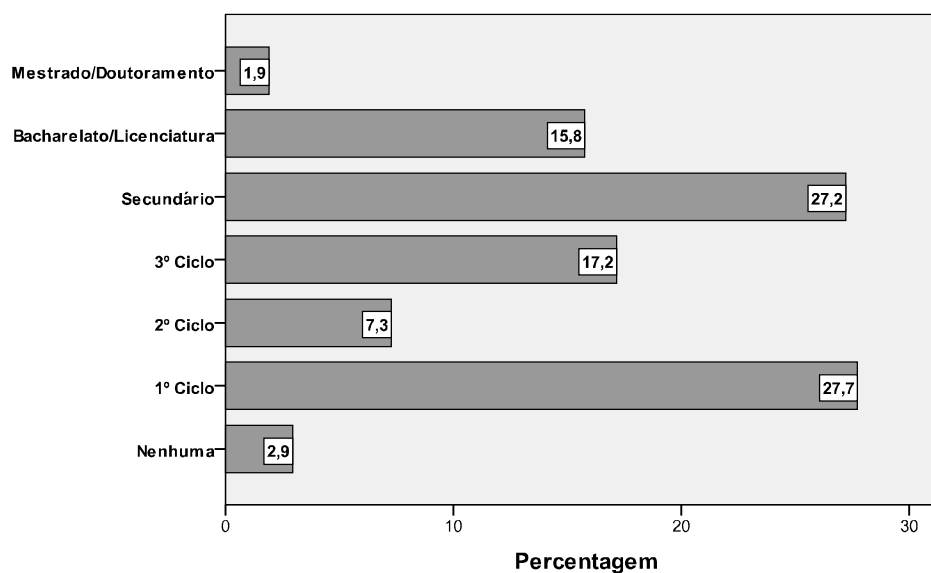
A esmagadora maioria dos inquiridos (98,3% - 567 indivíduos) é habitante do Concelho de São Brás de Alportel, sendo que, a maioria também trabalha no Concelho (69,5% - 401 indivíduos).

Na Figura 5 é possível verificar-se que ao analisar-se a profissão dos inquiridos, a categoria mais representada é a correspondente aos "Reformados" (18,9% - 109 indivíduos), sendo seguida pelos "Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio" (14,4% - 83 indivíduos), pelos "Agricultores e Trabalhadores Qualificados da agricultura e Pescas" (11,1% - 64 indivíduos) e pelo "Pessoal Administrativo e Similares" (10,9% - 63 indivíduos). Por sua vez, as categorias menos representadas são as dos "Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas" e os "Quadros Superiores da administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas" com respetivamente três pessoas (0,5%).



**Figura 5** - Diagrama de barras da atividade profissional.

Na Figura 6, observa-se que em termos de grau de escolarização, as duas categorias mais representadas são as relativas ao 1º Ciclo do Ensino Básico (27,7% - 160 indivíduos) e o "Ensino Secundário" (27,2% - 157 indivíduos). Por outro lado, os ciclos de formação pós-graduada do ensino superior são os menos representados (1,9% - 11 indivíduos).



**Figura 6** - Diagrama de barras do grau de escolarização.

### 5.1.2 Material

O método utilizado para a coleta da informação foi a aplicação de um inquérito por questionário.

Selecionamos o modelo de questionário tendo em conta as características do estudo em causa.

O questionário está estruturado mediante a formulação de um quadro teórico com algumas variáveis, referentes à caracterização da procura e do consumo desportivo.

A base do questionário foi readaptado e reajustado face à realidade do Concelho de São Brás de Alportel. No total, o questionário é formado por 58 questões, agrupadas em 6 grupos distintos:

**Grupo 1** – Identificação do inquirido;

**Grupo 2** – Relação sociocultural com o desporto;

**Grupo 3** – Participação desportiva;

**Grupo 4** – Relação institucional com a prática desportiva;

**Grupo 5** – Motivação para a prática desportiva;

**Grupo 6** – Condições para a prática desportiva

### 5.1.3 Procedimentos

Os dados do presente estudo foram analisados recorrendo-se ao programa estatístico IBM SPSS Statistics versão 20. Relativamente à análise realizada, deixam-se as seguintes observações:

1. Utilizaram-se testes de Mann-Whitney (U), sempre que se pretendeu comparar a tendência central de uma variável qualitativa (ordinal) entre dois grupos independentes;
2. Utilizaram-se testes de Kruskal-Wallis (H), sempre que se pretendeu comparar a tendência central de uma variável qualitativa (ordinal) entre três grupos independentes;
3. Utilizaram-se testes de Qui-Quadrado sempre que se pretendeu averiguar a independência/associação entre duas variáveis qualitativas;
4. Nalgumas situações, recorreu-se ao cálculo de médias em variáveis qualitativas (ordinais). Tal com Pestana e Gageiro (2003) enfatizam, não obstante a interpretação de médias de variáveis desse tipo não ter por si só qualquer significado, permite comparar com relativa facilidade a localização da distribuição de um conjunto mais ou menos alargado de itens;
5. O nível de significância utilizado foi de 0,05.

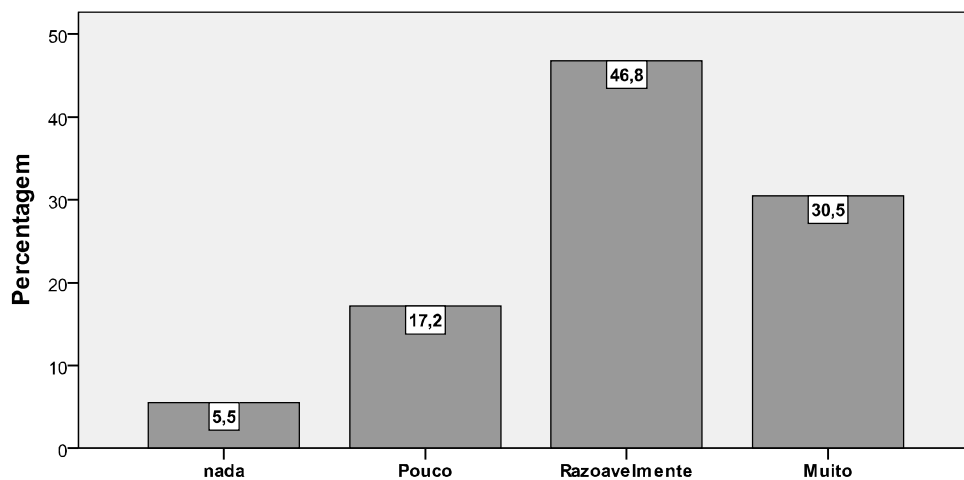


## 5.2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

### 5.2.1 Relação Sociocultural com o Desporto

#### 5.2.1.1. Interesse pelo Desporto

Na Figura 7, observa-se que aproximadamente metade dos inquiridos refere interessar-se razoavelmente pelo desporto (46,8% - 270 indivíduos), sendo que, uns expressivos 30,5% (176 indivíduos) mencionaram interessar-se muito por esta área.



**Figura 7** - Diagrama de barras do interesse pelo desporto.

Ao analisar-se o interesse pelo desporto consoante o género dos inquiridos (Tabela 1), verifica-se uma tendência para os masculinos terem um maior interesse do que os femininos. De facto, 21,0% dos primeiros revelaram ter muito interesse, enquanto que no grupo de mulheres unicamente 9,5% revelaram opinião semelhante. Note-se que esta tendência se revelou estatisticamente significativa ( $U = 32006,0$ ;  $p < ,001$ ).

**Tabela 1** - Interesse pelo Desporto por Género

			Género		
			Masculino	Feminino	Total
Interesse pelo desporto	Nada	n	18	14	32
		%	3,1%	2,4%	5,5%
	Pouco	n	34	65	99
		%	5,9%	11,3%	17,2%
	Razoavelmente	n	121	149	270
		%	21,0%	25,8%	46,8%
	Muito	n	121	55	176
		%	21,0%	9,5%	30,5%
Total	n	294	283	577	
	%	51,0%	49,0%	100,0%	

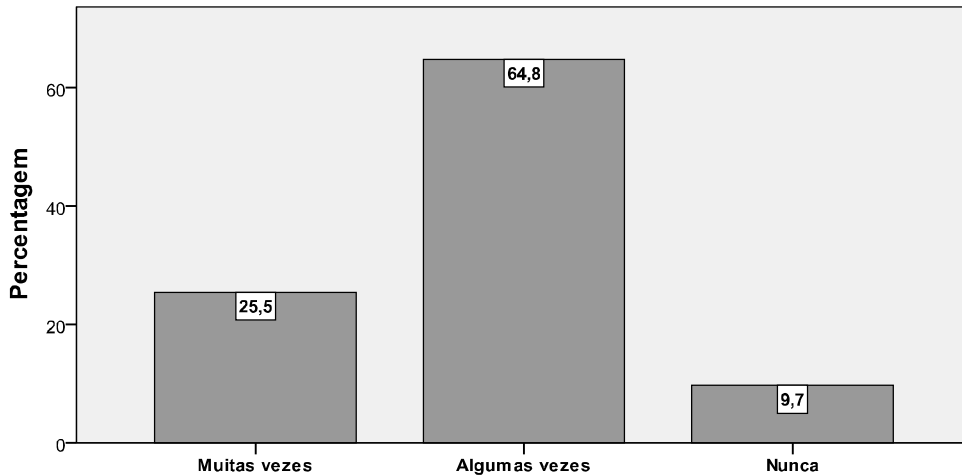
Por outro lado, quando se analisa o interesse pelo desporto consoante o escalão etário dos inquiridos (Tabela 2), verifica-se que em termos relativos (tendo em conta que o *n* dos diferentes escalões etários é substancialmente diferente) existe uma tendência para os que têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos serem os que têm um maior interesse, sendo seguidos pelos que têm idades compreendidas entre os 25 e 64 e pelos que têm mais de 64 anos. Também aqui esta tendência se revelou estatisticamente significativa ( $H = 34,91$ ;  $gl = 2$ ;  $p < ,001$ ). .

**Tabela 2** - Interesse pelo Desporto por Escalão Etário

			Escalão Etário			
			15-24	25-64	Mais de 64	Total
Interesse pelo desporto	Nada	n	0	11	21	32
		%	,0%	1,9%	3,6%	5,5%
	Pouco	n	5	58	36	99
		%	,9%	10,1%	6,2%	17,2%
	Razoavelmente	n	30	177	63	270
		%	5,2%	30,7%	10,9%	46,8%
	Muito	n	35	108	33	176
		%	6,1%	18,7%	5,7%	30,5%
	Total	n	70	354	153	577
		%	12,1%	61,4%	26,5%	100,0%

### 5.2.1.2. Programas Desportivos na Televisão.

Na Figura 8, observa-se que a maioria dos inquiridos vê algumas vezes programas desportivos na televisão (64,8% - 374 indivíduos), havendo unicamente 9,7% (56 indivíduos) desses que mencionaram nunca o fazerem.



**Figura 8** - Diagrama de barras da visualização de programas desportivos na televisão.

Ao analisar-se o hábito de visualização de programas desportivos na televisão consoante o género dos inquiridos (Tabela 3), verifica-se uma tendência para os masculinos o fazerem com mais frequência. Deste modo, observa-se que 21,5% dos primeiros revelaram verem muitas vezes esse tipo de programas, enquanto que no grupo de mulheres unicamente 4,0% revelaram hábito semelhante, sendo que, esta tendência se revelou estatisticamente significativa ( $U = 25471,0$ ;  $p < ,001$ ).

**Tabela 3** - Visualização de Programas Desportivos na Televisão por Género

		Género			
			Masculino	Feminino	Total
Costuma ver programas desportivos na TV	Muitas vezes	n	124	23	147
		%	21,5%	4,0%	25,5%
	Algumas vezes	n	157	217	374
		%	27,2%	37,6%	64,8%
	Nunca	n	13	43	56
		%	2,3%	7,5%	9,7%
Total	n	294	283	577	
	%	51,0%	49,0%	100,0%	

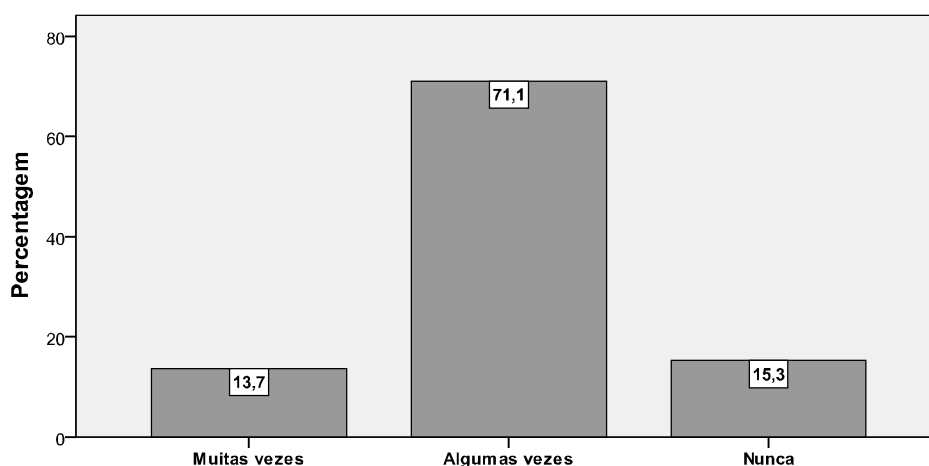
Por sua vez, quando se analisa esta variável consoante o escalão etário dos inquiridos (Tabela 4), verifica-se que em termos relativos (tendo em conta que o  $n$  dos diferentes escalões etários é substancialmente diferente) existe uma tendência para os que têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos serem os que mais programas desportivos veem na televisão, sendo seguidos pelos que têm idades compreendidas entre os 25 e 64 e pelos que têm mais de 64 anos. Também aqui esta tendência se revelou estatisticamente significativa ( $H = 12,48$ ;  $gl = 2$ ;  $p = ,002$ ).

**Tabela 4** - Visualização de Programas Desportivos na Televisão por Escalão Etário

		Escalão Etário				
			15-24	25-64	Mais de 64	Total
Costuma ver programas desportivos na TV	Muitas vezes	n	24	94	29	147
		%	4,2%	16,3%	5,0%	25,5%
	Algumas vezes	n	45	228	101	374
		%	7,8%	39,5%	17,5%	64,8%
	Nunca	n	1	32	23	56
		%	,2%	5,5%	4,0%	9,7%
Total	n	70	354	153	577	
	%	12,1%	61,4%	26,5%	100,0%	

### 5.2.1.3. Assistência a Espetáculos ou Eventos Desportivos

Na Figura 9, observa-se que a maioria dos inquiridos assiste algumas vezes a espetáculos desportivos (71,1% - 410 indivíduos), havendo porém 15,3% (88 indivíduos) desses que mencionaram nunca o fazerem.



**Figura 9** - Diagrama de barras da assistência a espetáculos ou eventos desportivos.

Na Tabela 5, pode observar-se que quando se analisa o hábito de assistir a espetáculos desportivos consoante o género dos inquiridos, verifica-se uma tendência para os masculinos o fazerem com mais frequência. Deste modo, observa-se por exemplo que 10,4% dos primeiros revelaram assistirem muitas vezes a esse tipo de espetáculos, enquanto que no grupo de mulheres unicamente 3,3% revelaram hábito semelhante, sendo que, esta tendência também neste caso revelou-se estatisticamente significativa ( $U = 34074,0$ ;  $p < ,001$ ).

**Tabela 5** - Assistência a Espectáculos ou Eventos Desportivos por Género

			Género		
			Masculino	Feminino	Total
Assistir espetáculos desportivos	Muitas vezes	n	60	19	79
		%	10,4%	3,3%	13,7%
	Algumas vezes	n	200	210	410
		%	34,7%	36,4%	71,1%
	Nunca	n	34	54	88
		%	5,9%	9,4%	15,3%
Total	n	294	283	577	
	%	51,0%	49,0%	100,0%	

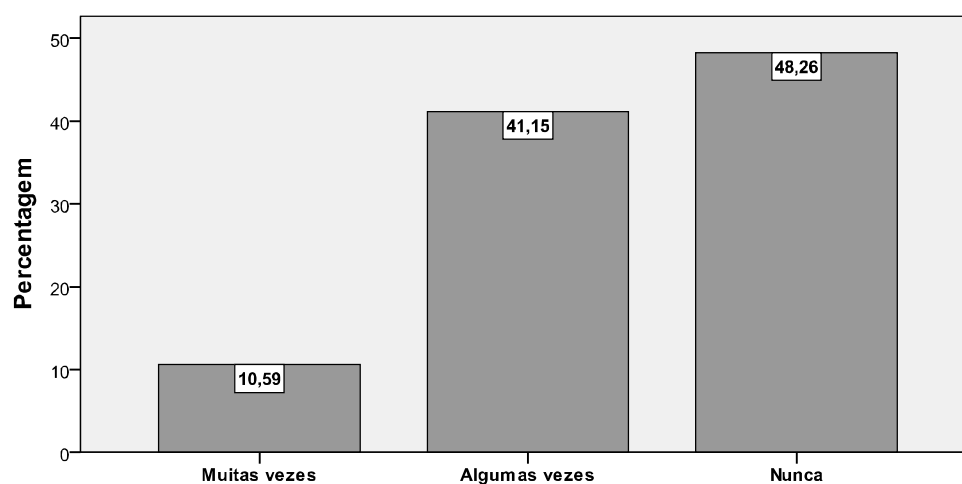
Por outro lado, quando se analisa esta variável consoante o escalão etário dos inquiridos (Tabela 6), verifica-se que em termos relativos existe uma tendência para os que têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos serem os que mais espetáculos desportivos assistem, sendo seguidos pelos que têm idades compreendidas entre os 25 e 64 e pelos que têm mais de 64 anos, sendo que, esta tendência se revelou estatisticamente significativa ( $H = 46,41$ ;  $gl = 2$ ;  $p < ,001$ ).

**Tabela 6** - Assistência a Espectáculos ou Eventos Desportivos por Escalão Etário

		Escalão Etário				
			15-24	25-64	Mais de 64	Total
Assistir espetáculos desportivos	Muitas vezes	n	19	54	6	79
		%	3,3%	9,4%	1,0%	13,7%
	Algumas vezes	n	48	259	103	410
		%	8,3%	44,9%	17,9%	71,1%
	Nunca	n	3	41	44	88
		%	,5%	7,1%	7,6%	15,3%
Total	n	70	354	153	577	
	%	12,1%	61,4%	26,5%	100,0%	

#### 5.2.1.4. Compra de Jornais ou Revistas Desportivas

Na Figura 10, observa-se que aproximadamente metade dos inquiridos mencionou nunca comprar jornais/revistas desportivas (48,3% - 278 indivíduos), havendo ainda uns expressivos 41,1% (237 indivíduos) a mencionarem que o fazem algumas vezes.



**Figura 10** - Diagrama de barras da compra de jornais ou revistas desportivas.

Na Tabela 7, pode observar-se que quando se analisa o hábito de comprar jornais/revistas desportivas consoante o género dos inquiridos, verifica-se de novo uma tendência para os masculinos o fazerem com mais frequência. Deste modo, observa-se por exemplo que 8,2% dos primeiros revelaram fazerem-no muitas vezes, enquanto que no grupo de mulheres unicamente 2,4% revelaram hábito semelhante, sendo esta tendência estatisticamente significativa ( $U = 26098,5$ ;  $p < ,001$ ).

**Tabela 7** - Compra de Jornais ou Revistas Desportivas por Género

		Género			
			Masculino	Feminino	Total
Comprar jornais ou revistas desportivas	Muitas vezes	n	47	14	61
		%	8,2%	2,4%	10,6%
	Algumas vezes	n	155	82	237
		%	26,9%	14,2%	41,1%
	Nunca	n	91	187	278
		%	15,8%	32,5%	48,3%
Total	n	293	283	576	
	%	50,9%	49,1%	100,0%	

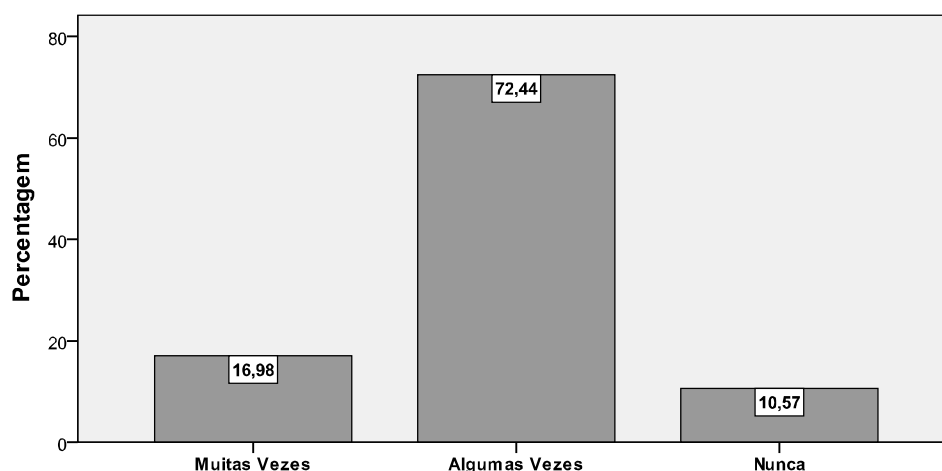
Quando se analisa esta variável consoante o escalão etário dos inquiridos (Tabela 8), verifica-se que em termos relativos existe uma tendência para os que têm mais de 64 anos serem os que menos jornais/revistas desportivas compram, sendo que, esta tendência se revelou estatisticamente significativa ( $H = 46,41$ ;  $gl = 2$ ;  $p < ,001$ ). Refira-se ainda, que os dois restantes escalões aparentam ter hábitos de consumo bastante semelhantes.

**Tabela 8** - Compra de Jornais ou Revistas Desportivas por Escalão Etário

		Escalão Etário				
		15-24	25-64	Mais de 64	Total	
Comprar jornais ou revistas desportivas	Muitas vezes	n	11	43	7	61
		%	1,9%	7,5%	1,2%	10,6%
	Algumas vezes	n	29	156	52	237
		%	5,0%	27,1%	9,0%	41,1%
	Nunca	n	30	154	94	278
		%	5,2%	26,7%	16,3%	48,3%
Total	n	70	353	153	576	
	%	12,2%	61,3%	26,6%	100,0%	

#### 5.2.1.5. Interesse pelos Acontecimentos Desportivos em São Brás de Alportel.

Na Figura 11, observa-se que a maioria dos inquiridos mencionou interessar-se algumas vezes pelos acontecimentos desportivos em São Brás de Alportel (72,4% - 418 indivíduos), havendo unicamente 10,6% (61 indivíduos) a mencionarem que não têm qualquer interesse pelas ditas.



**Figura 11** - Diagrama de barras do interesse pelos acontecimentos desportivos em São Brás de Alportel.

Na Tabela 9, pode observar-se que ao analisar-se o interesse pelos acontecimentos desportivos em São Brás de Alportel consoante o género dos inquiridos, não parecem existir hábitos diferentes, sendo este facto reforçado pela não significância estatística observada ( $U = 39519,0$ ;  $p = ,184$ ).

**Tabela 9** - Interesse Pelos Acontecimentos Desportivos em São Brás de Alportel por Género

			Género		
			Masculino	Feminino	Total
Interesse por acontecimentos desportivos em São Brás de Alportel	muitas vezes	n	57	41	98
		%	9,9%	7,1%	17,0%
	algumas vezes	n	207	211	418
		%	35,9%	36,6%	72,4%
	nunca	n	30	31	61
		%	5,2%	5,4%	10,6%
Total	n	294	283	577	
	%	51,0%	49,0%	100,0%	

Ao analisar-se esta variável consoante o escalão etário dos inquiridos (Tabela 10), verifica-se que em termos relativos existe uma tendência para os que têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos serem os que mais interesse revelam, sendo seguidos pelos que têm idades compreendidas entre os 25 e 64 e pelos que têm mais de 64 anos, sendo que, esta tendência se revelou estatisticamente significativa ( $H = 23,27$ ;  $gl = 2$ ;  $p < ,001$ ).

**Tabela 10** - Interesse Pelos Acontecimentos Desportivos em São Brás de Alportel por Escalão Etário

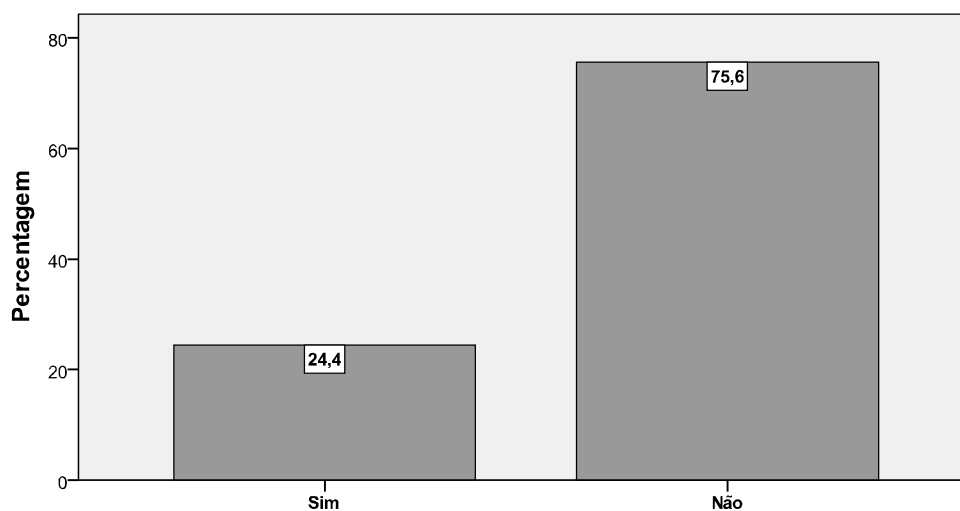
		Escalão Etário				
		15-24	25-64	Mais de 64	Total	
Interesse por acontecimentos desportivos em São Brás de Alportel	muitas vezes	n	27	52	19	98
		%	4,7%	9,0%	3,3%	17,0%
	algumas vezes	n	37	275	106	418
		%	6,4%	47,7%	18,4%	72,4%
	nunca	n	6	27	28	61
		%	1,0%	4,7%	4,9%	10,6%
Total	n	70	354	153	577	
	%	12,1%	61,4%	26,5%	100,0%	



## 5.3 Participação Desportiva

### 5.3.1. Pertença a algum Clube/Ginásio/Academia do Concelho

Na Figura 12, observa-se que a maioria dos inquiridos mencionou não pertencer a nenhum clube/ginásio/academia do Concelho (75,6% - 436 indivíduos).



**Figura 12** - Diagrama de barras da pertença a algum clube/ginásio/academia do Concelho.

Na Tabela 11, pode observar-se que ao analisar-se a pertença a algum clube/ginásio/academia do Concelho consoante o género dos inquiridos, não parecem haver diferenças substanciais, sendo este facto reforçado pela não significância estatística observada ( $\chi^2 = 3,15$ ;  $gl = 1$ ;  $p = ,076$ ).

**Tabela 11** - Pertença a Algum Clube/Ginásio/Academia do Concelho por Género

		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Pertença a clubes	Sim	n	81	60
		%	14,0%	10,4%
	Não	n	213	223
		%	36,9%	38,6%
Total	n	294	283	577
	%	51,0%	49,0%	100,0%

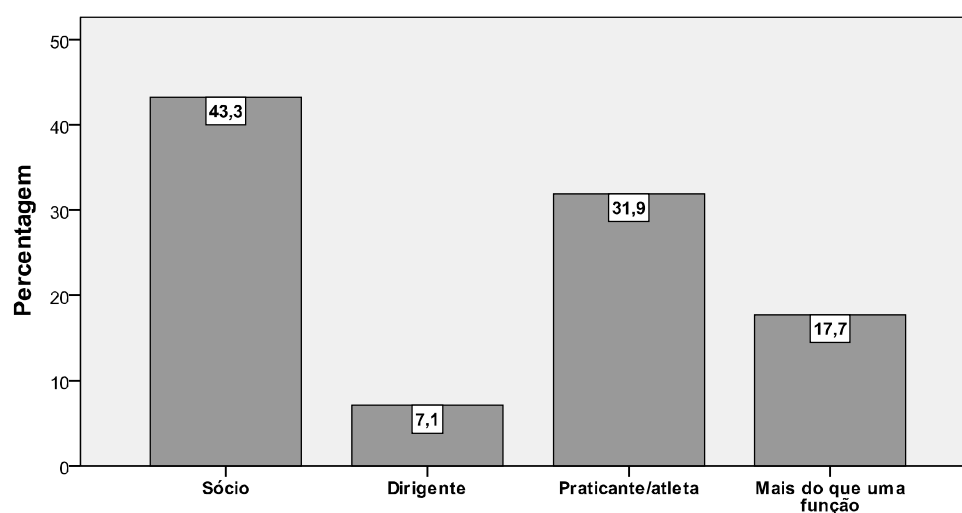
Por sua vez, na Tabela 12, pode observar-se que ao analisar-se a pertença a algum clube/ginásio/academia do Concelho consoante o escalão etário dos inquiridos, também não parecem haver diferenças substanciais, sendo este facto de novo reforçado pela não significância estatística observada ( $\chi^2 = 1,36$ ;  $gl = 1$ ;  $p = ,506$ ).

**Tabela 12** - Pertença a Algum Clube/Ginásio/Academia do Concelho por Escalão Etário

		Escalão Etário				
			15-24	25-64	Mais de 64	Total
Pertença a clubes	Sim	n	20	88	33	141
		%	3,5%	15,3%	5,7%	24,4%
	Não	n	50	266	120	436
		%	8,7%	46,1%	20,8%	75,6%
Total	n		70	354	153	577
	%		12,1%	61,4%	26,5%	100,0%

### 5.3.2. Tipo de Filiação

Na Figura 13, pode observar-se que dentro do grupo de indivíduos que mencionaram pertencerem a algum clube/associação/ginásio/academia, 43,3% (61 indivíduos) são-no na qualidade de sócios. O segundo tipo de ligação mais comum é o "Praticante/Atleta", que alberga mais 31,9% (45 indivíduos) dos inquiridos. Por fim, note-se que 17,7% (25 indivíduos) dos inquiridos mencionaram terem mais do que um tipo de ligação com o clube/associação/ginásio/academia.



**Figura 13** - Diagrama de barras do tipo de filiação.

Na Tabela 13, pode observar-se que ao analisar-se o tipo de filiação a algum clube/ginásio/academia do Concelho, consoante o género dos inquiridos, parece existir uma tendência para os masculinos estarem mais presentes nas categorias de "Sócio" e "Mais do que uma função" quando comparados com os femininos. Este facto é reforçado pela associação estatisticamente significativa encontrada entre as duas variáveis em análise ( $\chi^2 = 9,74$ ;  $gl = 3$ ;  $p = ,021$ ).

Tabela 13 - Tipo de Filiação por Género

			Género		
			Masculino	Feminino	Total
Tipo de filiação	Sócio	n	38	23	61
		%	27,0%	16,3%	43,3%
	Dirigente	n	6	4	10
		%	4,3%	2,8%	7,1%
	Praticante/atleta	n	18	27	45
		%	12,8%	19,1%	31,9%
	Mais do que uma função	n	19	6	25
		%	13,5%	4,3%	17,7%
Total	n	81	60	141	
	%	57,4%	42,6%	100,0%	

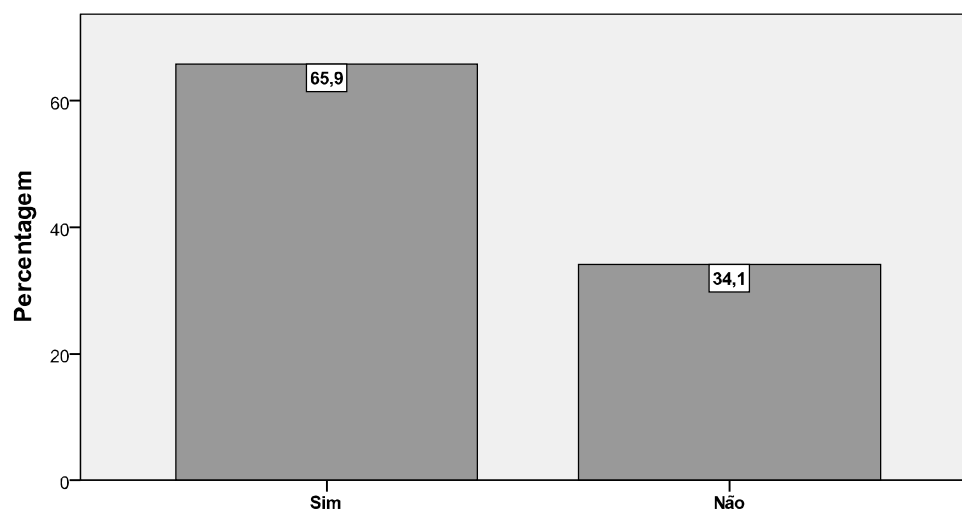
Na Tabela 14, pode observar-se que ao analisar-se o tipo de filiação a algum clube/ginásio/academia do Concelho consoante o escalão etário, parece existir uma tendência - em termos relativos - para os mais jovens estarem por um lado mais presentes na categoria "Praticante/Atleta" e, por outro, estarem menos representados na categoria de "Sócio" do que os restantes escalões. Este facto é também aqui reforçado pela associação estatisticamente significativa encontrada entre as duas variáveis em análise ( $\chi^2 = 24,79$ ;  $gl = 6$ ;  $p < ,001$ ).

Tabela 14 - Tipo de Filiação por Escalão Etário

		Escalão Etário				
		15-24	25-64	Mais de 64	Total	
Tipo de filiação	Sócio	n	3	41	17	61
		%	2,1%	29,1%	12,1%	43,3%
	Dirigente	n	0	9	1	10
		%	,0%	6,4%	,7%	7,1%
	Praticante/atleta	n	13	18	14	45
		%	9,2%	12,8%	9,9%	31,9%
	Mais do que uma função	n	4	20	1	25
		%	2,8%	14,2%	,7%	17,7%
	Total	n	20	88	33	141
		%	14,2%	62,4%	23,4%	100,0%

### 5.3.3. Prática de Atividade Física Regular

Na Figura 14, pode observar-se que a maioria dos inquiridos mencionou praticar algum tipo de atividade física regular (65,9% - 380 indivíduos).



**Figura 14-** Diagrama de barras da prática de atividade física com regularidade.

Na Tabela 15, pode observar-se que quando se analisa o hábito de prática de atividade física regular consoante o género dos inquiridos, verifica-se uma ligeira tendência para os inquiridos femininos terem mais esse hábito que os masculinos. Deste modo, observa-se que 34,7% dos primeiros revelaram terem tal hábito, enquanto que no grupo de homens este valor é um pouco inferior (31,2%), sendo esta tendência estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 5,72$ ;  $gl = 1$ ;  $p = ,017$ ).

**Tabela 15** - Prática de Atividade Física Regular por Género

			Género		
Hábito de Prática	Sim		Masculino	Feminino	Total
		n	180	200	380
		%	31,2%	34,7%	65,9%
	Não				
		n	114	83	197
		%	19,8%	14,4%	34,1%
Total		n	294	283	577
		%	51,0%	49,0%	100,0%

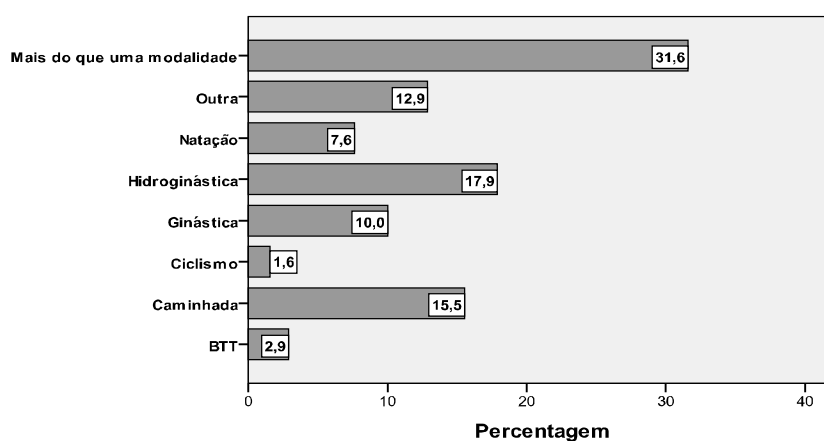
Por outro lado, na Tabela 16, pode observar-se que o hábito de prática de exercício físico regular consoante o escalão etário dos inquiridos, não parecem haver diferenças substanciais, sendo este facto comprovado pela não significância estatística observada ( $\chi^2 = 0,90$ ;  $gl = 2$ ;  $p = ,638$ ).

**Tabela 16** - Prática de Atividade Física Regular por Escalão Etário

		Escalão Etário				
		15-24	25-64	Mais de 64	Total	
Hábito de Prática	Sim	n	47	237	96	380
		%	8,1%	41,1%	16,6%	65,9%
	Não	n	23	117	57	197
		%	4,0%	20,3%	9,9%	34,1%
Total	n	70	354	153	577	
	%	12,1%	61,4%	26,5%	100,0%	

### 5.3.4. Modalidades Mais Praticadas

Na Figura 12, pode observar-se que dentro dos indivíduos que praticam alguma atividade física com regularidade, as modalidades de maior destaque são: Hidroginástica (17,9% - 68 indivíduos); caminhada (15,5% - 59 indivíduos); ginástica (10,0% - 38 indivíduos); natação (7,6% - 29 indivíduos), BTT (2,9% - 11 indivíduos) e ciclismo (1,6% - 6 indivíduos). Note-se ainda que, 31,6% destes inquiridos mencionarem praticarem regularmente mais do que uma modalidade desportiva.

**Figura 15** - Diagrama de barras das modalidades mais praticadas.

Na Tabela 17, pode observar-se que quando se analisam as várias modalidades praticadas consoante o género dos inquiridos, verifica-se por exemplo, uma tendência para os inquiridos femininos praticarem mais ginástica e hidroginástica do que os masculinos. Por sua vez, comparativamente com as mulheres, os homens têm mais o hábito de praticarem mais do que uma modalidade. Esta tendência vê-se reforçada pela significância estatística da associação entre as variáveis em análise ( $\chi^2 = 75,01$ ;  $gl = 7$ ;  $p < ,001$ ).

Tabela 17 - Modalidades Mais Praticadas por Género

		Género			
		Masculino	Feminino	Total	
Modalidade desportiva praticada	BTT	n	9	2	11
		%	2,4%	,5%	2,9%
	Caminhada	n	27	32	59
		%	7,1%	8,4%	15,5%
	Ciclismo	n	6	0	6
		%	1,6%	,0%	1,6%
	Ginástica	n	8	30	38
		%	2,1%	7,9%	10,0%
	Hidroginástica	n	8	60	68
		%	2,1%	15,8%	17,9%
	Natação	n	16	13	29
		%	4,2%	3,4%	7,6%
	Outra	n	34	15	49
		%	8,9%	3,9%	12,9%
	Mais do que uma modalidade	n	72	48	120
		%	18,9%	12,6%	31,6%
	Total	n	180	200	380
		%	47,4%	52,6%	100,0%

Na Tabela 18, pode observar-se que ao analisar-se o tipo de modalidade desportiva praticada consoante o escalão etário (em termos relativos), parece existir uma tendência para os que têm mais de 64 anos praticarem mais ginástica e hidroginástica do que os restantes escalões. Por outro lado, o grupo com idades compreendidas entre os 25 e 64 anos é aquele que comparativamente com os outros pratica com maior frequência mais do que uma modalidade. Estas tendências são também aqui reforçadas pela associação estatisticamente significativa encontrada entre as duas variáveis em análise ( $\chi^2 = 64,64$ ;  $gl = 14$ ;  $p < ,001$ ).

Tabela 18 - Modalidades Mais Praticadas por Escalão Etário

		Escalão Etário				
			15-24	25-64	Mais de 64	Total
Modalidade desportiva praticada	BTT	n	2	9	0	11
		%	,5%	2,4%	,0%	2,9%
	Caminhada	n	6	40	13	59
		%	1,6%	10,5%	3,4%	15,5%
	Ciclismo	n	1	5	0	6
		%	,3%	1,3%	,0%	1,6%
	Ginástica	n	3	17	18	38
		%	,8%	4,5%	4,7%	10,0%
	Hidroginástica	n	2	32	34	68
		%	,5%	8,4%	8,9%	17,9%
	Natação	n	4	22	3	29
		%	1,1%	5,8%	,8%	7,6%
	Outra	n	15	30	4	49
		%	3,9%	7,9%	1,1%	12,9%
	Mais do que uma modalidade	n	14	82	24	120
		%	3,7%	21,6%	6,3%	31,6%
	Total	n	47	237	96	380
		%	12,4%	62,4%	25,3%	100,0%

### 5.3.5. Frequência da Prática Desportiva

Na Figura 16, observa-se que quando se analisa a frequência da atividade desportiva, o hábito mais comum é a prática uma ou duas vezes por semana (45,0% - 171 indivíduos), sendo seguida por quatro ou mais vezes (24,7% - 94 indivíduos) e por três vezes por semana (19,2% - 73 indivíduos).

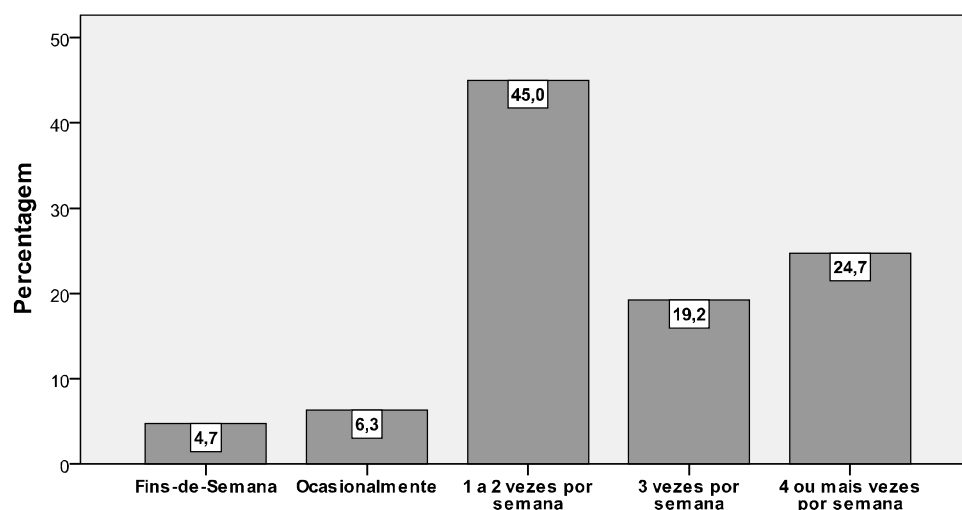


Figura 16 - Diagrama de barras da frequência da prática desportiva.

Na Tabela 19, pode observar-se que quando se analisa a frequência da prática desportiva consoante o género dos inquiridos, verifica-se por exemplo, uma tendência para os inquiridos femininos praticarem maioritariamente uma ou duas vezes por semana, enquanto que, os masculinos estão mais representados nas categorias de três vezes por semana e mais de quatro vezes. Esta tendência revelou-se mais uma vez estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 31,3$ ;  $gl = 4$ ;  $p < ,001$ ).

Tabela 19 - Frequência da Prática Desportiva por Género

		Gênero			
		Masculino	Feminino	Total	
Frequência de prática	Fins-de-Semana	n	15	3	18
		%	3,9%	,8%	4,7%
	Ocasionalmente	n	13	11	24
		%	3,4%	2,9%	6,3%
	1 a 2 vezes por semana	n	56	115	171
		%	14,7%	30,3%	45,0%
	3 vezes por semana	n	42	31	73
		%	11,1%	8,2%	19,2%
	4 ou mais vezes por semana	n	54	40	94
		%	14,2%	10,5%	24,7%
Total	n	180	200	380	
	%	47,4%	52,6%	100,0%	

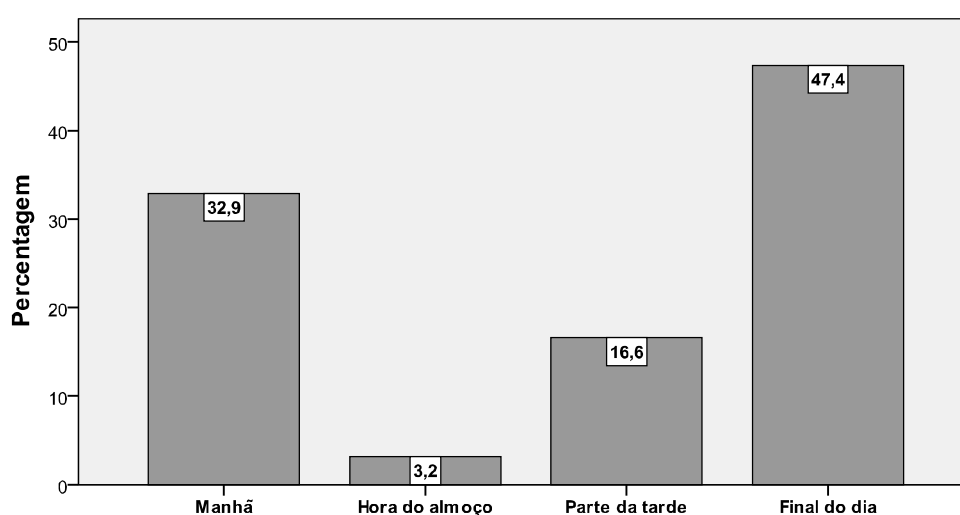
Ao analisarem-se os resultados espelhados na Tabela 20 - não esquecendo que esta deve ser feita tendo em conta que os escalões etários têm  $n$ 's diferentes - pode concluir-se que à medida que a idade dos inquiridos aumenta, a frequência da prática desportiva tem tendência a diminuir, sendo que esta associação se revelou estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 20,61$ ;  $gl = 8$ ;  $p = ,008$ ).

**Tabela 20-** Frequência da Prática Desportiva por Escalão Etário

		Escalão Etário				
		15-24	25-64	Mais de 64	Total	
Frequência de prática	Fins-de-Semana	n	2	15	1	18
		%	,5%	3,9%	,3%	4,7%
	Ocasionalmente	n	4	17	3	24
		%	1,1%	4,5%	,8%	6,3%
	1 a 2 vezes por semana	n	15	96	60	171
		%	3,9%	25,3%	15,8%	45,0%
	3 vezes por semana	n	13	48	12	73
		%	3,4%	12,6%	3,2%	19,2%
	4 ou mais vezes por semana	n	13	61	20	94
		%	3,4%	16,1%	5,3%	24,7%
	Total	n	47	237	96	380
		%	12,4%	62,4%	25,3%	100,0%

### 5.3.6. Período do Dia no Qual a Prática Desportiva é Realizada

Na Figura 17, observa-se que quando se analisa o período do dia na qual é feita a atividade desportiva, o hábito mais comum é a prática ao final do dia (47,4% - 180 indivíduos), sendo seguida pelo período da manhã (32,9% - 125 indivíduos).



**Figura 17 -** Diagrama de barras do período do dia no qual a prática desportiva é realizada.



Na Tabela 21, pode observar-se que ao analisar-se o período do dia no qual a atividade desportiva é realizada consoante o género dos inquiridos, não parecem haver diferenças substanciais, sendo este facto reforçado pela não significância estatística observada ( $\chi^2=2,31$ ;  $gl = 3$ ;  $p = ,511$ ).

**Tabela 21** - Período do Dia no Qual a Prática Desportiva é Realizada por Género

		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Período de Prática	Parte da manhã	n	58	67
		%	15,3%	17,6%
	Hora do almoço	n	6	6
		%	1,6%	1,6%
	Parte da tarde	n	25	38
		%	6,6%	10,0%
	Final do dia	n	91	89
		%	23,9%	23,4%
Total	n	180	200	
	%	47,4%	52,6%	

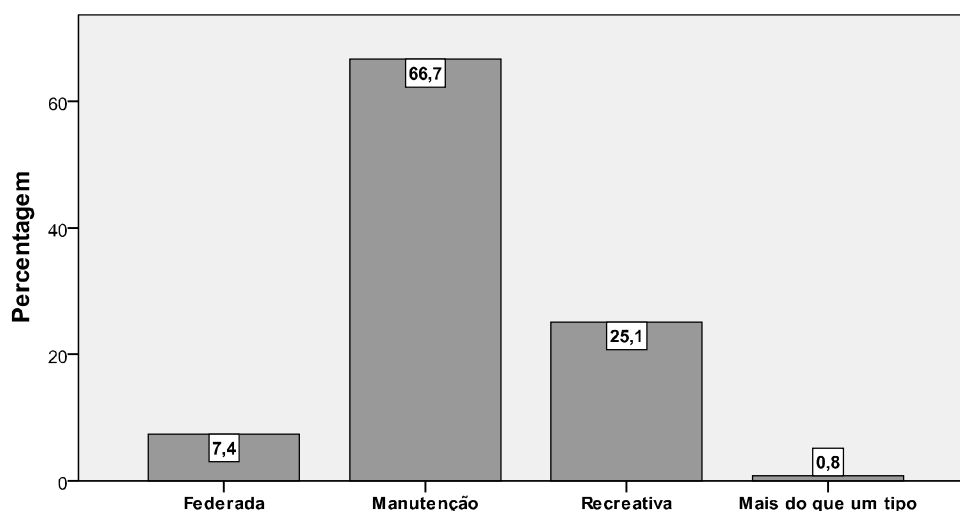
Ao analisarem-se os resultados espelhados na Tabela 22 - em termos relativos - pode concluir-se que à medida que a idade dos inquiridos aumenta, a prática de exercício físico tem tendência a deslocar-se do final, para o início do dia, sendo esta associação estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 73,69$ ;  $gl = 6$ ;  $p < ,001$ ).

**Tabela 22** - Período do Dia no Qual a Prática Desportiva é Realizada por Escalão Etário

		Escalão Etário				
			15-24	25-64	Mais de 64	Total
Período de Prática	Parte da manhã	n	4	72	49	125
		%	1,1%	18,9%	12,9%	32,9%
	Hora do almoço	n	0	10	2	12
		%	,0%	2,6%	,5%	3,2%
	Parte da tarde	n	8	24	31	63
		%	2,1%	6,3%	8,2%	16,6%
	Final do dia	n	35	131	14	180
		%	9,2%	34,5%	3,7%	47,4%
Total	n	47	237	96	380	
	%	12,4%	62,4%	25,3%	100,0%	

### 5.3.7. Nível de Atividade Física e/ou Desportiva

Na Figura 15, observa-se que ao analisar-se o nível de atividade física e/ou desportiva, a categoria mais representada é a da "Manutenção", reunindo 66,7% dos inquiridos (252 indivíduos), sendo seguida pela "Recreativa" (25,1% - 95 indivíduos).



**Figura 18** - Diagrama de barras do nível de atividade física e/ou desportiva

Na Tabela 23, pode observar-se que quando se analisa nível de atividade física e/ou desportiva, consoante o género dos inquiridos, verifica-se por exemplo, que a prática federada é mais comum nos indivíduos masculinos do que nos femininos. O facto destes resultados se terem revelado estatisticamente significativos ( $\chi^2 = 10,95$  gl = 3;  $p = ,012$ ), sugere que as duas variáveis em análise estão associadas.

**Tabela 23** - Nível de Atividade Física e/ou Desportiva por Género

		Género			
		Masculino	Feminino	Total	
Nível de atividade física	Federada	n	20	8	28
		%	5,3%	2,1%	7,4%
	Manutenção	n	111	141	252
		%	29,4%	37,3%	66,7%
	Recreativa	n	45	50	95
		%	11,9%	13,2%	25,1%
	Mais do que um tipo	n	3	0	3
		%	,8%	,0%	,8%
Total	n	179	199	378	
	%	47,4%	52,6%	100,0%	

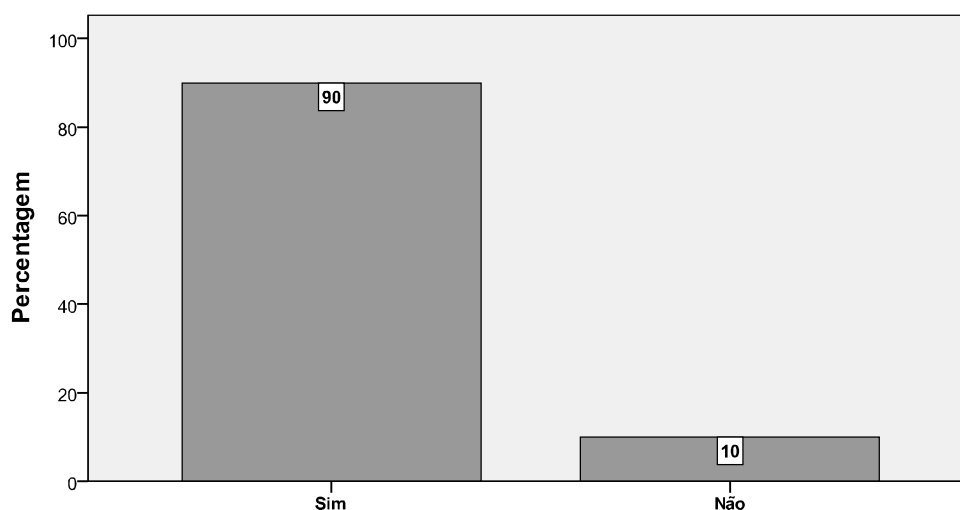
Ao analisarem-se os resultados espelhados na Tabela 24 - em termos relativos - pode concluir-se que à medida que a idade dos inquiridos aumenta, a prática de exercício físico federado tem tendência a diminuir, tendendo, por ventura, a deslocar-se para o exercício de manutenção. Os resultados obtidos através de um teste Qui-Quadrado de Independência ( $\chi^2 = 27,26$ ; gl = 6;  $p < ,001$ ), reforçam a ideia de que as duas variáveis em análise não serão independentes.

**Tabela 24** - Nível de Atividade Física e/ou Desportiva por Escalão Etário

		Escalão Etário				
			15-24	25-64	Mais de 64	Total
Nível de atividade física	Federada	n	11	16	1	28
		%	2,9%	4,2%	,3%	7,4%
	Manutenção	n	24	153	75	252
		%	6,3%	40,5%	19,8%	66,7%
	Recreativa	n	12	64	19	95
		%	3,2%	16,9%	5,0%	25,1%
	Mais do que um tipo	n	0	2	1	3
		%	,0%	,5%	,3%	,8%
Total	n	47	235	96	378	
	%	12,4%	62,2%	25,4%	100,0%	

### 5.3.8. Prática Desportiva Realizada no Concelho

Na Figura 19, observa-se que a grande maioria das pessoas que mencionaram fazerem exercício físico com regularidade, fá-lo dentro do Concelho de São Brás de Alportel (90,0% - 342 indivíduos).

**Figura 19** - Diagrama de barras da prática desportiva realizada no Concelho

Na Tabela 25, pode observar-se que comparativamente com os inquiridos masculinos, os femininos apresentam uma ligeira tendência para realizarem mais a prática desportiva dentro do Concelho. Não obstante o mencionado, a diferença observada não se revelou estatisticamente significativa ( $\chi^2=2,93$ ;  $gl = 1$ ;  $p = ,087$ ).

**Tabela 25** - Prática Desportiva Realizada no Concelho por Género

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
A prática é no Concelho	Sim	N	157	185
		%	41,3%	48,7%
	Não	N	23	15
		%	6,1%	3,9%
Total	N		180	200
	%		47,4%	52,6%

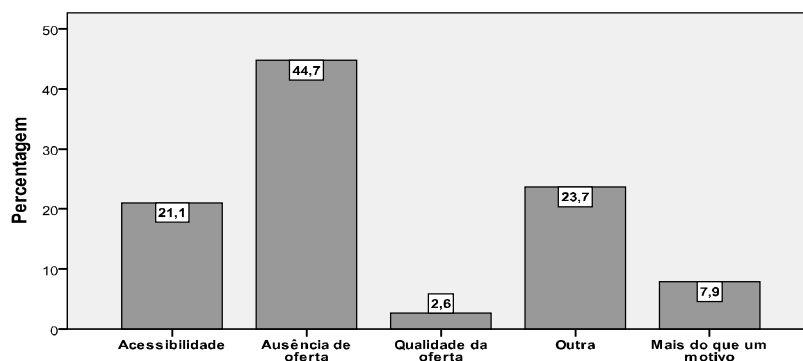
Por sua vez, os resultados da Tabela 26 permitem concluir-se que à medida que a idade aumenta, há uma maior tendência para a atividade física ser realizada dentro do Concelho, sendo esta associação estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 11,67$ ;  $gl = 2$ ;  $p = ,003$ ).

**Tabela 26** - Prática Desportiva Realizada no Concelho por Escalão Etário

		Escalão Etário			Total
		15-24	25-64	Mais de 64	
A prática é no Concelho	Sim	n	40	207	95
		%	10,5%	54,5%	25,0%
	Não	n	7	30	1
		%	1,8%	7,9%	,3%
Total	n		47	237	96
	%		12,4%	62,4%	25,3%

### 5.3.9. Motivos para a Prática Desportiva Realizada fora do Concelho

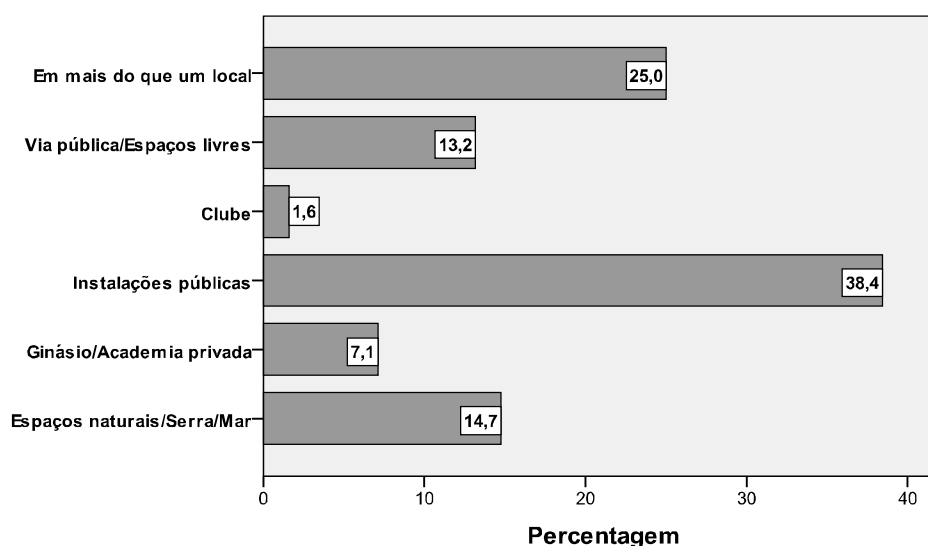
Na Figura 20, observa-se que relativamente aos motivos que levam os inquiridos a não praticarem a atividade física dentro do Concelho ( $n = 38$ ), o mais frequente está relacionado com a ausência de oferta (44,7% - 17 indivíduos). Note-se ainda, a existência de três inquiridos a mencionarem mais de um motivo em simultâneo (7,9%).

**Figura 20** - Diagrama de barras dos motivos para a prática desportiva realizada fora do Concelho

## 5.4 Relação Institucional com a Prática Desportiva

### 5.4.1. Local da Prática Desportiva

Tal como se pode verificar na Figura 21, os inquiridos praticam exercício físico com mais frequência em instalações públicas (38,4% - 146 indivíduos). Embora menos expressivos, encontram-se também 14,7% (56 indivíduos) e 13,2% (50 indivíduos) dos inquiridos, a utilizarem respetivamente os espaços naturais/serra/mar e a via pública/espacos livres para a prática desportiva. Finalmente note-se ainda que 25,0% dos inquiridos (95 indivíduos) mencionaram praticarem desporto em mais do que um local.



**Figura 21-** Diagrama de barras dos locais da prática desportiva.

Na Tabela 27, pode observar-se que quando se analisa o local da prática desportiva consoante o género dos inquiridos, verifica-se por exemplo, que a prática em espaços naturais/serra/mar é bastante mais expressiva nos homens. Por outro lado, os inquiridos femininos têm muito mais o hábito de utilizarem as instalações públicas para a prática de desporto do que os masculinos. O facto do cruzamento das duas variáveis em análise se ter revelado estatisticamente significativo ( $\chi^2 = 27,42$ ;  $gl = 5$ ;  $p < ,001$ ), reforça a ideia de que as ditas estarão associadas.

**Tabela 27** - Local da Prática Desportiva por Género

		Género			
			Masculino	Feminino	Total
Local da prática	Espaços naturais/Serra/Mar	n	40	16	56
		%	10,5%	4,2%	14,7%
	Ginásio/Academia privada	n	9	18	27
		%	2,4%	4,7%	7,1%
	Instalações públicas	n	52	94	146
		%	13,7%	24,7%	38,4%
	Clube	n	5	1	6
		%	1,3%	,3%	1,6%
	Via pública/Espaços livres	n	26	24	50
		%	6,8%	6,3%	13,2%
	Em mais do que um local	n	49	46	95
		%	12,9%	12,1%	25,0%
	Total	n	181	199	380
		%	47,6%	52,4%	100,0%

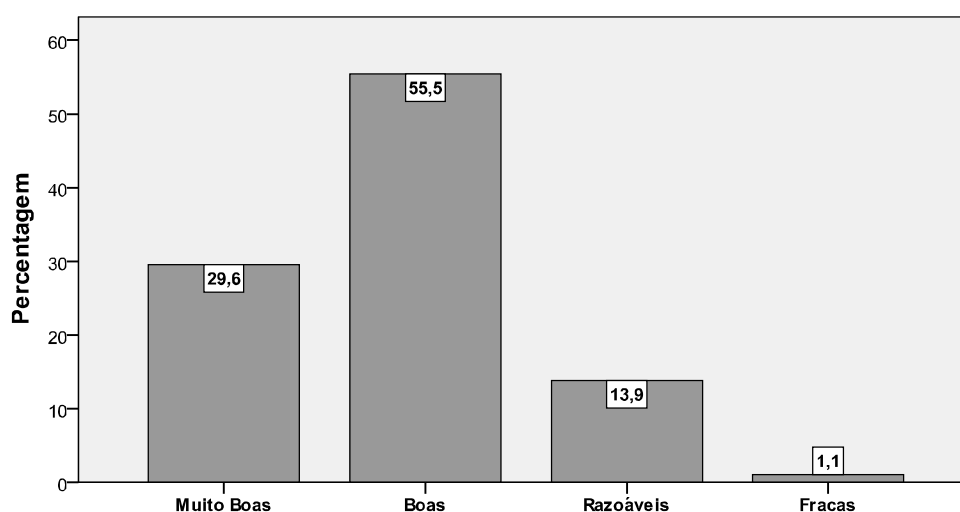
Na Tabela 28, verifica-se que ao se analisar o local da prática desportiva consoante o escalão etário dos inquiridos (em termos relativos), observa-se por exemplo, que no grupo de inquiridos com mais de 64 anos, a prática desportiva, é por uma lado bastante menos frequente nos espaços naturais, e por outro bastante mais frequente nas instalações públicas. Note-se ainda que este grupo tem muito menos o hábito de praticar o exercício físico em mais do que um local. Também neste caso, o facto do cruzamento destas duas variáveis se ter revelado estatisticamente significativo ( $\chi^2 = 44,52$ ;  $gl = 10$ ;  $p < ,001$ ), reforça a ideia de que estarão associadas.

**Tabela 28** - Local da Prática Desportiva por Escalão Etário

		Escalão Etário				
			15-24	25-64	Mais de 64	Total
Local da prática	Espaços naturais/Serra/Mar	n	8	42	6	56
		%	2,1%	11,1%	1,6%	14,7%
	Ginásio/Academia privada	n	4	16	7	27
		%	1,1%	4,2%	1,8%	7,1%
	Instalações públicas	n	16	70	60	146
		%	4,2%	18,4%	15,8%	38,4%
	Clube	n	3	2	1	6
		%	,8%	,5%	,3%	1,6%
	Via pública/Espaços livres	n	4	34	12	50
		%	1,1%	8,9%	3,2%	13,2%
	Em mais do que um local	n	12	72	11	95
		%	3,2%	18,9%	2,9%	25,0%
	Total	n	47	236	97	380
		%	12,4%	62,1%	25,5%	100,0%

### 5.4.2. Condições Existentes no Local da Prática Desportiva

Tal como se pode verificar na Figura 22, a maioria dos inquiridos (55,5% - 208 indivíduos) considerou que as condições existentes no local da prática desportiva são boas. Note-se que 29,6% dos inquiridos (111 indivíduos) consideraram as condições como muito boas, existindo unicamente quatro (1,1%) a acharem-nas fracas.



**Figura 22** - Diagrama de barras das condições existentes no local de prática desportiva.

Na Tabela 29, pode observar-se que comparativamente com os inquiridos masculinos, os femininos apresentam uma ligeira tendência para considerarem as condições dos locais de prática desportiva como tendo mais qualidade. Não obstante o mencionado, a diferença observada não se revelou estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 3,85$ ;  $gl = 3$ ;  $p = ,279$ ), o que, desde logo sugere que estas variáveis possam ser independentes.

**Tabela 29** - Condições Existentes no Local da Prática Desportiva por Género

		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Qualidade das condições	Muito Boas	n	55	56
		%	14,7%	14,9%
	Boas	n	90	118
		%	24,0%	31,5%
	razoáveis	n	30	22
		%	8,0%	5,9%
	Fracas	n	2	2
		%	,5%	,5%
Total	n	177	198	
	%	47,2%	52,8%	

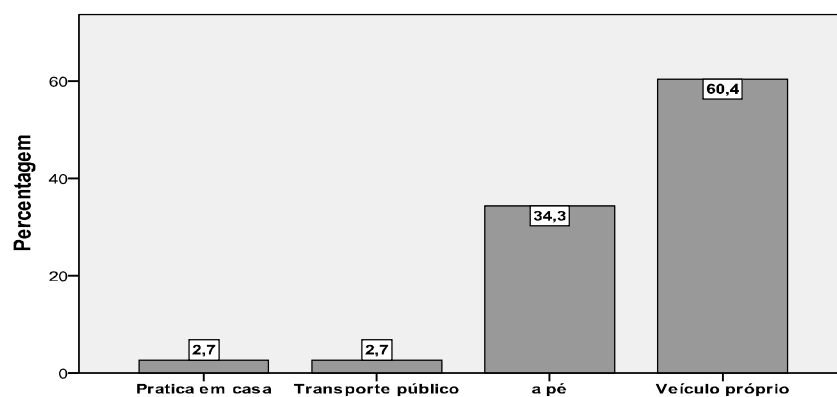
Na Tabela 30 verifica-se que ao analisar-se a qualidade das condições dos locais de prática desportiva consoante o escalão etário dos inquiridos (em termos relativos), não parecem existir grandes tendências entre os vários escalões em análise. Ainda assim, destaca-se o facto dos indivíduos com idades entre os 25 e 64 anos serem os únicos que consideraram algumas dessas instalações como fracas e, serem os que menos as consideraram como muito boas. Apesar de pouco expressivos, estes resultados ainda se revelaram estatisticamente significativos ( $\chi^2 = 13,98$ ;  $gl = 6$ ;  $p = ,030$ )..

**Tabela 30** - Condições Existentes no Local da Prática Desportiva por Escalão Etário

		Escalão Etário				
		15-24	25-64	Mais de 64	Total	
Qualidade das condições	Muito Boas	n	17	56	38	111
		%	4,5%	14,9%	10,1%	29,6%
	Boas	n	23	136	49	208
		%	6,1%	36,3%	13,1%	55,5%
	razoáveis	n	7	38	7	52
		%	1,9%	10,1%	1,9%	13,9%
	Fracas	n	0	4	0	4
		%	,0%	1,1%	,0%	1,1%
Total	n	47	234	94	375	
	%	12,5%	62,4%	25,1%	100,0%	

#### 5.4.3. Forma de Deslocação para o Local da Prática Desportiva

Tal como se pode verificar na Figura 23, a maioria dos inquiridos (60,4% - 227 indivíduos) desloca-se para os locais da prática desportiva utilizando veículo próprio, existindo ainda uns expressivos 34,3% (129 indivíduos) que se deslocam a pé.



**Figura 23**- Diagrama de barras da forma de deslocação para o local da prática desportiva.



Na Tabela 31, pode observar-se que comparativamente com os inquiridos masculinos, os femininos apresentam uma ligeira tendência para se deslocarem mais frequentemente para os locais de prática desportiva utilizando o veículo próprio ou indo a pé. A associação entre estas duas variáveis revelou-se estatisticamente significativa ( $\chi^2=8,90$ ;  $gl=3$ ;  $p=,031$ ).

**Tabela 31-** Forma de Deslocação para o Local da Prática Desportiva por Género

		Género			
		Masculino	Feminino	Total	
Meio de Transporte	Pratica em casa	n	7	3	10
		%	1,9%	,8%	2,7%
	Transporte Público	n	2	8	10
		%	,5%	2,1%	2,7%
	A pé	n	52	77	129
		%	13,8%	20,5%	34,3%
	Veículo Próprio	n	116	111	227
		%	30,9%	29,5%	60,4%
Total	n	177	199	376	
	%	47,1%	52,9%	100,0%	

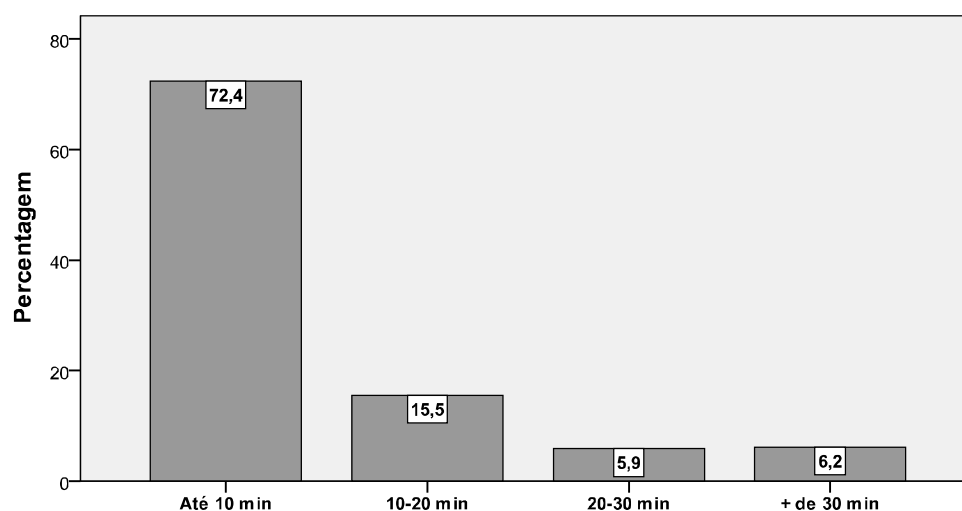
Na Tabela 32, pode observar-se que comparativamente com os inquiridos mais velhos (25-64 e mais de 64), aqueles que têm uma idade máxima de 24 anos tendem a deslocar-se mais frequentemente para os locais de prática desportiva utilizando um veículo próprio, sendo que, os mais velhos têm mais o hábito de utilizarem transportes públicos. A associação entre estas duas variáveis revelou-se também aqui estatisticamente significativa ( $\chi^2=8,90$ ;  $gl=3$ ;  $p=,031$ ).

**Tabela 32 -** Forma de Deslocação até ao Local da Prática Desportiva por Escalão Etário

			Escalão Etário			
			15-24	25-64	Mais de 64	Total
Meio de Transporte	Pratica em casa	n	3	7	0	10
		%	,8%	1,9%	,0%	2,7%
	a pé	n	2	2	6	10
		%	,5%	,5%	1,6%	2,7%
	Veículo próprio	n	24	72	33	129
		%	6,4%	19,1%	8,8%	34,3%
	Transporte público	n	18	153	56	227
		%	4,8%	40,7%	14,9%	60,4%
Total	n	47	234	95	376	
	%	12,5%	62,2%	25,3%	100,0%	

#### 5.4.4. Tempo de Deslocação até ao Local da Prática Desportiva

Na Figura 24, verifica-se que a maioria dos inquiridos (72,4% - 270 indivíduos) gasta no máximo dez minutos para chegar ao local da prática desportiva, havendo unicamente 6,2% desses (23 indivíduos) que levam mais de meia hora.



**Figura 24** - Diagrama de barras do tempo de deslocação até ao local da prática desportiva.

Na Tabela 33, pode observar-se que não parecem existir grandes diferenças quanto ao tempo de deslocação para os locais de prática desportiva, consoante o género dos inquiridos, sendo que, este facto é reforçado com a não significância estatística dos resultados ( $\chi^2=2,58$ ;  $gl = 3$ ;  $p = ,461$ ).

**Tabela 33**- Tempo de Deslocação até ao Local da Prática Desportiva por Género

			Género		
			Masculino	Feminino	Total
Tempo de Deslocação	até 10 min	n	122	148	270
		%	32,7%	39,7%	72,4%
	10-20 min	n	26	32	58
		%	7,0%	8,6%	15,5%
	20-30 min	n	13	9	22
		%	3,5%	2,4%	5,9%
	+ de 30 min	n	13	10	23
		%	3,5%	2,7%	6,2%
Total	n	174	199	373	
	%	46,6%	53,4%	100,0%	

Tal como aconteceu na análise anterior, ao cruzar-se a variável "Tempo de Deslocação", com o escalão etário dos inquiridos (Tabela 34), a análise das frequências observadas (em termos relativos), não parece permitir averiguar grandes diferenças

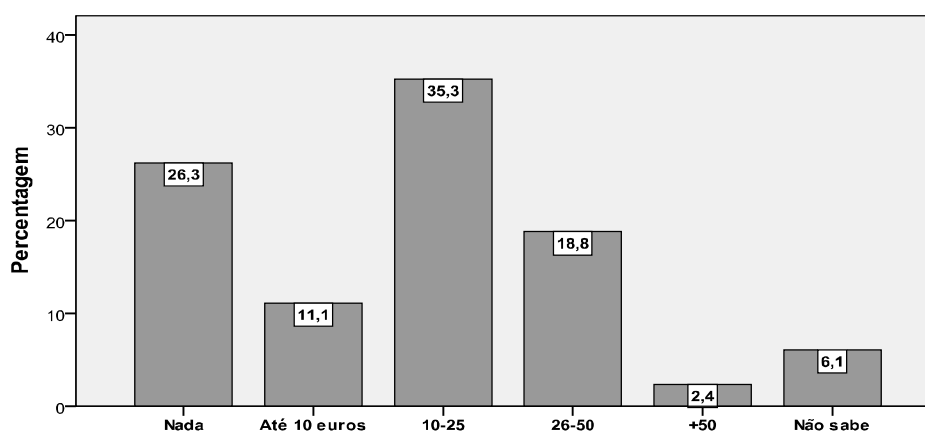
quanto ao tempo de deslocação para os locais de prática desportiva, consoante as idades dos inquiridos, sendo que, este facto é também aqui reforçado com a não significância estatística dos resultados ( $\chi^2=5,61$ ;  $gl = 6$ ;  $p = ,468$ ).

**Tabela 34** - Tempo de Deslocação até ao Local da Prática Desportiva por Escalão Etário

		Escalão Etário				
			15-24	25-64	Mais de 64	Total
Tempo de Deslocação	até 10 min	n	36	168	66	270
		%	9,7%	45,0%	17,7%	72,4%
	10-20 min	n	3	38	17	58
		%	,8%	10,2%	4,6%	15,5%
	20-30 min	n	5	12	5	22
		%	1,3%	3,2%	1,3%	5,9%
	+ de 30 min	n	3	13	7	23
		%	,8%	3,5%	1,9%	6,2%
Total	n	47	231	95	373	
	%	12,6%	61,9%	25,5%	100,0%	

#### 5.4.5. Gastos Mensais com a Prática Desportiva

Na Figura 25, verifica-se que no que concerne aos gastos mensais com a prática desportiva, as pessoas que gastam entre 10 e 25 euros são as mais frequentes (35,3% - 133 indivíduos), sendo seguidas pelas que não gastam nada (26,3% - 99 indivíduos) e pelas que gastam entre 26 e 50 euros (18,8% - 71 indivíduos).



**Figura 25**- Diagrama de barras dos gastos mensais com a prática desportiva.

Na Tabela 35, pode observar-se que comparativamente com os inquiridos masculinos, os femininos têm um maior peso na categoria de gastos entre 10 e 25 euros. Refira-se ainda, que os únicos inquiridos que mencionaram gastarem mais de 50 euros

mensais com a prática desportiva, foram homens. A associação entre estas duas variáveis revelou-se estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 23,96$ ;  $gl = 5$ ;  $p < ,001$ ).

**Tabela 35** - Gastos Mensais com a Prática Desportiva por Género

			Género		
			Masculino	Feminino	Total
Gastos em Desporto	nada	N	54	45	99
		%	14,3%	11,9%	26,3%
	até 10 euros	N	16	26	42
		%	4,2%	6,9%	11,1%
	10-25	N	49	84	133
		%	13,0%	22,3%	35,3%
	26-50	N	34	37	71
		%	9,0%	9,8%	18,8%
	+50	N	9	0	9
		%	2,4%	,0%	2,4%
	não sabe	N	16	7	23
		%	4,2%	1,9%	6,1%
Total	N	178	199	377	
	%	47,2%	52,8%	100,0%	

Quando se analisam em termos relativos (tendo em conta que os escalões etários considerados têm  $n$  diferentes) os resultados da Tabela 36, realça-se que à medida que a idade dos inquiridos avança, estes acabam por estar menos representados na categoria (Nada). Em suma, aqueles que têm idades entre os 15 e os 24 parecem ser os que menos dinheiro gastam com a prática de exercício físico, sendo que, a associação entre estas duas variáveis revelou-se estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 42,32$ ;  $gl = 10$ ;  $p < ,001$ ).

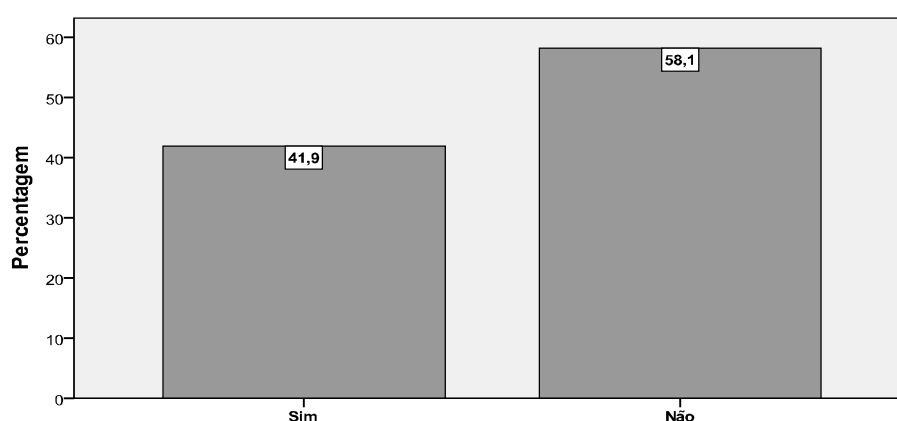
**Tabela 36** - Gastos Mensais com a Prática Desportiva por Escalão Etário

			Escalão Etário			
			15-24	25-64	Mais de 64	Total
Gastos em Desporto	nada	n	20	68	11	99
		%	5,3%	18,0%	2,9%	26,3%
	até 10 euros	n	8	15	19	42
		%	2,1%	4,0%	5,0%	11,1%
	10-25	n	8	79	46	133
		%	2,1%	21,0%	12,2%	35,3%
	26-50	n	6	52	13	71
		%	1,6%	13,8%	3,4%	18,8%
	+50	n	2	7	0	9
		%	,5%	1,9%	,0%	2,4%
	não sabe	n	3	14	6	23
		%	,8%	3,7%	1,6%	6,1%
Total	n	47	235	95	377	
	%	12,5%	62,3%	25,2%	100,0%	

## 5.5 Motivação para a Prática Desportiva

### 5.5.1. Prática Desportiva no Passado

Na Figura 26, verifica-se que a maioria dos inquiridos (58,1% - 332 indivíduos) nunca praticou uma modalidade desportiva que tenha abandonado.



**Figura 26** - Diagrama de barras de prática desportiva no passado.

Na Tabela 37, pode observar-se que comparativamente com os inquiridos masculinos, os femininos estão em muito menos número no que toca ao abandono de modalidades desportivas anteriormente praticadas. O facto da associação entre as duas variáveis em análise se ter revelado estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 18,04$ ;  $gl = 1$ ;  $p < ,001$ ), parece sugerir que as mulheres poderão ter uma maior tendência para não abandonarem a prática desportiva.

**Tabela 37** - Prática Desportiva no Passado por Género

			Género		
Prática Anterior	Sim		Masculino	Feminino	Total
		n	146	93	239
		%	25,6%	16,3%	41,9%
	Não	n	143	189	332
		%	25,0%	33,1%	58,1%
Total		n	289	282	571
		%	50,6%	49,4%	100,0%

A análise em termos relativos da Tabela 38, permite concluir que à medida que a idade dos inquiridos aumenta, a probabilidade destes terem praticado alguma atividade

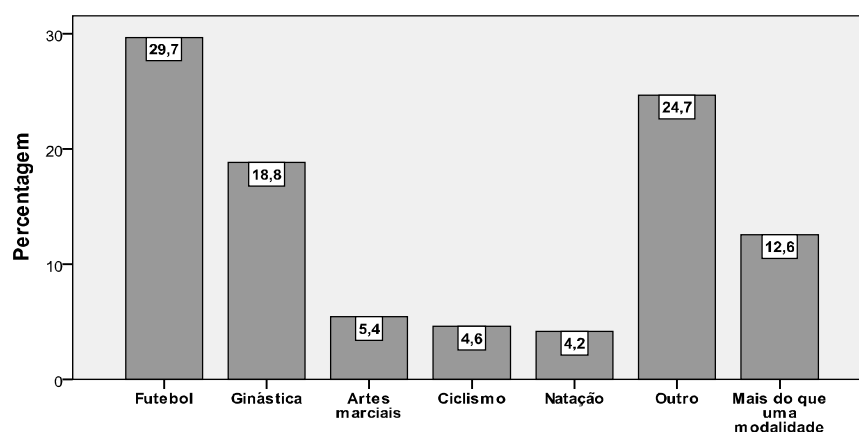
desportiva que tenham abandonado é menor, sendo que, a associação entre estas variáveis se revelou estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 62,05$ ;  $gl = 2$ ;  $p < ,001$ ).

**Tabela 38** - Prática Desportiva no Passado por Escalão Etário

			Escalão Etário			Total
			15-24	25-64	Mais de 64	
Prática Anterior	Sim	n	49	163	27	239
		%	8,6%	28,5%	4,7%	41,9%
	Não	n	20	189	123	332
		%	3,5%	33,1%	21,5%	58,1%
Total	n		69	352	150	571
	%		12,1%	61,6%	26,3%	100,0%

### 5.5.2. Modalidade Anteriormente Praticada

Na Figura 27, verifica-se que entre as modalidades abandonadas, a mais popular é o futebol (29,7% - 71 indivíduos), sendo seguida pela ginástica (18,8% - 45 indivíduos) e, havendo ainda 12,6% dos inquiridos (30 indivíduos) a mencionarem terem abandonado mais do que uma modalidade.



**Figura 27-** Diagrama de barras das modalidades anteriormente praticadas.

Na Tabela 39, pode observar-se uma concentração de modalidades abandonadas consoante o género dos inquiridos. Concretamente há uma grande preponderância do abandono do futebol nos inquiridos masculinos, enquanto que, nos femininos, dá-se esse fenómeno relativamente à ginástica. O facto da associação entre as duas variáveis em análise se ter revelado estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 100,99$ ;  $gl = 6$ ;  $p < ,001$ ),

parece sugerir que a prática e posterior abandono de uma determinada modalidade desportiva poderá estar associada ao género das pessoas.

**Tabela 39** - Modalidade Anteriormente Praticada por Género

		Género			
			Masculino	Feminino	Total
Modalidade Anterior	Futebol	N	70	1	71
		%	29,3%	,4%	29,7%
	Ginástica	N	6	39	45
		%	2,5%	16,3%	18,8%
	Artes marciais	N	10	3	13
		%	4,2%	1,3%	5,4%
	Ciclismo	N	11	0	11
		%	4,6%	,0%	4,6%
	Natação	N	3	7	10
		%	1,3%	2,9%	4,2%
	Outro	N	31	28	59
		%	13,0%	11,7%	24,7%
	Mais do que uma modalidade	N	15	15	30
		%	6,3%	6,3%	12,6%
Total	N	146	93	239	
	%	61,1%	38,9%	100,0%	

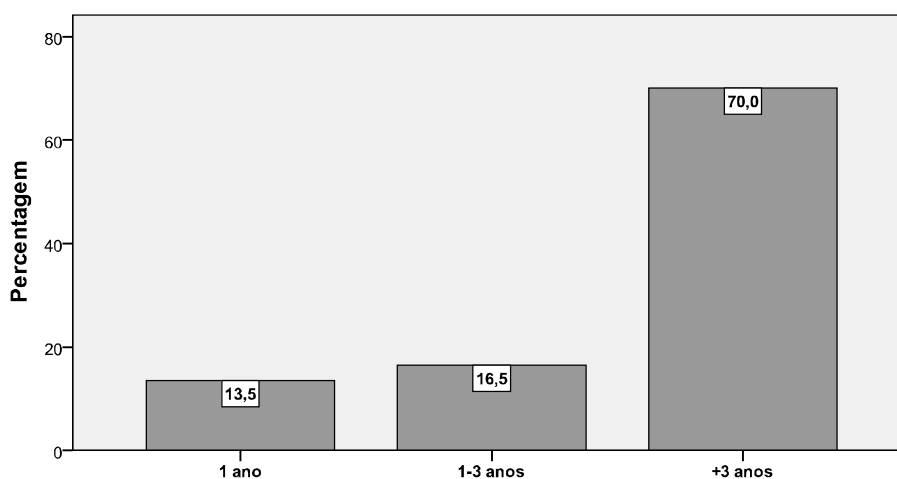
A análise em termos relativos, da Tabela 40, permite entre outras coisas, concluir que à medida que a idade dos inquiridos aumenta, a probabilidade destes terem praticado mais do que uma modalidade desportiva com posterior abandono é menor. Por sua vez, a prática e posterior abandono de artes marciais também diminui à medida que a idade aumenta. Por outro lado, a prática e posterior abandono de ginástica é muito mais frequente no grupo de inquiridos com mais de 64 anos. Note-se ainda, que também esta análise se revelou estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 22,98$ ;  $gl = 12$ ;  $p < ,028$ ).

**Tabela 40** - Modalidade Anteriormente Praticada por Escalão Etário

		Escalão Etário				
		15-24	25-64	Mais de 64	Total	
Modalidade Anterior	Futebol	n	11	52	8	71
		%	4,6%	21,8%	3,3%	29,7%
	Ginástica	n	6	28	11	45
		%	2,5%	11,7%	4,6%	18,8%
	Artes marciais	n	5	8	0	13
		%	2,1%	3,3%	,0%	5,4%
	Ciclismo	n	0	10	1	11
		%	,0%	4,2%	,4%	4,6%
	Natação	n	2	8	0	10
		%	,8%	3,3%	,0%	4,2%
	Outro	n	18	35	6	59
		%	7,5%	14,6%	2,5%	24,7%
	Mais do que uma modalidade	n	7	22	1	30
		%	2,9%	9,2%	,4%	12,6%
Total	n	49	163	27	239	
	%	20,5%	68,2%	11,3%	100,0%	

### 5.5.3. Tempo de Abandono das Modalidades Anteriormente Praticadas

Na Figura 28, verifica-se que a maioria dos inquiridos (70,0% - 166) mencionou ter abandonado a modalidade desportiva anteriormente praticada há mais de 3 anos.



**Figura 28** - Diagrama de barras do tempo de abandono das modalidades anteriormente praticadas.

Na Tabela 41, pode observar-se que comparativamente com os inquiridos femininos, os masculinos abandonaram a prática desportiva há mais anos, sendo esta tendência estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 19,96$ ;  $gl = 2$ ;  $p < ,001$ ).

**Tabela 41** - Tempo de Abandono das Modalidades Anteriormente Praticadas por Género

			Género		
			Masculino	Feminino	Total
Tempo de Abandono	1 ano	n	11	21	32
		%	4,6%	8,9%	13,5%
	1-3 anos	n	17	22	39
		%	7,2%	9,3%	16,5%
	+3 anos	n	116	50	166
		%	48,9%	21,1%	70,0%
Total	n		144	93	237
	%		60,8%	39,2%	100,0%

A análise em termos relativos da Tabela 42 permite concluir-se que o abandono de longa data (mais de três anos), é um pouco menor nos inquiridos com idades entre os 15



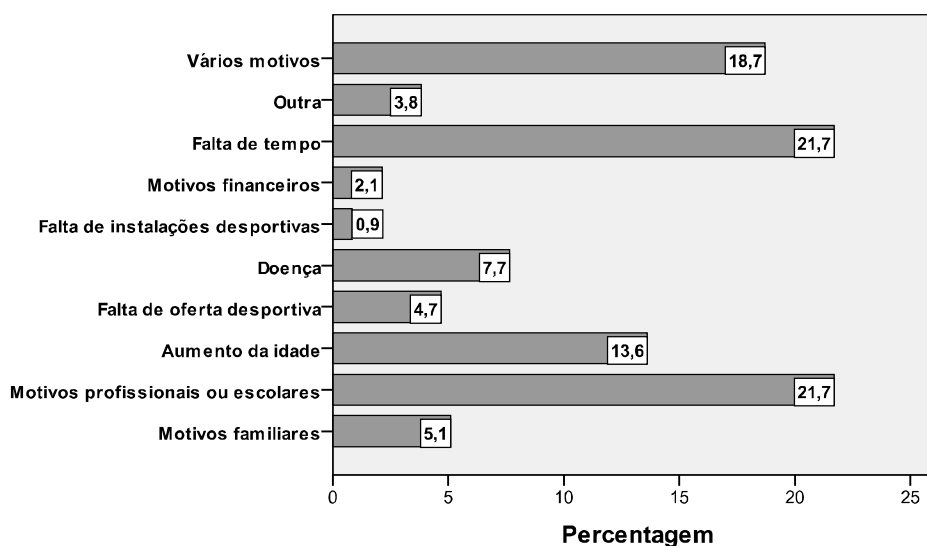
e 24 anos, sendo que, a associação entre estas variáveis ainda se conseguiu revelar estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 10,22$ ;  $gl = 4$ ;  $p = ,037$ ).

**Tabela 42** - Tempo de Abandono das Modalidade Anteriormente Praticadas por Escalão Etário

			Escalão Etário			
			15-24	25-64	Mais de 64	Total
Tempo de Abandono	1 ano	n	11	19	2	32
		%	4,6%	8,0%	,8%	13,5%
	1-3 anos	n	12	21	6	39
		%	5,1%	8,9%	2,5%	16,5%
	+3 anos	n	26	121	19	166
		%	11,0%	51,1%	8,0%	70,0%
Total	n		49	161	27	237
	%		20,7%	67,9%	11,4%	100,0%

#### 5.5.4. Razões do Abandono das Modalidades Anteriormente Praticadas

Na Figura 29, verifica-se que os motivos de abandono mais populares são a "falta de tempo" (21,7% - 51 indivíduos), os "motivos profissionais ou escolares" (21,7% - 51 indivíduos) e o "aumento da idade" (13,6% - 32 indivíduos). Note-se ainda a existência de 18,7% dos inquiridos (44 indivíduos) a mencionarem vários motivos simultaneamente.



**Figura 29** - Diagrama de barras das razões do abandono das modalidades anteriormente praticadas.

Na Tabela 43, pode observar-se que em termos relativos, os inquiridos femininos abandonaram mais a prática desportiva por razões familiares, doença, falta de instalações desportivas e por motivos financeiros, enquanto que, os masculinos

invocaram mais o aumento da idade e os motivos profissionais ou escolares. Dado que o cruzamento destas duas variáveis resulta em 35% de frequências esperadas menores que 5 e existem frequências esperadas menores que um, optou-se neste caso pela não realização de um teste Qui-Quadrado de Independência.

**Tabela 43** - Razões do Abandono das Modalidades Anteriormente Praticadas por Género

		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Motivo do abandono	Motivos familiares	n	5	7
		%	2,1%	3,0%
	Motivos profissionais ou escolares	n	37	14
		%	15,7%	6,0%
	Aumento da idade	n	29	3
		%	12,3%	1,3%
	Falta de oferta desportiva	n	6	5
		%	2,6%	2,1%
	Doença	n	8	10
		%	3,4%	4,3%
	Falta de instalações desportivas	n	0	2
		%	,0%	,9%
	Motivos financeiros	n	2	3
		%	,9%	1,3%
	Falta de tempo	n	28	23
		%	11,9%	9,8%
	Outra	n	4	5
		%	1,7%	2,1%
	Vários motivos	n	24	20
		%	10,2%	8,5%
Total		n	143	92
		%	60,9%	39,1%

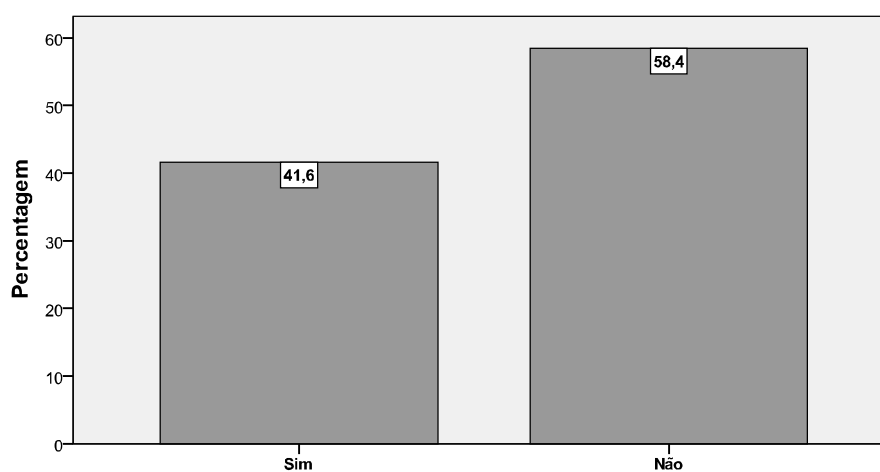
Em termos relativos, na Tabela 44, pode observar-se entre outras coisas, que os inquiridos mais velhos (mais de 64 anos) abandonaram mais a prática desportiva devido ao aumento da idade e devido a doenças. Por outro lado, aqueles com idades compreendidas entre os 25 e 64 anos, mencionaram mais do que os outros, os motivos familiares e vários motivos em simultâneo. Por fim, destaca-se que os inquiridos mais jovens (15 a 24 anos) queixaram-se mais da falta de oferta desportiva. À semelhança do que aconteceu na análise da Tabela 43, também aqui, o cruzamento destas variáveis resultou num número inadmissível de frequências esperadas menores que 5 (53,3%), acompanhadas por frequências esperadas menores que um, o que, mais uma vez acabou por ditar a não realização de um teste Qui-Quadrado de Independência.

**Tabela 44** - Razões do Abandono das Modalidade Anteriormente Praticada por Escalão Etário

		Escalão Etário				
		15-24	25-64	Mais de 64	Total	
Motivo do abandono	Motivos familiares	n	1	10	1	12
		%	,4%	4,3%	,4%	5,1%
	Motivos profissionais ou escolares	n	13	37	1	51
		%	5,5%	15,7%	,4%	21,7%
	Aumento da idade	n	3	17	12	32
		%	1,3%	7,2%	5,1%	13,6%
	Falta de oferta desportiva	n	4	7	0	11
		%	1,7%	3,0%	,0%	4,7%
	Doença	n	2	10	6	18
		%	,9%	4,3%	2,6%	7,7%
	Falta de instalações desportivas	n	0	2	0	2
		%	,0%	,9%	,0%	,9%
	Motivos financeiros	n	1	4	0	5
		%	,4%	1,7%	,0%	2,1%
	Falta de tempo	n	10	36	5	51
		%	4,3%	15,3%	2,1%	21,7%
	Outra	n	5	4	0	9
		%	2,1%	1,7%	,0%	3,8%
Vários motivos	n	8	35	1	44	
	%	3,4%	14,9%	,4%	18,7%	
Total	n	47	162	26	235	
	%	20,0%	68,9%	11,1%	100,0%	

### 5.5.5. Vontade de Reiniciar/Iniciar a Prática de uma Atividade Desportiva

Na Figura 30, verifica-se que a maioria dos inquiridos (58,4% - 337) mencionou que não gostaria de voltar a praticar ou iniciar uma atividade desportiva.

**Figura 30** - Diagrama de barras da vontade de reiniciar/iniciar a prática de uma atividade desportiva.

A Tabela 45, não parece sugerir qualquer tipo de associação entre o desejo de voltar a praticar ou iniciar uma atividade desportiva e o género dos inquiridos, facto

este, que é corroborado pela não significância estatística de um teste Qui-quadrado de Independência ( $\chi^2 = 2,46$ ;  $gl = 1$ ;  $p = ,117$ ).

**Tabela 45** - Vontade de Reiniciar/Iniciar a Prática de uma Atividade Desportiva por Género

			Género		
			Masculino	Feminino	Total
Desejo de Recomeçar	Sim	n	113	127	240
		%	19,6%	22,0%	41,6%
	Não	n	181	156	337
		%	31,4%	27,0%	58,4%
Total		n	294	283	577
		%	51,0%	49,0%	100,0%

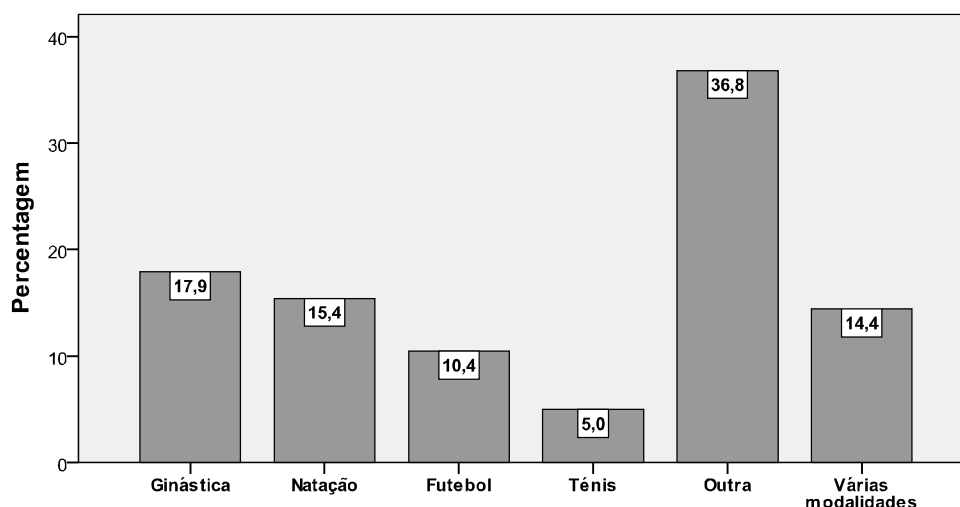
A Tabela 46, sugere que à medida que a idade dos inquiridos avança, estes têm menos vontade de recomeçar/iniciar uma atividade desportiva, facto este, que é desde logo confirmado pela associação estatisticamente significativa entre as duas variáveis em análise ( $\chi^2 = 38,66$ ;  $gl = 2$ ;  $p < ,001$ ).

**Tabela 46** - Vontade de Reiniciar/Iniciar a Prática de uma Atividade Desportiva por Escalão Etário

			Escalão Etário			
			15-24	25-64	Mais de 64	Total
Desejo de Recomeçar	Sim	n	46	158	36	240
		%	8,0%	27,4%	6,2%	41,6%
	Não	n	24	196	117	337
		%	4,2%	34,0%	20,3%	58,4%
Total		n	70	354	153	577
		%	12,1%	61,4%	26,5%	100,0%

### 5.5.6. Modalidade Desportiva que Gostaria de Iniciar/Reiniciar

Na Figura 31, verifica-se que entre as modalidades mais populares para o início/reinício de uma atividade desportiva, encontram-se a ginástica (17,9% - 36 indivíduos), a natação (15,4% - 31 indivíduos), o futebol (10,4% - 21 indivíduos) e o ténis (5,0% - 10 indivíduos), havendo ainda 14,4% dos inquiridos (29 indivíduos) a mencionarem que gostariam de iniciar várias modalidades.



**Figura 31**- Diagrama de barras da modalidade desportiva que gostaria de iniciar/reiniciar.

Na Tabela 47, pode observar-se que no caso de reinício/início de uma atividade desportiva, os inquiridos femininos têm uma maior preferência pela ginástica e natação, enquanto que, os masculinos estão mais representados no futebol. A associação entre as duas variáveis em análise revelou-se estatisticamente significativa ( $\chi^2 = 30.10$ ;  $gl = 5$ ;  $p < ,001$ ).

**Tabela 47** - Modalidade Desportiva que Gostaria de Iniciar/Reiniciar por Género

			Género		Total
			Masculino	Feminino	
Modalidade de Retorno	Ginástica	n	6	30	36
		%	3,0%	14,9%	17,9%
	Natação	n	11	20	31
		%	5,5%	10,0%	15,4%
	Futebol	n	18	3	21
		%	9,0%	1,5%	10,4%
	Tênis	n	5	5	10
		%	2,5%	2,5%	5,0%
	Outra	n	41	33	74
		%	20,4%	16,4%	36,8%
	Várias modalidades	n	12	17	29
		%	6,0%	8,5%	14,4%
Total		n	93	108	201
		%	46,3%	53,7%	100,0%

Em termos relativos, na Tabela 48, pode entre outras coisas, observar-se que à medida que a idade dos inquiridos aumenta, a preferência pela ginástica ou natação como modalidade de reinício/início de uma atividade desportiva é maior. Por outro lado, foi possível observar uma tendência inversa nas modalidades do futebol e ténis.

À semelhança do que já aconteceu, também nesta situação, o cruzamento destas variáveis resultou num número inadmissível de frequências esperadas menores que 5 (38,9%), acompanhadas por frequências esperadas menores que um, o que, levou à não realização de um teste Qui-Quadrado de Independência.

**Tabela 48** - Modalidade Desportiva que Gostaria de Iniciar/Reiniciar por Escalão Etário

		Escalão Etário				
			15-24	25-64	Mais de 64	Total
Modalidade de Retorno	Ginástica	n	2	28	6	36
		%	1,0%	13,9%	3,0%	17,9%
	Natação	n	4	23	4	31
		%	2,0%	11,4%	2,0%	15,4%
	Futebol	n	9	12	0	21
		%	4,5%	6,0%	,0%	10,4%
	Ténis	n	4	6	0	10
		%	2,0%	3,0%	,0%	5,0%
	Outra	n	21	49	4	74
		%	10,4%	24,4%	2,0%	36,8%
	Várias modalidades	n	5	24	0	29
		%	2,5%	11,9%	,0%	14,4%
	Total	n	45	142	14	201
		%	22,4%	70,6%	7,0%	100,0%

### 5.5.7. Motivos pelos quais se Mantém sem Iniciar/Reiniciar uma Prática Desportiva

Na Figura 32, verifica-se que a falta de tempo é claramente o motivo mais alegado para justificar o facto de, apesar de alguns inquiridos terem vontade de reiniciar/iniciar uma atividade desportiva ainda não o terem feito (42,6% - 98 indivíduos). Repara-se ainda a existência de um número substancial de inquiridos (26,5% - 61 indivíduos) a alegarem mais de um motivo em simultâneo.

A Tabela 49, não parece espelhar grandes diferenças quanto aos motivos do não reinício/início de uma atividade desportiva consoante o género dos inquiridos. Ainda assim, realça-se que comparativamente com os masculinos, os femininos alegam com menos frequência a inexistência da modalidade no Concelho, o aumento da idade e a falta de promotores da modalidade. Por outro lado, os femininos alegam mais do que os masculinos a falta de instalações desportivas, a doença e motivos financeiros. Também neste caso, a existência frequências esperadas menores que 5 (54,5%), acompanhadas por frequências esperadas menores que um, levou à não realização de um teste Qui-Quadrado de Independência.

		Género			
		Masculino	Feminino	Total	
Razões da inatividade	Falta de tempo	n	47	51	98
		%	20,4%	22,2%	42,6%
	Falta de motivação	n	8	10	18
		%	3,5%	4,3%	7,8%
	Inexistência da modalidade no Concelho	n	8	6	14
		%	3,5%	2,6%	6,1%
	Falta de instalações desportivas	n	0	5	5
		%	,0%	2,2%	2,2%
	Dificuldade em encontrar companhia	n	2	2	4
		%	,9%	,9%	1,7%
	Falta de promotores da modalidade	n	2	0	2
		%	,9%	,0%	,9%
	Aumento da idade	n	5	1	6
		%	2,2%	,4%	2,6%
	Doença	n	4	9	13
		%	1,7%	3,9%	5,7%
	Motivos financeiros	n	2	4	6
		%	,9%	1,7%	2,6%
	Outro	n	2	1	3
		%	,9%	,4%	1,3%
Mais de um motivo	n	26	35	61	
	%	11,3%	15,2%	26,5%	
Total	n	106	124	230	
	%	46,1%	53,9%	100,0%	

Em termos relativos, na Tabela 50, pode entre outras coisas, observar-se que à medida que a idade dos inquiridos aumenta, alguns motivos são mais alegados como forma de justificação do não reinício/início de uma atividade desportiva: Falta de motivação; dificuldade em encontrar companhia e aumento da idade. Note-se ainda, que o grupo de inquiridos mais velhos (mais de 64 anos) alega mais a doença do que os restantes. Por outro lado, os inquiridos com idades entre os 25 e 64 anos queixam-se predominantemente da falta de tempo. Por fim, destaca-se que os inquiridos mais jovens (15-24 anos) são os que mais alegam mais de um motivo em simultâneo. Mais uma vez se optou pela não realização de um teste Qui-Quadrado de Independência (72,7% de frequências esperadas < 5).

**Tabela 50** - Motivos pelos quais se Mantém sem Iniciar/Reiniciar uma Prática Desportiva por Escalão Etário

			Escalão Etário			Total
			15-24	25-64	Mais de 64	
Razões da inatividade	Falta de tempo	n	14	77	7	98
		%	6,1%	33,5%	3,0%	42,6%
	Falta de motivação	n	1	7	10	18
		%	,4%	3,0%	4,3%	7,8%
	Inexistência da modalidade no Concelho	n	3	11	0	14
		%	1,3%	4,8%	,0%	6,1%
	Falta de instalações desportivas	n	1	4	0	5
		%	,4%	1,7%	,0%	2,2%
	Dificuldade em encontrar companhia	n	0	2	2	4
		%	,0%	,9%	,9%	1,7%
	Falta de promotores da modalidade	n	0	2	0	2
		%	,0%	,9%	,0%	,9%
	Aumento da idade	n	0	1	5	6
		%	,0%	,4%	2,2%	2,6%
	Doença	n	2	4	7	13
		%	,9%	1,7%	3,0%	5,7%
	Motivos financeiros	n	3	3	0	6
		%	1,3%	1,3%	,0%	2,6%
	Outro	n	2	1	0	3
		%	,9%	,4%	,0%	1,3%
	Mais de um motivo	n	15	41	5	61
		%	6,5%	17,8%	2,2%	26,5%
Total		n	41	153	36	230
		%	17,8%	66,5%	15,7%	100,0%



## 5.6. Condições para a Prática Desportiva no Concelho de São Brás de Alportel

### 5.6.1. Avaliação das Condições Gerais do Concelho para a Prática Desportiva

A Tabela 51, reflete a opinião que os inquiridos têm relativamente às condições para a prática desportiva no Concelho de São Brás de Alportel. Uma análise rápida permite concluir que de uma maneira geral os inquiridos avaliam todos os aspetos em análise de forma positiva, isto é, observa-se uma clara concentração de respostas nas opções "Razoável" e "Bom".

De forma mais pormenorizada, destaca-se que os aspetos avaliados de forma mais positiva foram: Qualidade do acesso; estado de conservação; qualidade dos serviços prestados; qualidade da oferta de instalações; recursos humanos ligados ao desenvolvimento desportivo. Por outro lado, o especto em análise onde claramente as opiniões são menos favoráveis é o relativo à oferta de atividades desportivas para a população em geral pelas entidades privadas.

**Tabela 51** - Avaliação da Condições Gerais do Concelho para a Prática Desportiva

	N	Não sabe	Insuficiente	Razoável	Bom
Qualidade da oferta de Instalações	577	31 (5,4%)	16 (2,8%)	212 (36,7%)	318 (55,1%)
Qualidade do acesso	577	32 (5,5%)	9 (1,6%)	178 (30,8%)	358 (62,0%)
Horários Disponíveis	577	91 (15,8%)	38 (6,6%)	214 (37,1%)	234 (40,6%)
Estado de Conservação	577	64 (11,1%)	11 (1,9%)	181 (31,4%)	321 (55,6%)
Qualidade dos Materiais	577	88 (15,3%)	12 (2,1%)	225 (39,0%)	252 (43,7%)
Qualidade dos serviços prestados	577	98 (17,0%)	8(1,4%)	188 (32,6%)	283 (49,0%)
Recursos humanos ligados ao desenvolvimento desportivo	577	110 (19,1%)	17 (2,9%)	199 (34,5%)	251 (80,9%)
Iniciativas Desportivas dos clubes e associações desportivas para a população em geral	577	104 (18,0%)	47 (8,1%)	245 (42,5%)	181 (31,4%)
Iniciativas Desportivas por parte da autarquia para a população em geral	577	75 (13,0%)	64 (11,1%)	216 (37,4%)	222 (38,5%)
Oferta de Atividades desportivas para jovens/crianças por clubes/associações desportivas	577	120 (20,8%)	65 (11,3%)	232 (40,2%)	160 (27,7%)
Oferta de Atividades desportivas pela autarquia para jovens e crianças	577	106 (18,4%)	54 (9,4%)	233 (40,4%)	184 (31,9%)
Oferta de Atividades desportivas para a população em geral pelas entidades privadas	577	198 (34,3%)	121 (21,0%)	196 (34,0%)	62 (10,7%)

A Tabela 52, expressa de novo a opinião que os inquiridos têm relativamente às condições para a prática desportiva no Concelho de São Brás de Alportel, porém, desta feita considerando o género dos indivíduos. Deste modo, passam a destacar-se os aspetos em análise que deram origem a apreciações significativamente diferentes entre inquiridos masculinos e femininos:

1. Qualidade dos serviços prestados ( $U = 26077,0$ ;  $p = ,045$ );
2. Recursos humanos ligados ao desenvolvimento desportivo ( $U = 24033,0$ ;  $p = ,012$ );
3. Iniciativas desportivas dos clubes e associações desportivas para a população em geral ( $U = 24570,0$ ;  $p = ,012$ );
4. Iniciativas desportivas por parte da autarquia para a população geral ( $U = 26983,5$ ;  $p = ,002$ );
5. Oferta de atividades desportivas para jovens/crianças por clubes/associações desportivas ( $U = 23501,0$ ;  $p = ,047$ );
6. Oferta de atividades desportivas pela autarquia para jovens e crianças ( $U = 23565,5$ ;  $p = ,002$ ).

Um pouco mais em concreto, pode observar-se que em todos os aspetos supramencionados, os inquiridos femininos revelaram opiniões mais favoráveis do que os masculinos. Este aspeto é ainda mais notório nas iniciativas desportivas por parte da autarquia, para a população geral, e, na oferta de atividades desportivas pela autarquia para jovens e crianças, onde, respetivamente 82,7% (234 indivíduos) e 76,0% (215 indivíduos) dos inquiridos femininos considerou estes aspetos como razoáveis ou bons.

**Tabela 52** - Avaliação da Condições Gerais do Concelho para a Prática Desportiva por Género

	Género	N	Não sabe	Insuficiente	Razoável	Bom
Qualidade da oferta de Instalações	Masculino	294	18 (6,1%)	8 (2,7%)	112 (38,1%)	156 (53,1%)
	Feminino	283	13 (4,6%)	8 (2,8%)	100 (35,3%)	162 (57,2%)
Qualidade do acesso	Masculino	294	20 (6,8%)	6 (2,0%)	89 (30,3%)	179 (60,9%)
	Feminino	283	12 (4,2%)	3 (1,1%)	89 (31,4%)	179 (63,3%)
Horários Disponíveis	Masculino	294	57 (19,4%)	16 (5,4%)	112 (38,1%)	109 (37,1%)
	Feminino	283	34 (12,0%)	22 (7,8%)	102 (36,0%)	125 (44,2%)
Estado de Conservação	Masculino	294	34 (11,6%)	4 (1,4%)	93 (31,6%)	163 (55,4%)
	Feminino	283	30 (10,6%)	7 (2,5%)	88 (31,1%)	158 (55,8%)

<b>Qualidade dos Materiais</b>	<b>Masculino</b>	294	48 (16,3%)	8 (2,7%)	113 (38,4%)	125 (42,5%)
	<b>Feminino</b>	283	40 (14,1%)	4 (1,4%)	112 (39,6%)	127 (44,9%)
<b>Qualidade dos serviços prestados *</b>	<b>Masculino</b>	294	57 (19,4%)	4 (1,4%)	104 (35,4%)	129 (43,9%)
	<b>Feminino</b>	283	41 (14,5%)	4 (1,4%)	84 (29,7%)	154 (54,4%)
<b>Recursos humanos ligados ao desenvolvimento desportivo *</b>	<b>Masculino</b>	294	64 (21,8%)	14 (4,8%)	104 (35,4%)	112 (38,1%)
	<b>Feminino</b>	283	46 (16,3%)	3 (1,1%)	95 (33,6%)	139 (49,1%)
<b>Iniciativas Desportivas dos clubes e associações desportivas para a população em geral *</b>	<b>Masculino</b>	294	47 (16,0%)	35 (11,9%)	126 (42,9%)	86 (29,3%)
	<b>Feminino</b>	283	57 (20,1%)	12 (4,2%)	119 (42,0%)	95 (33,6%)
<b>Iniciativas Desportivas por parte da autarquia para a população em geral **</b>	<b>Masculino</b>	294	47 (16,0%)	43 (14,6%)	108 (36,7%)	96 (32,7%)
	<b>Feminino</b>	283	28 (9,9%)	21 (7,4%)	108 (38,2%)	126 (44,5%)
<b>Oferta de Atividades desportivas para jovens/crianças por clubes/associações desportivas *</b>	<b>Masculino</b>	294	54 (18,4%)	38 (12,9%)	128 (43,5%)	74 (25,2%)
	<b>Feminino</b>	283	66 (23,3%)	27 (9,5%)	104 (36,7%)	86 (30,4%)
<b>Oferta de Atividades desportivas pela autarquia para jovens e crianças **</b>	<b>Masculino</b>	294	58 (19,7%)	34 (11,6%)	125 (42,5%)	77 (26,2%)
	<b>Feminino</b>	283	48 (17,0%)	20 (7,1%)	108 (38,2%)	107 (37,8%)
<b>Oferta de Atividades desportivas para a população em geral pelas entidades privadas</b>	<b>Masculino</b>	294	95 (32,3%)	67 (22,8%)	100 (34,0%)	32 (10,9%)
	<b>Feminino</b>	283	103 (36,4%)	54 (19,1%)	96 (33,9%)	30 (10,6%)

\* Diferenças estatisticamente significativas para um nível de significância de 0,01

\*\* Diferenças estatisticamente significativas para um nível de significância de 0,01

Por fim, a Tabela 53, continua a expressar a opinião que os inquiridos têm relativamente às condições para a prática desportiva no Concelho de São Brás de Alportel, porém, desta feita considerando o escalão etário onde se encontram inseridos. Tal como se pode observar na Tabela supramencionada e, reforçado pela Tabela 54, todos os aspetos em análise deram origem a apreciações significativamente diferentes entre inquiridos pertencentes a diferentes escalões etários. Na medida em que a análise comparativa das frequências não é nesta situação tão clara como em anteriores, acrescentou-se à tabela as médias observadas (excluíram-se do cálculo das médias os participantes sem opinião relativamente aos aspetos em análise), facto este, que acabou por espelhar de forma clara que existe uma tendência para os inquiridos com mais de 64 anos apreciarem de forma mais positiva os 12 aspetos considerados no presente estudo, sendo que, a oferta de atividades desportivas para a população geral, pelas entidades privadas, é a única onde as diferenças observadas são de menor magnitude.

**Tabela 53** - Avaliação da Condições Gerais do Concelho para a Prática Desportiva por Escalão Etário

		N	Não sabe	Insuficiente	Razoável	Bom	Médias
<b>Qualidade da oferta de Instalações **</b>	15-24	70	3 (4,3%)	2 (2,9%)	23 (32,9%)	42 (60,0%)	3,60
	25-64	354	17 (4,8%)	14 (4,0%)	155 (43,8%)	168 (47,5%)	3,46
	Mais de 64	153	11 (7,2%)	-	34 (22,2%)	108 (70,6%)	3,76
<b>Qualidade do acesso **</b>	15-24	70	2 (2,9%)	3 (4,3%)	21 (30,0%)	44 (62,9%)	3,60
	25-64	354	18 (5,1%)	5 (1,4%)	130 (36,7%)	201 (56,8%)	3,58
	Mais de 64	153	12 (7,8%)	1 (0,7%)	27 (17,6%)	113 (73,9%)	3,79
<b>Horários Disponíveis **</b>	15-24	70	4 (5,7%)	9 (12,9%)	24 (34,3%)	33 (47,1%)	3,36
	25-64	354	41 (11,6%)	27 (7,6%)	162 (45,8%)	124 (35,0%)	3,31
	Mais de 64	153	46 (30,1%)	2 (1,3%)	28 (18,3%)	77 (50,3%)	3,70
<b>Estado de Conservação **</b>	15-24	70	2 (2,9%)	4 (5,7%)	24 (34,3%)	40 (57,1%)	3,53
	25-64	354	32 (9,0%)	7 (2,0%)	138 (39,0%)	177 (50,0%)	3,53
	Mais de 64	153	30 (19,6%)	-	19 (12,4%)	104 (68,0%)	3,85
<b>Qualidade dos Materiais **</b>	15-24	70	2 (2,9%)	5 (7,1%)	26 (37,1%)	37 (52,9%)	3,47
	25-64	354	49 (13,8%)	7 (2,0%)	164 (46,3%)	134 (37,9%)	3,42
	Mais de 64	153	37 (24,2%)	-	35 (22,9%)	81 (52,9%)	3,70
<b>Qualidade dos serviços prestados **</b>	15-24	70	2 (2,9%)	2 (2,9%)	26 (37,1%)	40 (57,1%)	3,56
	25-64	354	50 (14,1%)	6 (1,7%)	144 (40,7%)	154 (43,5%)	3,49
	Mais de 64	153	46 (30,1%)	-	18 (11,8%)	89 (58,2%)	3,83
<b>Recursos humanos ligados ao desenvolvimento desportivo **</b>	15-24	70	4 (5,7%)	2 (2,9%)	30 (42,9%)	34 (48,6%)	3,48
	25-64	354	48 (13,6%)	15 (4,2%)	142 (40,1%)	149 (42,1%)	3,44
	Mais de 64	153	58 (37,9%)	27 (17,6%)	68 (44,4%)	95 (62,1%)	3,72
<b>Iniciativas Desportivas dos clubes e associações desportivas para a população em geral **</b>	15-24	70	3 (4,3%)	9 (12,9%)	32 (45,7%)	26 (37,1%)	3,25
	25-64	354	45 (12,7%)	36 (10,2%)	170 (48,0%)	103 (29,1%)	3,22
	Mais de 64	153	56 (36,6%)	2 (1,3%)	43 (28,1%)	52 (34,0%)	3,52
<b>Iniciativas Desportivas por parte da autarquia para a população em geral **</b>	15-24	70	4 (5,7%)	11 (15,7%)	25 (35,7%)	30 (42,9%)	3,29
	25-64	354	38 (10,7%)	48 (13,6%)	162 (45,8%)	106 (29,9%)	3,18
	Mais de 64	153	33 (21,6%)	5 (3,3%)	29 (19,0%)	86 (56,2%)	3,68
<b>Oferta de Atividades desportivas para jovens/crianças por clubes/associações desportivas **</b>	15-24	70	5 (7,1%)	8 (11,4%)	32 (45,7%)	25 (35,7%)	3,26
	25-64	354	58 (16,4%)	52 (14,7%)	159 (44,9%)	85 (24,0%)	3,11
	Mais de 64	153	57 (37,3%)	5 (3,3%)	41 (26,8%)	50 (32,7%)	3,47
<b>Oferta de Atividades desportivas pela autarquia para jovens e crianças **</b>	15-24	70	7 (10,0%)	12 (17,1%)	31 (44,3%)	20 (28,6%)	3,13
	25-64	354	51 (14,4%)	36 (10,2%)	167 (47,2%)	100 (28,2%)	3,21
	Mais de 64	153	48 (31,4%)	6 (3,9%)	35 (22,9%)	64 (41,8%)	3,55
<b>Oferta de Atividades desportivas para a população em geral pelas entidades privadas *</b>	15-24	70	5 (7,1%)	21 (30,0%)	28 (40,0%)	16 (22,9%)	2,92
	25-64	354	93 (26,3%)	87 (24,6%)	144 (40,7%)	30 (8,5%)	2,78
	Mais de 64	153	100 (65,4%)	13 (8,5%)	24 (15,7%)	16 (10,5%)	3,06

\* Diferenças estatisticamente significativas para um nível de significância de 0,01

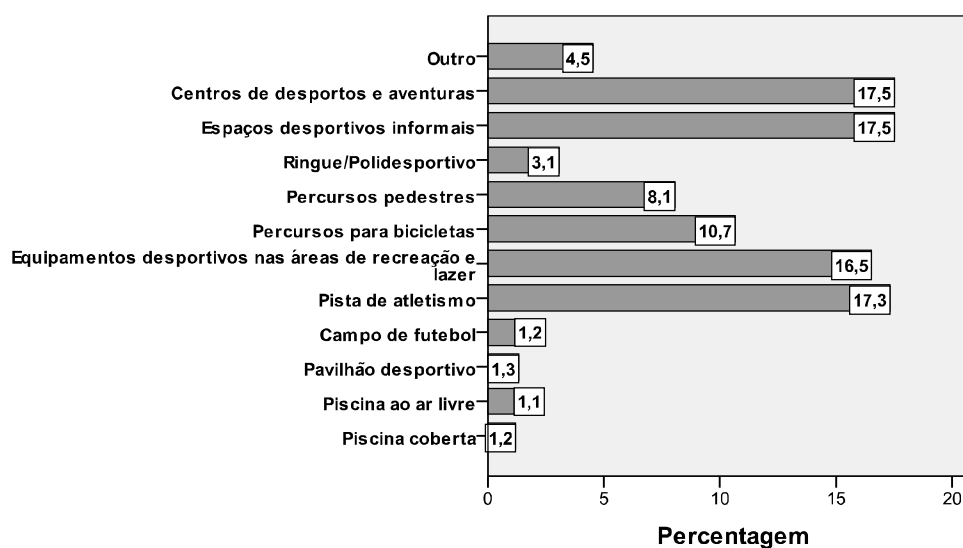
\*\* Diferenças estatisticamente significativas para um nível de significância de 0,01

**Tabela 54** - Testes Kruskal-Wallis: Avaliação da Condições Gerais do Concelho para a Prática Desportiva por Escalão Etário

	<i>H</i>	<i>gl</i>	<i>p</i>
Qualidade da oferta de Instalações	30,26	2	<,001
Qualidade do acesso	18,02	2	<,001
Horários Disponíveis	33,08	2	<,001
Estado de Conservação	34,05	2	<,001
Qualidade dos Materiais	22,85	2	<,001
Qualidade dos serviços prestados	34,75	2	<,001
Recursos humanos ligados ao desenvolvimento desportivo	16,83	2	<,001
Iniciativas Desportivas dos clubes e associações desportivas para a população em geral	16,15	2	<,001
Iniciativas Desportivas por parte da autarquia para a população em geral	48,66	2	<,001
Oferta de Atividades desportivas para jovens/crianças por clubes/associações desportivas	21,26	2	<,001
Oferta de Atividades desportivas pela autarquia para jovens e crianças	26,47	2	<,001
Oferta de Atividades desportivas para a população em geral pelas entidades privadas	7,25	2	,027

### 5.6.2. Instalações Desportivas Necessárias no Concelho.

Na Figura 33, verifica-se que para os habitantes do Concelho de São Brás de Alportel, as instalações desportivas insuficientes/inexistentes prioritárias são os: Centros de desportos e aventuras (17,5%); Espaços desportivos informais (17,5%); pista de atletismo (17,3%) e equipamentos desportivos nas áreas de recreação e lazer (16,5%).

**Figura 33** - Diagrama de barras das instalações desportivas necessárias no Concelho.

Na Tabela 55, pode ver-se que segundo os inquiridos, o Município de São Brás de Alportel deveria em termos de investimento na área do desporto privilegiar as seguintes áreas: Zonas verdes e espaços de lazer (73,3% concordam inteiramente); construção de equipamentos desportivos escolares (71,9% concordam inteiramente); apoio do desporto amador (62,5% concordam inteiramente); promoção de atividade desportivas de recreação (59,9% concordam inteiramente) e promoção de grandes espetáculos desportivos (53,7% concordam inteiramente). Por outro lado, os aspetos consideradas menos importantes são: Investimentos em grandes instalações desportivas (25,7% concordam inteiramente) e o investimento em instalações cobertas (33,5% concordam inteiramente).

**Tabela 55 - Intervenção no Município de São Brás de Alportel**

	N	Não concordo	Concordo em parte	Concordo inteiramente
Investir em instalações desportivas	574	47 (8,2%)	242 (44,2%)	285 (49,7%)
Investir em grandes instalações desportivas	571	184 (32,2%)	240 (42,0%)	147 (25,7%)
Investir em zonas verdes e espaços de lazer	574	9 (1,6%)	144 (25,1%)	421 (73,3%)
Investir em instalações cobertas (salas e pavilhões)	573	104 (18,2%)	277 (48,3%)	192 (33,5%)
Investir em infraestruturas para o desporto de recreação	572	36 (6,3%)	306 (53,5%)	230 (40,2%)
Investir em infraestruturas para o turismo	574	42 (7,3%)	229 (39,9%)	303 (52,8%)
Licenciamento para ginásios e academias (privados)	572	62 (10,8%)	261 (45,6%)	249 (43,5%)
Apoiar a construção de equipamentos desportivos escolares	573	14 (2,4%)	147 (25,7%)	412 (71,9%)
Apoiar o desporto de alto rendimento	574	98 (17,1%)	244 (42,5%)	232 (40,4%)
Apoiar o desporto profissional	573	105 (18,3%)	211 (36,8%)	257 (44,9%)
Apoiar o desporto amador	573	22 (3,8%)	193 (33,7%)	358 (62,5%)
Promover atividades desportivas de recreação	571	14 (2,5%)	215 (37,7%)	342 (59,9%)
Promover grandes espetáculos desportivos	572	61 (10,7%)	204 (35,7%)	307 (53,7%)

A Tabela 56, expressa de novo a opinião que os inquiridos têm relativamente aos investimentos prioritários na área do desporto no Município de São Brás de Alportel, porém, desta vez a análise, foi realizada tendo em conta o género dos indivíduos. Após uma análise mais atenta da Tabela em causa, conclui-se que as opiniões não parecem divergir consoante os inquiridos sejam femininos ou masculinos, facto este que foi confirmado pela não significância estatística de todos os testes Mann-Whitney realizados.

**Tabela 56** - Intervenção no Município de São Brás de Alportel por Género

		N	Não concordo	Concordo em parte	Concordo inteiramente	Média
Investir em instalações desportivas	Masculino	291	23 (7,9%)	117 (40,2%)	151 (51,9%)	1,56
	Feminino	283	24 (8,5%)	125 (44,2%)	134 (47,3%)	1,61
Investir em grandes instalações desportivas	Masculino	288	100 (34,7%)	114 (39,6%)	74 (25,7%)	2,09
	Feminino	283	84 (29,7%)	126 (44,5%)	73 (25,8%)	2,04
Investir em zonas verdes e espaços de lazer	Masculino	291	6 (2,1%)	69 (23,7%)	216 (74,2%)	1,28
	Feminino	283	3 (1,1%)	75 (26,5%)	205 (72,4%)	1,29
Investir em instalações cobertas (salas e pavilhões)	Masculino	290	56 (19,3%)	139 (47,9%)	95 (32,8%)	1,87
	Feminino	283	48 (17,0%)	138 (48,8%)	97 (34,3%)	1,83
Investir em infraestruturas para o desporto de recreação	Masculino	289	19 (6,6%)	152 (52,6%)	118 (40,8%)	1,66
	Feminino	283	17 (6,0%)	154 (54,4%)	112 (39,6%)	1,66
Investir em infraestruturas para o turismo	Masculino	291	25 (8,6%)	116 (39,9%)	150 (51,5%)	1,57
	Feminino	283	17 (6,0%)	113 (39,9%)	153 (54,1%)	1,52
Licenciamento para ginásios e academias (privados)	Masculino	289	36 (12,5%)	134 (46,4%)	119 (41,2%)	1,71
	Feminino	283	26 (9,2%)	127 (44,9%)	130 (45,9%)	1,63
Apoiar a construção de equipamentos desportivos escolares	Masculino	290	9 (3,1%)	78 (26,9%)	203 (70,0%)	1,33
	Feminino	283	5 (1,8%)	69 (24,4%)	209 (73,8%)	1,28
Apoiar o desporto de alto rendimento	Masculino	291	47 (16,2%)	127 (43,6%)	117 (40,2%)	1,76
	Feminino	283	51 (18,0%)	117 (41,3%)	115 (40,6%)	1,77
Apoiar o desporto profissional	Masculino	290	63 (21,7%)	104 (35,9%)	123 (42,4%)	1,79
	Feminino	283	42 (14,8%)	107 (37,8%)	134 (47,3%)	1,67
Apoiar o desporto amador	Masculino	290	8 (2,8%)	99 (34,1%)	183 (63,1%)	1,40
	Feminino	283	14 (4,9%)	94 (33,2%)	175 (61,8%)	1,43
Promover atividades desportivas de recreação	Masculino	288	8 (2,8%)	107 (37,2%)	173 (60,1%)	1,43
	Feminino	283	6 (2,1%)	108 (38,2%)	169 (59,7%)	1,42
Promover grandes espetáculos desportivos	Masculino	289	38 (13,1%)	101 (34,9%)	150 (51,9%)	1,61
	Feminino	283	23 (8,1%)	103 (36,4%)	157 (55,5%)	1,53

### 5.6.3. Investimentos Prioritários na Área do Desporto

Por último, a Tabela 57 reflete ainda a opinião que os inquiridos têm relativamente aos investimentos prioritários na área do desporto no Município de São Brás de Alportel, porém, desta vez consoante o escalão etário onde se encontram inseridos. Após uma análise mais atenta da Tabela supramencionada, conclui-se que se encontraram opiniões significativamente diferentes nos seguintes investimentos:

1. Investimento em instalações desportivas ( $H = 16,02$ ;  $gl = 2$ ;  $p <,001$ );
2. Investimento em grandes instalações desportivas ( $H = 29,58$ ;  $gl = 2$ ;  $p <,001$ );
3. Investimento em instalações cobertas ( $H = 33,08$ ;  $gl = 2$ ;  $p <,001$ );
4. Investimento em infraestruturas para o desporto de recreação ( $H = 9,00$ ;  $gl = 2$ ;  $p = ,011$ );
5. Investimento em infraestruturas para o turismo ( $H = 28,57$ ;  $gl = 2$ ;  $p <,001$ );
6. Investimento no apoio do desporto de alto rendimento ( $H = 19,13$ ;  $gl = 2$ ;  $p <,001$ );
7. Investimento no apoio do desporto profissional ( $H = 19,60$ ;  $gl = 2$ ;  $p <,001$ );
8. Investimento na promoção de atividades desportivas de recreação ( $H = 6,03$ ;  $gl = 2$ ;  $p = ,049$ );
9. Investimento na promoção de grandes espetáculos desportivos ( $H = 19,20$ ;  $gl = 2$ ;  $p <,001$ ).

De forma mais concreta, pode observar-se que em todos os tipos de investimento supramencionados, os inquiridos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, revelaram um grau de concordância claramente inferior aos dois outros escalões etários.

**Tabela 57** - Intervenção no Município de São Brás de Alportel por Escalão Etário

		Concordo			
		N	Não concordo	Concordo em parte	inteiramente
Investir em instalações desportivas	15-24	69	2 (2,9%)	23 (33,3%)	44 (63,8%)
	25-64	353	33 (9,3%)	168 (47,6%)	152 (43,1%)
	Mais de 64	152	12 (7,9%)	51 (33,6%)	89 (58,6%)
Investir em grandes instalações desportivas	15-24	69	11 (15,9%)	32 (46,4%)	26 (37,7%)
	25-64	350	128 (36,6%)	165 (47,1%)	57 (16,3%)
	Mais de 64	152	45 (29,6%)	43 (28,3%)	64 (42,1%)
Investir em zonas verdes e espaços de lazer	15-24	69	1 (1,4%)	17 (24,6%)	51 (73,9%)
	25-64	353	7 (2,3%)	89 (25,2%)	257 (72,8%)
	Mais de 64	152	1 (0,7%)	38 (25,0%)	113 (74,3%)
Investir em instalações cobertas (salas e pavilhões)	15-24	69	12 (17,4%)	32 (46,4%)	25 (36,2%)
	25-64	352	70 (19,9%)	199 (56,5%)	83 (23,6%)
	Mais de 64	152	22 (14,5%)	46 (30,3%)	84 (55,3%)
Investir em infraestruturas para o desporto de recreação	15-24	69	2 (2,9%)	37 (53,6%)	30 (43,5%)
	25-64	351	23 (6,6%)	205 (58,4%)	123 (35,0%)
	Mais de 64	152	11 (7,2%)	64 (42,1%)	77 (50,7%)
Investir em infraestruturas para o turismo	15-24	69	7 (10,1%)	26 (37,7%)	36 (52,2%)
	25-64	353	30 (8,5%)	164 (46,5%)	159 (45,0%)
	Mais de 64	152	5 (3,3%)	39 (25,5%)	108 (71,1%)



<b>Licenciamento para ginásios e academias (privados)</b>	<b>15-24</b>	69	4 (5,8%)	34 (49,3%)	31 (44,9%)
	<b>25-64</b>	351	39 (11,1%)	172 (49,0%)	140 (39,9%)
	<b>Mais de 64</b>	152	19 (12,5%)	55 (36,2%)	78 (51,3%)
<b>Apoiar a construção de equipamentos desportivos escolares</b>	<b>15-24</b>	69	1 (1,4%)	21 (30,4%)	47 (68,1%)
	<b>25-64</b>	352	10 (2,8%)	95 (27,0%)	247 (70,2%)
	<b>Mais de 64</b>	152	3 (2,0%)	31 (20,4%)	118 (77,6%)
<b>Apoiar o desporto de alto rendimento</b>	<b>15-24</b>	69	4 (5,8%)	24 (34,8%)	41 (59,4%)
	<b>25-64</b>	353	61 (17,3%)	177 (50,1%)	115 (32,6%)
	<b>Mais de 64</b>	152	33 (21,7%)	43 (28,3%)	76 (50,0%)
<b>Apoiar o desporto profissional</b>	<b>15-24</b>	69	6 (8,7%)	18 (26,1%)	45 (65,2%)
	<b>25-64</b>	352	69 (19,6%)	152 (43,2%)	131 (37,2%)
	<b>Mais de 64</b>	152	30 (19,7%)	41 (27,0%)	81 (53,3%)
<b>Apoiar o desporto amador</b>	<b>15-24</b>	69	4 (5,8%)	18 (26,1%)	47 (68,1%)
	<b>25-64</b>	352	13 (3,7%)	132 (37,5%)	207 (58,8%)
	<b>Mais de 64</b>	152	5 (3,3%)	43 (28,3%)	104 (68,4%)
<b>Promover atividades desportivas de recreação</b>	<b>15-24</b>	69	2 (2,9%)	22 (31,9%)	45 (65,2%)
	<b>25-64</b>	350	8 (2,3%)	147 (42,0%)	195 (55,7%)
	<b>Mais de 64</b>	152	4 (2,6%)	46 (30,3%)	102 (67,1%)
<b>Promover grandes espetáculos desportivos</b>	<b>15-24</b>	69	1 (1,4%)	17 (24,6%)	51 (73,9)
	<b>25-64</b>	351	38 (10,8%)	149 (42,5%)	164 (46,7%)
	<b>Mais de 64</b>	152	22 (14,5%)	38 (25,0%)	92 (60,5%)

## **CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **6. Conclusões e Considerações Finais**

#### **6.1 Conclusões dos Inquéritos**

O acesso à prática desportiva constitui um direito do indivíduo, sendo a sua prática um sinal de promoção social, lugar de importância na vida da comunidade, apreciada por todas as faixas etárias e estratos sociais.

Assim, o desporto transformou a vida da população e evoluiu nas suas diversas práticas.

O desporto é hoje considerado um verdadeiro serviço público, prestado aos municípios, pelo que é indispensável uma estrutura orgânica e técnica de suporte, adequadas com os necessários meios humanos técnicos e materiais.

Cada município é um caso específico, cuja população tem determinados interesses, necessidades e motivações de acordo com a sua composição etária e social e até com a sua própria história.

O grande desafio reside na existência de projetos de ação e organização das práticas desportivas que suscitem atitudes práticas e saudáveis.

Pretendeu-se com este estudo caracterizar a situação desportiva do concelho, a intervenção da autarquia ao nível da promoção da atividade física e desportiva e o consumo desportivo da população, no qual se obtiveram as seguintes conclusões:

#### **Relação Sociocultural com o Desporto**

O conhecimento da relação sociocultural com o desporto prendeu-se com a análise dos seguintes indicadores: interesse pelo desporto, visualização de programas desportivos na televisão, assistir a espetáculos ou eventos desportivos, compra de jornais/revistas desportivas e interesse pelos acontecimentos desportivos no concelho.

Nas vertentes da análise de grupo, “interesse pelo desporto”, revelou que os sambrasenses interessam-se razoavelmente pelo desporto, sendo este mais elevado no género masculino.

No âmbito da visualização de programas desportivos na televisão, os resultados obtidos revelam que a maioria dos inquiridos, vê, “algumas vezes”, programas desportivos, sendo o género masculino o que o efetua com mais frequência.

No que se refere à assistência de espetáculos ou eventos desportivos, verificou-se uma predominância de se assistir “algumas vezes”, sendo o género masculino a fazê-lo com mais frequência.

Ao nível do consumo de imprensa desportiva escrita, a maioria dos inquiridos revelou “nunca” a consumir, sendo que os que o fazem, pertencem maioritariamente ao género masculino.

Por fim, ao analisar-se os acontecimentos desportivos, a população sambrasense, revelou interessar-se “algumas vezes”, e, segundo o género dos inquiridos, não parecem existir hábitos muito diferentes.

### **Participação Desportiva**

Neste ponto, analisou-se a participação desportiva relativamente aos seguintes aspetos: participação associativa, prática de atividade física com regularidade, modalidades praticadas, frequência, período do dia, nível de atividade física e prática da atividade física realizada no concelho.

No que respeita à participação associativa, os resultados obtidos revelaram que a grande maioria dos inquiridos não pertence a nenhum clube, associação, ginásio, ou academia do concelho, não existindo grandes diferenças segundo o género.

Ainda no que respeita à participação associativa, a variável “tipo de filiação”, apresenta as escolhas dos inquiridos relativamente à sua relação com clubes ou associações a que pertencem. Assim, analisámos as opções: “sócio”, “dirigente”, “praticante/atleta” e “mais do que uma função”. Concluímos que as opções “sócio” e “praticante/atleta” apresentaram maior expressão, o género masculino está mais presente nas categorias de “sócio” e “mais do que uma função”.

Quanto à prática de atividade física regular, a maioria dos inquiridos mencionou praticar algum tipo de atividade física regular, sendo o género feminino a praticá-la com maior regularidade.

Da análise efetuada às modalidades mais praticadas, concluímos que no universo dos indivíduos que praticam alguma atividade física com regularidade, a modalidade de maior destaque é a hidroginástica e a de menor destaque é o BTT. Salientamos ainda que, a grande maioria destes indivíduos mencionaram que praticam regularmente mais do que uma modalidade desportiva.

Resultante da análise às várias modalidades praticadas consoante o género, verifica-se que os inquiridos femininos praticam mais ginástica e hidroginástica do que os masculinos. Por outro lado, são os masculinos que têm o hábito de praticar mais do que uma modalidade.

Ao analisar-se a frequência e periodicidade da prática desportiva, a maioria dos inqueridos manifestou que o hábito mais comum é a prática de “uma a duas vezes por semana”, maioritariamente pelo género feminino. No entanto, o género masculino está mais representado nas categorias de “três vezes por semana” e de “quatro ou mais vezes por semana”. Maioritariamente, a prática ocorre no final do dia ou pela manhã, muito embora esta última seja com menor expressão. É de referir, que à medida que a idade dos inquiridos aumenta, a prática do exercício físico tem tendência a deslocar-se do final para o início do dia.

Ao nível da prática desportiva a grande maioria realiza-a no âmbito da manutenção e da recreação, sendo a prática federada menos expressiva. No entanto, analisando ao nível da faixa etária, apuramos que é no escalão etário 25-64 anos, que o género masculino assume maior representação.

Conclui-se assim, que à medida que a idade dos inquiridos aumenta, a prática de exercício físico federado tem tendência a diminuir, tendendo por ventura, a deslocar-se para a prática de manutenção.

Por último, a grande maioria das pessoas que referiu realizar exercício físico com regularidade, fá-lo no concelho, sendo o género feminino o que se evidencia mais.

É de referir qua à medida que a idade aumenta, a atividade física é realizada no concelho. Para os indivíduos que a realizam fora do concelho, o principal motivo é a ausência de oferta.

### **Relação Institucional com a Prática Desportiva**

Neste ponto, analisou-se a relação institucional dos inquiridos com a prática desportiva, relativamente aos seguintes aspetos: local de prática, condições existentes para a prática, forma de deslocação e gasto mensal.

A grande maioria dos inquiridos pratica atividade física com mais frequência em instalações desportivas municipais. O género feminino utiliza mais instalações públicas que o género masculino. A prática em espaços naturais/serra/mar, é bastante mais expressiva nos homens.

É de referir que nos inquiridos com mais de 64 anos, a prática de atividade física é menos frequente nos espaços naturais e mais frequente nas instalações públicas.

As condições para a prática desportiva são consideradas como boas (55,5%).

A grande maioria desloca-se para o local da sua prática desportiva utilizando veículo próprio ou a pé, demorando no máximo dez minutos no trajeto. Constatamos ainda que a referida maioria, revela gastar entre 10 a 25 euros mensais.

### **Motivação para a Prática Desportiva**

Neste ponto, analisou-se o passado desportivo dos inquiridos relativamente aos seguintes aspetos: tempo e motivo de abandono da prática desportiva, motivação para iniciar uma modalidade desportiva e razão pela qual ainda não o fez.

A maioria dos inquiridos revelou nunca ter praticado uma modalidade desportiva que tenha abandonado, sendo o género feminino que apresenta um menor número relativamente ao abandono de modalidade desportiva anteriormente praticada. Salientamos que à medida que a idade dos inquiridos aumenta, a probabilidade destes terem praticado alguma atividade desportiva que tenham abandonado é menor.

Entre as modalidades abandonadas, a mais popular é o futebol, nos masculinos, e a ginástica, nos femininos. A grande maioria abandonou a modalidade desportiva anterior há mais de três anos, por motivos profissionais ou escolares e por falta de tempo.

Nos inquiridos femininos, os principais motivos de abandono foram razões familiares, doença, falta de instalações desportivas e motivos financeiros, enquanto que os masculinos invocaram o aumento da idade e motivos profissionais ou escolares.

Ao nível da predisposição para retomar ou iniciar uma prática desportiva, cerca de 58,4% mencionou que não gostaria de voltar a praticar ou iniciar uma atividade desportiva. Apenas 41,6% manifestou interesse em reiniciar/iniciar, não o tendo feito até ao momento por motivos relacionados com a falta de tempo, falta de motivação, dificuldade em encontrar companhia e aumento da idade.

Quanto às modalidades mais populares para o início/reinício de uma atividade desportiva destacam-se, no género masculino, a prática de “várias modalidades”, enquanto que no género feminino evidencia-se a ginástica como uma das preferidas.

### **Condições para a Prática Desportiva**

Neste grupo, analisou-se a opinião dos munícipes em relação às condições existentes no concelho para a prática desportiva, instalações insuficientes e outras que deveriam ser construídas, bem como, possíveis áreas de intervenção do município.

Relativamente às condições para a prática desportiva no concelho, os inquiridos avaliam todos os aspetos de forma positiva, verificando-se uma clara concentração de respostas nas opções “Razoável” e “Bom”.

Destaca-se que os aspetos avaliados de forma mais positiva foram a: Qualidade da oferta de instalações desportivas; qualidade do acesso; horários de funcionamento; estado de conservação; qualidade dos materiais em uso; qualidade dos serviços prestados, recursos humanos ligados ao desenvolvimento desportivo e iniciativas desportivas por parte da autarquia para a população em geral. Por outro lado, o aspeto em análise, onde claramente as opiniões são menos favoráveis é o relativo à oferta de atividades desportivas, pelas entidades privadas, para a população em geral.

No que refere às necessidades de instalações desportivas inexistentes ou insuficientes, os inquiridos revelaram prioritárias: centros de desporto e aventura; espaços desportivos informais; pista de atletismo e equipamentos desportivos nas áreas de recreação e lazer.

Por outro lado, instalações como piscina coberta, piscina descoberta, campo de futebol, pavilhão desportivo e ringue/polidesportivo são consideradas como suficientes pela maioria dos inquiridos.

Segundo os inquiridos, o município de São Brás de Alportel, deveria em termos de investimento na área do desporto privilegiar as seguintes áreas: zonas verdes e espaços de lazer, construção de equipamentos desportivos escolares, apoio ao desporto

amador, promoção de atividades desportivas de recreação e promoção de grandes espetáculos desportivos. Por outro lado os aspetos considerados menos importantes são os investimentos em grandes instalações desportivas e o investimento em instalações cobertas. Estas opiniões divergem segundo o género, também divergindo claramente nos inquiridos com idades compreendidas entre os 25-64 anos.

## **6.2. Análise e Conclusões dos Resultados da Entrevista Realizada ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador do Desporto**

### **1- Política Desportiva da Autarquia**

As autarquias, enquanto elementos representantes do poder central junto dos seus munícipes, têm uma função determinante no desenvolvimento dos seus concelhos em todas as áreas e nomeadamente no desporto.

O papel das autarquias assume uma função muito importante na vida quotidiana dos seus munícipes.

Nas últimas décadas, a intervenção das autarquias no desenvolvimento desportivo concelhio e nacional tem sofrido uma constante evolução. Segundo Constantino (2006), “esta tendência acentuar-se-á no futuro, aumentando progressivamente a participação das autarquias nos processos de desenvolvimento desportivo local, ao sentirem-se politicamente vinculadas e responsabilizadas por criarem condições para que os cidadãos das respetivas comunidades tenham acesso às atividades físicas e desportivas”. Por outro lado, esta evolução foi motivada também, pelas aspirações e expetativas das populações e pela transferência de competências, com vista a uma descentralização do poder local.

As competências das autarquias no desenvolvimento desportivo abrangem um conjunto assinalável de matérias e responsabilidades e devem de assentar num princípio que possibilitem, segundo Constantino (2006), “a criação de condições que permitam às populações comportamentos fisicamente ativos e um estilo de vida onde esteja incorporada uma forte componente de atividade física e desportiva”, subordinando as restantes dimensões da prática desportiva a esse objetivo.

Contemplando a realidade atual, verificamos que as autarquias integraram o desporto no seu leque de prioridades (Pereira, 2009), assumindo um papel social fundamental e de extrema importância no contexto desportivo nacional (Moreira, 2003).

Assim, as autarquias são responsáveis por investir em projetos associados ao desporto, aprovar e fiscalizar a construções de infraestruturas, apoiar atividades e eventos, promover projetos desportivos indo de encontro às necessidades dos seus municípios.

Este leque de tarefas implica uma maior responsabilização nas decisões políticas que cada autarquia toma, uma vez que, os meios utilizados, nomeadamente os financeiros são muito limitados.

Como referido anteriormente, as políticas desportivas de uma autarquia, devem assentar num princípio de serviço público de qualidade, dirigido à população em geral e estabelecendo parcerias com outras entidades, nomeadamente do associativismo desportivo e do ensino, com vista a uma generalização do acesso à prática desportiva.

Devem ser enquadradas com a situação específica do concelho e ter em conta as características da sua população e as suas condições socioeconómicas. Por outro lado, devem de ter em atenção as motivações para a prática desportiva dos diferentes grupos etários, promovendo o acesso a uma prática desportiva variada e promotora de uma melhor qualidade de vida das populações.

Deste modo, considerando a importância reconhecida à autarquia iremos analisar as respostas desencadeadas pelos decisores na promoção do desenvolvimento desportivo no município de São Brás de Alportel.

### **Categoria 1 – Política Desportiva na Autarquia**

Nesta categoria pretendemos analisar qual a política desportiva na autarquia, quais os objetivos estratégicos e as principais dificuldades para prossecução do preceito constitucional.

Os dois entrevistados neste estudo, quando questionados acerca da política desportiva na autarquia referiram que os três principais objetivos são: *“Em primeiro lugar, uma oferta desportiva transversal e abrangente para toda a população desde a mais tenra idade aos seniores. Em segundo lugar, desporto acessível para todos, em todas as vertentes, quer a nível financeiro, quer a possibilitar a prática do desporto*



*quando as pessoas tiverem tempo livre para o fazer, criando os equipamentos que temos criados, que estão disponíveis para a população a qualquer momento.*

*Em terceiro, formação desportiva acima de tudo, para que as pessoas possam praticar desporto com formação, com qualidade, sem cometer erros.*

*Formação para os mais jovens, desporto acessível a todos, transversal para toda a oferta desportiva para todos os cidadãos de todas as idades, todas as classes sociais e económicas e a diversidade da oferta desportiva. Estes são os três pontos, falando assim de uma forma geral.”*

Os autarcas atribuem elevada importância à política desportiva no concelho, visto que uma das suas principais preocupações são “... *para nós é essencial a qualidade de vida da nossa população. Qualidade de vida é aliada à saúde e sabemos que o desporto está intimamente ligado a esta linha orientadora, que é a qualidade de vida de todos. A prática de desporto é extremamente importante para a condição física e para a saúde psicológica também, da população, promovendo o convívio e tudo isso. E se queremos uma população saudável física e psicológica, o desporto é extremamente importante para nós. Não o desporto na competição, que para nós os resultados são secundários.*”

Quando questionados acerca do papel liderante da autarquia na promoção desportiva do município referem que: “*é através da autarquia que as associações desportivas funcionam e mais importante de tudo é a colaboração que a autarquia dá no desporto escolar, nas escolas, no pré-escolar, sem ser uma obrigação da autarquia, sem ser curricular, estarmos a fomentar a prática do desporto logo no pré-escolar, para que as crianças fiquem mais sensibilizadas para a prática do desporto, para a importância do desporto, porque sabemos que na formação e sensibilizando os mais novos para a prática do desporto daqui a 10, 15 anos temos jovens a praticar desporto e vamos tendo a população a praticar cada vez mais desporto.*”

Os entrevistados referem que a autarquia, para medir a importância da aplicação das políticas públicas no concelho, baseia-se em indicadores quantitativos: “*Pela quantidade de praticantes das várias modalidades que temos no concelho, aplicamos critérios para definir os apoios que damos às coletividades, tanto nas desportivas, como nas culturais, dentro do plano de apoio ao associativismo, que passa por vários critérios que são logo definidos. Passa por o número de atletas, escalões, as idades, as modalidades, o número de modalidades, o apoio que é necessário às vezes para*

*modalidades específicas, a quantidade de vezes por semana que praticam. Depois, quanto a prática de desporto livre, não temos indicadores reais.”*

Quando questionados acerca das principais dificuldades na implementação da Política Desportiva municipal, referem: “... *são financeiras, num investimento para a criação de condições melhores para a prática do desporto, e na despesa corrente para podermos financiar da melhor forma, para contratar mais técnicos e podermos ajudar as associações a fazerem um trabalho melhor.*”

Quando questionados acerca da percentagem de orçamento municipal para o desporto, mencionam: “*Nós apoiamos cerca de..., quase aproximado de 10% das transferências do nosso orçamento, mas inclui aqui as culturais e dos bombeiros, também.*”

Afirmam que “*São Brás de Alportel ainda não possui Carta Desportiva e que estão com intenções de a elaborar*”.

O Sr. Presidente, quando questionado acerca das metas para este mandato, no que respeita a instalações desportivas, salienta: “*Já fizemos tudo o que tínhamos a fazer, faltando apenas a continuação do circuito de marcha e corrida, junto à circular e a pista de pump track.*”

Ainda no que concerne à questão da evolução em matéria de equipamentos desportivos no concelho, nos últimos 10 anos, referiu: “*Dois minicampos sintéticos de futebol, um campo grande, sintético, de futebol, piscinas cobertas, quatro campos de ténis novos, centro de marcha e corrida, os percursos pedonais e de BTT, os circuitos que são os da serra e do barrocal.*”

Verifica-se no discurso dos responsáveis políticos uma preocupação para com a generalização da prática desportiva a toda a população.

Os entrevistados identificaram os três principais objetivos da política desportiva do município. Estes consideram fundamental promover a prática desportiva direcionada para a generalidade da população, desde os mais jovens à população sénior.

Consideramos que no primeiro ponto, os autarcas enquadram-se num dos principais objetivos da política desportiva de uma autarquia, permitindo o acesso à participação desportiva dos munícipes e elevando a qualidade dessa participação, criando para isso maiores e mais fáceis condições de acesso às atividades desportivas, ao maior número de pessoas, de diferentes grupos etários e sociais. Promovendo a

qualidade de vida, aliada à saúde, de modo a que os mesmos sejam saudáveis física e psicologicamente.

Dando cumprimento a outra das suas obrigações legais e políticas, a autarquia promove, junto das escolas do concelho, um apoio fundamental às suas atividades.

Segundo Constantino (1994), “deve ser preocupação dos municípios, apresentarem-se, no quadro e limite das suas possibilidades, na situação de disponibilidade para apoiarem, estimularem e congregarem, vontades, meios e recursos suscetíveis de melhorar a oferta de condições para a prática do desporto no interior da escola, cooperando com o organismo institucionalmente responsável para o fazer”.

Assim sendo, o município assegura o cumprimento das Atividades de enriquecimento curricular à população do Pré-escolar, do 1º Ciclo do Ensino Básico e apoia também algumas iniciativas desenvolvidas do desporto escolar.

A Lei de Bases da Atividade Física e Desporto, refere que as políticas desportivas municipais devem envolver-se através de processos de cooperação entre a autarquia e os diferentes atores sociais do concelho, sejam eles públicos ou privados.

Tendo em conta as suas responsabilidades políticas, um dos objetivos de qualquer Câmara Municipal, no âmbito do desporto, deve ser no sentido de “*estimular e incentivar a prática ao Associativismo, proporcionando aos clubes, às coletividades e a outras entidades que se dedicam à promoção do desporto, condições e meios para a melhoria da qualidade e incremento dos serviços que prestam à comunidade*” (Pereira, 1997).

Assim sendo, Carvalho (1994), defende que as autarquias devem prestar “*um apoio direto e intenso ao Movimento Associativo Local*”, sendo este um meio fundamental para o desenvolvimento desportivo de um concelho.

Neste sentido, a Câmara Municipal de São Brás de Alportel, tem realizado um apoio fundamental ao associativismo e às coletividades desportivas e culturais.

Num quadro de recessão económica por todo o país, as principais dificuldades na implementação da Política Desportiva Municipal, tendem a ser financeiras. Essa recessão leva a que se assista a uma crescente preocupação por parte dos autarcas.

Como em outras áreas, o desporto é um direito constitucional, que responsabiliza o Estado a promover e estimular a sua prática, comprometendo as autarquias, a ter um papel ativo na procura de soluções para os problemas desportivos.

Os elementos estruturantes no quadro legal da competência das autarquias face ao desporto então definidos em dois documentos fundamentais: a Lei das autarquias e

na Lei de Bases da Atividade Física e Desporto. Nas atribuições e competências das autarquias, o desporto surge como uma das necessidades fundamentais das comunidades, sendo imperativo ao poder autárquico a criação de políticas de desenvolvimento desportivo, no sentido de responder de forma eficiente a tal desiderato.

Contudo, o desporto só pode ser um direito de todos se houver capacidade de resposta às reais carências da população, onde todos possam usufruir da prática desportiva. Para tal, é necessário a criação de meios fundamentais ao desenvolvimento das atividades. Os orçamentos públicos, cada vez mais reduzidos, levam a uma definição mais rígida das prioridades, e, por consequência, a um maior dirigismo da parte dos poderes públicos. O papel dos poderes públicos no que respeita às infraestruturas desportivas passa pela necessária e urgente redefinição das conceções e utilização, sendo que no atual quadro sociopolítico, privilegiar a noção de rentabilidade não é uma situação fácil de operacionalizar.

De acordo com o Artigo 9.º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, esta determina a elaboração da Carta Desportiva Nacional, contendo o cadastro e o registo de dados e de indicadores que permitam o conhecimento dos diversos fatores de desenvolvimento desportivo, tendo em vista o conhecimento da situação desportiva nacional, nomeadamente quanto a: a) Instalações desportivas; b) Espaços naturais de recreio e desporto; c) Associativismo desportivo; d) Hábitos desportivos; e) Condição física das pessoas; f) Enquadramento humano, incluindo a identificação da participação em função do género.

Ao analisar a questão da inexistência da Carta Desportiva no concelho, entende-se por pertinente a elaboração desta, onde, por um lado, analisa-se a situação do Desporto no concelho, na vertente das instalações e das atividades desportivas, do movimento associativo desportivo e do desporto escolar e, por outro, apresentam-se propostas com vista ao desenvolvimento de uma rede hierarquizada de infraestruturas desportivas que seja o suporte de uma oferta desportiva, diferenciada e de qualidade, e que responda às reais necessidades dos munícipes.

Pereira (2009), salienta, também, que é dever das Câmaras Municipais realizar e divulgar estudos de âmbito alargado relacionados com a situação desportiva nos seus concelhos.

Deste modo, pretende-se que estes estudos se traduzam em importantes documentos de apoio às políticas a adotar.

No que respeita ao apoio documental, temos assistido que as autarquias podem realizar um excelente trabalho neste âmbito. As inúmeras publicações relacionadas com o desporto, elaboradas pelas autarquias, em muito contribuíram para a *“formação de inúmeros agentes desportivos e para uma renovada visão e entendimento do papel da Câmaras Municipais no desenvolvimento do desporto”* (Pereira 2009).

A autarquia de São Brás de Alportel, realizou nos últimos dez anos avultados investimentos no desporto, procurando colmatar uma carência efetiva da sua população. Estes investimentos, para além dos subsídios atribuídos às coletividades, traduziram-se na construção/requalificação de diversos equipamentos desportivos.

Segundo Pereira (1997), é da responsabilidade do município *“dotar o concelho de equipamentos e espaços com qualidade, adequados para a prática desportiva cultural e recreativa de todos”*. Constantino (1994) refere que uma das medidas estratégicas a seguir pelas autarquias deve ser no sentido de criar *“infraestruturas com impacto direto sobre o crescimento desportivo”*, pelo que, *“entre os diferentes fatores de desenvolvimento desportivo de um concelho ou de uma freguesia este é um dos seus aspetos nucleares. Não sendo fator suficiente é, no quadro dos seus objetivos estratégicos pretendidos, quase sempre um fator decisivo”* (Carvalho, 1994).

Comprovamos então que a autarquia cumpre as suas obrigações legais e políticas a nível de política desportiva municipal.

Efetiva-se em pleno o desporto para todos, a todas as idades e estratos sociais, o apoio ao associativismo, às escolas do concelho, a projetos e eventos.

Concluímos que existe uma grande sensibilidade, por parte dos responsáveis pelo desporto no concelho de São Brás de Alportel, para desenvolverem políticas desportivas que garantam a todos o acesso ao desporto e à atividade física. Pois, tal como referiu Nunes (1999), uma *“verdadeira política desportiva municipal, deve expressar-se no princípio de permitir a cada munícipe o acesso ao maior número de práticas dentro de um quadro humanizador, manifestando-se em todos os níveis de acordo, com os interesses e potencialidades de cada um”*. Só assim a missão das câmaras municipais em matéria de desporto é cumprida na sua plenitude.

## **Categoria 2 – Oferta Desportiva**

Nesta categoria iremos identificar as ofertas desportivas promovidas pela autarquia que contribuem para o bem-estar e qualidade de vida da sua população.

Os dois responsáveis políticos da autarquia, quando questionados acerca das ofertas desportivas que a Câmara Municipal disponibiliza aos seus munícipes, referem: *“... natação e atividades aquáticas, dança, ballet, patinagem, ginástica acrobática, ginástica de manutenção, BTT, basquetebol, futebol, artes marciais, tai chi, Pilates, ténis, caminhadas, entre outras, sendo a Câmara a financiar todas estas atividades.”*

Os entrevistados consideram o papel da iniciativa privada no desenvolvimento do desporto a nível do Concelho: *“É baixa, muito baixa, só há muito pouco tempo, há poucos anos, é que começaram a surgir alguns ginásios privados, pois de resto não há iniciativa privada. Há um apoio dos privados em termos de patrocínio a alguns clubes, mas nota-se cada vez menos por causa das condições financeiras, apoios em termos de publicidade, porque apoios diretos não dispõem de nada.”*

Se a política desportiva indica o rumo a tomar e quais as metas a atingir, e se o investimento determina os seus limites, as atividades desenvolvidas constituem os meios responsáveis pela concretização de objetivos definidos. O número, o tipo e dimensão das atividades desportivas desenvolvidas num concelho é, em muitos casos, determinado pelos apoios das autarquias.

Estes apoios podem ser de diversa natureza: financeiro, logístico, recursos humanos e materiais.

A sua natureza deriva da orientação da política desportiva autárquica e todas as opções tomadas devem visar a rentabilização social e desportiva dos diferentes equipamentos.

Assim sendo, devem estar de acordo com o número e tipo de equipamentos desportivos, com o orçamento disponibilizado e pelo número e tipo de recursos existentes.

As atividades devem estar de acordo com as necessidades e aspirações dos diferentes agentes desportivos e da população em geral, procurando um desenvolvimento desportivo sustentado, oferecendo um leque variado de iniciativas e eventos.

É necessário realizar uma avaliação rigorosa de todas as atividades desenvolvidas, procurando desta forma, realizar os ajustes necessários para o sucesso das mesmas.

Verificamos que as ofertas desportivas existentes no concelho têm um elevado apoio da autarquia, Carvalho (1994) refere ser da responsabilidade de uma autarquia *“promover a organização específica de projetos de atividades, que possam fornecer respostas adequadas às necessidades dos grupos da população que não se encontram integrados em qualquer tipo de instituição, ou tenham especiais dificuldades de integração”*.

Para além dos apoios às atividades de lazer e recreação, ao associativismo desportivo, às atividades de enriquecimento curricular e aos projetos dos seniores, a Câmara Municipal apoia anualmente três eventos, a nível nacional, mundial e regional, a saber:

- PROVA DA TAÇA DE PORTUGAL DE Downhill, a prova da Taça de Portugal, uma competição oficial da União Velocipédica Portuguesa /Federação Portuguesa de Ciclismo (UVP/ FPC);
- VODAFONE RALLY DE PORTUGAL, que integrou mais uma vez o Mundial de Rallys, acolhendo a realização de 2 classificativas;
- Marcha-Corrida Regional.

Além disso, a autarquia tem apoiado um conjunto alargado de atividades desportivas e culturais, no âmbito do desporto de competição. Estes apoios foram sobretudo financeiros e logísticos.

Importa realçar um aspeto determinante, e que está de acordo com a política desportiva definida pelo município: o Plano Municipal de Apoio ao Associativismo.

Este Plano tem em consideração que as associações locais são parceiros privilegiados da autarquia, no desenvolvimento do município e na promoção da qualidade de vida dos sambrasenses, designadamente através do desenvolvimento de atividades desportivas, culturais e recreativas, e outras, dirigidas à população do município; merecendo por isso o apoio do Município. Este visa um conjunto de objetivos: aumentar a oferta de atividades ao dispor da população, incrementar a formação cultural e desportiva, melhorar as infraestruturas públicas e promover a dinâmica associativa do concelho.

O Plano estabelece os princípios base dos apoios financeiros a atribuir pela Câmara Municipal, os quais constam dos contratos programa, a assinar entre a Câmara Municipal e um conjunto de associações.

No caso das associações que desenvolvem atividade desportiva, o apoio da autarquia visa promover esta mesma, no âmbito da formação e da competição; melhorar as infraestruturas desportivas e condições da prática desportiva no concelho; melhorar os serviços prestados à população, na área do desporto; promover a realização de eventos desportivos; e contribuir para a autonomia, modernização e estabilidade financeira das associações.

Deste modo, constituem critérios de atribuição de apoios financeiros: as modalidades e escalões desenvolvidos, o nível de competição, o número de atletas, o quadro técnico, as infraestruturas e viaturas próprias, as atividades formativas e a organização de eventos desportivos, bem como a realização de outras atividades, de carácter cultural ou outro.

O apoio prestado pela autarquia não se resume apenas à atribuição de subsídios financeiros destinados à dinamização de atividades desportivas, à construção de infraestruturas próprias e aquisição de viaturas, mas contempla também um conjunto de apoios logísticos.

O Plano Municipal de Apoio ao Associativismo contempla ainda apoios a duas associações que constituem casos específicos: casos da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de São Brás de Alportel, cujo objetivo é, contribuir para o funcionamento do Corpo dos Bombeiros de São Brás de Alportel, contribuir para a melhoria e modernização das infraestruturas e viaturas, contribuir para a melhoria dos serviços prestados à população e contribuir para o importante trabalho de prevenção e combate de incêndios florestais; e o caso da Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel, cujo apoio da Câmara Municipal, visa garantir o funcionamento do Museu do Trajo.

Segundo estabelece o protocolo, a Câmara Municipal reserva-se ainda ao direito de apoiar outras associações, de âmbito local ou outro, por reconhecer que o seu trabalho se reveste de importância para o Município.

Durante a década de noventa surgiram as instituições desportivas privadas.

Aumentou o número de ginásios, escolas de desporto, nomeadamente de futebol, ginástica, entre outras, que vieram satisfazer uma procura diversificada de prática desportiva.



Este facto, veio realçar dois aspetos: o primeiro refere-se ao desenquadramento entre as necessidades da população e as ofertas desportivas; o segundo refere-se à crescente desigualdade de oportunidades no acesso a essas práticas desportivas, porque se exige um custo financeiro, que uma parte da população não pode pagar.

Esta é uma nova realidade que o poder político central e local tem de ter em consideração, não apenas no plano das intenções, mas nas suas opções políticas de forma a democratizar o acesso à prática desportiva.

Segundo Pires e Correia (2007), *“para que o desenvolvimento do desporto se concretize com um destino e um planeamento que dê origem a equilíbrios territoriais e, numa perspetiva de equidade, à inclusão dos mais diversos estratos populacionais, as políticas públicas têm de decorrer de conhecimento sistemático das realidades, única forma de sobre as mesmas atuar de forma racionalizada e projetada”* e com o objetivo de promover *“acréscimos de prática desportiva nas modalidades e práticas estrategicamente definidas, na base e na elite desportiva, nos estratos populacionais mais desafetos da prática (perspetiva de inclusão) e em todas as regiões do território nacional”*.

Quanto à questão da iniciativa privada no desenvolvimento do desporto a nível do concelho, surgiram algumas instituições desportivas privadas, nomeadamente ginásios, que acabaram por encerrar.

Quando confrontamos a oferta desportiva da autarquia com a oferta de outros agentes do desenvolvimento desportivo, instituições privadas, consideramos que com o vasto leque de oferta desportiva municipal, os ginásios não vingaram, pois a população encontrou correspondência nas ofertas desportivas da autarquia.

### **Categoria 3 – Desenvolvimento Desportivo**

Esta categoria fundamenta-se por ser nosso interesse conhecer objetivamente que tipo de apoios concede a autarquia, para que os munícipes tenham uma atividade física e desportiva com maior quantidade e melhor qualidade.

O Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador do Desporto consideram que a política pública implementada, as articulações feitas com organismos desconcentrados do estado, nomeadamente nas áreas da saúde, educação, da deficiência e do desporto sénior são: *“Nas áreas da saúde, com o centro de saúde e com a administração regional de saúde algumas atividades conjuntas que se interligam com o programa de*

*combate à obesidade e que depois se interligam com o desporto escolar, envolvendo todas as escolas e é ainda articulado com o Instituto de Desporto, e, depois, existem mais algumas atividades que têm sido pontuais, como a atividade que foi desenvolvida na piscina coberta, que foi a atividade do batismo de mergulho para pessoas com deficiência, articulado com o centro de reabilitação física do sul.*

*No desporto sénior existem os programas com a Junta de freguesia, “Seniores em movimento” e “Coração Ativo” que procuram envolver todos os seniores do concelho, praticando hidroginástica e ginástica.”*

*Quanto à importância atribuída pelos autarcas às organizações desportivas do concelho e as experiências mais interessantes de cooperação institucional entre a autarquia e essas organizações, este consideram que: “Efetivamente é fundamental, temos um excelente exemplo que é uma colaboração entre uma associação que pratica o BTT e a autarquia. Essa associação é responsável por um evento no concelho, nomeadamente uma prova do calendário nacional de Downhill, e as funções dessa associação passam por tratar de uma série de situações inerentes ao evento, abrir a pista por exemplo, e nós tratamos da logística. É uma organização conjunta por exemplo. De forma geral é fundamental, claro, porque sabemos que o trabalho de voluntário é muito importante, no trabalho feito pelas coletividades acabamos por duplicar e triplicar o investimento no apoio que damos às associações ao trabalho de voluntário.”*

*Os entrevistados, quando questionados acerca do mapa de pessoal afetos à atividade desportiva no concelho, o número de técnicos, de quantos são técnicos superiores e relativamente ao facto do recrutamento de pessoal especializado ser uma dificuldade, referem: “O recrutamento de pessoal especializado é uma dificuldade. Dificuldade por questões financeiras. Temos seis funcionários no pavilhão, estando incluído o técnico de desporto que não é licenciado, nove funcionários auxiliares de serviços gerais e três assistentes operacionais, incluindo pavilhão e piscinas, três técnicos superiores de educação física, os professores contratados para as AEC’S, quatro professores contratados nas piscinas e uma fisioterapeuta.”*

*Consideram que as áreas mais importantes que têm que ser desenvolvidas no concelho são: “formar os dirigentes associativos que trabalham com o desporto, formar os técnicos, entre aspas que não são técnicos, os voluntários que trabalham nas associações em termos de desporto, dar-lhes formação para que eles possam prestar um bom serviço à comunidade, colocando a nossa população a praticar desporto de*

*uma forma correta. Dar um acompanhamento à população (...) para que as pessoas possam e saibam ter conhecimento da sua condição física e possam praticar desporto adequado à sua condição física e à sua idade.”*

*Por isso, temos que consolidar estas questões, em termos de infraestruturas e espaços físicos, temos feito um investimento muito grande nesta área: o polidesportivo, o centro de marcha-corrída, os campos de ténis, as piscinas cobertas, a marcação dos circuitos pedestres, dos circuitos de BTT. Temos criado condições físicas e condições técnicas. Temos que, de facto, investir um pouco mais na área da formação!”*

O Sr. Vereador considera que depois de dez anos em funções, entre as decisões tomadas, as que considera mais inovadoras em termos de desenvolvimento desportivo foram: *“Os seniores em movimento foi uma questão inovadora, colocámos pessoas com alguma idade a praticar atividade física e agora o centro de marcha e corrida interligando com o projeto do “Coração Ativo”. A natação ainda está a crescer. Mudámos hábitos da população, hábitos de prática desportiva, mudámos a mentalidade, realizando atividades para o seu bem-estar. Penso que aqui foi a maior valia que tivemos nisto. Os seniores em movimento promoveu muito esta ideia, o facto de estes saírem de casa, além de conviverem, têm a possibilidade de fazer atividade física.”*

As autarquias podem e devem patrocinar programas que tenham um significado estratégico, suscetíveis de irradiarem influências em várias direções. O município promove, organiza e desenvolve projetos, articulando-os com outras áreas, nomeadamente da saúde, educação, deficiência e desporto sénior. Neste caso, o projeto de combate à obesidade, que envolve escolas e o centro de saúde é, por tanto, uma mais-valia para o enriquecimento dos alunos, ensinando-os desde cedo a terem regras e hábitos alimentares, bem como hábitos desportivos.

Na política desportiva no concelho de São Brás de Alportel, podemos constatar a existência de projetos no âmbito da prática desportiva a pessoas com reduzida capacidade motora, promovendo atividades, aulas e eventos. O desporto, como meio de inclusão, favorece a integração e socialização destes indivíduos com necessidades específicas, pelo que entendemos ser necessário o desenvolvimento de projetos neste âmbito desportivo.

Cabe à autarquia promover e organizar, juntamente com as entidades públicas e privadas do concelho, atividades no âmbito do desporto adaptado, sejam elas de

natureza informal, não formal ou formal, sazonais ou permanentes, procurando responder às legítimas aspirações destes cidadãos.

Uma política desportiva para pessoas com necessidades específicas deve assentar *“numa ação transversal a ser concretizada pelos diferentes intervenientes sociais e que permita harmonizar e simplificar a ação concreta desde a iniciativa privada e social à intervenção pública do estado”* (Constantino, 2006).

Segundo Constantino (2006), *“a problemática dos cidadãos portadores de deficiência pede à sociedade políticas de discriminação positiva, que atendam à sua situação em especial e que procurem reduzir os fatores de desigualdade de oportunidades quanto à sua vida em sociedade”*.

Carvalho (1994) refere que deve ser propósito de uma autarquia, *“promover a utilização válida, do ponto de vista individual e social, do tempo livre de cada indivíduo, tomando em especial atenção as crianças, os jovens, idosos e deficientes”*

O projeto articulado entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, para seniores, tem por objetivo envolver todos os seniores do concelho, promovendo a prática da atividade física e desportiva para esta faixa etária. A consequência de um projeto desta natureza, é permitir o acesso universal à atividade física e desportiva.

O desenvolvimento de projetos desta natureza tem assim um papel importante na vida quotidiana desta população, tanto a nível da sua socialização, como das questões relacionadas com a saúde e qualidade de vida, constituindo, ao mesmo tempo, um fator de valorização pessoal, com a aquisição dos valores culturais associados a uma prática desportiva informal.

Carvalho (1994) defende ser um dos propósitos de uma autarquia *“pesquisar e promover formas tradicionais de atividade lúdica, e garantir que desempenhem uma importante função social, relacionadas com o património cultural da comunidade”*.

A relevância de um projeto desta natureza está, assim, plenamente justificada, porque para além dos aspetos sociais e culturais resultantes do convívio, permite uma atividade desportiva a uma população que, pelas condicionantes históricas, não teve a devida possibilidade de o fazer. Estas gerações mais velhas *“viram a sua entrada no mercado de trabalho em tenra idade, num ambiente cultural que dignava o trabalho e desprestigiava o espaço de lazer, não tendo havido sequer tempo para o contato com a atividade física ”* (Marivoet, 2002).

No que se refere aos recursos humanos, o município possui em cada infraestrutura, assistentes operacionais afetos ao mapa de pessoal, significando uma mais-valia para a qualidade dos serviços prestados à população.

Relativamente ao pessoal especializado, estão contemplados no mapa de pessoal, apenas três técnicos superiores de desporto. Salientamos que dos três técnicos, apenas um faz a gestão das piscinas coberta, sendo que os outros dois realizam atividades no pavilhão, na escola e nas piscinas.

No entanto, em regime de contrato para a lecionação das aulas nas piscinas cobertas, existem quatro professores e uma fisioterapeuta. Nas escolas do 1º CEB, contamos com sete professores de AEC's.

Salientamos que o pavilhão e restantes áreas do desporto no município, à exceção das piscinas cobertas, são coordenados por um técnico sem formação na área. Pereira (2009) refere que a *“formação é um importante fator de desenvolvimento do desporto que não deve ser descurado pelas Câmaras Municipais”*. Assim sendo, *“o desenvolvimento de uma política de formação desportiva deverá ter em consideração, a realização de parcerias com entidades vocacionadas para a respetiva área, especificamente as associações distritais e as federações nacionais das modalidades desportivas, as associações profissionais e os estabelecimentos de ensino superior”* (Pereira, 2009).

Assim, será um dever da administração local, estimular e colaborar com as iniciativas de formação direcionadas para os diversos agentes desportivos locais, através de colóquios, seminários, ações de formação, cursos técnicos, reciclagens ou congressos sobre os mais variados temas.

Vários autores têm salientado a importância da política de formação dos agentes desportivos, considerando que este é um fator impulsionador para uma melhor oferta da atividade desportiva (Carvalho, 1994; Duarte, 2005; Pires, 2000). Nunes (1999) acrescenta ainda, que, *“a formação é um aspeto fundamental na política da autarquia pois, permite a aquisição de conhecimentos e de valores de práticas sobre as práticas do desporto, entendidas como fenómeno social e cultural”*.

Verificamos que, a formação de agentes desportivos ainda não se efetiva tanto quanto se desejaria. Consideramos que, esta é uma área que o município deveria promover, uma vez que se revela fundamental para o melhor desempenho do movimento associativo, a vários níveis.

Consideramos que os contratos-programa são outra forma, fundamental, de a autarquia contribuir para o fomento e desenvolvimento do desporto local. No concelho de São Brás de Alportel, estão estabelecidos contratos-programa com associações e clubes.

Neste sentido, verificamos que são promovidas várias atividades resultantes destes contratos-programa, para as quais o município concede diversos apoios para o desenvolvimento desportivo do município.

Constantino (1994) refere *“que para haver desenvolvimento desportivo de um concelho ou de uma freguesia, entendido na sua vertente quantitativa e qualitativa, é fundamental a intervenção do poder local”*.

Consideramos que, as decisões tomadas pelo poder político da autarquia a nível de desenvolvimento desportivo do concelho foram decisões valiosas. Podemos concluir que o poder político se mostrou sensível às necessidades da sua população e que agiu de acordo com as mesmas.

Decisões essas que tiveram como objetivo a integração de toda a comunidade em projetos de prática desportiva informal, associada a valores como a saúde e o bem-estar, a valorização pessoal e social, a procura de novos desafios, o convívio, entre outros, em oposição ao modelo tradicional do desporto federado, onde os objetivos se centram no rendimento desportivo.

Tendo em conta estes fatores, os municípios devem ponderar com cuidado as suas decisões políticas, no que diz respeito aos investimentos e financiamentos a realizar.

As resoluções políticas, a tomar, devem de obedecer a dois critérios fundamentais: promover a prática desportiva junto da sua população concelhia; adequar essas políticas desportivas aos recursos existentes, nomeadamente os recursos financeiros.

O poder político local é confrontado com um cenário que apresenta de um lado os interesses específicos das suas populações, interesses esses que abrangem o associativismo desportivo, o desporto escolar, o desporto para seniores, o desporto para pessoas com algum tipo de deficiência, o desporto espetáculo, o desporto de recreação e lazer. Por outro lado é confrontado por um quadro financeiro limitado, que se caracteriza por uma situação de restrição orçamental e, que se reflete na quantidade e qualidade dos recursos disponíveis, nomeadamente financeiros, humanos e logísticos.

#### **Categoria 4 – Instalações Desportivas**

Pretendemos, com esta categoria, conhecer a diversidade das infraestruturas desportivas existentes e se respondem às necessidades e vontades desportivas da população.

Segundo os decisores políticos, com aumento da população a realizar cada vez mais atividade física, é considerado que as instalações começam a ser insuficientes, referindo: *“Já temos esta dificuldade, os pavilhões já estão completamente preenchidos, a piscina, em determinadas horas do dia, também. Em alternativa ao Pavilhão Municipal temos articulado com o pavilhão da escola Secundária, tendo encaminhado algumas associações para lá. Aliás, o projeto “Seniores em Movimento”, entre outros projetos, realiza lá a sua atividade física. Contamos com esse pavilhão como alternativa, mas acaba por neste momento já estar estrangulado.”*

Quando questionados acerca da conjuntura económica que o país se encontra, de que maneira estará a afetar ou poderá afetar a Política de desenvolvimento desportivo e se das instalações existentes haverá possibilidade de encerrar alguma, realçam: *“Para já não pensamos em encerrar, mas, efetivamente, se o governo tiver que fazer mais cortes, possivelmente não se aguentam as despesas correntes e para que não haja falência técnica dos municípios, estes vão ter que ser obrigados a encerrar serviços e despedir pessoas. Os equipamentos desportivos que temos no município acabam por levar uma fatia grande da despesa corrente. Embora, em São Brás de Alportel, esta situação, para já, não se coloca.”*

A atividade física e desportiva, seja ela formal ou informal, pressupõe instalações desportivas. Sem a existência destas, as referidas práticas, tornar-se-iam nos dias que correm, praticamente obsoletas ou impraticáveis.

Atualmente, importante será responder constantemente às necessidades e vontades desportivas dos cidadãos, concedendo-lhes espaços físicos e diversificados para uma prática motivadora e aprazível.

Os espaços para a prática da atividade física e desportiva são uma das questões principais, na intervenção das autarquias em matéria de desenvolvimento desportivo local.

Grande parte dos espaços para a prática da atividade física e desportiva, responde às exigências dos regulamentos das modalidades desportivas, pelo setor federado. Isto é sustentado pelas características que o desenvolvimento desportivo tem assumido no nosso país, não podendo contudo manter-se eternamente como modelo de organização do espaço para a prática do desporto, se tomarmos em atenção as alterações que se estão a verificar no interior do próprio sistema desportivo.

Portugal apresenta enormes carências em matéria das diferentes tipologias de equipamentos, o que permite adotar soluções de qualidade que valham sobretudo pelo *“valor estético das opções tomadas, pela flexibilidade e sobriedade das soluções, pela capacidade de utilização variada e pela economia de todos os elementos. E que sobretudo, respondam às necessidades de prática desportiva das populações”* (Constantino 1999).

O planeamento e a programação dos espaços para a prática desportiva, tem suscitado nos poderes políticos, e no sentido de dar uma resposta eficiente, alguma reflexão.

O planeamento em matéria de espaços para o desporto deve permitir atender às necessidades, mas será sempre necessário definir prioridades.

O planeamento dos espaços para o desporto tem de ser integrado no planeamento e ordenamento do território, de modo a que se concilie a ocupação equilibrada dos solos com a indispensável presença de espaços qualificados para o cidadão. A nível do município, qualquer plano estratégico no domínio dos espaços e equipamentos desportivos deverá *“estar articulado com o plano diretor municipal e outros instrumentos normativos de ordenamento do território, no qual se definam os elementos referenciais de programação e as condicionantes gerais a respeitar”* (Constantino 1999).

O Plano Diretor Local de infraestruturas desportivas é um documento de carácter público que recorre aos censos municipais de instalações e espaços existentes no momento da sua elaboração, e, por outro lado, à situação a que se pretende realizar. Terá um período de vigência, sendo desejável que recorra a uma temporização de ações a longo prazo, de oito a doze anos. Para a sua resolução em absoluto deverá contemplar as instalações desportivas de propriedade privada e das universidades, tendo em consideração os grandes polidesportivos e complexos desportivos que tenham um grande impacto nos cidadãos. Este plano constitui um elemento de carácter estratégico para o desenvolvimento desportivo local.



Este plano está subordinado ao Plano Geral de Ordenamento Urbano de cada município, como documento orientador, devendo adaptar-se de acordo com as diretrizes do Plano Diretor Autónimo das Instalações Desportivas de cada comunidade.

O Plano Diretor de infraestruturas desportivas desenha o suporte físico do sistema desportivo municipal, uma vez que se estabelecem prioridades das modalidades desportivas a desenrolar e a potenciar. Trata-se portanto de um plano de carácter estratégico, tanto na sua elaboração, como sobretudo na sua execução, cujo fim é o ordenamento do desporto, correspondente às infraestruturas da cada localidade, mas com influência nos planos físicos desportivos que estão previstos. Por conseguinte, a sua aprovação deverá ser prioritária e consensual pelos partidos políticos locais, como garantia do seu cumprimento a longo prazo.

As instalações desportivas públicas que se constroem no município deverão ser incluídas com antecedência no plano diretor, que está elaborado em base de programas de instalações e equipamentos.

As instalações desportivas integraram o quadro de análise do nosso estudo. Na entrevista realizada aos responsáveis pelo desporto no município, constatamos que numa primeira análise, ambos consideram as instalações no concelho como suficientes, mas, admitiram posteriormente que estas começam a ser insuficientes, devido à grande afluência da população, para a prática da atividade física e desportiva. Como atrás foi referido, os decisores salientam que a construção de mais instalações desportivas deste tipo não está planeada num futuro próximo. Referem sim, que existindo alternativas, algumas atividades são realizadas noutras instalações que não as do município, através de um protocolo com o Agrupamento Escolar.

A implementação do Parque de Desporto e Lazer de São Brás de Alportel, definido em Plano Diretor Municipal, constitui o mais importante objetivo desta estratégia, visando dotar o município de um conjunto diversificado de infraestruturas desportivas e espaços de lazer.

Dado tratar-se de um projeto de grande envergadura, é concretizado faseadamente:

1. Fase: Piscinas Municipais Cobertas
2. Fase: Campo de Futebol Municipal em relvado sintético
3. Fase: 4 Novos Campos de Ténis Municipais
4. Fases posteriores:

- Circuito de Manutenção;
- Parque e Zona de Desporto Livre;
- Campo de Petanca;
- Zona de Desportos Radicais.

Salientamos que neste momento, as quatro fases foram já concretizadas, faltando apenas a continuação do circuito de manutenção e a zona de desportos radicais.

Analisando a realidade do concelho, é visível a existência de uma enorme quantidade de estruturas direcionadas para a prática da atividade física e desportiva de base recreativa.

Uma das grandes preocupações dos autarcas, devido à conjuntura económica do país, é o encerramento de uma das instalações, devido aos cortes orçamentais do governo.

No que concerne à gestão das instalações, é necessário ponderar previamente as necessidades da população e os modelos de gestão mais adequados, com vista à manutenção dos mesmos e a uma efetiva acessibilidade por parte da população, à prática desportiva. Estes modelos de gestão devem possibilitar um custo reduzido para o cidadão, cumprindo ao mesmo tempo, os parâmetros necessários a um serviço de qualidade, pelo que *“no domínio dos equipamentos desportivos municipais a posição das câmaras municipais deverá ser de grande abertura e flexibilidade admitindo para os diferentes equipamentos todas as possibilidades de modelos de gestão”* (Constantino, 1990). No pressuposto que *“a gestão pública dos equipamentos requer a procura de equilíbrio entre as receitas e as despesas de manutenção, mesmo que isso exija a adoção de taxas moderadoras face a certo tipo de utilizadores. O que supõe um conhecimento muito preciso da realidade e uma cuidadosa planificação dos horários, tipos de utilização e quantidade de utilizadores”* (Constantino, 1990).

No concelho de São Brás de Alportel, verifica-se a adoção da gestão direta. As instalações desportivas são geridas de acordo com este modelo. O município disponibiliza o acesso das diferentes coletividades às instalações para o desenvolvimento das suas atividades, o mesmo se passa quanto à população em geral.

Importa aqui referir que a escolha do modelo de gestão a utilizar, deve de estar de acordo com a natureza do equipamento e das atividades que promove, tendo em conta a população a que se destina e a relação entre os benefícios e custos.

Por último, ao questionarmos o Sr. Presidente da Câmara, relativamente a este estudo e aos questionários realizados à população, e as expectativas que tem em relação aos mesmos. O Sr. Presidente afirma: *“Por acaso, pessoalmente, tenho uma grande expectativa que estes questionários sirvam de base, não só a gerar informação para podermos efetivamente daqui a algum tempo realizar a Carta Desportiva, mas por outro lado que sejam o primeiro passo para que possamos também começar a olhar o desporto de outra forma, a aferi-lo, a monitorizá-lo, a termos resultados anuais, mensais, para podermos depois melhorar a respostas que temos, não para criarmos muito mais respostas novas, mas para consolidar as existentes e o trabalho que tem sido feito e rentabilizar o melhor possível os equipamentos existentes.”*

Pretendemos que este estudo sirva de base para um processo de planificação, visando a tomada de medidas fundamentadas, de modo a que objetivos bem definidos conduzam a uma ambicionada evolução do desenvolvimento desportivo no município.

Um plano estratégico é um instrumento vital para a definição de linhas de ação que devem de orientar o município na intervenção no que respeita ao desporto. Constitui ainda, uma ferramenta que visa o desenvolvimento desportivo desejado.

É nosso objetivo, sensibilizar os responsáveis pelo desporto da autarquia de São Brás de Alportel, para a realização da Carta Desportiva.

Pereira (2009) afirma que também *“é dever das Câmaras Municipais realizar e divulgar estudos de âmbito alargado relacionados com a situação desportiva nos seus concelhos, nomeadamente a Carta Desportiva, contendo nela: Carta do Associativismo desportivo; Carta dos Equipamentos Desportivos Artificiais; Carta dos Espaços Naturais para a Prática do Desportiva; Carta da Procura da prática Desportiva; Carta do enquadramento Humano do Desporto; Carta da Condição Física da População.”*

Pretende-se que estes estudos se traduzam em importantes documentos de apoio às políticas a adotar.

No que respeita ao apoio documental, temos verificado que as autarquias podem realizar um excelente trabalho neste âmbito. As inúmeras publicações relacionadas com o desporto, realizadas pelas autarquias, em muito contribuíram para a *“formação de inúmeros agentes desportivos e para uma renovada visão e entendimento do papel das Câmaras Municipais no desenvolvimento do desporto”* (Pereira, 2009).

### 6.3. Considerações Finais

O papel das autarquias locais sofreu um enorme desenvolvimento nas últimas décadas do século XX e na primeira década deste século.

Este desenvolvimento verificou-se ao nível das suas atribuições e competências, tendo sido acompanhado por uma evolução do quadro legal existente e por um reforço financeiro significativo.

As autarquias têm responsabilidades acrescidas nos diversos domínios da gestão autárquica, nomeadamente no desporto.

Assistimos a um crescente envolvimento dos municípios na vida ativa dos seus concelhos, sendo fundamental para o desenvolvimento desportivo dos mesmos.

Por sua vez, o movimento associativo desempenha um papel importante na atividade física e desportiva do município.

A ação dos clubes desportivos tem sofrido um desgaste enorme devido às mutações sociais das populações, assim sendo, consideramos que o movimento associativo tem de reformular a sua filosofia desportiva. Terá que dar resposta às diferentes exigências de um público cada vez mais sedento de outras experiências e vivências desportivas. O direito do desporto é de todo o cidadão, logo as condições de acesso e de prática não puderam ser forçosamente medidas apenas pelas formas tradicionais de representação associativa.

A base do sistema desportivo tem de passar a ser o cidadão. Constantino (2006) refere que *“sendo a estrutura associativa uma forma, entre outras, de representação desportiva. A adoção de estratégias tendo em vista o desenvolvimento desportivo, subentende a capacidade de atingir-se um nível desportivo pré definido, sendo este um dos fatores avaliativos das políticas desportivas.”*

As populações das sociedades contemporâneas apresentam motivações diversificadas, apresentando um quadro geral muito variado e com interesses particulares.

Assistimos hoje em dia a uma preferência pela atividade física e desportiva informal, associadas a valores como a saúde e bem-estar, a valorização pessoal e social, à procura de novos desafios, ao convívio, entre outras, em oposição ao modelo tradicional do desporto federado, onde os objetivos se centram unicamente no rendimento desportivo.

O desporto é um direito constitucional, logo responsabiliza o poder político de uma autarquia, de tentar por todos os meios que se encontram ao seu alcance, ser capaz de responder às necessidades e induzir a prática desportiva a todos os cidadãos.

Promover a formação e a prática desportiva nas escolas do ensino Básico, no sentido de criação de hábitos desportivos, criando-se condições para os jovens, ao longo da sua vida, não só reproduzirem o hábito desportivo, como escolherem as melhores formas de o desenvolver.

Pretende-se contribuir para um processo de planificação, com medidas fundamentadas e objetivos bem definidos, conduzindo a uma viável evolução.

Um plano estratégico é um instrumento vital para a definição de linhas de ação que devem de orientar o município na intervenção, no que respeita ao desporto, e constitui uma ferramenta para que se possa alcançar o desenvolvimento desportivo desejado.

Em conclusão, o desenvolvimento desportivo deverá ser um processo planeado e conduzido estrategicamente.

Podemos concluir que o modelo desportivo da autarquia tem como preocupação as necessidades do indivíduo em termos formativos, de trabalho, de tempo livre e de cultura. Afirma o papel decisivo da escola e do movimento associativo. Considera que o desporto é uma necessidade de todos.

Registou-se nos últimos anos uma intensificação da construção de infraestruturas, requalificação e melhoramento de outras, para a concretização do crescimento de qualidade e eficiência na prática das atividades físicas e desportivas.

No contexto global, tem-se vindo a assistir a um significativo crescimento no âmbito do considerado “Desporto para todos” através de variados projetos de promoção de atividade física.

Através do nosso estudo, constatamos que a intervenção da autarquia no desenvolvimento desportivo local estabelece-se através de um conjunto de orientações originadas pela estruturação de uma política desportiva municipal, que tem como objetivo principal a aproximação do cidadão ao desporto.

A realização deste estudo permitiu consolidar a convicção de que um trabalho nesta área é fundamental para entender as políticas desportivas do município, permitindo construir planos de desenvolvimento desportivo de modo a ir ao encontro das necessidades e expectativas dos seus munícipes.

Reportando-nos para o tema do nosso estudo “Análise da Procura e Consumo Desportivo do Concelho de São Brás de Alportel e a Política Desportiva do Município”, procuraremos focar os aspetos que consideramos fundamentais para concluir a análise do tema em estudo.

A metodologia utilizada, quantitativa, através da aplicação de questionários à população do concelho, e, metodologia de natureza qualitativa, através da aplicação de uma entrevista aos principais decisores e responsáveis políticos, revelou-se um bom instrumento de análise, tendo em conta o nosso objeto de estudo.

Relembrando as questões iniciais formuladas na definição do nosso problema, sobre as quais incidiu este estudo, nomeadamente: (1) “Tem o Município de São Brás de Alportel sido a entidade responsável do desenvolvimento desportivo no concelho?”; (2) “As infraestruturas do concelho vão de encontro às necessidades dos seus munícipes?”

Constatamos que através dos resultados obtidos, o município de São Brás de Alportel é realmente a entidade responsável no desenvolvimento desportivo do concelho, como podemos verificar ao longo deste estudo. É a autarquia que promove, organiza e desenvolve a atividade física e desportiva para a sua população, apoiando o associativismo, bem como o projeto “Desporto para Todos”, envolvendo todas as idades e extratos sociais.

Relativamente à segunda questão, concluímos que a população considerou que as condições existentes para a prática de atividade física e desportiva são boas.

Os dados obtidos através dos questionários, constituem os indicadores reveladores das tendências dos inquiridos. Salientamos que se trata de uma amostra representativa que não expressa a opinião da totalidade da população sambrasense. Permite, no entanto, fazer uma leitura generalizada das necessidades dos cidadãos, devendo a mesma servir de base no delinear de um conjunto de opções estratégicas.

Quanto aos dados obtidos, resultantes das entrevistas realizadas aos decisores políticos, estes revelam que as políticas desportivas municipais adotadas tiveram sucesso.

Em termos de prática de atividade física e desportiva, verificamos, que, de um modo geral, 65,9% da população inquirida revela praticar atividade física e desportiva regularmente. Este valor revela-se superior ao do estudo realizado em 1998, relativamente aos hábitos desportivos da população portuguesa, o qual determinou que apenas 23% da população pratica algum tipo de atividade física regular.

Comparativamente aos índices de prática de atividade física na EU, observados pelo Eurobarometer 2010, constatamos também, que nos encontramos a um nível ligeiramente superior da maioria dos cidadãos da UE (65%).

Verificamos que oferta desportiva municipal vai de encontro às necessidades e expectativas dos munícipes.

Consideramos que o concelho de São Brás de Alportel conta já com diversos equipamentos capazes de satisfazer as necessidades dos utentes.

A autarquia deve continuar a financiar bens e serviços prestados ao associativismo, porque este é um elemento nuclear do desenvolvimento desportivo nos seus valores, cultura e funções

Regista-se também, com agrado, um número crescente de projetos e atividades que visam a ligação entre o desporto e a saúde.

Os utilizadores são cada vez mais exigentes, quer a nível de equipamento desportivo, quer a nível de higiene, segurança, qualidade de serviços e gestão.

Os critérios de gestão permitem facilitar as acessibilidades ao uso dos equipamentos e garantir níveis de otimização que correspondem aos investimentos realizados.

A autarquia incentiva e promove atividades físicas para a utilização válida dos tempos livres, tendo em especial atenção, as crianças, jovens, adultos, seniores e deficientes. Desenvolve formas tradicionais de atividade lúdica que desempenham uma função social, e, importantíssima.

A autarquia promove também a participação do maior número de população na atividade física, contribuindo para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo de forma harmoniosa e saudável.

Concluimos que há um grande envolvimento em termos de promoção de atividades físicas junto da população, estimulando e apoiando organismos e entidades.

Contudo, sugerimos que é necessário que a autarquia realize a sua Carta Desportiva, uma vez que reflete as diferentes necessidades da sua população, de entender o desporto nas suas mais variadas perspetivas ou segmentos, de forma a avaliar a política desportiva municipal e a efetivar uma planificação para uma gestão desportiva eficiente.

Esperamos assim, contribuir para a realização da Carta Desportiva, para uma estratégia indispensável ao desenvolvimento da atividade física e desportiva em São Brás de Alportel.

## 7. Bibliografia

**Almeida, J. P.** (2008). O Desporto Municipal nas Leis de Bases – Contrastes e Continuidades. *Revista Desporto & Direito*. ANO V, nº15, Mai/Ago (pp.439-465).

**Amaral, D.** (1998). História das Ideias Políticas. Coimbra: Livraria Almedina.

**Araújo, J. D.** (2002). *O Tempo livre e o lazer na região do Vale do Lima estudo sobre a oferta desportiva nas autarquias de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo*. Porto: J. Araújo. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

**Ansoff, L.** (1985). Corporate strategy: an analytic approach to business policy for growth and expansion. São Paulo: MacGraw-Hill.

**APOGESD** (2004) – Comunicações do VI Congresso de Gestão do Desporto, Lisboa

**Barañano, A.** (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão*. Lisboa: Edições Silabo

**Barata, J. L. T.** (2005) – *Mexa-se... pela sua saúde: guia prático de atividade física e emagrecimento para todos*. 4ª edição. Lisboa: D. Quixote.

**Barreiros, P.; Espanha, M. & Correia, P.** (2006). *Atividade física e envelhecimento*, Edições FMH

**Barbosa, J.** (2009). *Os Hábitos e os Consumos de Desporto no Concelho da Amadora – Contributos para o papel das autarquias na retenção de pessoas na prática desportiva efetiva*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: UTL/ FMH.

**Bardin, L.** (1977). Análise de Conteúdo. Lisboa, Edições 70.



**Bardin, L.** (2004). *Análise de Conteúdo*. 3ª ed. Lisboa: Edições 70.

**Bento, J.** (2001). Do Prazo de validade no Sistema Desportivo português: necessidade de renovação nos dirigentes. In *Sistema Desportivo Português: que modelo?* (p.27).

**Bento, J. O.** (2007). Em defesa do desporto. In J.O. Bento & J.M. Constantino (Eds.), *Em defesa do desporto: mutações e valores em conflito*. Coimbra: Almedina. (pp. 9-55).

**Bento, J. O.** (s/d). Novas motivações, modelos e concepções para a prática desportiva. In *O desporto no século XXI os novos desafios* (pp. 35). Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

**Bento, J.** (1998). Do Desporto, dos Cubes e da nossa Cidade. In *Avaliar o presente... ... ganhar o Futuro: O desporto na cidade do Porto*. Câmara Municipal do Porto,(p.10).

**Bento, J. O.** (2007). *Em defesa do desporto*. In J. O. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *Em defesa do desporto: mutações e valores em conflito*. Coimbra: Almedina. (pp. 9-55).

**Bilhim, J.** (2004). *A Governação nas Autarquias Locais*. São João do Estoril: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.

**Blackwell, R.; Miniard, P.; & Engel. J.** (2005). *Comportamento do Consumidor*. 9ª Edição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

**Branco, P.** (1994). *O município e o desporto contributo para uma definição de um modelo integrado de desenvolvimento desportivo, centrado na autarquia e dirigido a crianças e jovens em idade escolar*. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto.

**Bouchard, C., Shephard, R. J., Stephens, T., Sutton, J. R., Mcpherson, B. D.** (1990). *Exercise, fitness and health: the consensus statement. In: Exercise, Fitness and Health*. Champaign: Human Kinetics Books. II.

**Bouchard, C.; Shephard, R. J.; Stephens, T.** (1994). *Physical Activity, Fitness, and Health: International Proceedings and Consensus Statement*. Champaign: Human Kinetics.

**Brohm, J. M.** (1974). *Desporto e Política*. Lisboa: Delfos.

**Caballero, N.** (2001). *Los Servicios Públicos Deportivos*. Universidad Europea: CEES Ediciones. Instituto Andaluz del Deporte.

**Caetano, M.** (1983). *Manual de Ciência Política e Direito constitucional*. Coimbra: Almedina.

**Carvalho, A.** (1994). *Desporto e Autarquias Locais. Uma Nova Via para o Desenvolvimento Desportivo Nacional*. Porto: Campo das Letras, Editores.

**Carvalho, A.** (1998). *Desporto Popular*. Porto. Campo das Letras.

**Carvalho, A.** (2004). *Desporto e Autarquias Locais do Alentejo*. Évora: Associação de Municípios de Évora.

**Carvalho, M. A.** (1994). *Desporto e Autarquias Locais: uma nova via para o desenvolvimento Desportivo Nacional*. Porto: Campo das Letras Editores, S.A.

**Carvalho, M. J.** (2003). *Direito do Desporto no Município*. *Revista de Desporto*, Ano VII, n.º 4 Out/Dez (pp.14 -18). Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, Instituto do Desporto de Portugal.

**Carvalho, M. J.** (2009a). *Elementos Estruturantes do Regime Jurídico do Desporto Profissional em Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora.

**Campehouldt, V. & Quivy, R.** (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4ª ed. Lisboa, Gradiva.

**Canotilho, J. G. & Moreira, V.** (2005). *Constituição da Republica Portuguesa – Lei do Tribunal Constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora. 8ª edição revista.

**Cardoso, L.** (1999). *Gestão Estratégica das Organizações – como vencer os desafios do Século XXI*. Lisboa: Editorial Verbo. 4ª edição.

**Chelladurai, P.** (2001). *Managing Organizations for Sport and Physical Activity; a Systems Perspective*. Arizona: Holcomb Hathaway, Publishers.

**Chievenato, I.** (1993). *Introdução à Teoria Geral da Administração*. São Paulo: McGraw Hill. 4ª edição.

**Chievenato, I. & Sapiro, A.** (2004). *Planeamento Estratégico – Fundamentos e aplicações*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda.

**Colaço, C.** (2001). *Análise da Procura e Consumo Desportivo no Concelho de Cascais*. Documento não publicado.

**Colaço, C.** (2006). *Manual de Fitness & Marketing – Para a competitividade dos ginásios e health clubs*. Ed. Correia, A.; Sacavém, A.; Colaço, C. Lisboa: Visão e Contextos (pp.35-52).

**Conceição, A.** (2007). *Desporto e Autarquias: Estudo para uma Política Desportiva Comum para a Grande Área Metropolitana do Porto*. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto.

**Constantino, J. M.** (1990a) *Políticas de desenvolvimento desportivo nas Autarquias*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

**Constantino, J. M.** (1990b). Reflexões em torno do valor cultural e ético do espetáculo desportivo. *Revista Horizonte*, vl (35), (pp. 167-172).

**Constantino, J. M.** (1992). Desporto Português, as soluções adiadas. Colecção Horizonte da Cultura Física. Lisboa: Livros Horizonte

**Constantino, J. M.** (1993a). O Cidadão e o desporto: novas tendências no desporto actual. Revista Horizonte, IX (54), (pp. 205-210).

**Constantino, J. M.** (1994). *Desporto e Municípios*. Lisboa: Livros Horizonte.

**Constantino, J. M.** (1999). *Desporto, Política e Autarquias*. Lisboa: Livros Horizonte.

**Constantino, J. M.** (2001). *Sistema Desportivo Português: Que modelo?* Vila Nova de Gaia: Confederação do Desporto de Portugal. (pp. 10-11).

**Constantino, J. M.** (2006). *Desporto geometria e equívocos*. Lisboa: Livros Horizonte.

**Correia, A., Costa, C., Mamede, P., Sacavém, A.** (2000). *Serviços de qualidade no desporto – piscinas, polidesportivos e ginásios*, Centro de Estudos e Formação Desportiva, Lisboa.

**Correia, A.** (2001) – *Marketing do Desporto* – Lisboa, FMH.

**Correia, J.** (2009). Políticas públicas e desenvolvimento do desporto. In J. Bento & J. Constantino (Eds.), *O Desporto e o Estado: ideologias e práticas*. Porto: Edições Afrontamento. (pp. 7-44).

**Costa, A.** (1986). A Pesquisa do terreno em sociologia. In Augusto Santos Silva & José Madureira Pinto (org.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Edições Afrontamento, Porto.

**Costa, A.** (1992). Desporto e análise social. *Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II*, (pp. 101-109).

**Costa, A. S.** (2009). *O Desporto e o Estado. Ideologias e Práticas. Desporto e Política: dois fenómenos estruturalmente idênticos*. Cap. 15. Porto. Edições Afrontamento.

**Costa, J.** (2010). *O Desporto no concelho de Fafe. Associativismo e Política Desportiva Municipal*. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto.

**Cunha, L. M** (2003). *O Espaço o Desporto e o Desenvolvimento*. Lisboa: Edições FMH. 2ª edição.

**Cunha, L. M.** (2007). *Os Espaços do Desporto: uma gestão para o desenvolvimento humano*. Coimbra: Edições Almedina.

Diagnostico Social do Concelho de São Brás de Alportel, 2006, Câmara Municipal de São Brás de Alportel

**Dias, A.** (2006) – A importância do exercício físico para a saúde dos idosos, ISCSP, Lisboa.

**Drucker, P.** (1984). *Introdução à Administração*. São Paulo: Pioneira.

Eurobarometer 334 (2010). Special Eurobarometer 334 / Wave 72.3 – *TNS Opinion & Social. Comissão Europeia*. Disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_334\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_334_en.pdf) (consulta em 31 de Julho de 2011).

**Feio, N.** (1978). *Desporto e política*. Lisboa: Portugália Editora

**Fernandes, A.** (1997) *Poder Autárquico e Poder Regional*, Brasília Editora, Porto.

**Felício, H.** (2006). *A importância da Atividade Física Para o Cidadão e o Papel da Autarquia no Desenvolvimento Desportivo*. Lisboa: UTL/ FMH.

**Ferrando, M.** (1991). Planificação social e procura desportiva. *Revista Horizonte*, VIII (44), 69-72.

**Florentino, J.** (2007). *O humanizar pelo esporte: a necessidade de uma pedagogia do esporte mais complexa*. *Efdeportes*, 115. Disponível em <http://www.efdeportes.com/indic115.htm> (consulta em 17 de Julho de 2011).

**Fortín, M. F.** (2000). *O processo de investigação: da Concepção à Realização*, 2ª Edição, Décarie Editeur, Lisboa, Lusociência.

**Garcia, R.** (2005). *Convergência e cruzamento de saberes no desporto*. In *O Desporto entre Lugares – O Lugar das Ciências Humanas para a compreensão do Desporto*. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto. (pp.21).

**Gaya, A.** (2001). Caminhos e descaminhos nas ciências do desporto. Entre o Porto Alegre e o Porto Sentido. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 1 (1), 80-87.

**Ghiglione, R. & Matalon, B.** (1997). *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras, Celta Editora.

**Godinho, M.** (1997). *Desporto e Autarquias. Levantamento e análise do Desporto Promovido pelas Autarquias na Região do Algarve*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: UTL/ FMH.

**Gordinho, C.** (2004). O Desenvolvimento Desportivo Local – Quais as competências dos municípios? *Revista Horizonte*, XIX (113), (pp. 10-14).

**Homem, F.** (1999). Instalações Sociais no Associativismo Desportivo. Equívoco ou realidade? *Revista Horizonte*, XV (88), (pp. 33-39).

**Homem, F.** (2003). O direito do Desporto: Lazer ou Rendimento? *Desporto*, 4, (pp. 24-27).

**Homem, F. (2006).** *Tempo livre, lazer e desporto dos jovens em idade escolar análise da responsabilidade e do quadro de interacção da escola, da autarquia e do clube*. Porto: F. Homem. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

**Houlihan, B. (1997).** *Sport, policy, and politics: A comparative analysis*. Routledge London and New York.

Instituto Nacional de Estatística. (2009). Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal – 2009. Disponível em [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=102941307&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=102941307&PUBLICACOESmodo=2) (consulta em 15 de Maio de 2011).

**Januário, C., Sarmiento, P., & Carvalho, M. J. (2009).** *Políticas Públicas Desportivas: Enfoque nos programas de “desporto para todos” vs “desporto de elite” nos municípios da área metropolitana do Porto*.

**Januário, C. (2010).** *Políticas Públicas Desportivas: estudo centrado nos municípios da Área Metropolitana do Porto*. Porto: C. Januário. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

**Kotler, P. & Roberto, E. (1992).** *Marketing social: Estratégias para alterar o comportamento público*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1ª ed.

**Lança, R. (2007).** *O desporto e o Lazer*. Lisboa: Editorial Caminho.

**Libânio, A. (2008).** *O Desporto no Concelho de Tarouca a adequação da Política desportiva da autarquia face aos actuais conceitos desportivos das sociedades contemporâneas*. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto.

**Marconi, M. & Lakatos, E.** (1990). *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.

**Maria, A.** (2003). Comportamento de Consumo de Desporto. In G. Pires & A. Correia (Eds). *Marketing do desporto: curso de pós-graduação* (pp. 107-125). Lisboa: UTL/FMH.

**Maria, A.** (2004). O Comportamento de Consumo de Serviços do Desporto. *Revista de Gestão do Desporto*. Ano 1, nº2, Julho (pp. 55-52).

**Marillier, B.** (2000). Jogos Olímpicos. Lisboa: Hugin.

**Marivoet, S.** (1987). *Metodologia da Carta da Procura da Prática Desportiva e Recreativa. Coleção Desporto e Sociedade*. Antologia de textos – Sociologia Desportiva 2. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direção Geral dos Desportos.

**Marivoet, S.** (2001a). Tendências e obstáculos da Procura Desportiva em Portugal (1988 – 1998). In M. Ibrahim, Z. Mendes & F. Tenreiro (Eds). *Economia do Desporto: Actas da Conferência Internacional* (pp. 59-72). Lisboa: CISEP.

**Marivoet, S.** (2001b). *Hábitos Desportivos da população Portuguesa*. Lisboa: Ministérios da Juventude e Desporto – Centro de Estudos e Formação Desportiva.

**Maroy, C.** (1997). *A análise qualitativa de entrevistas*. In L. Albarello; F. Digneffe; J. P. Hiernaux; C. Maroy; D. Ruquoy; P. Saint- Georges (Eds.), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*

**Matalon, B.** (2005). *O Inquérito*, 4ª ed, Celta Editora, Oeiras.

**Meirim, J. M.** (1995). *Dicionário Jurídico do Desporto*. Lisboa: Edições Record.



**Meirim, J. M.** (2006). *Temas de Direito do Desporto*. Coimbra: Coimbra Editora.

**Meirim, J. M.** (2007). *Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto – estudo, notas e comentários*. Coimbra: Coimbra Editora.

**Miles, M. B.; Huberman, A. M.** (1994). *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook*. (2nd edition) California: Sage.

**Mintzberg, H.** (1995). *Estrutura e Dinâmica das Organizações*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lda., (pp. 21-463).

**Netto, A., S., Cynthia, D., & Hunger, F.** (2009). Modernidade, transformações sociais e o desenvolvimento da cultura de tempo livre do trabalhador rio-clarence. EfDeportes, 14. Disponível em:  
<http://www.efdeportes.com/indic115.htm> (consulta em 17 de Julho de 2011).

**Nunes, L.** (1999). *A Prescrição da Atividade Física*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

**Paz, C.** (1973). *A Racionalização das Escolas em matéria de Política Desportiva – os instrumentos conceptuais*. Strasbourg, Conselho da Europa. Editado em português (1977), pela Direção – Geral dos Desportos na col. Antologia Desportiva, nº.6.

**Paz, C.** (1977). *A racionalização das escolhas em matéria de política desportiva, os instrumentos conceptuais*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação da Secretaria da Juventude e Desportos.

**Pereira, E.** (2000). Actividades Físicas e Desportivas: que intervenção Autárquica? Revista Horizonte, XVI (96) (pp. 12-20).

**Pereira, A.** (2002b). *O Legado Romano*. Edição Câmara Municipal de São Brás de Alportel, São Brás de Alportel.

**Pereira, A.** (2004a). *O Legado Islâmico*. Edição Câmara Municipal de São Brás de Alportel, São Brás de Alportel.

**Pereira, E.** (2009). O Poder Local: as câmaras municipais e o desporto. In J. Bento & J. Constantino (Eds.), *O Desporto e o Estado: ideologias e práticas* (pp. 109 – 131). Porto: Edições Afrontamento.

**Pestana, G., & Gageiro, J.** (2003). *Análise de dados para ciências sociais - A complementariedade do SPSS* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

**Pires, G.** (1989) *A Estrutura e a Política Desportiva – O Caso Português*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa: UTL/ ISEF.

**Pires, G.** (1993a). Autarquias e Planeamento Democrático. Revista Horizonte, Vol. X, n.º56, Jul/Ago (pp. 63-73).

**Pires, G.** (1993b). A Organização faz a Organização da Organização. Revista Ludens, Vol. 13, n.º3/4, Jul/Dez (pp. 2-40).

**Pires, G.** (1993c). Situação Desportiva – Parte I. Revista Ludens, Vol. 13, n.º2, Abr/Jun (pp. 19-25).

**Pires, G.** (1996). *Desporto e Política – Paradoxos e Realidades*, Funchal: O Desporto.

**Pires, G.** (2003). *Gestão do Desporto – Desenvolvimento Organizacional*. Porto: APOGESD.

**Pires, G.** (2005). *Gestão do Desporto – Desenvolvimento Organizacional*. Porto: APOGESD. 2ª edição.

**Pires, G.** (2006) Documentação de Apoio – Gestão do Desporto, Licenciatura em Ciências do Desporto. Lisboa: UTL/FMH.

**Queirós, P.** (2004). Para um novo enquadramento axiológico na participação de crianças e jovens no desporto. In A. Gaya, A. Marques & G.Tani (Eds.), *Desporto para crianças e jovens: razões e finalidades*. Porto Alegre: UFRGS Editora. (pp. 187-198).

**Quivy, R., & Campenhoudt, L. V.** (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (4ª ed.). Lisboa: Gradiva

**Rabaçal, C.** (2002). Os Equipamentos Desportivos no Contexto da Política de Desenvolvimento Desportivo. In Associação de Municípios do Distrito de Évora (Ed.), *Seminário Equipamentos Desportivos – Novas Perspectivas de Gestão* (pp. 32-36). Montemor-o-Novo: AMDE (23 e 24 de Novembro de 2000).

**Raitakari et al.**, (1997). Physical activity from adolescence to adulthood and health-related fitness at age 31: Cross-sectional and longitudinal analyses of the Northern Finland birth cohort of 1966. Disponível em:

<http://herkules.oulu.fi/isbn9514272331/html/x1736.html> (consulta em 29 de Setembro de 2011).

**Ribeiro, C.** (2007). Desporto para todos: Crise de Identidade e Desenvolvimento. In J. Bento & J. Constantino (Eds.), *Em Defesa do Desporto – Mutações e Valores em Conflito*. Coimbra: Edições Almedina.

**Rodrigues, S.** (2009). *Pressupostos para a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento desportivo. Análise da procura e consumo desportivo no Concelho de Tavira*. Lisboa: UTL/FMH.

**Sallis & Owen.** (1999). *Actividad física habitual de los adolescentes de la región de Murcia. Análisis de los motivos de práctica y abandono de la actividad físico-deportiva*. Murcia: Universidad de Murcia.

**Sancho, J., & Sánchez, E.** (1999). *La Gestion del deporte Municipal*. (2ª ed.). Barcelona: INDE

**Sari, Biklen. & Robert Bogdan.** (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

**Saldanha, J.** (2006). *Os Hábitos e os Consumos de Desporto como contributo para uma Gestão Desportiva Municipal – Estudo de caso no concelho de Redondo*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: UTL/ FMH.

**Samara, B. S. & Barros, J. C.** (2002). *Pesquisa de marketing*. 3ª ed. São Paulo: Prentice Hall.

**Sankiahor, R.; Juppi, J.; Mattila, R.; Oja, P.; Paauola, S.; Vuolle, P. & Saukkonen, O.** (1999). *Evaluation of the Impact of Sport-for-all Policies and Programs in Finland*. The Finnish Society for Research in Sports and Physical Education.

**Sardinha, L.** (1999). *Programa de Atividade Física para a Pessoa Idosa do concelho de Oeiras*, Câmara Municipal de Oeiras/ Faculdade de Motricidade Humana, Oeiras.

**Sarmiento, J.** (2002). *Desporto Universitário*. Porto: Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

**Sarmiento, P. A.** (2003). *Promoção das Instalações Desportivas*. In G. Pires & A. Correia (Eds). *Marketing do desporto: curso de pós-graduação* (pp. 225-238). Lisboa: UTL/ FMH.

**Stigger, M.** (2002). *Esporte, lazer e estilos de vida um estudo etnográfico*. Campinas: Autores Associados.

**Teixeira, M.** (2000). *O Consumo de Serviços Desportivos*, in *Revista Horizonte*, vol. XVI nº. 93 (pp. 3-11).

**Thomas, R., Haumontm, A., & Levet, J. L.** (1987). *Sociologie du sport*. Paris: Press Universitaires de France.

**Toffler, A.** (1980). *A Terceira Vaga*. Lisboa: Livros do Brasil, trad. Fernanda Pinto.

**Vala, J.** (1986). A análise do conteúdo. In Silva, A.S. e Pinto, J. M. *Metodologia das Ciências Sociais*. 7ªed. Porto: Edições Afrontamento.

**Vasconcelos, J.** (2006). *A pática desportiva na região do Vale do Sousa, estudo sobre a oferta desportiva das autarquias de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paredes, Paços de Ferreira e Penafiel*. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto.

**Vergara, S.** (2007). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 9ª ed. São Paulo: Atlas.

**Vicente, P., Reis, E., & Frazão F.** (2001). *Sondagens: a amostragem como factor decisivo de qualidade*. Lisboa: Edições Sílabo. 2ª ed.

### **Legislação Consultada**

Carta Europeia do Desporto (1992), Ministério da Educação, Lisboa.

Constituição da República Portuguesa, artigo 79.º.

Lei de Bases do Desporto – Lei nº30/2004 de 21 de Julho.

Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto – Lei nº5/2007 de 16 de Janeiro.

Lei de Bases do Sistema Desportivo – Lei nº1/90 de 13 de Janeiro.

.

## **8. ANEXOS**

## **ANEXO 1**

### **QUESTIONÁRIO**

## Anexo 1- Questionário



FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA



## Questionário

**Estudo sobre a procura e consumo desportivo no Concelho de São Brás de Alportel**

O presente questionário serve de base a um estudo sobre a procura e consumo desportivo, com vista à formulação do plano estratégico desportivo do Concelho de São Brás de Alportel. Os dados recolhidos serão objecto de tratamento estatístico, garantindo-se a sua confidencialidade, pelo que agradecemos a sua colaboração.

Assinale apenas 1 RESPOSTA POR QUESTÃO (x), exceptuando as devidamente indicadas (ex: por ordem de preferência, enumere, etc.

Código: \_\_\_\_\_ ( a preencher pelos serviços)

## 1. DADOS PESSOAIS

Sexo: ☐ M ☐ F

1.1. Idade: \_\_\_\_\_

1.2. Habita no Concelho de São Brás? ☐ Sim ☐ Não

1.3. Trabalha no concelho de São Brás? ☐ Sim ☐ Não

1.4. Profissão: \_\_\_\_\_

1.5. Escolaridade: \_\_\_\_\_

## 2. RELAÇÃO SÓCIO-CULTURAL COM O DESPORTO

2.1. Interessa-se pelo Desporto?

☐ Muito ☐ Razoavelmente ☐ Pouco ☐ Nada

2.2. Costuma ver programas desportivos na televisão?

☐ Muitas vezes ☐ Algumas vezes ☐ Nunca

2.3. Costuma assistir a espectáculos ou eventos desportivos?

☐ Muitas vezes ☐ Algumas vezes ☐ Nunca

2.4. Costuma comprar jornais ou revistas desportivas?

☐ Muitas vezes ☐ Algumas vezes ☐ Nunca



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

2.5. Interessa-se pelos acontecimentos desportivos em São Brás de Alportel?

☐ Muitas vezes ☐ Algumas vezes ☐ Nunca

## 3. PARTICIPAÇÃO DESPORTIVA

3.1. Pertence a algum clube/associação/ginásio/academia do concelho?

☐ SIM ☐ NÃO (passe à questão 3.3)

3.2. Indique como:

☐ Sócio ☐ Dirigente ☐ Atleta

☐ Técnico ☐ Mais do que uma das funções aqui indicadas

3.3. Pratica alguma actividade física com regularidade?

☐ SIM ☐ NÃO (passe à questão 5)

3.4. Indique a(s) modalidade(s) que pratica: \_\_\_\_\_

3.5. Com que frequência?

☐ Apenas aos fins-de-semana ☐ Ocasionalmente

☐ 1 a 2 vezes por semana ☐ 3 vezes por semana

☐ 4 ou mais vezes por semana

3.6. Em que período do dia costuma praticar a actividade física?

☐ Manhã ☐ Hora do almoço ☐ Tarde ☐ Final do dia

3.7. Qual o nível de actividade física e/ou desportiva?

☐ Federada ☐ Manutenção ☐ Recreativa

3.8. A prática desportiva é realizada no Concelho?

☐ SIM (passe à questão 4.) ☐ NÃO

3.9. Indique qual o motivo:

☐ Acessibilidade ☐ Ausência de Oferta

☐ Qualidade das instalações ☐ Qualidade da oferta

☐ Outro. Qual? \_\_\_\_\_



## 4. RELAÇÃO INSTITUCIONAL COM A PRÁTICA DESPORTIVA

## 4.1. Em que local costuma praticar a actividade desportiva?

- ☐ Espaços Naturais/Serra/Mar    ☐ Ginásio / Academia privada  
☐ Instalações públicas    ☐ Clube  
☐ Via pública /espaços livres/ "promenades"  
☐ Outro. Qual? \_\_\_\_\_

## 4.2. Como avalia as condições existentes nesse local, para a prática desportiva?

- ☐ Muito boas    ☐ Boas    ☐ Razoáveis    ☐ Fracas

## 4.3. Como se desloca para o local onde pratica a sua actividade desportiva?

- ☐ Não me desloco, pratico em casa    ☐ Transporte público    ☐ A pé  
☐ Veículo próprio

## 4.4. Quanto tempo demora, normalmente, na deslocação para o local de prática desportiva?

- ☐ Até 10 minutos    ☐ 10-20 minutos  
☐ 20-30 minutos    ☐ +de 30 minutos

## 4.5. Quanto gasta mensalmente com a prática desportiva?

- ☐ Nada    ☐ Até 10€    ☐ 10-25€  
☐ 25€-50€    ☐ +50€    ☐ Não sabe

## 5. MOTIVAÇÃO PARA A PRÁTICA DESPORTIVA

## 5.1. Já praticou alguma modalidade desportiva que tenha abandonado?

- ☐ SIM    ☐ NÃO (passe à questão 5.5)

## 5.2. Que modalidade (s) desportiva (s) praticou? \_\_\_\_\_

## 5.3. Há quanto tempo abandonou?

- ☐ 1 ano    ☐ 1-3 anos    ☐ + de 3 anos

## 5.4. Porque razão abandonou a sua prática desportiva?

- ☐ Motivos familiares    ☐ Motivos profissionais ou escolares  
☐ Aumento de idade    ☐ Falta de oferta desportiva  
☐ Motivo de doença    ☐ Falta de instalações desportivas adequadas  
☐ Motivos financeiros    ☐ Falta de tempo  
☐ Outra. Qual? \_\_\_\_\_

## 5.5. Gostaria de voltar a praticar ou iniciar uma actividade desportiva?

- ☐ SIM    ☐ NÃO (passe à questão 6)

## 5.6. Indique as modalidades: \_\_\_\_\_

## 5.7. Porque razão ainda não o fez?

- ☐ Falta de tempo  
☐ Falta de motivação  
☐ Inexistência da (s) modalidade (s) no Concelho  
☐ Falta de instalações desportivas / espaços apropriados  
☐ Dificuldade em encontrar companhia  
☐ Falta de promotores / organizadores da modalidade  
☐ Aumento da idade  
☐ Motivo de doença  
☐ Motivos financeiros  
☐ Outra. Qual? \_\_\_\_\_

## 6. CONDIÇÕES PARA A PRÁTICA DESPORTIVA NO CONCELHO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL

6.1. Como avalia, de uma forma geral, as condições no nosso Concelho para a prática desportiva, relativamente aos seguintes itens?

6.1.1 Oferta de instalações desportivas:

☐ Bom ☐ Razoável ☐ Insuficiente ☐ Não sabe

6.1.2 Acessibilidades às instalações desportivas:

☐ Bom ☐ Razoável ☐ Insuficiente ☐ Não sabe

6.1.3 Horários disponíveis (abertura ao público)

☐ Bom ☐ Razoável ☐ Insuficiente ☐ Não sabe

6.1.4 Estado de conservação das instalações desportivas:

☐ Bom ☐ Razoável ☐ Insuficiente ☐ Não sabe

6.1.5 Qualidade dos materiais em uso:

☐ Bom ☐ Razoável ☐ Insuficiente ☐ Não sabe

6.1.6 Qualidade dos serviços prestados:

☐ Bom ☐ Razoável ☐ Insuficiente ☐ Não sabe

6.1.7 Recursos Humanos disponíveis (todos os que contribuem para o desenvolvimento desportivo do Concelho. Por ex. técnicos, dirigentes, funcionários afectos às instalações desportivas, etc...)

☐ Bom ☐ Razoável ☐ Insuficiente ☐ Não sabe

6.1.8 Iniciativas desportivas, por parte dos clubes/associações desportivas, destinadas à população em geral:

☐ Bom ☐ Razoável ☐ Insuficiente ☐ Não sabe

6.1.9 Iniciativas desportivas, por parte da autarquia, destinadas à população em geral:

☐ Bom ☐ Razoável ☐ Insuficiente ☐ Não sabe

6.1.10 Oferta de actividades desportivas, por parte de clubes/associações desportivas, destinadas a jovens/crianças:

☐ Bom ☐ Razoável ☐ Insuficiente ☐ Não sabe

6.1.11 Oferta de actividades desportivas, por parte da autarquia, destinadas a jovens/crianças:

☐ Bom ☐ Razoável ☐ Insuficiente ☐ Não sabe

6.1.12 Oferta de actividades desportivas, por entidades privadas, destinadas à população em geral:

☐ Bom ☐ Razoável ☐ Insuficiente ☐ Não sabe

6.2. Quais as instalações desportivas que não existem, são insuficientes ou deveriam ser construídas no concelho de São Brás de Alportel? (Coloque por ordem de preferência, em que representa a sua maior prioridade):

☐ Piscina Coberta

☐ Piscina ao ar livre

☐ Pavilhão desportivo

☐ Campo de futebol

☐ Pista de Atletismo

☐ Equipamentos desportivos nas áreas de recreação e lazer

☐ Percursos para bicicletas

☐ Percursos pedestres

☐ Ringue /Polidesportivo

☐ Espaços desportivos informais (skate, patinagem, Campo de golfe municipal outros campos de jogo)

☐ Centro de desportos e aventura

☐ Outra. Qual? \_\_\_\_\_

6.3. Considerando a intervenção que o Município de São Brás de Alportel, pode desenvolver na área do desporto, dê a sua opinião em relação a cada uma das seguintes matérias:

6.3.13. Promover grandes espetáculos desportivos:

☐ Concordo inteiramente ☐ Concordo em parte ☐ Não concordo

Muito obrigada pela sua colaboração!

6.3.1. Investir em Instalações Desportivas:

☐ Concordo inteiramente ☐ Concordo em parte ☐ Não concordo

6.3.2. Investir em grandes Instalações Desportivas:

☐ Concordo inteiramente ☐ Concordo em parte ☐ Não concordo

6.3.3. Investir em zonas verdes e espaços de lazer:

☐ Concordo inteiramente ☐ Concordo em parte ☐ Não concordo

6.3.4. Investir em Instalações cobertas (salas e pavilhões):

☐ Concordo inteiramente ☐ Concordo em parte ☐ Não concordo

6.3.5. Investir em infra-estruturas para o desporto de recreação:

☐ Concordo inteiramente ☐ Concordo em parte ☐ Não concordo

6.3.6. Investir em infra-estruturas para o turismo:

☐ Concordo inteiramente ☐ Concordo em parte ☐ Não concordo

6.3.7. Licenciamento para ginásios e academias (privados):

☐ Concordo inteiramente ☐ Concordo em parte ☐ Não concordo

6.3.8. Apoiar a construção de equipamentos desportivos escolares:

☐ Concordo inteiramente ☐ Concordo em parte ☐ Não concordo

6.3.9. Apoiar o desporto de alto rendimento:

☐ Concordo inteiramente ☐ Concordo em parte ☐ Não concordo

6.3.10. Apoiar o desporto profissional

☐ Concordo inteiramente ☐ Concordo em parte ☐ Não concordo

6.3.11. Apoiar o desporto amador

☐ Concordo inteiramente ☐ Concordo em parte ☐ Não concordo

6.3.12. Promover actividades desportivas de recreação:

☐ Concordo inteiramente ☐ Concordo em parte ☐ Não concordo

**ANEXO 2**

**MANUAL DO INQUIRIDOR**



*Anexo 2 - Manual do Inquiridor*

## **Questionário aos munícipes do Concelho de São Brás de Alportel**

### **Procura e Consumo Desportivo**

### **Manual do Inquiridor**

#### **Considerações gerais**

1. Referir colaboração num estudo sobre o concelho de São Brás de Alportel;
2. Referir Objectivos;  
 “Este questionário tem como objectivo determinar a procura e consumo desportivo dos habitantes de São Brás de Alportel, com vista à preparação de novos programas de actividades e de investimento na área do desporto”
3. Garantir que o questionário é anónimo e confidencial e será utilizado apenas para fins de investigação;
4. Dar o contacto dos responsáveis;

#### **Metodologia**

##### **Grupo 1 – Identificação**

Preencher todos os campos

##### **Grupo 2 – Relação Sócio – Cultural com o Desporto**

Escolher uma só opção

##### **Grupo 3 – Participação Desportiva**

Em 3.1., se Não, passar à questão 3.3.

Em 3.3., se Não, passar à questão 5.

Em 3.4., indicar a (s) modalidade (s)

Em 3.8., se Sim, passar à questão 4.

##### **Grupo 4 – Relação Institucional com a Prática Desportiva**

**Grupo 5 – Motivação para a Prática Desportiva**

Em 5.1., se Não, passar à questão 5.5.

Em 5.2., indicar a (s) modalidade (s)

Em 5.5., se Não, passar à questão 6.

Em 5.6., Indicar a (s) modalidade (s)

**Grupo 6 – Condições para a Prática Desportiva no Concelho de São Brás de Alportel**

Em 6.1., escolher só uma opção

Em 6.2., assinalar por ordem, de 1 a 12 em que 1 representa a maior prioridade e 12 a menor prioridade

Em 6.3., escolher só uma opção

**Não esquecer de agradecer a colaboração e garantir o anonimato.**

### **ANEXO 3**

#### **Guião da Entrevista realizada ao Presidente da Câmara e Vereador do Desporto**

## Anexo 3 - Guião da Entrevista

**Guião da Entrevista realizada ao Presidente da Câmara e Vereador do Desporto****Política Desportiva da Autarquia**

1. Quais são os três principais objetivos da Política Desportiva do seu município?

Quais são as linhas orientadoras da Política Desportiva no município?

2. Se tivesse de classificar entre 0 a 10 qual o grau de importância que atribua à política desportiva no concelho?

3. Acredita no papel liderante da autarquia na promoção desportiva do município?

4. Em que indicadores quantitativos se baseia a autarquia para medir a importância a aplicação das políticas públicas no concelho? A autarquia produz relatórios de execução da política desportiva?

5. Quais são as principais dificuldades na implementação da Política Desportiva municipal?

6. Qual a percentagem de orçamento municipal para o desporto?

7. São Brás de Alportel possui Carta Desportiva?

8. Quais são as metas para este mandato no que respeita a instalações desportivas? Existem condições para as cumprir?

9. Qual a evolução em matéria de equipamentos desportivos no concelho nos últimos 10 anos no município?

**Oferta Desportiva**

10. Que ofertas desportivas a Câmara Municipal disponibiliza aos seus munícipes?



11. Qual o papel da iniciativa privada no desenvolvimento do desporto a nível do Concelho?

### **Desenvolvimento Desportivo**

12. Nesta política pública que tipo de articulações foi feito com organismos desconcentrados do estado, nomeadamente nas áreas da saúde, educação, da deficiência e do desporto sénior.

13. Qual a importância que atribui às organizações desportivas no seu concelho? Quais as experiências mais interessantes de cooperação institucional entre a autarquia e essas organizações?

14. No quadro de pessoal, quantos estão afetos à atividade desportiva no concelho? Quantos técnicos? E entre estes quantos são técnicos superiores? O recrutamento de pessoal especializado é uma dificuldade?

15. Quais são do mais importante para o menos importante as áreas que têm que ser desenvolvidas no Concelho?

16. Depois de 10 anos em funções, entre as decisões que tomou quais as que considera mais inovadoras em termos de desenvolvimento desportivo?

### **Instalações Desportivas**

17. Com o aumento da população a realizar cada vez mais atividade física, considera que as instalações começam a ser insuficientes? Consideram que pode haver outras alternativas?

18. Com esta conjuntura económica do país de que maneira estará a afetar ou poderá afetar a Política de desenvolvimento desportivo? Das instalações existentes haverá possibilidade de encerrar alguma?

19. Relativamente a este estudo e aos questionários realizados à população, que expectativas tem em relação aos mesmos?